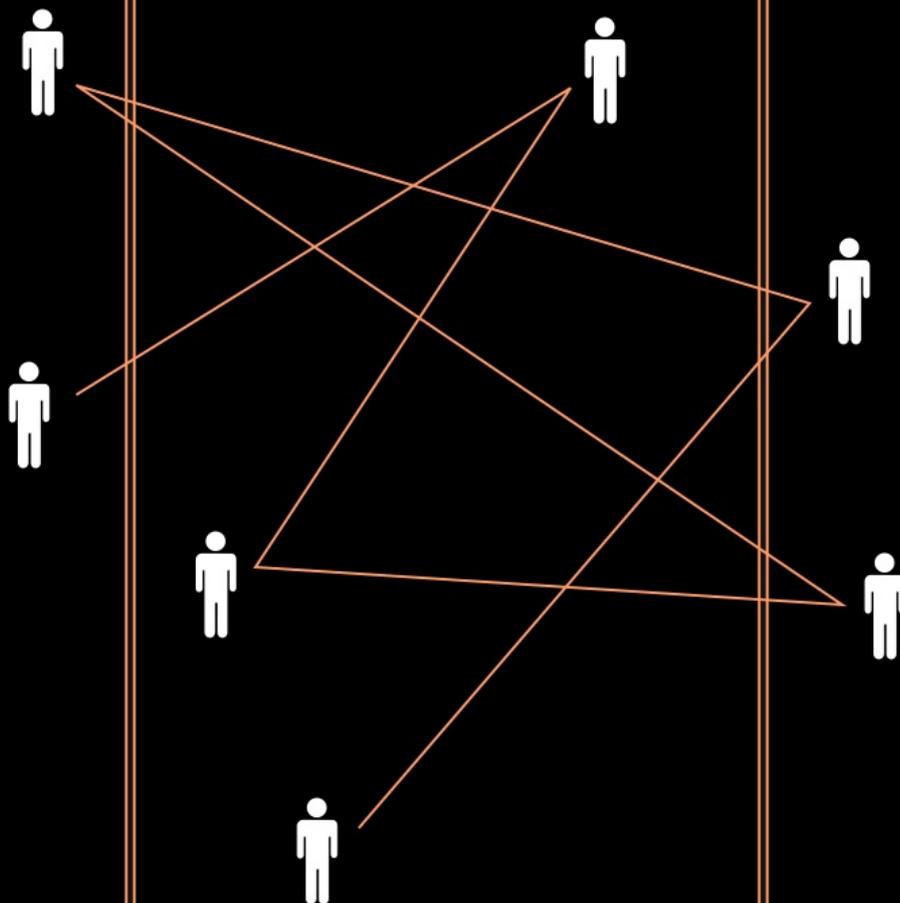
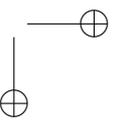
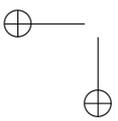
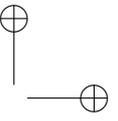
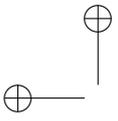


Cidadania Digital

Isabel Salema Morgado
António Rosas
orgs.



LabCom 2010

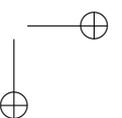
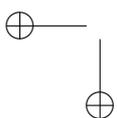




Isabel Salema Morgado e António Rosas (Orgs.)

Cidadania Digital

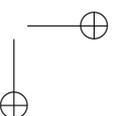
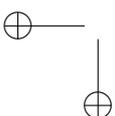
LabCom Books 2010





Livros LabCom
www.livroslabcom.ubi.pt
Série: Estudos em Comunicação
Direcção: António Fidalgo
Design da Capa: Madalena Sena
Paginação: Marco Oliveira
Covilhã 2010

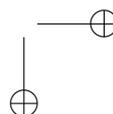
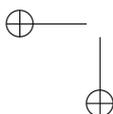
ISBN: 978-989-654-051-7

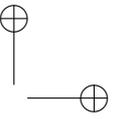
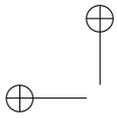




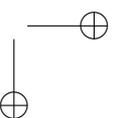
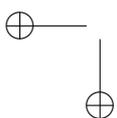
Índice

Apresentação	1
A Hipótese do Voto Electrónico em Portugal: Comportamentos e atitudes políticas <i>por Paula do Espírito Santo</i>	17
A “Era do conhecimento” e as Problemáticas Globais: Manifestações de Cidadania Participativa na Sociedade da Informação <i>por Victor Marques dos Santos</i>	41
Media Digitais e Responsabilidade Social <i>por Rogério Santos</i>	59
Novos jornalismo e vida cívica: limites e possibilidades do «jornalismo deliberativo» <i>por João Carlos Correia</i>	71
Espaços discursivos on-line e democracia deliberativa: promessas e limites <i>por Gil Baptista Ferreira</i>	101
O Virtual é o Real Finalmente Materializado: A Internet e os Novos Micro-Espaços Públicos Democráticos <i>por António Rosas</i>	117
Cidadania Digital? Das cidades digitais a Barack Obama. Uma abor-	





dagem crítica <i>por Bárbara Barbosa Neves</i>	143
A Soberania do utilizador de serviços de saúde na era digital <i>por Ana Paula Harfouche</i>	189
E-reacção às políticas de educação da XVIIª Legislatura (2005-2009) <i>por Isabel Salema Morgado</i>	195



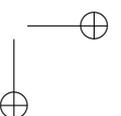
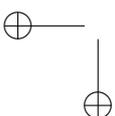


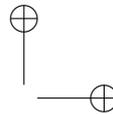
Apresentação

Este conjunto de trabalhos, agora dado à estampa, resulta do desenvolvimento e compilação das comunicações apresentadas no dia 19 de Março de 2009 no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em Lisboa. Subordinadas ao título “Cidadania Digital”, foram organizadas pelo Grupo de Trabalho de Comunicação e Política da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação), em parceria com o CAPP (Centro de Administração e Políticas Públicas) e o LabTec, ambos centros de investigação do ISCSP.

As jornadas reuniram investigadores das áreas das ciências da comunicação, estudos dos media e do jornalismo, ciência política, administração e políticas públicas, sociologia, saúde, engenharia e sistemas digitais, que procuraram debater a questão da cidadania, na perspectiva da cidadania digital, de forma interdisciplinar.

A apresentação dos textos segue a ordem das intervenções orais, sendo que as jornadas de trabalho contaram com mais três oradores que não se vêm aqui representados, mas que em muito contribuíram para o êxito dos trabalhos. As jornadas contaram com a presença, por esta ordem, do Prof. Doutor Pedro Ferraz de Abreu (ISCSP/LabTec, CITIDEP, MIT), Prof. Doutora Paula Espírito Santo (ISCSP), Prof. Doutor Victor Marques dos Santos (ISCSP), Prof. Doutor Manuel Meirinho (ISCSP), Prof. Doutor Rogério Santos (UCP), Prof. Doutor João Carlos Correia (UBI), presidente do Grupo de Comunicação e Política da SOPCOM, Prof. Doutor Gil Baptista Ferreira (IPC), Prof. Doutor António Rosas (UAb, LabCom, Cetac.Media), Mestre Bárbara Neves (CAPP-ISCSP), Prof.^a Helena Monteiro (ISCSP), Mestre Ana Harfouche (CAPP-ISCSP- Administradora do IPO), Doutora Isabel Salema Morgado (CAPP/CES/LabCom-ISCSP) e Prof. Doutor João Bettencourt da Câmara (ISCSP). Temos que agradecer ao Senhor Presidente do ISCSP, Prof.





Doutor João Bilhim, por nos ter autorizado a realizar as jornadas no ISCSP, tendo-nos dado a honra de participar na abertura da sessão, e ao Prof. Doutor João Bettencourt da Câmara, por ter encerrado os trabalhos, com a manifestação do interesse pela reflexão sobre a participação/representação política que o caracterizam.

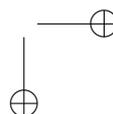
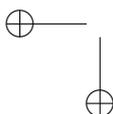
Há ainda que agradecer às mestres Susana Borges e Filipa Rendo e à Prof.^a Paula Espírito Santo que, juntamente com Isabel Salema Morgado, criaram um grupo coeso, cooperativo e muito empenhado na organização do evento.

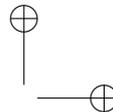
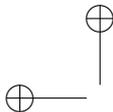
Cabe-nos agora, António Rosas e Isabel Salema Morgado, a grata tarefa de procedermos à organização e à edição do conjunto de textos apresentados.

Nesta Introdução, pretendemos dar a conhecer brevemente o tema principal que na altura nos propusemos debater, acrescentando obviamente uma parte dedicada aos autores e aos textos que incluímos neste volume.

Dada a centralidade dos sistemas e dos processos comunicacionais nas nossas sociedades, o desenvolvimento acelerado de certas tecnologias como a Internet não podia deixar de ter consequências políticas importantes para os actores envolvidos. Um desses actores são, naturalmente, os cidadãos, cujas relações entre si, com o Estado ou com diferentes grupos têm sido, nos últimos anos, profundamente alteradas, embora muitas vezes de uma forma quase imperceptível, devido ao crescimento exponencial da *Internet* e de todas as tecnologias, serviços e produtos com ela relacionados. Um simples olhar à nossa volta (ou seja, usando a Internet) dá-nos uma imagem que é mais do que eloquente. Segundo dados da *Internet World Stats* (www.internetworldstats.com/stats.htm), a população estimada de utilizadores da Internet, a nível mundial, ultrapassou, em Setembro de 2009, as mil e quinhentas milhões de pessoas e organizações (1.794.000.000 aproximadamente), com a Ásia a predominar (738 milhões), seguida da Europa (418 milhões) e da América do Norte (253 milhões). Ou seja, quase um terço da população mundial. Por outro lado, as taxas de penetração foram também muito significativas nos continentes com menor número de utilizadores, como a Oceania, a América Latina e o Médio Oriente (à excepção de África, que continua na cauda tanto no número de utilizadores como nas taxas de penetração).

Não admira pois que neste contexto, marcado pela disseminação rápida da tecnologia, pela melhoria das suas condições técnicas, nomeadamente quanto à rapidez e à fiabilidade (curiosamente, tanto Ásia como a Europa ocupam



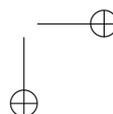
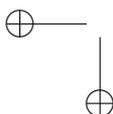


rankings bem mais modestos, segundo estes critérios), e pela democratização gradual dos custos de acesso e de utilização, a Internet esteja a tornar-se numa variável de dimensões culturais com sérias consequências sociais e políticas.

Embora só uma minoria muito reduzida de pessoas e de organizações sejam cidadãos ou instituições de países democráticos nos quais a liberdade de comunicação e de expressão é um direito constitucional e uma realidade efectiva, e que possam portanto usar proveitosamente a *Internet* para fins políticos, há vários fenómenos que a prazo tenderão a esbater esta situação. Por um lado, há que ter em conta os efeitos de impulsão e de contágio que tenderão a afectar essas populações e essas regiões “periféricas” a partir dos centros tecnológica e politicamente mais evoluídos. Convém não esquecer que os avanços relacionados com a *Internet* estão indissociavelmente relacionados com o capitalismo e com a globalização, que são dois fenómenos sociais poderosos, de paradigma dominante, mas que não são ideologicamente neutros. Sendo de prever que muitos Governos adoptem essa tecnologia, nomeadamente para as comunicações formais com as populações, ou por não poderem resistir à sua expansão e às suas ondas de choque, ou por livre e espontânea vontade, devido a processos de imitação, é previsível que os processos de expansão e de penetração a que temos assistido continuem em ritmos razoáveis, com muitos dos seus efeitos positivos e negativos a suscitarem um número cada vez maior de interrogações e de estudo.

A nova tecnologia de informação e comunicação não é por si a causa absoluta e necessária para uma tomada de consciência do cidadão sobre o tipo de participação na política que, numa teoria da democracia participativa, aquele estará preparado para exigir ou para afirmar como seu. Todavia, tal como a passagem do feudo ao burgo fez criar uma nova identidade espacial mas também individual, por exemplo, propiciado pela circulação de personalidades e ideias, o meio digital reorganizará inequivocamente a consciência dos indivíduos perante si mesmos e perante os que o circundam, enaquanto cidadão de um mundo virtual e ao mesmo tempo real, onde todos se podem encontrar para conversar, para jogar, para trabalhar, para se verem e darem a ver, para lerem e darem-se a ler, enfim, para construírem uma comunidade universal que se forma à volta de crenças ou de gostos, sem fronteiras políticas.

A estes fenómenos relacionados com a difusão e a transnacionalização, haverá também que juntar um terceiro, relacionado com a defesa dos interesses básicos das populações de certos países e regiões. Já que a *Internet* não é



um simples utensílio exterior aos indivíduos e aos grupos, ou uma simples ferramenta, para ser uma componente reprodutiva de um novo paradigma cultural de alcance global associado à democracia, à autonomia e à liberdade, não será utópico supormos que um número crescente de cidadãos ou de activistas irão “lutar” por direitos de participação nessa cultura global. Ora lutar por esses direitos é o mesmo que lutar pelas condições da sua existência e do seu aperfeiçoamento em exercício. Acreditamos pois que muitos dos apelos a favor da democratização, assim como muitas mobilizações pró-democráticas, acabem por criar as oportunidades para a ocorrência de várias espirais de contestação e de resposta em que tanto as condições de democratização, como os direitos de inclusão, incluindo os de comunicação, se reforcem mutuamente, especialmente nos casos onde a liberdade de Imprensa, com os direitos acessórios de liberdade de expressão e de informação, sejam menores ou inexistentes.

A crer nos últimos dados da *Freedom House*, relativos à liberdade de Imprensa no mundo (ver o site em freedomhouse.org/template.cfm?page=359), apenas 38% dos países tinham, em 2007, uma Imprensa livre, enquanto que em 30% esta era parcialmente livre e em 32% não era livre. O retrato da Freedom House de um mundo informacional dividido em três zonas no que diz respeito a esta variável é o seguinte, e chamamos a atenção do leitor para o itálico que usamos na última frase: “Western Europe, North America and the Caribbean, and the majority of countries in Central and Eastern Europe and East Asia and the Pacific have consistently been rated in the Free category. Much of Central and South America and South and Southeast Asia are placed in the Partly Free category, although in many of these countries the level of press freedom has declined. Sub-Saharan Africa presents a mixed picture; although more countries are moving from the Not Free to Partly Free category, almost half remain rated as Not Free. *Restricted media environments remain the norm in parts of Asia, Africa, and almost all of the Middle East and the Former Soviet Union, where entrenched autocratic regimes continue to deny their citizens access to free media and where governments wary of criticism are increasingly moving to limit sources of independent information.*”

Como vemos, não é só a utilização da *Internet* para fins políticos que atemorizam as autocracias e os Estados não democráticos ou insuficientemente democráticos do mundo. A mera possibilidade das suas populações poderem aceder a fontes independentes e alternativas de informação já é um pesadelo. Mas do mesmo modo que o acesso à *Internet* pode saber a libertação para

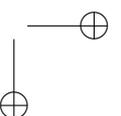
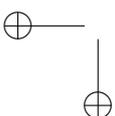


muitos povos submetidos a dominações retrógradas e paroquiais, a sua má ou impreparada utilização podem ter efeitos desmotivantes e negativos. Não basta, pois, ser-se um cidadão de uma democracia moderna para aceder e utilizar com proveito a *Internet*. Há que ter em conta a questão da literacia informática, o uso crítico das novas tecnologias, e ainda ultrapassar socialmente a dificuldade de acesso a estes conhecimentos básicos de ingresso e uso desta tecnologia, por parte da maior parte dos cidadãos mais idosos, mais pobres ou menos escolarizados das nossas sociedades.

Ora, esta questão, se está centrada no interesse revelado pelos Estados, ou pelas instituições políticas comunitárias pela promoção da cidadania, pode ser entendida como o recurso ao cidadão enquanto freguês para um certo produto tecnológico e dos seus conteúdos (entretenimento, informação, comunicação, ferramentas de aplicação nas mais diversas áreas e actividades e uma plêiade de acessórios,) através do qual se mobiliza milhões de euros por dia em compras e vendas, e não tanto interesse genuíno na afirmação do papel do cidadão, de quem o seu governo espera um interesse e uma acção explícita de participação na resolução dos conflitos/problemas.

Para penetrar num novo paradigma cultural, os cidadãos devem fazer parte de uma sociedade política que é não apenas livre, tolerante e dialogante, como aponta para o aperfeiçoamento contínuo das suas competências inter-relacionais, o que implica que se defenda a visão do cidadão como produtor de cultura política e não apenas enquanto mero consumidor dessa cultura. Só desse modo a *Internet* pode condicionar o desempenho de uma das suas mais importantes funções, que é, a nosso ver, a sua capacidade para multiplicar espaços públicos politicamente actuantes e *locus* alternativos de afirmação de uma cultura política dinâmica, pluralista, não discriminatória e, como tal, verdadeiramente democrática.

O que se pode afirmar já, é que é a *Internet* é uma ferramenta que permite a manutenção de uma rede de comunicação civil e aberta que pode exercer pressão sobre o poder político, e demonstrou já ter o potencial de estar ao serviço de novas formas de convocar e organizar os cidadãos em manifestações de protesto, à margem das organizações tradicionais, como os sindicatos; ao mesmo tempo, tem créditos firmados como potenciadora de encontro entre pessoas que passam a constituir movimentos de cidadãos que, mesmo sem cobertura mediática, respondendo a apelos oriundos de cibernautas que com eles partilham as mesmas posições, reagem de forma concertada, em massa e

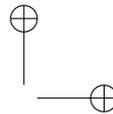


de forma pública. Como exemplos maiores temos as grandes manifestações dos norte-americanos contrários à intervenção militar dos EUA no Iraque, e também a concentração do dia 11 de Março em Madrid, após os atentados, em reacção ao discurso oficial do governo. Esta concentração, que foi convocada e agendada através de SMS, obrigou o governo a rever a sua tese/discurso inicial sobre a autoria dos atentados. Em Portugal, os movimentos de professores organizados através dos meios digitais, também revelam o interesse que os New Media estão a despertar entre os cidadãos mais activos do novo paradigma comunicacional.

Será então que este novo meio de comunicação veio reforçar a participação política do cidadão, dando-lhe mais poder de decisão, ou, será que, pelo contrário, veio acentuar a sua insuficiência como efectivo decisor da coisa pública? Isto na exacta medida em que também se poderá defender que a nossa consciencialização, enquanto mais uma singularidade a receber informação, a trocar informação, a expor as suas ideias e sentimentos, produzirá, na realidade, muita da nossa impotência para exigirmos partilhar as responsabilizações pelas decisões políticas. Como se sabe, estas continuam a ser tomadas em lugares e por figuras de poder das quais muitas vezes desconhecemos não apenas as identidades, como as intenções e os modos de operar, enquanto que em relação a outras decisões somente somos convidados a assistir aos seus desempenhos, mas não a interferir - a não ser em momentos previamente acordados pelo sistema, nas eleições, ou através de instituições reguladoras que o transcendem.

Sem grandes potencialidades de agir de facto sobre as governações, de escolher o seu futuro, a não ser pelo sentimento difuso de que alguma forma a publicitação da sua crença/descrença possa ter efeito na percepção que os governantes têm de si, e de que isso seja um factor de peso na deliberação política, no quadro de uma cultura democrática que se generalizou não já em defesa do exercício da sua vontade, que é sempre diferida e mediada, mas de defesa de um sistema forma de exercer a política. Será então que a participação política do cidadão através da *Internet* não é sobretudo um muro das lamentações? Não passará de um registo da esperança e descrença do indivíduo, entendido como abstracção estatística ou teórica?

Na verdade, nem o aumento do poder de compra pelos cidadãos, ou o aumento da sua escolaridade, são factores que por si se traduzam significativamente em poder político efectivo do cidadão. O exercício de cidadania não



é só um direito do indivíduo que ele actualize por auto-voluntarismo, pois é necessário que o seu sistema político delegue, salvede e promova esse direito, não só ao nível dos deveres e direitos políticos consignados numa Constituição, mas também como prática de governo entre os eleitos ou representantes e os seus concidadãos.

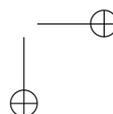
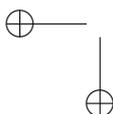
Acreditamos assim que uma das grandes potencialidades da *Internet* para o aperfeiçoamento da democracia e dos cidadãos perder-se-á, se estes continuarem a usá-la, apenas, como um meio, entre outros, para obterem informações, ou como um espaço de distração, ou ainda como uma mera “ferramenta” para as comunicações. Se, todavia, a utilização do meio não representa por si o reflexo de uma efectiva campanha de participação política dos cidadãos, nem faz do cidadão mais avisado um actor político, sendo certo que a quantidade de ligações não garante a qualidade da participação, também não podemos deixar de reconhecer que este novo meio, como estrutura física e simbólica, poderá possibilitar ao indivíduo contemporâneo o exercício de uma real participação democrática, como até agora só a *Ágora* permitiu a um reduzido número de indivíduos, na Antiguidade Grega.

*

Neste volume apresentamos um conjunto de textos de especialistas que são tão variados quanto interessantes e úteis.

A Prof.^a Paula do Espírito Santos, após fazer uma descrição do estado da arte quanto aos estudos que avaliaram a aplicação do voto electrónico em Portugal, esclarece-nos que até ao momento nenhuma investigação foi conduzida tendo como objectivo saber qual a visão dos eleitores a propósito dessa matéria. Os estudos conhecidos versaram sobre o impacto financeiro, as componentes técnicas ou políticas do sistema de voto electrónico, mas nenhum sobre as atitudes dos eleitores a esse respeito. Este trabalho visa precisamente colmatar essa falta em Portugal, e considera-se relevante, precisamente, porque dá a voz aos cidadãos através do recurso à sondagem, para que se manifestem sobre um projecto que, estando de aplicação suspensa em Portugal, não deixa de merecer um estudo de opinião dos visados por essa técnica: os eleitores.

O trabalho toma por universo 1.568.199 indivíduos recenseados do Distrito de Lisboa e teve como objectivo identificar tendências no plano dos comportamentos e atitudes dos eleitores, assim bem como a avaliação das suas



percepções, sobre as vantagens e desvantagens da utilização do voto electrónico.

A Prof.^a Paula Espírito Santo chegou à conclusão que os dados revelam que as pessoas dão muita importância a questões como a fiabilidade, segurança e privacidade, e que têm um elevado reconhecimento das vantagens do sistema electrónico, dizendo-o como o que favoreceria a diminuição da abstenção, obtenção de resultados mais rápidos, maior facilidade na contagem dos votos, maior envolvimento da população no acto eleitoral, sem tomar por despreciando o número daqueles que afirmaram como desvantagens, a dificuldade de usar este modo de votar pelos mais idosos, o seu maior custo a nível nacional e a possibilidade do erro na contagem dos votos.

Como ideia final, a Professora escreve o seguinte: “A maioria dos indivíduos (cerca de 51%) referiu ter disponibilidade para votar através do voto electrónico. Consideramos este valor significativo pois a temática do voto electrónico é escassa ou quase nunca abordada no plano informativo, quer através da comunicação social, quer através da investigação científica portuguesa. Pouco menos de metade da população em estudo (cerca de 46%) percebe vantagens no voto electrónico e admite de modo notório preferência pela modalidade de Internet, assim como entende este mecanismo como seguro, no plano do anonimato e da contagem dos votos.”

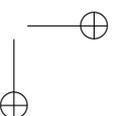
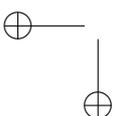
No seu texto “A ‘Era do conhecimento’ e as problemáticas globais”, o Prof. Victor Marques dos Santos tem como tarefa identificar os objectivos, as finalidades e as novas estratégias discursivas que fazem uso de expressões como “sociedade civil”, “era de conhecimento”, “sociedade de informação e “common concern”. Começando por descrever o desenvolvimento da problemática ao longo dos séculos, o Professor contextualiza a génese do uso (reutilização) destes termos na sociedade contemporânea, tudo isso contextualizado com o recurso a vários documentos de direito internacional. O texto aprofunda-se ao focalizar a ligação do uso do termo “sociedade civil” com o de “common concern”. Uma ligação clássica, diga-se, mas que no seu caso o autor opta por ampliar, indo mais longe do que o entendimento que habitualmente se tem de “common concern”. Normalmente, este termo é associado às liberdades políticas e direitos sociais habituais, mas o Prof. Vítor Marques dos Santos faz uma abordagem mais curiosa, pois entende-a como parte da análise da estratégia discursiva relacionada com a criação da identidade nacional/internacional. Daí a importância de se estudar a evolução do conceito



de recurso, ampliando-o até ao ligar ao tema do “espaço” e do “conhecimento”, entendidos como factores de mudança (muito interessante esta nova perspectiva sobre o conhecimento, no sentido do proposto por Peter Drucker) e elemento de caracterização do fenómeno da globalização. Sobretudo, porque sublinha a importância que as organizações internacionais dão a esses recursos, que defende serem manifestações (e potencialidades) do exercício de cidadão no mundo. Como conclusão, o Prof. Vítor Marques dos Santos escreve: “O aumento dos movimentos sociais, das ONGs, bem como surgimento de outros actores e forças de pressão da sociedade civil, desde os *media* às comunidades de inovação, ou no plano individual, desde o “cidadão jornalista” ao “cidadão diplomata”, constituem a expressão dessas tentativas estruturantes de enquadramento de uma realidade inequívoca e incontornável. Todos estes desenvolvimentos sugerem a identificação da referida cidadania embrionária em processo globalizante que, potenciada pelo acesso ao conhecimento e pela instrumentalização das tecnologias da comunicação e da informação, se consciencializa progressivamente sobre as problemáticas e sobre a inevitabilidade de soluções comuns, e que vai adquirindo, gradualmente, uma percepção mais correcta e aferida sobre a sua verdadeira capacidade de participação consequente.”

“Media digitais e responsabilidade social” é o título do artigo do Prof. Rogério Santos. Neste texto, o professor apresenta como sua a tarefa de justificar as duas perspectivas que enformam a questão dos media digitais, analisando em particular as características estruturais de dois desses meios à disposição dos cidadãos, a saber, os *blogues* e a *wikipedia*. Essas duas perspectivas são, em primeiro lugar, a de entender os media digitais enquanto promotores de cidadania e, em segundo, como meios de expressão da sociedade do conhecimento.

Contribuindo para essa justificação, o professor recorre à explanação de teorias como a da responsabilidade social enquanto base do sistema de jornalismo cívico/cidadão e a do usos e gratificações. Ao mesmo tempo, e ainda que conceitos como o de “produtilizador” do autor Axel Bruns, seja criticado, por estar imbuído de excessivo optimismo, o Prof. Rogério Santos considera que é expectável que essas condições da afirmação do indivíduo como produtor e utilizador de informação se venham a manifestar de forma mais firme no futuro. Afirma, porém, que não se deve considerar tão só que os media digitais venham a produzir um novo paradigma de comunicação, baseado na



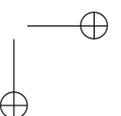
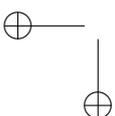


participação aberta e avaliação comum, ou uma ausência de hierarquias e de sistemas baseados na meritocracia, de propriedade comum mas com recompensas individuais, objecto cuja conclusão está sempre em aberto. Por outro lado, há que ter em conta que o agendamento dos temas ainda é feito pelos jornais clássicos.

O Prof. Rogério Santos afirma que sendo de natureza mais individualista o uso que se faz dos blogues, nem assim deixa de haver um exercício de cidadania e de responsabilidade social, sempre que nestes se faz expressão do acompanhamento e da fiscalização das entidades públicas. Quanto à *wikipedia*, sendo o resultado de um trabalho colectivo, a sua responsabilidade social manifesta-se quando se produz conhecimento que seja reconhecido pela comunidade, enquanto tal. Sem perder de vista as críticas aos meios digitais, em que mesmo os benefícios comunicacionais da rede social são sopesados com o seu valor interrelacional - pois há uma efectiva obrigação de actualização constante e necessidade de resposta rápida a todas as solicitações, para que aquela relação se mantenha e, por outro lado, nem nos blogues nem na *wikipedia* aparece muita investigação inédita -, mesmo assim o professor considera que a “gratificação ou reconhecimento de cada indivíduo nos blogues e na *wikipedia* é o seu contributo. Exercício de cidadania e produção do conhecimento são duas variáveis expectáveis dos media digitais.”

No artigo intitulado “Novos jornalismo e vida cívica: limites e possibilidades do «jornalismo deliberativo»”, o Prof. João Carlos Correia debate a questão crucial das possibilidades da afirmação de um tipo de jornalismo que seja capaz de induzir e de assumir um papel relevante na constituição dos públicos deliberativos.

Traçando a evolução desta tendência democrática e democratizante, o autor passa a tratar das novas questões que vão sendo colocadas neste âmbito em resultado do aparecimento dos *Novos Media*. Enquadram-se aqui as reflexões e as experiências tanto com o chamado “Jornalismo Público” como com o “Jornalismo do Cidadão”. Mostrando tanto os pontos fortes como as fraquezas que estão presentes em qualquer uma destas abordagens, particularmente no contexto dos novos ambientes mediáticos, o autor propõe-nos, e submete à nossa reflexão, um novo modelo de jornalismo, ao qual chama “Jornalismo Deliberativo”. Nas suas palavras, tal “jornalismo representaria um compromisso com as teorias e as práticas deliberativas. Este compromisso teria um acentuado pendor procedimental e não significaria a adopção de uma



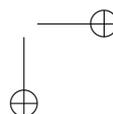
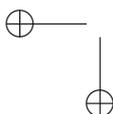


prática de jornalismo militante empenhado em causas particulares. Traduzir-se-ia, sim, na salvaguarda das condições de deliberação racional, através do aprofundamento daquelas práticas deliberativas, nomeadamente as estudadas por Fishkin, que permitem uma identificação dos modos de pensar dos cidadãos em torno dos temas que os preocupam. Por outro lado, associar-se-ia a uma reflexão genérica sobre as condições de deliberação que ultrapasse a pura preocupação com a legitimidade do jornalismo. Tal implicaria, entre outras exigências, não se confinar apenas a uma prática de identificação dos temas da sua própria iniciativa mas, também, a uma abertura à iniciativa externa de agendamento por parte de movimentos sociais e de grupos de cidadãos, ou seja o cultivo de uma sensibilidade periférica.” Segundo o autor, toda a história e experiências recentes dos projectos deliberativistas deveriam ser interiorizadas e operacionalizadas pelas organizações noticiosas, de modo a abrir estas ainda mais à sociedade e aos cidadãos, na perspectiva de um aprofundamento democrático e de participação no qual aquelas reteriam um papel importante.

O mesmo tipo de questões, só que desta vez exclusivamente orientadas para os espaços públicos virtuais, são levantadas pelo artigo do Prof. Gil Ferreira, intitulado “Espaços discursivos on-line e democracia deliberativa: promessas e limites”.

Neste artigo, o autor trata directamente das potencialidades da chamada *Ciberdemocracia* para o desenvolvimento da esfera pública democrática e para a participação dos cidadãos. Mais particularmente, a exposição incide sobre o potencial dos Novos Media como factores de revigoramento da esfera da discussão pública. Como diz o autor, “tomando como referência o modelo deliberativo, procuraremos a partir dele avaliar o potencial democrático dos espaços discursivos *on-line* (também designados como “fóruns de discussão electrónica”), para, simultaneamente, procedermos a uma caracterização da comunicação observada nesses mesmos espaços.” As conclusões do autor vão no sentido que apesar das evidências apresentadas por muitos estudos empíricos, as dificuldades acrescidas nas deliberações *online* não devem ocultar o valor normativo que deve ser dado aos fóruns *online* como mecanismos que beneficiam a democracia. Como nos é dito, “Precisamos examinar não só em que medida as discussões *on-line* atendem ou não (e em que medida) as exigências de um ideal normativo, mas também as vantagens e inconvenientes que esta modalidade de interacção contém face às situações anteriores à sua existência.” Neste contexto, a protecção do ideal normativo deve partir

Livros LabCom



de considerações sistémicas que tendam a proteger institucionalmente esses espaços, do mesmo modo que o seu bom funcionamento face aos fins que perseguem. O artigo do Prof. Gil Ferreira constitui pois um importante e muito bem documentado *point d'appui* teórico para todos aqueles que se interessam pelos processos deliberativos *online* e pelas suas oportunidades e desafios. Para além de apresentar uma súpula sobre o tema, é imprescindível como um ponto de partida para novas investigações e questionamentos teóricos sobre este.

A absorção dos ideais da democracia deliberativa, ou do chamado deliberativismo, nas organizações noticiosas, ou, no caso da deliberação *online*, nas instituições do sistema mediático, são uma parte importante dos problemas que são tratados neste livro mas não os esgotam.

“O Virtual é o Real Finalmente Materializado - A Internet e os Novos Micro-Espaços Públicos Democráticos” é o título do artigo apresentado pelo Prof. António Rosas. Neste, o autor propõe-se apresentar e desenvolver resumidamente a tese de que a difusão e a da WWW, da *Internet* e da *Grid*, tenderão a provocar dois fenómenos estreitamente correlacionados: por um lado, conduzirão a uma nova compreensão epistémica e ética da opinião pública, do que tem sido e da sua utilidade democrática. Por outro lado, a de que a disseminação nacional e transnacional dos *New Media* abrirão as portas à multiplicação de micro-espacos públicos mais próximos da formulação original de opinião pública como *public meeting*. O Prof. António Rosas é defensor da ideia de que os poderes sociais tradicionais tenderão a ser forçados a aceitar as redes como plataformas activas e críticas de participação/oposição na vida política, para além de desempenharem as funções de expressão de manifestações/reacções relativamente pacíficas às políticas, como sucede com os ambientes mediáticos tradicionais centrados numa opinião pública “reificada” e “hierarquizada”. A prová-lo, diz o autor, está o facto de que os *New Media* estão já a produzir novas práticas e rotinas sociais, bem como a institucionalização de novos modos de inclusão e de oposição democráticos na defesa dos interesses básicos dos cidadãos. Ainda no mesmo artigo, o Prof. António Rosas augura o advento de um novo modelo epistemológico das ciências da comunicação, em que temas como “framing”, “agenda-setting” ou “liderança de opiniões” segundo o modelo de proximidade de Lazarsfeld, deixarão de ser capazes de explicar as novas realidades, ao mesmo tempo que a re-materialização dos novos micro-espacos públicos permitirão que um novo pa-

radigma académico se debruce sobre modos e componentes comunicacionais, tanto formais como substantivas, mais observáveis e exigentes.

A par da sua tese sobre a defesa dos meios digitais como estruturas decisivas para a democratização e desenvolvimento das sociedades, o autor, procurou analisar os resultados do “European Social Survey”, sobre a questão da relação da educação e de outras variáveis com a comunicação e a participação política dos cidadãos. Como conclusão do seu estudo escreve o autor: “De um ponto de vista normativo, a consciência política não deve ser apenas gerada na “luta política” - cremos que é esta que em larga medida explica os níveis mais elevados de interesse e de compreensão política na região de Lisboa e do Vale do Tejo. Deve resultar de factores democráticos de inclusão, como a educação ou o acesso à informação, que lhe permitam compreender e superar quaisquer formas de dominação ou de interferência ilegítima de interesses básicos.”

O interesse por uma análise que não seja apenas teórica e conceptual sobre a cidadania digital, a democracia e a deliberação, faz parte de um trabalho apresentado neste volume. Da autoria de Bárbara Barbosa Neves, o artigo “Cidadania Digital? Das cidades digitais a Barack Obama. Uma abordagem crítica” pretende ser uma reflexão crítica ancorada em dois estudos efectuados pela autora sobre a cidadania e as ferramentas digitais, um deles sobre as cidades e as regiões digitais Portuguesas e o segundo sobre o uso intensivo das TIC’s na campanha presidencial de Barack Obama. A utilização das tecnologias digitais para o aperfeiçoamento e o aprofundamento das actividades relacionadas com a cidadania, bem como o seu uso como componentes centrais das campanhas e das pós-campanhas políticas modernas, são pois os temas centrais deste longo e muito bem documentado artigo. As conclusões da autora são as de que “ambos os casos mostram que as TIC têm potencialidade no campo da cidadania.” Referindo-se ao primeiro estudo, esta conclusão é apoiada pela constatação de que “O *Gaia Global* e o *Aveiro digital* disponibilizam informação e serviços *on-line* que facilitarão o exercício da cidadania e qualificaram pessoas e empresas locais.”

Quanto ao uso das TIC na campanha presidencial americana, as conclusões da autora são a que “Barack Obama revitalizou o panorama político norte-americano, incentivando a larga participação dos cidadãos no desenvolvimento da sua campanha.” Mas, como também diz: “Se esta abordagem de abertura e de participação cívica se vai manter durante a sua governação, somente um estudo longitudinal o poderá de demonstrar.”



A mestre Ana Harfourche, administradora hospitalar e com conhecimento vasto na matéria, afirma que a era digital no sector da saúde confirma o “empowerment” do cidadão enquanto utilizador dos serviços, adiantando que o maior processo de transformação económico social, cultural e político das nossas vidas se deu com a passagem da economia industrial para a economia de tecnologias avançadas.

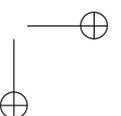
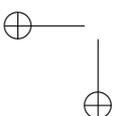
Numa linha de pensamento que se cruza com a do Prof. Vítor Marques dos Santos, a doutoranda Ana Harfourche releva como linha de investigação a exploração do entendimento do conceito “conhecimento” por via dos novos meios digitais que propiciam aos cidadãos um produto não concorrencial, inesgotável, relacional, portátil, armazenado em micro espaços e dificilmente confinável: o conhecimento.

Por outro lado, reconhece que o desenvolvimento tecnológico na área da saúde não é acompanhado na criação de instituições hospitalares que sejam mais eficazes e compatíveis com a manutenção da boa saúde e com as boas práticas de salvaguarda da vida.

Diz-nos a autora Ana Harfourche: “Para que o resultado global do sector da saúde seja melhorado, tem que ser reconhecido e incentivado o rácio de participação do doente e também do cidadão, para que esta participação comece antes da doença, isto é, quando alteramos hábitos de vida e adoptamos estilos de vida mais saudáveis. Se com isso a nossa saúde melhorar, que parte deve ser atribuída ao médico e que parte deriva dos nossos próprios esforços? Como deve ser contabilizado?”

As reacções concretas dos cidadãos cibernautas às políticas governamentais sugerem novos canais de comunicação política que é necessário estudar e compreender. No seu artigo dedicado a um estudo de caso, “E-reacção às políticas de educação da XVIIª Legislatura (2005-2009)”, Isabel Salema Morgado apoia-se na teoria Fukuyamaniana das organizações e a administração de bens públicos para nos mostrar como as reacções de *bloggers* e de outros activistas na Internet expressaram um conjunto de preocupações que foram somente legítimas como eficazes do ponto de vista político face às políticas educativas da XVIIª Legislatura.

Num artigo que ultrapassa os limites normativos e empíricos do deliberativismo para colocar-se frontalmente no contexto dos usos democráticos da deliberação como mecanismos facultativos de defesa de interesses básicos dos cidadãos, a autora faz uma sondagem interessante à questão de saber se a *In-*

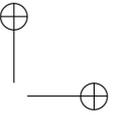


ternet e as suas tecnologias apenas serviram de meios informais de comunicação entre os professores, ou se revelaram como poderosos meios políticos de acção/reacção às políticas do Governo no sector da Educação. O resultado desta investigação é o de que, de facto, as novas tecnologias possibilitaram a emergência de uma nova cultura de oposição centrada naqueles que mais têm a perder com a secular discrepância de forças entre o Estado e a sociedade civil. Os novos meios serviram não apenas para dar visibilidade acrescida a um problema e a defini-lo organizacionalmente, como a potenciar resultados mobilizadores não displicentes. Como diz a autora, a terminar: “Julgo que os blogues, enquanto diários digitais, são formas complementares aos meios tradicionais de se manifestar opinião política e de participar na vida pública, pese embora continuarem a ser dependentes dos *media* tradicionais, os quais permanecem como prioritários como referência e divulgação de notícias ou publicitação de acontecimentos.

Todavia, através do meio digital, e na criação de espaços individualizados de informação/comunicação, os professores portugueses puderam liderar, efectivamente, um processo de reacção política. Os Sindicatos não terão sido percebidos como estruturas suficientes de mediação com o poder. Enfraquecidos pela percepção pública da partidarização das suas estruturas, com que a agenda de comunicação do Governo os colou, e com que a sua história os enlaça, e ainda pela incompreensão de reencontrar uma voz diferente perante uma tutela altamente auto-consciente e promotora de uma forma exclusiva de entender o uso do poder, estes ficaram sem o espaço clássico que lhes era atribuído para o processo negocial, ou lhes permitisse representar, ainda que simbolicamente, toda uma classe de cidadãos.

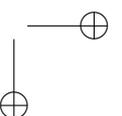
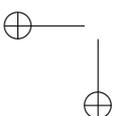
A participação em meio digital de alguns professores, que utilizaram uma plataforma aberta de comunicação, foi relevante, pois através dela a classe profissional procurou definir-se, ao invés de se limitar a ser descrita pelos interesses de outrem.”

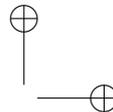
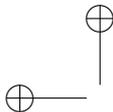
Como conclusão, esta obra deixa-nos ficar com a ideia esperançosa que o recurso aos meios digitais beneficiará os cidadãos, na medida em que ajudará a realizar as políticas públicas num regime de integração, de cooperação e de equidade. Mas não só. Esses mesmo meios estarão já a alterar os modos de participação e de oposição dos cidadãos das democracias, embora a ideia de que as suas potencialidades, enquanto formadores de uma consciência de cidadania, ou como meios eficazes de participação, sejam ainda muito



debatidas, incompreendidas, e de difícil previsão, apesar das provas empíricas pontuais da sua acção.

Isabel Salema Morgado
António Rosas





A Hipótese do Voto Electrónico em Portugal: Comportamentos e atitudes políticas

Paula do Espírito Santo

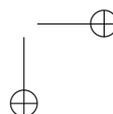
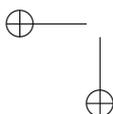
*Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa
(ISCSP-UTL)*

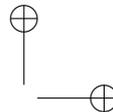
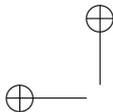
E-mail: paulaes@iscsp.utl.pt

EM Portugal sucederam-se quatro experiências-piloto de voto electrónico entre as eleições autárquicas de 1997 e nas eleições legislativas de 2005, sendo que em 16 de Maio de 2008, o Governo português tomou a resolução de eliminar a votação electrónica para as eleições vindouras. No entanto, seja no plano nacional ou internacional, o tema do voto electrónico está longe de estar resolvido, em parte, pelas questões acerca da segurança e da eficácia deste instrumento de votação. Outra das questões pertinentes acerca do voto electrónico consiste na sua adequabilidade e receptividade face ao eleitorado, ao considerarmos, em concreto, as potencialidades, vantagens, inconvenientes e percepções do voto electrónico por parte da opinião pública. Com base nestes pontos de referência, o artigo presente procura centrar-se na visão do eleitorado acerca do voto electrónico, concretizada nos comportamentos e atitudes dos eleitores da área urbana do Distrito de Lisboa. Como resultado esperado antecipamos a relação de distanciamento entre os cidadãos eleitores e a aplicação do voto electrónico, numa época onde, paradoxalmente, a comunicação e a simplificação dos gestos se constituem aliados da tecnologia e das modalidades electrónicas de vivência quotidiana.

1. Apresentação: contextos de implementação do voto electrónico

O voto electrónico constitui um dos enfoques mais visíveis das soluções políticas da era da democracia electrónica, com vista à melhor aproximação entre eleitos e eleitores. O voto electrónico constitui-se também como um recurso cuja percepção e implementação está longe de ser consensual, nas suas múltiplas questões inerentes, que passam pela viabilização tecnológica mais eficaz,





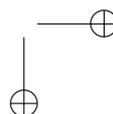
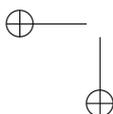
pela segurança e privacidade do voto, pelo ganho efectivo no plano da melhor potenciação do acto de votar. Múltiplos contributos têm-se debatido com as questões em torno da utilização do voto electrónico, como a ponderação dos benefícios e desvantagens deste recurso (Shark, Tporckoff, 2008; Alvarez, Hall, 2008; Streb, 2008); as dificuldades tecnológicas e os diversos obstáculos à eficácia do sistema de escrutínio (Rubin, 2000; Rubin, 2006; Herrnson, Niemi, Hanmer, Bederson, 2008) ou a análise de tópicos relevantes como a segurança do voto no plano da sua rastreabilidade, sem comprometer o anonimato do votante (Ferreira, 2007). Outro dos temas relevantes em torno da e-democracy é o do impacto da Internet na campanha eleitoral (Canavilhas, 2009), o qual tem relevo pela importância deste suporte na qualidade da participação política e eleitoral.

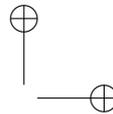
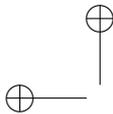
No plano dos sufrágios políticos, o voto electrónico constitui um mecanismo de facilitação do acto de voto que pode ser visto, neste momento, por alternativa ou em complemento do voto em papel, o qual pode ser apresentado em diversas modalidades, como sejam o voto pela rede ATM, pela Internet, por SMS e por telefone.

A utilização bem como experiências diversas de recurso ao voto electrónico político sucedem-se desde o primeiro caso em 1965, na Holanda. Contam-se, em 2009, 25 países que já utilizaram o voto electrónico¹, sendo que destes apenas quatro permanecem, neste ano, com a sua utilização de modo extensivo a nível nacional e em todos os locais. Estes são o Brasil, a Índia, a Estónia e a Venezuela. No caso da Estónia refira-se que o voto electrónico é utilizado através da Internet, desde Outubro de 2005, no entanto a sua utilização é residual (cerca de 3% dos eleitores utilizaram-na nas legislativas de Março de 2007).

Um dos contextos que tem vivenciado, de modo permanente e mais longo, o voto electrónico é a Holanda, que foi o primeiro país a adoptar este recurso, em 1965. É também neste país que se tem debatido bastante um dos tópicos centrais naquele mecanismo, o qual é debatido na generalidade dos países que utilizam o voto electrónico e que é a potenciação de erros e problemas de intrusão. Na Holanda, múltiplos problemas têm vindo a ser colocados no plano

¹Os 25 países são: Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Equador, Espanha, Estados Unidos da América, Estónia, Filipinas, França, Guatemala, Holanda, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Paraguai, Portugal, Reino Unido, Roménia, Suíça, Venezuela.

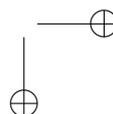
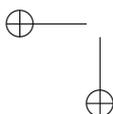




da segurança e da confidencialidade dos resultados da votação electrónica. Em Outubro de 2006, na Holanda, um grupo de cidadãos criou o movimento ‘We do not trust computers’, o qual demonstrou, num programa televisivo, que, em menos de cinco minutos, era possível alterar os resultados de uma votação política. Face a este e múltiplos protestos e dúvidas na utilização do voto electrónico na Holanda, em Setembro de 2007, o Governo encomendou um estudo à Comissão Consultiva sobre o Processo Eleitoral, o ‘Voting with Confidence’, concluindo-se que a votação por via electrónica apresentava deficiências, ao momento, incontornáveis, no plano da segurança dos dados. Em 16 de Maio de 2008, o Governo holandês decidiu eliminar a votação electrónica e adoptar o sistema tradicional de votação em papel.

A utilização da Internet como recurso de voto electrónico foi ponderada por diversos outros Governos, como no caso da Austrália, Estados Unidos, Nova Zelândia e Inglaterra, sendo que, contudo, também nestes contextos não estavam sanadas as dúvidas quanto à segurança, privacidade, secretismo e autenticação dos resultados da eleição, por esta via (Dixon, 2001) e permanecem por clarificar de modo indubitável (Rubin, 2000; Rubin, 2006; Herrnson, Niemi, Hanmer, Bederson, 2008). No caso dos Estados Unidos seria nas eleições primárias de 2000, pela parte do partido democrático do Arizona, que seria concretizada a primeira eleição autorizada via Internet. Apesar de ter sido considerada um êxito colocaram-se alguns problemas que se no plano estatal seriam minimizados, no plano geral de todos os Estados poderiam ter impactos marcantes, tais como demoras no acesso, vulnerabilidades a vírus, problemas de privacidade, pouco apoio técnico, de entre vários (Dixon, 2001). Tem-se verificado que no caso dos Estados Unidos e também em diversas experiências conduzidos nos mais diversos contextos como a Grécia, a Áustria ou o Japão (Shark, Toporkoff, 2008) as experiências no plano do desenvolvimento de mecanismos de participação política têm consolidado, sobretudo, o conceito de *e-democracy* o que, a nosso ver, constitui um passo no sentido da melhor adequação de estratégias de voto electrónico.

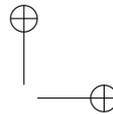
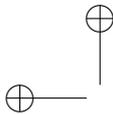
O voto electrónico tem vindo a ser ensaiado com êxito na Suíça, a qual introduziu esta modalidade de voto, pela via Internet, em 2003, em 3 dos 26 cantões, de modo vinculativo, sendo que tem prosseguido no seu incremento por todo o país, em cada acto eleitoral e referendário, a partir dali. A França utilizou também a modalidade de votação pela Internet em 2006 para cidadãos residentes no estrangeiro, em 2006. O Canadá é o país que mais tem



utilizado o voto electrónico. Seria em Novembro de 2003 que se realizariam as primeiras eleições municipais bem como de quadros escolares de modo totalmente electrónico, fosse pela Internet ou pelo telefone. É de referir ainda o projecto da Comissão Europeia de *Cibervoto* o qual teve como objectivo o estudo das potencialidades e vulnerabilidades do voto electrónico, através da Internet móvel e fixa. O projecto foi iniciado em 2000 e terminou em 2003, tendo na base três experiências que ocorreram em França, Alemanha e Suécia. O projecto permitiu um conjunto de indicações no sentido da melhor apreensão do voto electrónico como uma ferramenta provável cuja investigação e experiência necessitam de mais desenvolvimento.

A implementação de um sistema de voto electrónico nas eleições Portuguesas tem vindo a ser ponderado e testado, pelo menos, desde 1997 com a primeira experiência piloto, levada a cabo na freguesia de São Sebastião da Pedreira, a propósito das eleições autárquicas, à qual se seguiram outras três experiências. A segunda experiência foi testada com base nas eleições autárquicas de 2001 e foi concretizada nas freguesias de Sobral de Monte Agraço, do concelho com o mesmo nome e Campelo, no concelho de Baião. A terceira experiência ocorreu nas eleições europeias de 2004. Na experiência de 2004 testou-se, pela primeira vez, o voto electrónico não presencial, através de uma plataforma *web*, com cerca de 4500 eleitores. Neste caso a experiência decorreu em nove freguesias, dispersas ao longo do país². Em 2004 a experiência levada a cabo utilizou três tecnologias diferentes, as quais vieram de dois fornecedores multinacionais – *Indra* e *Unisys* – e de um consórcio nacional - *Multicert/PT Inovação*, consistindo os três em uma máquina de voto com ecrã táctil, activado por um *smartcard*. A quarta experiência-piloto foi concretizada tendo por base as eleições legislativas de 2005 e decorreu em cinco freguesias que foram Conceição (Covilhã); Santa Iria da Azóia (Loures); São Sebastião da Pedreira, Santos-o-Velho e Coração de Jesus (Lisboa). Na experiência de 2005 também se testarem os eleitores no estrangeiro (cerca de 147.000) apesar de apenas 3% ter participado na experiência (de acordo com dados do STAPE). Em 2005 os procedimentos utilizados contemplaram

²As freguesias contempladas nesta experiência foram: **Mirandela** (Mirandela); **Paranhos** (Porto); **Mangualde** (Viseu); **São Bernardo** (Aveiro); **Sé** (Portalegre); **Belém** (Lisboa); **São Sebastião** (Setúbal); **Salvador** (Beja); **Salir** (Loulé). O total de eleitores foi de 150.000, havendo uma participação de 61.083 pessoas. Destas 9% participaram na experiência (segundo dados do Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral - STAPE).



ainda a disponibilização de suporte adequado a eleitores com necessidades especiais. Nenhuma das votações levadas a cabo nas quatro experiências contou para os resultados oficiais. Em 16 de Maio de 2008, a possibilidade do voto electrónico em Portugal seria arredada através da resolução do Governo de eliminar a votação electrónica nas eleições vindouras.

No contexto da Europa é de referir que Portugal foi o 5º país a levar a cabo experiências de voto electrónico. Antes de Portugal fizeram-no a Holanda, a Bélgica, a França e a Espanha. Em termos mundiais Portugal foi o 8º a fazê-lo, após aqueles países bem como os Estados Unidos, o Brasil e as Filipinas também o efectuarem, sendo que, como referido, são, até à actualidade, 25 países os países que já tiveram experiências de votação electrónica a nível político (de acordo com dados da Agência para a Sociedade do Conhecimento – Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior).

A ponderação acerca da possibilidade de implementação do sistema de voto electrónico em Portugal tem tido na base as experiências efectuadas, bem como estudos centrados sobre a viabilidade técnica daquela solução, a que acresce o debate público, promovido por instituições como a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd). Estas iniciativas têm contribuído para o esclarecimento sobre a matéria da implementação em Portugal de um sistema de voto electrónico nas eleições políticas, de âmbito nacional, autárquico ou europeu.

A experiência piloto Portuguesa de voto electrónico, de 13 de Junho de 2004, foi alvo de uma avaliação científica e tecnológica por parte de dois investigadores, Zuquete e Ferreira (2004), os quais procuraram analisar os aspectos fundamentais resultantes da avaliação científica e tecnológica efectuada às soluções de votação electrónica. Com este estudo procedeu-se a uma avaliação destas soluções “com base em propriedades básicas (correção, democracia, etc.), robustez, usabilidade e mais-valias em relação à votação tradicional (i.e. com boletins em papel)” (Zuquete e Ferreira, 2004: 2). As conclusões essenciais deste estudo apontam no sentido de que “as soluções tecnológicas apresentam um grau de confiança razoável”, a ajuizar pelo “historial das empresas em causa”, faltando, no entanto, mais elementos documentais para o comprovar (Zuquete e Ferreira, 2004: 2).

Os principais aspectos positivos do voto electrónico, de acordo com aquele estudo, centram-se na possibilidade do voto electrónico como recurso que pode potenciar a mobilidade do votante bem como a diminuição do tempo

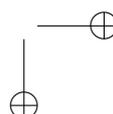
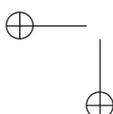




Figura 1: Fotografia de uma das máquinas de voto utilizadas na Freguesia de Sobral de Monte Agraço (eleições autárquicas de 2001)

Fonte: 2006 UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento.

de apuramento dos resultados. Quanto às propriedades básicas dos sistemas de votação electrónica existe consenso, ao cabo de duas décadas de investigação, em considerar quatro aspectos essenciais (Zuquete e Ferreira, 2004), que são a ‘correção’, a ‘democracia’, a ‘privacidade’ e a ‘verificabilidade’. A correção traduz a capacidade do sistema de não permitir a alteração dos votos, bem como a não alteração dos votos válidos e ainda a eliminação dos votos não válidos da contagem final. A democracia é o aspecto que confere apenas aos votantes autorizados a participação no acto eleitoral e apenas uma vez. A privacidade traduz o princípio da confidencialidade do voto, ou seja, da não associação do voto a uma pessoa determinada e a não demonstração do voto do próprio perante terceiros. A verificabilidade é o aspecto que confere a possibilidade a cada votante de confirmar que todos os votos foram contados correctamente e que o seu voto foi contabilizado.

No plano do debate público sobre o voto electrónico, em Portugal, o colóquio promovido pela Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd)

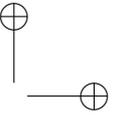
Tabela 1. Funcionalidade do mecanismo de voto electrónico

Propriedades básicas	Robustez	Usabilidade	Mais valias
Correcção	Resistência ao conluio	Facilidade de registo dos votantes	
Democracia	Disponibilidade	Facilidade de autenticação dos votantes no acto de votação	Possibilidade de voto remoto em secções de voto alheias
Privacidade	Capacidade de interrupção e continuação	Robustez do mecanismo de autenticação	Possibilidade de voto remoto em qualquer lugar
Verificabilidade	Capacidade de protestar anonimamente Capacidade de auditoria durante a eleição Capacidade de auditoria após a eleição		

Fonte: Zuquete e Ferreira, 2004: 2.

em 7 de Dezembro de 2005, na Assembleia da Republica, intitulado “Voto Electrónico e Privacidade dos Eleitores” procurou promover a discussão sobre esta matéria e centrou-se na viabilidade desta solução de votação bem como na importância de se assegurar a privacidade dos votantes. De acordo com a contribuição de José Valença, no âmbito deste colóquio, há a reter que “os projectos piloto não parecem indicar ganhos significativos de segurança, eficácia e mobilidade” e ainda que “o requisito de mobilidade exige o voto remoto e isso implica uma reformulação não desprezável das noções essenciais (círculo eleitoral, assembleia de voto, registo de eleitores, etc.) e flexibilização das suas restrições mútuas” (Valença, 2005).

A investigação sobre esta matéria, no plano financeiro foi outra das preocupações acauteladas pelo Estado português. O estudo promovido pela UMIC (Agência para a Sociedade do Conhecimento), através da *Deloitte*, em 2006, incidiu no impacto financeiro do voto electrónico, tendo concluído pela sua onerosidade face às possíveis vantagens de participação eleitoral. Na verdade, o tempo médio de apuramento dos resultados das votações anda em torno das



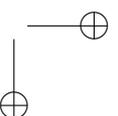
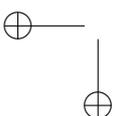
seis horas, o que não justificaria um investimento em termos de voto electrónico a nível nacional, em todos os locais de voto, ou através de outras soluções como a Internet.

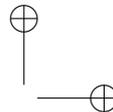
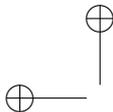
Em termos gerais tem-se verificado que em Portugal não tem havido circunstâncias que propiciem a utilização do voto electrónico, de modo extensivo, tendo em conta que os custos que o mesmo envolve são, tendencialmente, superiores às suas vantagens. De entre estas vantagens destaca-se o designado ‘voto de mobilidade’, o qual traduz a possibilidade da votação a distância em situações de deslocamento dos eleitores, por motivos de emigração ou migração nacional. No entanto, neste caso o processo eleitoral para a Assembleia da Republica tem previsto o voto por correspondência.

Consideramos, contudo, que a matéria da votação electrónica deve poder rever-se à luz da natural evolução das circunstâncias não apenas tecnológicas, mas também políticas e sociais. Numa época onde a facilitação de procedimentos constitui uma plataforma de entendimento comum no sentido da melhor satisfação das necessidades dos cidadãos deve procurar-se rever, permanentemente, as respostas do sistema político em matéria de comunicação política, no plano eleitoral. Ou seja, consideramos que os estudos de viabilidade do voto electrónico devem contemplar, para além das componentes técnica, política e financeira, também a visão e a receptividade social, por parte dos cidadãos, em relação a um mecanismo cuja aplicação extensiva constituirá, a nosso ver, uma matéria a considerar e a rever, de modo premente, num futuro que passará pela utilização de recursos e mecanismos de base electrónica, também no plano do acto eleitoral.

2. Metodologia

O artigo presente tem na base uma sondagem à opinião pública que foi aplicada a um universo representativo de eleitores. O enfoque do universo deste estudo é o da área urbana do distrito de Lisboa, também designada Grande Lisboa (INE - Instituto Nacional de Estatística). O distrito de Lisboa é constituído por 16 concelhos, sendo que neste estudo consideraremos a parte que é constituída pelos oito concelhos limítrofes de Lisboa, que são Lisboa (o maior concelho, a nível nacional, com 53 freguesias), Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, constituída por 1 568 199





indivíduos recenseados nesta área. A escolha desta área como universo de estudo da temática do voto electrónico constitui uma decisão baseada no facto desta ser uma área central, em termos de decisão política, a nível nacional. Consideramos ainda que pela natureza do assunto em causa, que tem a ver com a utilidade dos recursos electrónicos na votação, consideramos que podemos tomar estes dados como um indicador de um fenómeno que poderá ter percepção idêntica no plano mais amplo do Estado português, caso o estudo fosse realizado com essa amplitude.

O questionário na base deste estudo constitui uma adaptação do questionário aplicado durante a segunda experiência-piloto de voto electrónico em Portugal, a propósito das eleições autárquicas de 2001, desenvolvido pelo Observatório da Sociedade da Informação e Conhecimento e a Agência para a Sociedade e Conhecimento (UMIC).

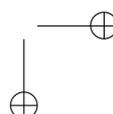
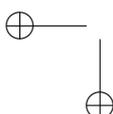
A amostra utilizada é de tipo aleatório no que se refere à selecção das freguesias, a qual foi efectuada por classes de freguesias, de acordo com a sua dimensão, tendo por base a actualização de 2007 do recenseamento eleitoral da população efectuada pelo STAPE³. Numa fase seguinte segmentou-se a amostra de acordo com quotas de sexo e idade, tendo por base os dados do recenseamento geral da população. O erro de amostragem desta sondagem, para um total da amostra de 500 indivíduos, foi estimado em $\pm 4,6\%$ para um nível de confiança de 95%.

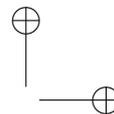
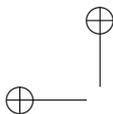
A recolha de dados foi realizada de acordo com a técnica do *random routing*, durante os fins-de-semana de 29 e 30 de Novembro de 2008 e 1, 6 e 7 de Dezembro de 2009 e foi da responsabilidade do ISCSP.

3. Resultados do estudo

Os objectivos deste estudo são o de identificar um conjunto de tendências, no plano dos comportamentos e atitudes dos eleitores, em análise, bem como a avaliação das suas percepções acerca das vantagens e desvantagens da utilização do voto electrónico. Os resultados deste estudo baseiam-se no apuramento estatístico de um conjunto de variáveis-chave, para as quais apresentaremos tendências baseadas nas suas frequências bem como no seu cruzamento com outras variáveis, hipoteticamente, independentes de natureza

³STAPE: Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral.





sócio-demográfica. As variáveis dependentes que analisaremos, em seguida, são as seguintes:

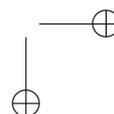
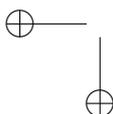
- Conhecimento sobre o voto electrónico ('Já ouviu falar sobre...')
- Utilização do voto electrónico (em alguma circunstância)
- Disposição para a sua utilização em futuras eleições políticas
- Vantagens e desvantagens, a nível individual, da sua utilização
- Vantagens e desvantagens, a nível nacional, da sua utilização
- Classificação/atitude sobre o voto electrónico, em termos de segurança
- Atitude em relação à utilização do voto electrónico, por telefone, ATM, Internet e SMS

As variáveis, hipoteticamente, independentes que consideraremos são o género, a idade, as habilitações e a ocupação. Aplicámos o teste do qui-quadrado com vista a uma melhor inferência acerca do significado estatístico da relação entre as variáveis consideradas.

Colocamos como hipótese a seguinte: os eleitores, em análise, apresentam, na maioria, disponibilidade em relação ao uso do voto electrónico e posicionam-se, favoravelmente, no plano das vantagens da sua utilização.

As principais tendências que podemos retirar desta sondagem apontam no sentido de que a maioria dos indivíduos 'já ouviu falar sobre o voto electrónico' (59%); apenas uma parte ínfima dos indivíduos em estudo, cerca de 6%, utilizou o voto electrónico para votar em alguma circunstância e que cerca de metade (cerca de 51%) dos indivíduos apresenta disponibilidade para votar deste modo em eleições políticas. Estas relações permitem-se concluir que o voto electrónico é uma realidade conhecida da maioria dos votantes, em análise, apesar de apenas uma sua parte ínfima (cerca de 6%) o ter utilizado, sendo que a maioria dos votantes está receptivo à sua utilização em eleições políticas.

Em termos de cruzamentos de variáveis verifica-se que o género não introduz diferenciação como variável independente na sua relação com qualquer das variáveis deste estudo, o que pode ser analisado quer pelos



2. Exposição ao voto electrónico

		Sim	Não	Total
Já ouviu falar sobre o voto electrónico	Frequência	295	205	500
	Percentagem	59,0	41,0	100,0
Uso do voto electrónico	Frequência	29	471	500
	Percentagem	5,8	94,2	100,0
Disponibilidade para votar	Frequência	256	244	500
	Percentagem	51,2	48,8	100,0

resultados dos apuramentos quer pelo valor da significância do teste do qui-quadrado.

No que se refere ainda à variável ‘já ouviu falar sobre o voto electrónico’ e ao seu cruzamento com a variável ‘idade’ verifica-se que os escalões até aos 59 anos são os mais identificados com este assunto (tabela I em anexos). Há um decréscimo importante no escalão etário com mais de 60 anos. O mesmo se passa em termos de habilitações literárias com os grupos a partir do 3º ciclo a destacarem-se com a mesma tendência (tabela III em anexos). Tendência idêntica encontra-se no cruzamento com a ocupação (tabela V em anexos), com os grupos considerados ‘profissionalmente’ activos (trabalhadores por conta própria, por conta de outrem) a identificarem-se mais pela positiva com a pergunta.

Na variável ‘alguma vez utilizou o voto electrónico’ (6%) não se fez qualquer cruzamento por aquela não permitir um aprofundamento estatisticamente válido.

Na análise da variável ‘disponibilidade para utilizar o voto electrónico’ (cerca de 51%, SIM) as tendências principais vão no sentido de que, de novo, se destacam os escalões etários até aos 59 anos, pela afirmativa, à pergunta (tabela VII em anexos). O mesmo se passa em termos de habilitações literárias com os grupos a partir do 3º ciclo a destacarem-se com a mesma tendência (tabela IX em anexos). De novo, tendência idêntica encontra-se no cruzamento daquela variável com a ocupação (tabela XI em anexos), com os grupos considerados ‘profissionalmente’ activos a identificarem-se mais pela positiva com a pergunta.

Os comportamentos e atitudes de interesse e identificação com o voto electrónico, ainda que estatisticamente contemplem proporções minoritárias

da população eleitora, não podem deixar de ser relacionados, no plano socio-político, com a inclusão e participação social.

Em matéria de tendências gerais quanto às vantagens do voto electrónico, percebidas a nível individual, pelos eleitores (tabela 3) encontramos a simplicidade (cerca de 24%); a rapidez (cerca de 19%) e a facilidade do acto de votar (cerca de 7%)⁴. As desvantagens do voto electrónico, a nível individual (tabela 4), são entendidas pelos eleitores em termos de dificuldade (cerca de 9%), de não facilitação da identificação dos candidatos (cerca de 5%) e de não facilitação do acto de voto dos cidadãos com dificuldades motoras (cerca de 20%), resposta esta que é a que tem maior destaque de entre as que são apresentadas.

3. Vantagens, a nível individual, do uso do voto electrónico

	N	Percentagem	Percentagem de casos
Simple	145	24,3%	29,0%
Rápido	114	19,1%	22,8%
Facilita a identificação	11	1,8%	2,2%
Facilita o acto de voto	41	6,9%	8,2%
Outro	13	2,2%	2,6%
NS.N.Aplic.	272	45,6%	54,4%
Total	596	100,0%	119,2%

Notas: NS: Não sabe; N. Aplic.: Não aplicável.

Quanto às vantagens, no plano nacional, sentidas pelos eleitores (tabela 5) verifica-se que as principais tendências indicam no sentido da menor abstenção (cerca de 17%); da maior rapidez nos resultados (cerca de 21%); da facilidade de contagem dos votos (cerca de 13%); do maior envolvimento da população no acto eleitoral (cerca de 8%). Ou seja, encontramos um conjunto de vantagens do voto electrónico que indicam no sentido da maior participação eleitoral a avaliar pela importância da percepção, por parte dos eleitores, acerca da menor abstenção e do maior envolvimento da população na eleição.

⁴ A percentagem de indivíduos que não sabe ou não responde a esta pergunta constitui a maioria das respostas, decorrente de a primeira pergunta cerca do voto electrónico ('já ouviu falar sobre o voto electrónico?') ser um filtro para todas as restantes, uma vez que não se fez mais nenhuma pergunta aos indivíduos que disseram não (excepto as perguntas de caracterização sócio-demográfica).

4. Desvantagens, a nível individual, do uso do voto electrónico

	N	Percentagem	Percentagem de casos
É difícil	43	8,5%	8,6%
Não facilita a identificação do(s) candidato(s)	27	5,3%	5,4%
Dificulta o acto de voto dos cidadãos com dificuldades visuais/motoras	99	19,6%	19,8%
Outro	30	5,9%	6,0%
NS.N.Aplic.	306	60,6%	61,2%
Total	505	100,0%	101,0%

5. Vantagens, a nível nacional, do uso do voto electrónico

	N	Percentagem	Percentagem de casos
Menos abstenção	88	16,6%	17,6%
Maior rapidez nos resultados	111	20,9%	22,2%
Facilidade de contagem dos votos	70	13,2%	14,0%
Maior envolvimento da população no acto eleitoral	38	7,2%	7,6%
Outro	3	,6%	,6%
NS.N.Aplic.	221	41,6%	44,2%
Total	531	100,0%	106,2%

As desvantagens, no plano nacional, são em primeiro lugar as dificuldades da população em usar este modo de voto (cerca de 31%); o maior custo a nível nacional (cerca de 11%) e as dificuldades/erros de contagem dos votos (cerca de 6%).

Encontramos, neste conjunto de respostas, uma avaliação preponderante sobre aspectos que, normalmente, não são ponderados nos estudos efectuados sobre o voto electrónico e que incidem sobretudo em questões ligadas à fiabilidade, segurança, privacidade e que neste caso se saldaram pela percepção da dificuldade associada ao mecanismo do voto electrónico, o que numa população com menos estudos e mais idosa pode ser um obstáculo incontornável e desincentivante em termos de acto de votação. No caso da população portuguesa o seu envelhecimento, à semelhança de tantos países europeus, associado a uma baixa escolaridade e dificuldade na utilização das novas tecnologias, em parte

6. Desvantagens, a nível nacional, do uso do voto electrónico

	N	Percentagem	Percentagem de casos
Maior custo a nível nacional	56	11,0%	11,2%
Dificuldades da população em utilizar este modo de voto	156	30,6%	31,2%
Dificuldades/erros de contagem dos votos	28	5,5%	5,6%
Outro	8	1,6%	1,6%
NS.N.Aplic.	262	51,4%	52,4%
Total	510	100,0%	102,0%

significativa desta população, deve ser um obstáculo importante a ser considerado em possíveis revisões acerca da possibilidade da utilização do voto electrónico como recurso nas eleições políticas.

Quando se consideram as atitudes dos eleitores relativamente à segurança do voto electrónico, um tópico da maior relevância e recorrente na análise das potencialidades deste recurso concluímos que o ‘anonimato’ e a ‘contagem do voto’ são entendidos como *items* que se apresentam, preponderantemente, seguros (entre o ‘totalmente seguro’ e o ‘seguro’), como se pode observar na tabela 7. Quando se pergunta pela ‘inalterabilidade do voto’ é menor, em comparação com os aspectos anteriores, a proporção de eleitores que vêm este como um tópico seguro. A percepção dos eleitores quanto aos aspectos, correntemente, abordados no plano tecnológico do voto electrónico vai no sentido de evidenciar segurança quanto ao que diz respeito ao ‘anonimato’ e à ‘contagem do voto’, o mesmo não se passando com a ‘inalterabilidade do voto’, o que pode revelar alguma perplexidade e desconfiança num recurso cuja utilização não é, correntemente, abordada publicamente, em termos de votação política, como é o voto electrónico. No entanto pode afirmar-se que o saldo é positivo no plano da atitude dos eleitores em relação à utilização do voto electrónico em eleições políticas.

Quanto à atitude dos eleitores relativamente à utilização do voto electrónico por diferentes formas (tabela 8) verifica-se que o voto com o qual estes mais se identificam, e de modo notório, é o voto pela Internet (cerca de 43%). Encontramos em seguida os votos pela rede ATM (cerca de 26%) e o voto pelo telefone (cerca de 27%), sendo que o voto por sms é também considerado

7. Classificação/atitude sobre o voto electrónico, em termos de segurança

		Total- mente seguro	Seguro	Pouco seguro	Nada seguro	NS.N. Aplic.
Anonimato	Contagem	85	119	86	34	176
	Linha N %	17,0%	23,8%	17,2%	6,8%	35,2%
Contagem do voto	Contagem	82	146	65	26	181
	Linha N %	16,4%	29,2%	13,0%	5,2%	36,2%
Inalterabilidade do voto	Contagem	54	109	109	36	192
	Linha N %	10,8%	21,8%	21,8%	7,2%	38,4%

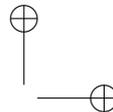
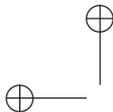
8. Atitude em relação à utilização do voto electrónico, por telefone, ATM, Internet e SMS

		Sim	Não	NS.N.Aplic.
Voto pela rede ATM	Contagem	131	210	159
	Linha N %	26,2%	42,0%	31,8%
Voto por internet	Contagem	216	131	153
	Linha N %	43,2%	26,2%	30,6%
Voto por SMS	Contagem	115	225	160
	Linha N %	23,0%	45,0%	32,0%
Voto por telefone	Contagem	133	207	160
	Linha N %	26,6%	41,4%	32,0%

Notas: ATM: *Asynchronous Transfer Mode* - Modo de Transferência Assíncrono; SMS: *Silent Messaging Service*.

como uma opção por uma parcela, ligeiramente, menor de inquiridos (cerca de 23%), quando em comparação com os restantes. Verifica-se que uma das modalidades mais utilizadas, em termos de voto electrónico, à excepção da colocação de máquinas no local de voto, que é a Internet, constitui-se como uma opção clara em termos de preferência por parte dos eleitores. Esta indicação pode ser relevante no plano de se procurar encontrar os formatos de votação electrónica que geram maior receptividade por parte dos eleitores.

Após esta leitura dos resultados resta-nos lembrar a hipótese, inicialmente, formulada para a confirmar, uma vez que, como revisto, ‘os eleitores em análise apresentam, na maioria, disponibilidade em relação ao uso do voto electrónico e posicionam-se, favoravelmente, no plano das vantagens da sua



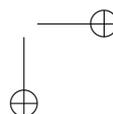
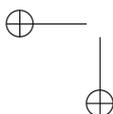
utilização'. A maioria dos indivíduos (cerca de 51%) referiu ter disponibilidade para votar através do voto electrónico. Consideramos este valor significativo pois a temática do voto electrónico é escassa ou quase nunca abordada no plano informativo, quer através da comunicação social, quer através da investigação científica portuguesa. Pouco menos de metade da população em estudo (cerca de 46%) percebe vantagens no voto electrónico e admite de modo notório preferência pela modalidade de Internet, assim como entende este mecanismo como seguro, no plano do anonimato e da contagem dos votos. Por último, temos de relevar ainda que consideramos significativas as tendências encontradas junto do eleitorado em análise, o qual não é representativo do conjunto dos eleitores a nível nacional mas é relevante por se situar próximo dos centros de decisão política, a nível nacional, como é o caso da área da Grande Lisboa.

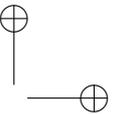
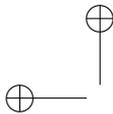
4. Considerações finais

Como revimos, diversos têm sido os contributos centrados na adequação das soluções de voto electrónico à expressão política do voto nos diversos sistemas políticos que o têm implementado, no plano da designada *e-democracy*. Diversos têm sido também os contributos que evidenciam as particularidades tecnológicas do voto electrónico, ao longo da sua utilização desde 1965, com destaque para as soluções, potencialidades e fragilidades de ordem técnica deste mecanismo de voto.

O contributo presente procurou analisar, como objectivo central, a percepção que os eleitores têm acerca do voto electrónico, nas suas particularidades, nas suas vantagens e inconvenientes, de modo a colocar no centro da decisão aqueles que poderão usufruir das prováveis vantagens deste recurso de votação, ou sejam, os eleitores. Ou seja com o estudo presente procurámos centrar a análise na percepção social, por parte da opinião pública, acerca da utilização do voto electrónico.

Após esta leitura dos resultados resta-nos lembrar a hipótese, inicialmente, formulada para a confirmar, uma vez que, como revisto 'os eleitores, em análise, apresentam, na maioria, disponibilidade em relação ao uso do voto electrónico e posicionam-se, favoravelmente, no plano das vantagens da sua utilização'. A maioria dos indivíduos (cerca de 51%) referiu ter disponibili-





dade para votar através do voto electrónico. Consideramos este valor significativo pois a temática do voto electrónico é escassa ou quase nunca abordada no plano informativo, quer através da comunicação social, quer através da investigação científica portuguesa. Pouco menos de metade da população em estudo (cerca de 46%) percebe vantagens no voto electrónico e admite de modo notório preferência pela modalidade de Internet, assim como entende este mecanismo como seguro, no plano do anonimato e da contagem dos votos.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, R. Michael, Thad E. Hall (2008), *Electronic Elections: The Perils and Promises of Digital Democracy*, New Jersey, Princeton.

CANAVILHAS, João (2009), “E-campanhas eleitorais em Portugal: os novos meios nas Europeias de 2009”, comunicação apresentada no *Comunicação, Cognição e Media – Congresso Internacional de Ciências da Comunicação*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga, Faculdade de Filosofia, 23-25 de Setembro de 2009.

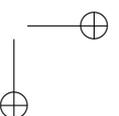
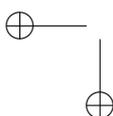
DIXON, Nicolee (2001), “E-Voting: Elections via the Internet?” in www.parliament.qld.gov.au/view/publications/research.asp?SubArea=2001&SubNav=briefs#RBR2/01

FERREIRA, Paulo Peralta (2007), *Traceable Electronic Voting*, Lisboa, Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa (Dissertação de Doutoramento).

HERRNSON, Paul S., Richard G. Niemi, Michael J. Hanmer, and Benjamin B. Bederson (2008), *Voting Technology: The Not-So-Simple Act of Casting a Ballot*, Washington D.C., Brookings Institution Press.

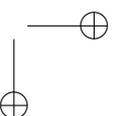
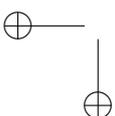
RUBIN, Aviel (2006), *Brave New Ballot: The Battle to Safeguard Democracy in the Age of Electronic Voting*, Kindle Edition.

RUBIN, Aviel (2000) “Security Considerations for Remote Electronic Voting over the Internet”. <http://www.avirubin.com/e-voting.security.html>





- SAMPFORD, Karen (2001), “E-Democracy and Election Campaigns: Recent Case Studies From USA and Developments in Australia”, in www.parliament.qld.gov.au/view/publications/documents/research/ResearchBriefs/2001/rbr0201ks.pdf
- SHARK, Alan, Sylviane Toporkoff (2008), *Beyond e-Government & e-Democracy: A Global Perspective*, Washington D.C., Public Technology Institute & Items International.
- STREB, Matthew (2008), *Rethinking American Electoral Democracy (Controversies in Electoral Democracy and Representation)*, New York, Routledge.
- VALENÇA, José (2005), “Segurança do Voto Electrónico – Voto Electrónico vs Voto Presencial Assitido”, in *Colóquio Voto Electrónico e Privacidade dos Eleitores*, Comissão Nacional de Protecção de Dados, Lisboa, Assembleia da República, 7 de Dezembro de 2005.
- ZUQUETE, André, Paulo Ferreira (2004), *Relatório de Consultadoria - No âmbito do experiência piloto de Votação Electrónica efectuada a 13 de Junho de 2004*, IEETA/UA, INESC ID/IST, 26 de Julho de 2004.



Anexos

Tabela I – Já ouviu falar sobre o voto electrónico por idade

	18-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 e mais anos	Total
Sim						
Contagem	94	57	51	43	50	295
% por Já ouviu falar voto electr	31,9%	19,3%	17,3%	14,6%	16,9%	100,0%
% por idade	69,1%	73,1%	64,6%	69,4%	34,5%	59,0%
% do total	18,8%	11,4%	10,2%	8,6%	10,0%	59,0%
Não						
Contagem	42	21	28	19	95	205
% por Já ouviu falar voto electr	20,5%	10,2%	13,7%	9,3%	46,3%	100,0%
% por idade	30,9%	26,9%	35,4%	30,6%	65,5%	41,0%
% do total	8,4%	4,2%	5,6%	3,8%	19,0%	41,0%
Total						
Contagem	136	78	79	62	145	500
% por Já ouviu falar voto electr	27,2%	15,6%	15,8%	12,4%	29,0%	100,0%
% por idade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% do total	27,2%	15,6%	15,8%	12,4%	29,0%	100,0%

Tabela II – Qui-quadrado

	Valor	df	Asymp. Sig. (2-lados)
Pearson	51,932 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	51,902	4	,000
Linear-by-Linear Association	34,749	1	,000
N casos válidos	500		

Nota: 0 células (,0%) têm expectativa de contagem menor do que 5. O mínimo esperado é 25,42.

Tabela III – Já ouviu falar sobre o voto electrónico por habilitações

	Não sabe ler nem escrever	1º ciclo ou equiv.	2º ciclo ou equiv.	3º ciclo ou equiv.	Ensino sec. (e curso médio)	Total
Sim						
Contagem	0	48	118	34	95	295
% por Já ouviu falar voto electr	,0%	16,3%	40,0%	11,5%	32,2%	100,0%
% por habilitações	,0%	34,5%	62,1%	81,0%	82,6%	59,0%
% do total	,0%	9,6%	23,6%	6,8%	19,0%	59,0%
Não						
Contagem	14	91	72	8	20	205
% por Já ouviu falar voto electr	6,8%	44,4%	35,1%	3,9%	9,8%	100,0%
% por habilitações	100,0%	65,5%	37,9%	19,0%	17,4%	41,0%
% do total	2,8%	18,2%	14,4%	1,6%	4,0%	41,0%
Total						
Contagem	14	139	190	42	115	500
% por Já ouviu falar voto electr	2,8%	27,8%	38,0%	8,4%	23,0%	100,0%
% por habilitações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% do total	2,8%	27,8%	38,0%	8,4%	23,0%	100,0%

Tabela IV – Qui-quadrado

	Valor	df	Asymp. Sig. (2-lados)
Pearson	90,169 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	98,370	4	,000
Linear-by-Linear Association	79,509	1	,000
N casos válidos	500		

Nota: 0 células (,0%) têm expectativa de contagem menor do que 5. O mínimo esperado é 5,74.

Tabela V – Já ouviu falar sobre o voto electrónico por ocupação

	Tra- balha conta própria	Tra- balha conta outrem	Desempr. e procura 1º emprego	Estu- dante	Domés- tica (dona casa)	Re- for- mado	Total
Sim							
Contagem	36	158	21	40	9	31	295
% por Já ouviu falar voto electr	12,2%	53,6%	7,1%	13,6%	3,1%	10,5%	100,0%
% por ocupação	66,7%	69,3%	60,0%	74,1%	40,9%	29,0%	59,0%
% do total	7,2%	31,6%	4,2%	8,0%	1,8%	6,2%	59,0%
Não							
Contagem	18	70	14	14	13	76	205
% por Já ouviu falar voto electr	8,8%	34,1%	6,8%	6,8%	6,3%	37,1%	100,0%
% por ocupação	33,3%	30,7%	40,0%	25,9%	59,1%	71,0%	41,0%
% do total	3,6%	14,0%	2,8%	2,8%	2,6%	15,2%	41,0%
Total							
Contagem	54	228	35	54	22	107	500
% por Já ouviu falar voto electr	10,8%	45,6%	7,0%	10,8%	4,4%	21,4%	100,0%
% por ocupação	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% do total	10,8%	45,6%	7,0%	10,8%	4,4%	21,4%	100,0%

Tabela VI – Qui-quadrado

	Valor	df	Asymp. Sig. (2-lados)
Pearson	59,256 ^a	5	,000
Likelihood Ratio	59,412	5	,000
Linear-by-Linear Association	44,009	1	,000
N casos válidos	500		

Nota: 0 células (,0%) têm expectativa de contagem menor do que 5. O mínimo esperado é 9,02.

Tabela VII – Disponibilidade para votar por idade

	18-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 e mais anos	Total
Sim						
Contagem	85	54	48	35	34	256
% por Dispon para votar	33,2%	21,1%	18,8%	13,7%	13,3%	100,0%
% por idade	62,5%	69,2%	60,8%	56,5%	23,4%	51,2%
% do total	17,0%	10,8%	9,6%	7,0%	6,8%	51,2%
Não						
Contagem	51	24	31	27	111	244
% por Dispon para votar	20,9%	9,8%	12,7%	11,1%	45,5%	100,0%
% por idade	37,5%	30,8%	39,2%	43,5%	76,6%	48,8%
% do total	10,2%	4,8%	6,2%	5,4%	22,2%	48,8%
Total						
Contagem	136	78	79	62	145	500
% por Dispon para votar	27,2%	15,6%	15,8%	12,4%	29,0%	100,0%
% por idade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% do total	27,2%	15,6%	15,8%	12,4%	29,0%	100,0%

Tabela VIII – Qui-quadrado

	Valor	df	Asymp. Sig. (2-lados)
Pearson	65,368 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	67,934	4	,000
Linear-by-Linear Association	47,053	1	,000
N casos válidos	500		

Nota: 0 células (,0%) têm expectativa de contagem menor do que 5. O mínimo esperado é 30,26.

Tabela IX – Disponibilidade para votar por habilitações

	Não sabe ler nem escrever	1º ciclo ou equiv.	2º ciclo ou equiv.	3º ciclo ou equiv.	Ensino sec. (e curso médio)	Total
Sim						
Contagem	0	34	107	30	85	256
% por Dispon para votar	,0%	13,3%	41,8%	11,7%	33,2%	100,0%
% por habilitações	,0%	24,5%	56,3%	71,4%	73,9%	51,2%
% do total	,0%	6,8%	21,4%	6,0%	17,0%	51,2%
Não						
Contagem	14	105	83	12	30	244
% por Dispon para votar	5,7%	43,0%	34,0%	4,9%	12,3%	100,0%
% por habilitações	100,0%	75,5%	43,7%	28,6%	26,1%	48,8%
% do total	2,8%	21,0%	16,6%	2,4%	6,0%	48,8%
Total						
Contagem	14	139	190	42	115	500
% por Dispon para votar	2,8%	27,8%	38,0%	8,4%	23,0%	100,0%
% por habilitações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% do total	2,8%	27,8%	38,0%	8,4%	23,0%	100,0%

Tabela X – Qui-quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	87,079 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	95,577	4	,000
Linear-by-Linear Association	74,553	1	,000
N of Valid Cases	500		

Nota: 0 células (,0%) têm expectativa de contagem menor do que 5. O mínimo esperado é 6,83.

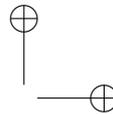
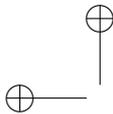
Tabela XI – Disponibilidade para votar por ocupação

	Tra- balha conta própria	Tra- balha conta outrem	Desem- pregado e procura 1º empr.	Estu- dante	Domés- tica (dona de casa)	Refor- mado	Total
Sim							
Contagem	29	140	19	39	8	21	256
% por Dispon para votar	11,3%	54,7%	7,4%	15,2%	3,1%	8,2%	100,0%
% por ocupação	53,7%	61,4%	54,3%	72,2%	36,4%	19,6%	51,2%
% do total	5,8%	28,0%	3,8%	7,8%	1,6%	4,2%	51,2%
Não							
Contagem	25	88	16	15	14	86	244
% por Dispon para votar	10,2%	36,1%	6,6%	6,1%	5,7%	35,2%	100,0%
% por ocupação	46,3%	38,6%	45,7%	27,8%	63,6%	80,4%	48,8%
% do total	5,0%	17,6%	3,2%	3,0%	2,8%	17,2%	48,8%
Total							
Contagem	54	228	35	54	22	107	500
% por Dispon para votar	10,8%	45,6%	7,0%	10,8%	4,4%	21,4%	100,0%
% por ocupação	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% do total	10,8%	45,6%	7,0%	10,8%	4,4%	21,4%	100,0%

Tabela XII – Qui-quadrado

	Valor	df	Asymp. Sig. (2-lados)
Pearson Qui quadrado	63,951 ^a	5	,000
Likelihood Ratio	67,303	5	,000
Linear-by-Linear Association	39,040	1	,000
N casos válidos	500		

Nota: 0 células (,0%) têm expectativa de contagem menor do que 5. O mínimo esperado é 10,74.



A “Era do conhecimento” e as Problemáticas Globais: Manifestações de Cidadania Participativa na Sociedade da Informação

Victor Marques dos Santos

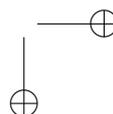
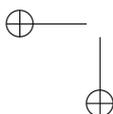
*Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa
(ISCSP-UTL)*

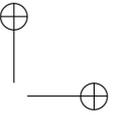
E-mail: vmdossantos@hotmail.com

INTRODUÇÃO¹

Desde há cerca de três décadas, os discursos políticos integram com frequência crescente, expressões como *sociedade civil*, interesses ou problemáticas comuns globais, e utilizam termos como cidadania, governação e globalização. Neste contexto, torna-se pertinente, para além da análise dos conteúdos, tentar perceber a lógica subjacente, tanto à recuperação deste vocabulário, como à articulação estabelecida pela esfera política entre alguns dos conceitos referidos. Procura-se, assim, identificar os objectivos, as finalidades e as novas estratégias discursivas utilizadas ao serviço da construção social de uma realidade que se pretende determinante das perspectivas e das expectativas e, em última análise, condicionante das atitudes e orientadora dos comportamentos individuais e colectivos.

¹Algumas das partes do texto constituem adaptações dos seguintes textos do autor, já publicados ou aguardando publicação: 2009, *Sociedade Civil Transnacional. Actores e Forças de Pressão nas Relações Internacionais*, “Introdução”, Lisboa, ISCSP-UTL, aguardando publicação em 2009; 2001, *A Humanidade e o seu Património. Reflexões Contextuais sobre Conceptualidade Evolutiva e Dinâmica Operatória em Teoria das Relações Internacionais*, Capítulo VI, Lisboa, ISCSP-UTL; 2002, *Conhecimento e Mudança. Para uma Epistemologia da Globalização*, Lisboa, ISCSP-UTL; 2005, “Abordagens Cognitivistas da Política Internacional. Percepção, Discurso e Construção Social da Realidade”, texto de apoio à conferência proferida ao Curso de Política Externa Nacional do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2 de Novembro de 2005. pp. 25-29, texto policopiado; 2006, “Global Civil Society: The Rise of a New Global Actor?”, especialmente do ponto “The Role of Epistemic Communities”, in *Nação e Defesa*, 3.ª série, n.º 113, Lisboa, IDN-MNE, Abril de 2006, pp. 157-177; 2009, “Textos de Apoio às Lições da Disciplina de Análise e Agenda Internacional”, 3.º ano, 1.º semestre, do 1.º ciclo (licenciatura) de Ciências da Comunicação, Lisboa, ISCSP-UTL. Texto policopiado.



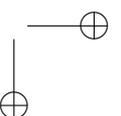
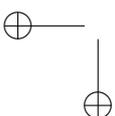


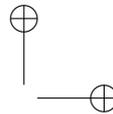
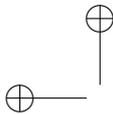
Neste sentido, abordaremos a noção de *sociedade civil* e as articulações que a mesma estabelece com os conceitos de *espaço* e *conhecimento*, considerados como os recursos que, no contexto da “sociedade de informação” e da “era do conhecimento”, lhe permitem adquirir capacidades de participação expressas através de formas de intervenção social activa. Neste plano, acentua-se a importância de alguns dos novos actores sociais característicos da “sociedade da informação” e da “era do conhecimento”. Referiremos, de forma breve, os enquadramentos político, institucional e normativo. Nas reflexões finais sobre as soluções adaptativas para as problemáticas identificadas, tentaremos acentuar o significado das alterações de atitude e de comportamento dos estados, derivadas da exigência de adaptação das soberanias, aos efeitos da articulação estabelecida entre a *sociedade civil* e os novos recursos, e cujas tentativas se reflectem no referido enquadramento normativo, convencional e institucional.

Sobre a Noção de Sociedade Civil

A expressão e a noção de *sociedade civil* podem ser encontradas desde a Grécia clássica, passando pelos trabalhos de Cícero e de outros autores romanos, que a utilizaram para diferenciar a sociedade humana, racional e governada pela lei, permitindo uma sistematização embrionária da teoria política e articulando a sociedade civil com o estado, perspectivando o desenvolvimento das respectivas actividades em esferas separadas, embora sem uma abordagem aos interesses individuais (Ehrenberg, 1999, 5 e 109). Mais tarde, Hobbes, Grotius, Locke, Puffendorf elaboraram sobre o conceito, designadamente na sua extensão contratual (Parekh, 2004, 15).

A ideia moderna de *sociedade civil* surge com a primeira geração de iluministas, designadamente com Montesquieu, inserindo-se no vocabulário filosófico e no pensamento político do século XVIII (Carothers, 1999, 18; Ehrenberg, 1999, 145 e segs.). Mas a partir de então, e durante cerca de século e meio, o discurso sobre a *sociedade civil* “desapareceu virtualmente da vida intelectual e política” (Keane, 1998, 13) registando-se apenas uma utilização pontual do conceito por intelectuais, filósofos, e académicos em articulação com estudos sociológicos, do pensamento político e da Ciência Política, desde Kant a Tocqueville, a Hegel, a Marx e a Engels, a Weber e a Gramsci,





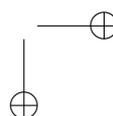
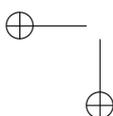
referindo-se a contextos analíticos geralmente limitados ao ambiente social e relacional interno dos estados.

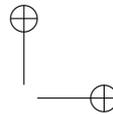
Mais recentemente, tanto a noção, como a expressão *sociedade civil*, foram recuperadas pelos meios intelectuais, académicos e políticos numa versão resultante da convergência conceptual interactiva verificada entre aqueles autores (Walzer, 2002, 7; Parekh, 2004, 19). Neste sentido, “[d]esde os comunitaristas redescobrimo o ‘capital social’ providenciado por associações locais, aos pluralistas radicais defendendo a democracia associativa, desde os teóricos críticos salientando processos de razão deliberativa, aos defensores da democracia cosmopolita, a sociedade civil tem servido como uma testa de ponte da reforma democrática” (Trentmann, 2004, 26).

A génese do interesse contemporâneo sobre a sociedade civil parece radicar na argumentação de alguns intelectuais europeus do leste que, durante o anos 1980, perspectivaram o declínio dos regimes comunistas a partir da aceleração de uma crise que representava, de facto, “a revolta da sociedade civil contra o estado” (Ehrenberg, 1999, 179 e segs.; Walzer, 2002, 7-8). Com efeito, desde a década de 1980, o conceito tem sido progressivamente introduzido no discurso social, político e ideológico como resultado da sua articulação intrínseca com questões ligadas à democracia, à cidadania, às ONGs, aos movimentos de “renovação democrática” e à globalização, tornando-se admissível considerar que, “[n]o Ocidente, em contraste [com o Leste], vivemos em sociedade civil há muitos anos, sem sabermos” (Walzer, 2002, 8).

Este facto revela o reconhecimento da importância atribuída pelas instâncias do poder, às manifestações de capacidade participativa dos actores transnacionais que integram a realidade sociológica complexa designada por *sociedade civil*. Essa capacidade adquire expressão em termos de acção colectiva, pela evidência crescente de uma coordenação transnacional desenvolvida no sentido do exercício de influência sobre os contextos decisórios da esfera política, designadamente, através das forças de pressão organizadas, na sua diversificação característica (Keane, 1998, 13).

A finalidade generalizada da satisfação de interesses próprios, muito diferenciados, através de formas de acção características desenvolvidas no sentido da concretização de objectivos específicos, torna admissível considerar que a relevância relacional dos actores da *sociedade civil* adquire expressão através de um fenómeno de consciencialização colectiva e progressivamente alargada, sobre a convergência interactiva e sinérgica, de três processos si-

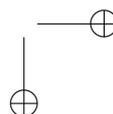
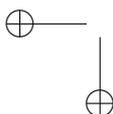




multâneos. Trata-se, em primeiro lugar, do carácter global das problemáticas e dos interesses comuns, acentuando a inevitabilidade da gestão integrada de interdependências múltiplas, diversificadas e geradoras da complexificação processual crescente, e da imperatividade da adopção de soluções comuns globalmente coordenadas. Verifica-se, em segundo lugar, a erosão progressiva das capacidades de desempenho funcional dos estados, perante a evidente necessidade de resposta colectiva a essas problemáticas, ou seja, à satisfação dos interesses e à concretização dos objectivos dos indivíduos e das sociedades, enquanto critérios de legitimação dos dirigentes e dos aparelhos decisoriais, bem como de justificação das acções políticas. Finalmente, regista-se o aumento gradual das capacidades de intervenção individuais e de organização colectiva dos grupos sociais, potenciadas pelo acesso crescente ao conhecimento, derivado da aplicação dos avanços científicos e tecnológicos às áreas da informação e da comunicação.

A definição operacional do conceito de *sociedade civil* é complexa e, geralmente, é determinada pela utilização contextual específica verificando-se que, no âmbito das RI, e perante a evolução transformacional registada, o conceito tende a transcender o plano interno ou doméstico, originário da respectiva génese, adquirindo extensão nos planos internacional e global, através de processos de transnacionalização dos relacionamentos (Santos, 2006, 157-177; Foley e Edwards, 1996, 38-52; Carothers, 1999, 18-29; Colás, 2002; Walzer, 2002; Keane, 2003). Para Michael Walzer, a expressão *sociedade civil* designa “o espaço de associação humana não coerciva e também o conjunto de redes relacionais – formadas com base na família, na fé, no interesse e na ideologia – que preenchem este espaço” (Walzer, 2002, 7).

No entanto, o conteúdo operacional do conceito de *sociedade civil*, bem como a relevância da realidade societal a que o mesmo se refere, em termos de capacidade de participação social interactiva e consequente, variam no espaço e no tempo dependendo das evoluções históricas, geoculturais e socioeconómicas das sociedades e dos respectivos discursos políticos (Parekh, 2004, 20-21). Ao mesmo tempo, as perspectivas sobre a sua constituição e natureza variam entre o “tipo-ideal” e a realidade concreta, observável e sociologicamente identificável. Neste sentido, John Keane considera a *sociedade civil*, designadamente, na sua extensão global, como “uma construção mental intencionalmente produzida, ou um ‘tipo cognitivo’” acentuando, numa abordagem descritiva, que a mesma se refere a “estruturas e actividades não





governamentais. Compreende indivíduos, lares (“*households*”), negócios com fins lucrativos, organizações não governamentais sem fins lucrativos, coligações, movimentos sociais e comunidades linguísticas e identidades culturais” (Keane, 2003, 8).

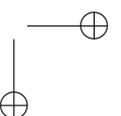
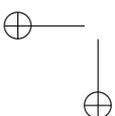
Sobre os Conceitos de Necessidade, Recurso, Interesse e Valor

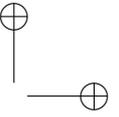
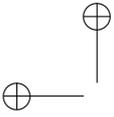
A vida das sociedades politicamente organizadas caracteriza-se e é configurada pela concepção e implementação de estratégias que permitem a satisfação das respectivas necessidades através do acesso sustentado aos recursos que permitem concretizar objectivos. No entanto, os critérios de identificação dos recursos, o valor atribuído e os próprios recursos alteram-se, na medida em que a percepção dos interesses e as perspectivas da sociedade também evoluem. Assim, se, por um lado, o recurso continua a ser um elemento instrumental indispensável ao processo de satisfação dos interesses e da concretização destes objectivos, por outro lado, a evolução destes implica que certos novos elementos sejam identificados como recursos.

A identificação de um elemento material ou imaterial como recurso, depende da função que esse elemento desempenha no processo de concretização dos interesses dos indivíduos e das sociedades. Na sua forma mais simples, o recurso articula-se directamente com a percepção de uma necessidade e com a capacidade humana de utilização de um determinado elemento no sentido da satisfação ou do preenchimento dessa necessidade. A articulação que se estabelece entre o elemento e a necessidade resulta na identificação do elemento como recurso, no desenvolvimento de uma relação de interesse, e na atribuição de um valor a esse mesmo elemento.

A sua posse, preservação, reprodução, etc., tornam-se, então, interesses do indivíduo e do grupo social. Quando, da satisfação da necessidade, depende a sobrevivência, o recurso é considerado vital, e o valor que lhe é atribuído permite identificar uma escala valorativa e uma hierarquia de interesses, originando o conceito de bem comum ou colectivo.

Estes factos encontram-se na base de uma organização social que determina prioridades, justifica hierarquias, formações e configurações políticas, formas de domínio e de gestão do poder, ao mesmo tempo que origina e se-





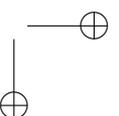
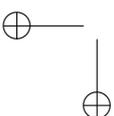
dimenta matrizes sócio-culturais, e que define espaços de domínio territorial em articulação com grupos sociais, separados entre si pelas ordens políticas e jurídicas da soberanias.

Neste contexto, a evolução do conceito de recurso articula-se com a percepção/consciençialização sobre a relação que se estabelece entre necessidade, recurso elementar, interesse e valor, num processo inerente à complexificação progressiva dos relacionamentos sociais. Neste sentido, a evolução do conceito de recurso traduz o alargamento das áreas de interesse dos indivíduos, frequentemente influenciadas pela distribuição espacial dos elementos identificados como recursos, e definidoras das relações inter-grupais inerentes à satisfação das novas necessidades induzindo, designadamente, o aparecimento de novas áreas, factores e modalidades de expressão de relacionamento conflitual.

Sendo essas áreas de expressão material, implicam que se atribua um valor ao recurso que é assim associado à noção de “bem”. No entanto, as áreas de interesses, podem não ter expressão material, permitindo perspectivar áreas de interesse e recursos intangíveis, aos quais também se atribui um valor, que podem ser preservados e reproduzidos, mas que não podem ser possuídos. O conceito de “*common concern*” reflecte o interesse das sociedades em relação a certos “bens naturais”, ou seja, a recursos que adquirem expressão identificável em contextos de equilíbrios elementares e em “processos essenciais” que, entre outras funções, permitem de forma sustentada a “viabilidade genética” do planeta, que podem ser afectados pela acção humana, que são intangíveis e que não são apropriáveis, mas que foram consagrados pela Carta Mundial da Natureza, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1982.

Neste sentido, o conceito de recurso evolui, desde os bens materiais e vitais para a sustentabilidade primária e para a sobrevivência da espécie humana e da viabilidade económica e social do grupo, até aos referidos bens intangíveis como o conhecimento, passando pelo equilíbrio interactivo entre elementos e contextos naturais, dos quais dependem a vida e a sustentabilidade de muitos outros recursos e espécies ecológicas e ambientais, a biodiversidade, o património genético, a atmosfera, os solos, as zonas húmidas, o clima, mas também os legados e os patrimónios culturais, espirituais, identitários, etc.

A preservação destes contextos de equilíbrio constitui um interesse comum da humanidade, mas é frequentemente dificultada pela partilha territorial dos espaços segundo o princípio da soberania, pelos interesses dos agentes





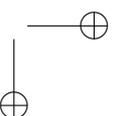
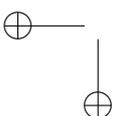
económicos e das economias dependentes da exploração desses recursos, que interferem, assim com a preservação daqueles equilíbrios.

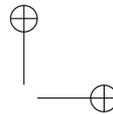
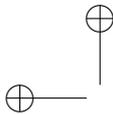
Neste contexto, poderemos considerar três aspectos. Em primeiro lugar, a atribuição de valores aos recursos mantém-se, mas os recursos a que atribuímos valores variam à medida que os objectivos mudam. Em segundo lugar, os interesses de acesso sustentado, domínio, preservação e concretização mantêm-se, mas as hierarquias e as prioridades alteram-se e manifestam-se em relação a recursos e objectivos diferentes. Finalmente, o conceito de recurso evolui e interfere através de formas diferenciadas, com os princípios da territorialidade e da soberania dos estados, bem como com os interesses políticos e económicos inerentes.

Com efeito, a identificação de novos recursos como o *espaço* e o *conhecimento*, os equilíbrios ambientais e climáticos, por parte das populações, representa a percepção e a consciencialização da sociedade civil para novas problemáticas e questões que se evidenciam como interesses comuns globais, sugerindo novas perspectivas sobre a necessidade e a correspondente exigência de satisfação, através da elaboração e da implementação de soluções internacionalmente coordenadas. Estes desenvolvimentos acentuam o carácter inequivocamente evolutivo, dos critérios de identificação dos interesses, da alteração das respectivas hierarquias e prioridades, da atribuição elementar dos valores, e da evolução das próprias identidades dos actores individuais e colectivos.

Envolvidos num processo globalizante de gestão integrada das interdependências crescentes, múltiplas e complexas, os estados são pressionados pelos actores da sociedade civil no sentido de uma coordenação de acções de governação, frequentemente evidenciadas através de políticas públicas, com o objectivo da concretização das referidas soluções. No entanto, e sem pretenderem substituir-se às instâncias do poder político, os actores sociais da sociedade civil passam agora, a atribuir legitimidade, tanto à acção política, como aos decisores, a partir de critérios de verificação efectiva da capacidade de desempenho funcional das soberanias.

A sociedade civil torna-se, assim, numa realidade complexa, multifacetada, com dinâmicas próprias, aleatórias e evolutivas, suscitando atitudes, comportamentos, lógicas e estratégias diversificadas, cujos efeitos, os estados tentam controlar ou, pelo menos influenciar, através de enquadramentos





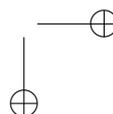
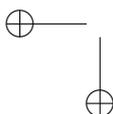
regulatórios, normativos, institucionais, instrumentais e de processos adaptativos.

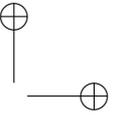
O Espaço e o Conhecimento como Recursos

A evolução dos critérios de identificação de interesses, permite verificar o estabelecimento de uma relação intrínseca entre o conceito de soberania, no plano operacional, e o conteúdo evolutivo do conceito de recurso. Esta dinâmica processual verifica-se em planos diversificados. Talvez o mais evidente seja o da conceptualização operacional do próprio espaço como recurso, retirando-lhe, de certo modo, o simbolismo inerente a uma territorialidade elementarmente fundamental, porque constitutiva do próprio estado soberano, e permitindo por consequência, a admissão do princípio do exercício exclusivo de competências jurídicas restritas e funcionalmente diferenciadas, em relação a espaços concretos.

O conceito de soberania “funcional” atribuí aos estados, a jurisdição sobre determinadas utilizações de espaços e recursos, diferenciando-se da soberania territorial. A doutrina da soberania exclusiva sobre os recursos naturais, parece tornar-se controversa quando se trata, por exemplo, de recursos não renováveis, ou de recursos vitais primários. Neste contexto, a evolução do conceito de recurso implica alterações nos conceitos de propriedade e de soberania.

Os progressos científicos e tecnológicos registados ao longo da segunda metade do século XX, permitiriam a intensificação dos esforços dos estados industrializados no plano da competição internacional pelo domínio do espaço exterior. A recomendação das Nações Unidas sobre a utilização pacífica desses espaços, (Res A.G. 1148 (XII), de 14 de Novembro de 1957 e 1348 (XIII), de 13 de Dezembro de 1958) e o encerramento do Ano Geofísico Internacional, estariam na origem da criação do Comité *Ad Hoc*, encarregado de elaborar um relatório sobre as actividades e programas previstos pelos estados, no sentido de se assegurar a utilização pacífica do espaço exterior. A utilização das órbitas geoestacionárias preferenciais e a utilização de frequências rádio-eléctricas, exemplificam a importância da utilização do espaço como recurso, bem como o carácter intangível de certos recursos considerados como “bens”, e a articulação intrínseca que se estabelece entre o espaço, o conhecimento e as tecnologias da comunicação e da informação.

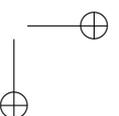
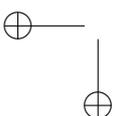


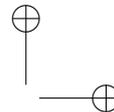
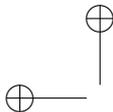


Será, no entanto, o conhecimento que, a par dessas tecnologias se evidencia como o recurso decisivo para o desenvolvimento do fenómeno da consciencialização das sociedades, bem como para o aumento das capacidades de intervenção participativa da sociedade civil. Com efeito, a importância do conhecimento perspectivado como recurso, transcende o plano objectivo do desenvolvimento de uma justiça social internacional expressa através da equidade de acesso aos benefícios, para se fixar no plano da participação esclarecida dos indivíduos, dos grupos e dos movimentos sociais, aos vários níveis dos processos decisoriais. O conhecimento torna-se, assim, um factor potencial e, eventualmente, determinante da própria sobrevivência da humanidade. É, de facto, neste sentido, que o conhecimento adquire a sua dimensão plena, como recurso vital. "No século XXI o conhecimento, como a água, é um recurso fundamental", sendo através do acesso facilitado e generalizado das populações à informação que se atingirá essa "nova fronteira", que é "a dimensão humana da globalização" (Ruggieri, 1996, 1).

Não se trata, pois, da recuperação da mensagem original de Francis Bacon, de que "o conhecimento é poder". O que parece tornar-se possível admitir é que os avanços da tecnologia e da ciência já não permitem evitar o alastramento da mensagem. Regista-se, com efeito, a superação tendencial das elites, no sentido da participação crescente dos indivíduos em termos de uma intervenção progressivamente mais esclarecida, permitindo perspectivar o conhecimento, não tanto como factor de poder, mas antes como factor de mudança. O processo será, inevitavelmente, acompanhado por atitudes e comportamentos competitivos por parte de todos os actores envolvidos, em relação às formas de acesso à informação, a um conhecimento que, pelo menos para alguns autores, continua "mais do que nunca, (...) [a ser] poder" (Nye, Jr. e Owens, 1996, 20).

A participação activa dos indivíduos e das organizações em termos de exercício de influência directa ou indirecta sobre o actor estado, no âmbito de processos de decisão relativamente a questões que, em última análise, os afectam, torna-se mais consequente à medida que o acesso ao conhecimento e à informação esclarecida sobre as problemáticas, aumenta progressivamente. A articulação sinérgica e simbiótica entre conhecimento, poder e interesse, permite verificar que as acções políticas desenvolvidas na perspectiva tradicional da imposição pelo poder parecem tendencialmente atenuadas nas suas capacidades efectivas, em termos de efeitos, pela acção social que adquire expressão





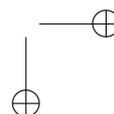
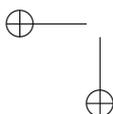
através do desempenho gradual dos indivíduos, dos grupos e dos movimentos sociais da sociedade civil, no sentido da realização específica dos seus interesses e da concretização de objectivos, também eles, necessariamente definidos a partir do "interesse esclarecido pelo conhecimento"(Haas, 1990, 11-13, 20-28; Toffler, 1991, *passim*). São estas manifestações de cidadania activa, que permitem perspectivar a génese embrionária de uma sociedade civil em processo globalizante, projectada em termos de complementaridade interactiva com os estados, perante a erosão das respectivas capacidades e resposta às problemáticas comuns globais.

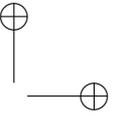
As Comunidades de Inovação

No contexto da sociedade civil, a expressão *comunidades de inovação* designa um conjunto de novos actores transnacionais característicos da “era da informação” e da “sociedade do conhecimento”, e cuja capacidade de intervenção social se baseia na informação partilhada sobre domínios do conhecimento científico e tecnológico integrado, e da sua aplicação concreta e concertada, em termos de inovação. A identificação deste novos actores da sociedade do conhecimento deriva da percepção dos efeitos de processos de interacção social significativos, possibilitados pela inovação científica e tecnológica aplicada às áreas de informação e da comunicação, e que se evidenciam em termos de aprendizagem recíproca, designadamente, através de *comunidades epistémicas* e *comunidades de prática*, permitindo a introdução de elementos inovadores nos contextos sistémicos de interacção e aprendizagem cognitiva, de partilha de ideias, de produção, de métodos e enquadramentos institucionais, bem como nos aparelhos e processos decisoriais. O conhecimento torna-se, assim, o recurso por excelência.

Neste sentido, Peter Drucker considera que “actualmente, o conhecimento e a sua busca estão sendo cada vez mais organizados em termos de áreas de aplicação (...) Esse é um síndrome da mudança do significado do conhecimento, passando de um fim em si mesmo para um recurso, isto é, um meio de atingir um determinado resultado” (Drucker, 2001, 148).

A percepção do conhecimento como factor de mudança social e de mudança sistémica, transformacional e acelerada, e não apenas na sua identificação tradicional como factor de poder, constitui uma característica definidora





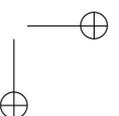
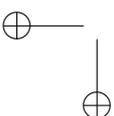
essencial do fenómeno globalizante. Essa consciencialização, extensiva a um crescente número de indivíduos através dos contactos viabilizados e induzidos pela aplicação da inovação às novas tecnologias da comunicação e da informação, aumenta a sensibilidade recíproca das sociedades às problemáticas alheias, e permite a identificação de interesses e de perspectivas idênticas sobre problemáticas comuns. Este desenvolvimento suscita, por sua vez, a identificação de novas questões sociais e políticas de alcance significativo implicando, tendencialmente, a inovação em termos de políticas alternativas para a gestão integrada do conhecimento e da informação, bem como da respectiva aplicação (Drucker, 2001, 151), para além da identificação de novos interesses e da percepção de evoluções identitárias.

O Enquadramento Convencional

O conhecimento perspectivado como recurso, adquire expressão enquanto factor de mudança, através da respectiva aplicação em termos de resultados alcançados no plano da gestão dos restantes recursos inerentes à satisfação dos novos interesses evolutivos e à concretização dos objectivos dos indivíduos e das sociedades. Neste sentido, os estados têm estabelecido um enquadramento convencional de dimensão assinalável, cujas aspirações e propósitos fixados nem sempre correspondem a resultados concretos, mas que constituem formas da acção adaptativa às exigências de um desempenho funcional legitimador das acções políticas, perante as novas problemáticas comuns globais.

Apesar de tudo, e após a celebração de várias convenções sobre protecção ambiental, poderemos considerar que a Declaração de Estocolmo, de Junho de 1970, corresponde à génese da identificação formal de um património comum natural, constituído por recursos naturais ou bens naturais. Outras se lhe seguiram. Em Outubro de 1982, e tal como referido, a Assembleia Geral, da ONU adoptava a Carta Mundial da Natureza, identificando como “bens naturais” os “processos essenciais” da natureza que não deverão ser alterados, e a “viabilidade genética da terra”. O património genético deverá ser protegido como parte do património comum da humanidade. Em 1987, o Relatório Brundtlandt, intitulado “O Nosso Futuro Comum”, acentua a inevitabilidade da articulação entre ambiente e desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, em 1992, a Conferência do Rio, que ficou conhecida como

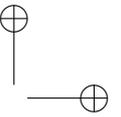
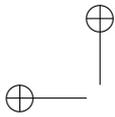


a “Cimeira da Terra”, consagra o conceito de biodiversidade. A Conferência aprovaria várias convenções, designadamente, sobre biodiversidade, desertificação, zonas húmidas, alterações climáticas, uma Declaração sobre ambiente e Desenvolvimento, na esteira da Declaração de Estocolmo, bem como um Plano de Acção que ficaria conhecido por “Agenda 21”. A Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga, em 1995, adoptaria, também, uma Declaração e um Programa de Acção semelhantes.

No entanto, o acompanhamento das acções subsequentes tem permitido verificar que os objectivos não têm sido alcançados, tal como denunciado em 1997, no Fórum Rio + 5 e na Cimeira de Johannesburg, em 2002. Neste sentido, a Declaração do Milénio vem reforçar a necessidade imperativa de desenvolvimento de acções concretas e consequentes. Desde a Ronda de Doha, da OMC, iniciada em Novembro de 2001, passando pela conferência preparatória de Monterrey, em Março de 2002, que se assume a afirmação do relatório do Desenvolvimento Humano de 1996, o qual postula que não existe articulação automática entre crescimento económico e desenvolvimento humano.

Na esteira da Conferência de Copenhaga, de 1995, reconhece-se que a pobreza e a exclusão social são causas de iliteracia, do alastramento de doenças, de poluição ambiental, de degradação ecológica e do desperdício na utilização de recursos básicos. A pobreza e a exclusão social reduzem também a capacidade do acesso das populações a uma cidadania participativa, designadamente, em relação a processos decisórios que as afectam, induzindo a corrupção económica e política, bem como a fragmentação e a estratificação social baseada em diferenciais de capacidade económica e de capacitação social. Mas, ao mesmo tempo, a pobreza e a exclusão social são consequências da distribuição assimétrica da riqueza produzida, da falta de acesso à informação e ao conhecimento, da incapacidade de gestão de processos de inovação tecnológica aplicada, frequentemente, devido a restrições sócio-culturais.

Neste contexto, a pobreza e a exclusão social constituem o cerne de todas as problemáticas, são os factores transversais que promovem a articulação e a convergência de todas as questões centradas em torno da qualidade da relação ecossistémica entre o homem e o ambiente, e da respectiva gestão sustentada. Este facto determinante foi reconhecido ao longo da década de 1990 e claramente assumido na referida Cimeira do Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburg, em 2002. É neste sentido, que a implementação da “Agenda 21” e que a Declaração do Milénio, consagrando os Objectivos



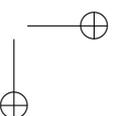
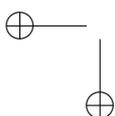
de Desenvolvimento do Milênio, apontam como pontos de partidas para resolução do fosso de desenvolvimento que continua a verificar-se entre o “*global north*” e o “*global south*” e, ao mesmo tempo, como forma de globalizar a sustentabilidade, a erradicação da pobreza extrema e o acesso à educação elementar generalizada.

Assim, o acesso a recursos como a informação e o conhecimento, torna-se decisivo para a elaboração de soluções integradas para todas estas problemáticas. Neste sentido, o enquadramento convencional alarga-se, também, ao plano da utilização de outros recursos, designadamente, os espaços e as tecnologias da informação e da comunicação. Neste sentido, as problemáticas inerentes a um contexto de mudança acelerada, caracterizado pela complexidade das transformações sociais, políticas e estratégicas, científicas e tecnológicas, no contexto do fenómeno globalizante, vêm reforçar a exigência da elaboração e da implementação de uma “ordem mundial da informação e da comunicação”.

Na sequência da conferência de Bandung, de 1955, e de uma série de encontros em Bangkok, Argel, Tunis e Havana, entre outros, aquele objectivo tornou-se uma reivindicação permanente dos Países Não-Alinhados. Surgida ao longo do último quarto de século, a questão da necessidade de uma “ordem internacional da informação”, seria inicialmente formulada em Tunis, em 1976, num simpósio sobre informação, promovido pelo Movimento dos Não-Alinhados, designadamente, pelo Grupo dos 77. Apesar de inovadora, a noção aparece na consequência lógica de uma ideologia do desenvolvimento e em articulação evidente do modelo da uma perspectivada “nova ordem económica internacional”.

Reivindicava-se, então, a “reorganização dos canais de informação existentes”, considerados como a “herança de um passado colonial”, que deveria conduzir a uma “nova ordem em questões de informação”. A noção evoluiria para uma “nova ordem internacional da informação” e, mais tarde, torna-se mais abrangente, no sentido de se estabelecer uma “nova ordem mundial da informação e da comunicação”(Macbride e Roach, 2000, 286-292). Neste sentido, a Conferência de Genebra de 1979, terá constituído um passo decisivo ao consagrar o “processo de gestão evolutiva e integrada dos contextos científico, tecnológico, político e jurídico”(Santos, 2001, 643 e n.s).

A questão foi alvo de intenso debate a partir do momento em que a Conferência Geral da UNESCO, reunida em Nairobi, no mesmo ano, denunciava





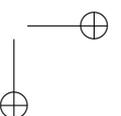
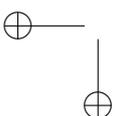
as diferenças fundamentais de interesses entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, quer em termos de acesso às tecnologias da informação, quer em termos de atribuição e utilização de rádio-frequências e de órbitas equatoriais geo-estacionárias.

A evolução do debate centrou-se, no entanto, em torno das problemáticas decorrentes da inovação tecnológica ocorrida desde então, bem como dos respectivos efeitos. Mas a complexidade deriva, agora, das múltiplas questões interactivas que se levantam num mundo articulado em rede, num mundo “*we-bizado*” através das tecnologias de multimédia e, no qual, que cada indivíduo poderá, num futuro próximo, participar no ambiente informacional como receptor e emissor simultâneo de comunicação e de informação. Neste contexto, o acesso generalizado aos canais de comunicação e informação, permite configurar a participação activa, consequente e diversificada da sociedade civil e da intensificação de uma cidadania tendencialmente globalizada, no sentido do exercício da influência sobre os contextos decisoriais, designadamente, dos estados.

Reflexões Conclusivas

A solução para todas estas problemáticas, consensualmente identificadas pela comunidade internacional quanto às respectivas causas genéticas, dependem, no entanto, das vontades políticas dos estados, concretizadas através da promoção de acções conjugadas nos planos local, nacional, regional e global, através de uma governação trans-sectorial, multi-nível, largamente participada por actores da sociedade civil transnacional e baseada em políticas públicas internacionalmente coordenadas cujos resultados constituirão, futuramente, critérios de legitimação democrática dos dirigentes políticos e de justificação das acções, perante a evidência dos benefícios derivados de um desempenho funcional consequente. Mas a concretização destes objectivos passa também, e em última análise, por alterações de atitudes e comportamentos, decorrentes de processos de identificação de novos interesses, geradores de novas expectativas e indutores da reformulação evolutiva das mentalidades individuais e colectivas.

As políticas e as estratégias de gestão e resolução dessas problemáticas implicam a definição de hierarquias de interesses e de prioridades objectivas,





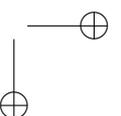
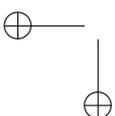
bem como de um planeamento de acções que se inserem nas agendas políticas, públicas e mediáticas, no sentido de gerar e de gerir mecanismos de legitimação das políticas e de justificação das acções, conferindo-lhes lógica e coerência, em termos dos interesses, das expectativas e das exigências dos indivíduos e dos grupos sociais, dos eleitorados e dos contribuintes, de acordo com as percepções e as posições relativas dos macro actores.

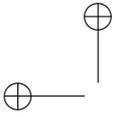
As alterações do ambiente relacional tornam-se também verificáveis, em termos de consequências, no plano das respostas adaptativas dos actores. Neste contexto, os estados procuram gerir, quer isoladamente, quer através de estratégias de cooperação, a inevitabilidade das independências, gradualmente mais complexas, diversificadas e profundas, bem como a progressiva capacidade das economias, em termos de exercício de influência sobre a esfera política.

Os agentes económicos procuram, por sua vez, diversificar e otimizar as suas capacidades de acesso a recursos, tecnologias e mercados, bem como de competitividade e reajustamento de lógicas de organização, gestão e produção. Ao mesmo tempo, esses mesmos agentes económicos pressionam os actores políticos, no sentido de conseguirem as melhores condições em termos de enquadramentos regulatórios que lhes permitam operacionalizar as referidas alterações adaptativas. As inerentes reduções de custos de produção reflectem-se, em termos de resultados, nos planos económico e empresarial, designadamente, através de fusões e aquisições, bem como no plano social originando desemprego, movimentos migratórios e instabilidade social.

Todas estas alterações adaptativas implicam, também, o surgimento de novas áreas de conflitualidade potencial, bem como novas problemáticas e potencialidades, desafios e oportunidades individuais e colectivas, inerentes à evolução das percepções e das perspectivas, dos interesses e das expectativas, das atitudes e dos comportamentos, das exigências, das capacidades e das modalidades diversificadas de exercício de uma cidadania participativa, consubstanciada na acção social.

A sociedade civil, os indivíduos e os grupos de interesse procuram adaptar-se, isolada ou colectivamente, tanto às transformações do ambiente relacional, como às acções decorrentes das alterações de comportamento dos estados e dos agentes económicos gerindo, simultaneamente, processos adaptativos diversificados, exigidos pelas alterações ambientais e as inerentes transformações dos contextos de equilíbrio ecológico.

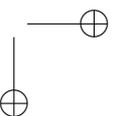
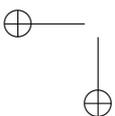




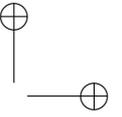
O aumento dos movimentos sociais, das ONGs, bem como surgimento de outros actores e forças de pressão da sociedade civil, desde os *media* às comunidades de inovação, ou no plano individual, desde o “cidadão jornalista” ao “cidadão diplomata”, constituem a expressão dessas tentativas estruturantes de enquadramento de uma realidade inequívoca e incontornável. Todos estes desenvolvimentos sugerem a identificação da referida cidadania embrionária em processo globalizante que, potenciada pelo acesso ao conhecimento e pela instrumentalização das tecnologias da comunicação e da informação, se consciencializa progressivamente sobre as problemáticas e sobre a inevitabilidade de soluções comuns, e que vai adquirindo, gradualmente, uma percepção mais correcta e aferida sobre a sua verdadeira capacidade de participação consequente.

Referências Bibliográficas

- CAROTHERS, Thomas, 1999, “Civil Society. Think Again”, in *Foreign Policy*, Washington, Carnegie Endowment for International Peace, Winter, 1999-2000, pp. 18-29.
- COLÁS, Alejandro, 2002, *International Civil Society*, Cambridge, U.K., Polity Press.
- DRUCKER, Peter F., 2001, *O Melhor de Peter Drucker. A Sociedade*, São Paulo, Nobel.
- EHRENBERG, John, 1999, *Civil Society. The Critical History of an Idea*, New York, New York University Press.
- FOLEY, Michael W., EDWARDS, Bob, 1996, “The Paradox of Civil Society”, in *Journal of Democracy*, 7, 3, National Endowment for Peace and The Johns Hopkins University Press, 1996, 38-52, in <http://www.globalpolicy.org/>, consultado em 11 de Setembro de 2008.
- GLASIUS, Marlies, LEWIS, David, SEKINELGIN, Hakan, eds., 2004, *Exploring Civil Society. Political and Cultural Contexts*, London, Routledge.



- HAAS, Ernst B., 1990 *When Knowledge is Power. Three Models of Change in International Organizations*, Berkley, Ca., University of California Press.
- KEANE, John, 2003, *Global Civil Society?*, Cambridge, U.K., CUP.
- _____, 1998, *A Sociedade Civil*, Lisboa, Temas e Debates.
- LECHNER, Frank J., BOLI, John, eds., 2000, *The Globaliozation Reader*, Malden, Mass., Blackwell.
- MACBRIDE, Sean, ROACH, Colleen, 2000, “The New International Information Order”, in Frank J. Lechner e John Boli, eds., *The Globalization Reader*, Malden, Mass., Blackwell Publishers, 2000, pp. 286-292.
- NYE, JR., Joseph S., OWENS, William A., "America's Information Edge", in *Foreign Affairs*, vol. 75, n.º 2, New York, March/April 1996, pp. 20-36.
- PAREKH, Bhikhu, 2004, “Putting Civil Society in its Place”, in Glasius, Lewis e Sekinelgin, eds., 2004, pp. 15-25.
- RUGGIERI, Renato, 1996, "Address to Singapore Ministerial Conference", WTO, Singapura, 9 de Dezembro de 1996. CNNI, World News e Internet Press Release, 3 págs., p. 1.
- SANTOS, Victor Marques dos, 2009, *Sociedade Civil Transnacional. Actores e Forças de Pressão nas Relações Internacionais*, Lisboa, ISCSP-UTL. Aguardando publicação.
- _____, 2009, *Teoria das Relações Internacionais. Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*, Lisboa, ISCSP-UTL. Aguardando publicação.
- _____, 2007, *Introdução à Teoria das Relações Internacionais. Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*, Lisboa, ISCSP-UTL.
- _____, 2006, “Global Civil Society. The Rise of a New Global Actor?”, in *Nação e Defesa*, 3.ª série, n.º 113, Lisboa, IDN, Abril de 2006, pp.157-177.
- _____, 2002, *Conhecimento e Mudança. Para uma Epistemologia da Globalização*, Lisboa, ISCSP-UTL.

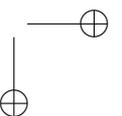
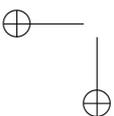


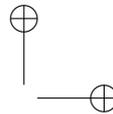
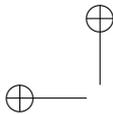
_____, 2001, *A Humanidade e o seu Património. Reflexões Contextuais sobre Conceptualidade Evolutiva e Dinâmica Operatória em Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, ISCSP-UTL.

TOFFLER, Alvin, 1991, *Os Novos Poderes*, Lisboa, Livros do Brasil.

TRENTMANN, Frank, 2004, “The Problem with Civil Society. Putting Modern European History back into Contemporary Debate”, in Glasius, Lewis e Sekinelgin, eds., 2004, pp. 26-35.

WALZER, Michael ed., 2002, *Toward a Global Civil Society*, New York, Berghahn Books.





Media Digitais e Responsabilidade Social

Rogério Santos

Universidade Católica Portuguesa

E-mail: rogerio.santos@fch.ucp.pt

O presente artigo associa *media* digitais e responsabilidade social e procura justificar duas perspectivas: os *media* digitais promovem a cidadania e expressam a sociedade do conhecimento. Nele, abordam-se conceitos como responsabilidade social, criatividade e trabalho colaborativo, software social de livre acesso, jornalismo de cidadania e cultura (Paulino, 2008; Deuze, 2003, 2008; Bruns, 2008; Barlow, 2008; Cooper, 2006; Jenkins, 2006, 2006a; Santos, 2008), com análise de dois meios digitais de excelência, blogues e *wikipedia*, com algum destaque para a produção jornalística. Pretende-se responder às questões: que novas relações sociais trazem os *media* digitais? Os amadores, ao usarem muito os *media* digitais, significam uma mais intensa participação política? Ou afectam a noção de cidadania?

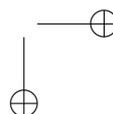
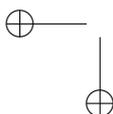
1. Responsabilidade social dos media

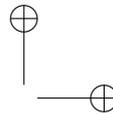
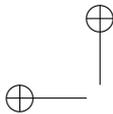
Um tema central é o de responsabilidade social dos media¹. Para Fernando Paulino (2008: 12), que estudou instituições de comunicação do Brasil, Portugal (AACS e ERC) e Espanha, o termo *accountability* conduz à criação de mecanismos que responsabilizam os actos de pessoas que ocupam cargos públicos e do Estado. Para além dos poderes executivo, legislativo e judicial, a responsabilidade social pressupõe a existência de agências com autoridade legal, dispostas e capazes de empreender acções que vão do controlo rotineiro às sanções legais. A *accountability* estende-se a jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão.

O conceito inspira-se em autores como Claude-Jean Bertrand (2002)², Eugene Goodwin e Hugo Aznar (2005), que consideram a responsabilidade

¹Neste apartado e dois seguintes, sigo de perto o texto apresentado em Brasília, a 3 de Novembro de 2008, intitulado *Blogues, responsabilidade social e comunicação pública*.

²MARS – Meios para Assegurar a Responsabilidade Social dos Media.





social como a base do sistema de jornalismo ético (Paulino, 2008: 15). Aznar (2005: 14) aproxima a responsabilidade social, embora as distinga, da deontologia e da ética da comunicação. Paulino estudou o trabalho da Comissão Hutchins³, para quem a concentração de propriedade nas mãos de um pequeno número de empresas poderia gerar um monopólio de ideias. A Comissão propôs a criação de um órgão independente avaliador da actuação dos media, despoletando críticas de instituições que não queriam regulamentações que trouxessem restrições à liberdade de imprensa.

Paulino (2008: 94) dá ênfase à *accountability social*⁴, baseada no controlo da acção governamental pela sociedade, envolvendo elementos institucionais e não institucionais de associações de cidadãos, movimentos sociais ou media, com o objectivo de dar visibilidade a erros e falhas do Estado, trazer novos pontos à agenda pública ou influenciar decisões políticas. Isto inclui colunas de correcção de erros, secções de cartas dos leitores, colunas do provedor dos leitores, revistas de jornalismo, observatórios de imprensa e códigos de ética dos media, e ainda associações de telespectadores e blogues que levam os media a prestarem contas (Paulino, 2008: 256). Aqui, no texto, damos um segundo enfoque baseado na criatividade, com o exemplo da wikipedia (Bruns, 2008), e os seus mecanismos de correcção.

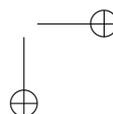
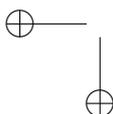
2. Teoria dos usos e gratificações aplicada aos blogues

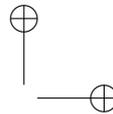
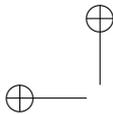
Os media clássicos e os blogues mantêm uma relação ambígua: aqueles vêm estes como insignificantes, sem credibilidade e cheios de erros, mas estão a adoptá-los em colunas e espaços de opinião (Tremayne, 2007: xvi). Eveland e Dylko (2007: 107) anotam que media clássicos e blogues estimulam a leitura um do outro, dado que os jornalistas dos media clássicos adoptaram o formato de blogue para escrever peças jornalísticas independentes dos media a que pertencem.

Papacharissi (2007: 23) salienta o potencial jornalístico dos blogues, em detrimento de objectivos de significado social e formas individuais e íntimas

³Comissão sobre Liberdade de Imprensa que publicou *A Free and Responsible Press a General Report on Mass Communication: Newspapers, Radio, Motion Pictures, Magazines, and Books* (1947)

⁴Ele elenca mais duas, horizontal e vertical, ligadas ao equilíbrio dos poderes executivo, legislativo, judicial e mediático.



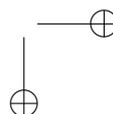
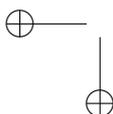


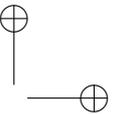
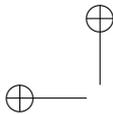
de expressão pessoal, autoreferenciados. Assim, a teoria dos usos e gratificações aplica-se aos blogues, com estes a surgirem como oportunidades para desenvolvimento pessoal e produção de capacidades profissionais (Papacharissi, 2007: 32). Bruns (2008: 75) realça o peso da discussão, debate e deliberação da comunidade colaborativa nos blogues. Para Kaye (2007), a teoria dos usos e gratificações baseia-se na compreensão dos blogues como elementos activos e positivos para os leitores e como satisfação de necessidades por parte dos autores dos blogues.

Utilizando a análise económica, os blogues e os seus leitores compreendem-se a nível micro como motivação e interesse do participante e a nível macro na compreensão da blogosfera como objecto social (Cooper, 2006: 237). Por exemplo, um universitário usa o blogue como espaço de ideias em protótipo mais tarde incorporadas em publicações mais tradicionais. No leitor, o benefício é o entretenimento, o estímulo, a vigilância de um ambiente, a interacção social. Para Bruns (2008: 112), a motivação para participar nos media digitais como a wikipedia não é da ordem da compensação financeira ou da propriedade do conteúdo mas o sentido da partilha do conhecimento dentro de uma comunidade. A cidadania e o conhecimento são elementos fundamentais do trabalho colaborativo.

Os blogues criam características específicas. Por um lado, contribuem para a redução da distinção entre produtor e consumidor e entre realidade e mediação. Barlow (2008) fala em *produsumidor* (misto de produtor e consumidor) e Bruns (2008) em *produtilizador*. A recepção deixa de ser passiva e incorpora-se o conhecimento mesmo que haja actividade amadora. Por outro lado, há uma relação entre o autor de um blogue ou da entrada da wikipedia e o seu leitor, de ordem de interesse social, político, cultural e económico. Além disso, aos blogues colocam-se dois tipos de desafios, como indica Tremayne (2007: 267): precisam de obter protecção legal para enfrentar possíveis queixas contra eles; começam a parecer-se com os media clássicos, nomeadamente a inclusão de publicidade.

Como críticas, Scott (2007) e Keen (2007) contestam a retórica dos blogues que se consideram produtores de notícias originais e fontes alternativas aos media clássicos. Também Bruns (2008), quando estuda a wikipedia, conclui que a enciclopédia electrónica é uma síntese do saber conhecido mas sem investigação inédita.



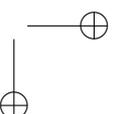
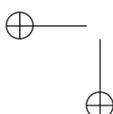


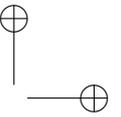
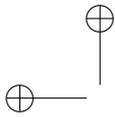
3. Jornalismo cidadão

Postas as semelhanças e distinções entre blogues e jornalismo, quero entrar noutra tema articulado ao tema do artigo, o do jornalismo cidadão (Hendrickson, 2007: 191) ou jornalismo cívico (Rutigliano, 2007: 225), igualmente designados por jornalismo participativo, jornalismo de raízes, jornalismo de fonte aberta. Para Hendrickson (2007: 191), estes jornalistas alcançam audiências elevadas sem uma grande organização na produção e distribuição de conteúdo. Evidentemente, há diferenças com as organizações noticiosas, que possuem orçamentos elevados, pessoal muito habilitado e mecanismos de confirmação de fontes, e que, por isso, têm melhores produtos que os blogues. Para Rutigliano (2007: 225), o jornalismo cívico usa os media para encorajar a participação e o debate entre o público, característica que identifica alguns blogues.

Estes autores trazem Habermas (1984) à discussão. Sigamos Rutigliano (2007) e Deuze (2003) em textos fundamentais para a reflexão do uso dos media digitais no jornalismo – para além da discussão em torno do meio impresso. A esfera pública de Habermas é útil para conceptualizar a ideia de jornalismo cívico. Apesar da crítica de Nancy Fraser (1992), Habermas referiu-se aos media como um espaço capaz de desenvolver o discurso público democrático. Numa época do crescimento de conglomerados e da concentração da propriedade dos media, são necessárias estruturas mais democráticas e que os media digitais de informação podem trazer. Rutigliano (2007: 230) fala de três tipos de grau de liberdade editorial: *controlada*, com conteúdo produzido por um só autor, geralmente o fundador do sítio, *híbrida*, com recurso a um pequeno grupo de voluntários, e *aberta*, com um administrador e um conselho editorial, mas com um grau pequeno de direcção ou intervenção. O modelo híbrido tem a maior percentagem de participação de cidadãos. Um blogue de comunidade, onde se pratica o jornalismo cívico, é um sistema aberto. Este tipo de jornalismo não torna obsoletos os jornalistas mas cria um novo papel, o de gerir a complexidade, deslocando o lado de emissor para o de emissor-receptor do novo jornalista.

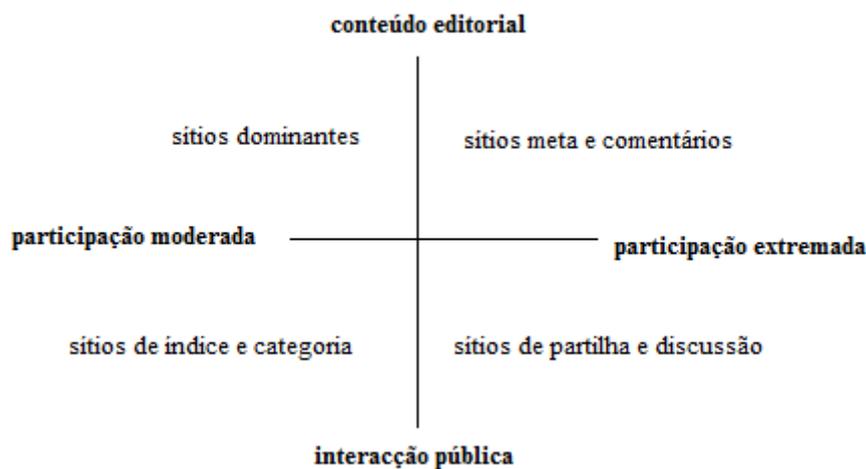
Deuze (2003: 208-211) teoriza quatro tipos de jornalismo online que se desenvolve ao longo de um eixo: sítios dos media dominantes, sítios de índice e de categoria, sítios meta e de comentários, sítios de partilha e discussão (Figura 1). Deuze (2003, 2008), que desenha as principais componentes do jorna-





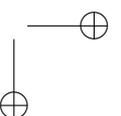
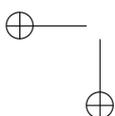
lismo online como sendo interface gráfica, multimedialidade, interactividade e hipertextualidade, entende que os sítios dos media dominantes oferecem conteúdo original ou agregado com pouca participação dos leitores; muitos sítios de notícias online caem nesta categoria (Deuze, 2003: 208). Os sítios de índice e categoria não produzem conteúdo original mas ligam-no, caso de portais como o Yahoo! ou alguns blogues. Os sítios meta e de comentários são sítios sobre jornalismo, escritos por jornalistas e contendo frequentemente comentários sobre como se produzem as notícias. Sítios de partilha e discussão oferecem espaços para os leitores se ligarem uns aos outros e trocarem ideias num espaço aberto. O jornalismo de cidadão exibe características de sítios de partilha e discussão, porque realça a participação e troca de ideias.

Figura 1. Modelo de jornalismo online de Deuze (2003)



4. Da produção à produtilização

Passemos ao quarto ponto da comunicação, onde recupero o termo *produtilizador* (produsager), desenvolvido por Axel Bruns (2008), palavra não elegante mas que parece cobrir um novo paradigma da comunicação. O livro



de Bruns, *Blogs, Wikipedia, Second Life, and Beyond*, é estimulante, mesmo quando não se concorda com várias das suas ideias. Por isso, vale a pena seguir vários tópicos que Bruns desenvolve e que marcam a especificidade dos media digitais: cultura pro-am (Anderson, 2007; Keen, 2007), da participação e da convergência (Jenkins, 2006, 2006a), software de livre acesso e trabalho criativo.

Bruns compara a idade industrial da produção do Windows da Microsoft com a do sistema operativo Linux e do browser Firefox, aquele construído dentro da estrutura clássica e estes em ambiente de fonte aberta ou de software social. A nova idade industrial incentiva a interrelação entre produtor e consumidor; daí, a concepção do termo *produtilizador (produsage)*, trabalho colaborativo (participativo em Jenkins) em estilo pro-am (amador que trabalha com padrões profissionais). Assim, o produtilizador significa a mudança da produção para a criação colaborativa e do conteúdo orientado para o utilizador. A definição de Bruns (2008: 24-27) da produtilização assenta em quatro princípios: participação aberta e avaliação comum, ausência de hierarquia e meritocracia, objectos sempre em processo contínuo de conclusão, propriedade comum e recompensas individuais.

Os quatro elementos desenhados por Axel Bruns são essenciais para apresentar as suas ideias de software de livre acesso, jornalismo de cidadania e wikipedia, três domínios essenciais para a sua investigação e de que me aproprio de dois deles para este artigo. Bruns (2008: 72) identifica o *gatekeeper* como a chave do jornalismo clássico – a selecção de factos a investigar e que se tornam notícia. Se o *gatekeeper* pertence a um mercado de poucos concorrentes, no presente, com múltiplas fontes, blogues incluídos, a selecção de informação é menos importante. Assim, o jornalismo de cidadania oferece múltiplas alternativas. Mais reduzidos que os contributos dos jornalistas profissionais, a produção dos amadores acaba por ser importante em termos de quantidade e qualidade, pois as comunidades colaborativas preenchem as necessidades de conhecimento público. Optimista, o autor esquece o peso dos media dominantes no agendamento de temas, que marca a discussão pública e faz com que muito dos temas e comentários dos escritores dos blogues sigam de perto a agenda desses media principais. Só uma única vez ele expõe dúvidas, ao considerar a melhor formação e informação dos jornalistas profissionais ao lado da escrita fragmentária e incompleta dos amadores (Bruns, 2008: 82).

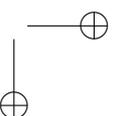
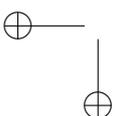


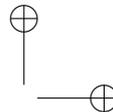
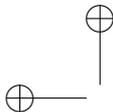
A mesma posição tem quanto à wikipedia, embora se reconheça a sua inventividade quanto à caracterização da enciclopédia electrónica. A wikipedia não é a representação definitiva do conhecimento mas indica o estado actual do conhecimento e cobre temas não abordados nas enciclopédias tradicionais (Bruns, 2008: 104), com a maioria dos utilizadores da internet pronta para contribuir no projecto colaborativo, através da participação aberta e da avaliação comum, que também encontramos nos blogues e nas pequenas comunidades que agrupam os blogues temáticos e de tendência.

Bruns destaca alguns princípios constitutivos da wikipedia, a saber: PVN (ponto de vista neutro), verificabilidade e investigação não original (as entradas na wikipedia não podem revelar documentos ou estudos ainda não publicados), além do estrito controlo sempre que se verifique vandalismo e erros intencionados na produção de conteúdos. Além do PVN, por inibir a tomada de posições fora das correntes maioritárias, as maiores críticas feitas à wikipedia são: inexactidões, erros de conteúdo e desigualdade de qualidade nas entradas. Bruns prefere concentrar-se nos pontos positivos e desprezar as críticas. Nesse sentido, na wikipedia evidencia o estilo colaborativo, baseado na comunidade e sem autoridade central, em que os contribuintes mais activos podem melhorar a qualidade e exactidão das entradas.

5. Elementos para futura investigação

Acima, definimos responsabilidade social, gratificação social na produção de blogues e wikipedia, e modelo híbrido (participação de vários autores na produção de blogues e wikipedia), que conduz ao trabalho colaborativo e à *produtividade*. Isto é, fizemos uma incursão nas características estruturais dos media digitais, como blogues e wikipedia. Se o blogue é um meio mais individualista, a wikipedia é uma forma de participação de produtores, como a colmeia em que o trabalho de cada um contribui para o resultado final. O blogue encara-se como sendo de responsabilidade social se acompanhar o trabalho das entidades públicas e fizer eco das suas práticas (boas e más), manifestando a opinião na esfera pública. A responsabilidade social da wikipedia reside na produção de conhecimento e no reconhecimento que a sociedade atribui a este trabalho. A gratificação ou reconhecimento de cada indivíduo





nos blogues e na wikipedia é o seu contributo. Exercício de cidadania e produção do conhecimento são duas variáveis expectáveis dos media digitais.

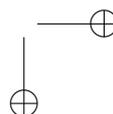
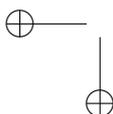
De fora, e para uma futura investigação, ficam os critérios de ordem técnica, para se perceber como eles ligam aos elementos sociais. Isto porque vivemos um período de transição simultânea para o digital (*switch off*, no caso da televisão) e de grande desenvolvimento do meio internet (redes sociais como Facebook, MySpace e Twitter; YouTube). Os elementos técnicos têm destaque pois podem ser detonadores da falência e eliminação de alguns meios. Os mais atingidos parecem ser a imprensa e a rádio, suportados por audiências e investimento publicitário. Se aquelas continuarem a diminuir, este migrará definitivamente para os novos media. A televisão digital e a internet, assim como os telefones celulares e os videojogos (consola e internet) – isto é, tecnologias digitais –, parecem ser dominantes no futuro.

Os jornais, e a rádio em menor escala, têm sido o território fundamental da criação e manifestação da opinião pública. A imprensa é o meio mais reflexivo de todos, pois permite uma visão linear e sequencial em perda nos media electrónicos, cujo peso da imagem em movimento dá preponderância à emoção. Em especial a imagem televisiva apela à sensação emocional, além da rapidez de leitura de imagens promover a falta de fixação do pensamento, contribuindo para o conhecimento fragmentário e obsoleto e permitindo ao indivíduo optar por posições em confronto apenas graças ao apelo e à propaganda e/ou publicitação de mensagens sem a profundidade da argumentação de pontos de vista. À fragmentaridade da imagem televisiva associa-se, no computador, a rapidez e interligação, que podem produzir perda de memória. Se uma navegação por um tema ou ideia for feita de múltiplas ligações, a deambulação faz rapidamente esquecer a origem e o objecto inicial.

Uma outra característica a necessitar de maior investigação é a ideia de pertença, comum nas redes sociais, mas cuja partilha obriga a uma actualização e resposta imediata. Estar dentro de uma rede implica disponibilidade, retirada certamente a outras actividades. Isto pode conduzir a uma sedução pelo episódico e secundário, com perda de relevo do essencial.

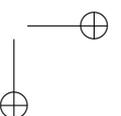
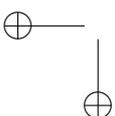
Bibliografia

ANDERSON, Chris (2007). *A cauda longa*. Lisboa: Actual Editora

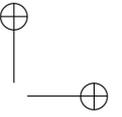
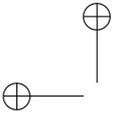




- AZNAR, Hugo (2005). *Comunicação responsável. A auto-regulação dos media*. Porto: Porto Editora
- BARLOW, Aaron (2008). *Blogging @merica. The new public sphere*. Westport, CO, e Londres: Praeger
- BERTRAND, Claude-Jean (2002). *A deontologia dos media*. Coimbra: MinervaCoimbra
- BRUNS, Axel (2008). *Blogs, Wikipedia, Second Life, and Beyond. From Production to Prodisage*. Peter Lang: Nova Iorque, Washington, Baltimore, Berna, Frankfurt, Berlim, Bruxelas, Viena, Oxford
- COOPER, Stephen D. (2006). *Watching the Watchdog*. Spokane, WA: Marquette Books
- DEUZE, Mark (2003). The web and its journalism: considering the consequences of different types of newsmedia online. *New Media & Society*, 5(2): 203-230
- DEUZE, Mark (2008). *Media work*. Cambridge e Malden, MA: Polity
- EVELAND, William P., e Ivan Dylko (2007). "Reading political blogs during the 2004 election campaign: correlates and political consequences". In Mark Tremayne (ed.) *Blogging, citizenship, and the future of media*. Nova Iorque: Routledge
- FRASER, Nancy (1992). "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy". In Craig Calhoun (ed.) *Habermas and the public sphere*. Cambridge, Ma, e Londres: MIT Press
- HABERMAS, Jürgen (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário
- HENDRICKSON, Laura (2007). "Press protection in the blogosphere: applying a functional definition of «press» to news web logs". In Mark Tremayne (ed.) *Blogging, citizenship, and the future of media*. Nova Iorque: Routledge

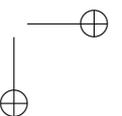
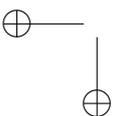


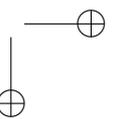
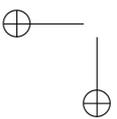
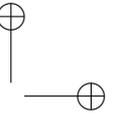
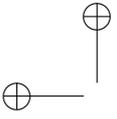
- JENKINS, Henry (2006). *Convergence culture. Where old and new media collide*. Nova Iorque e Londres: New York University Press
- JENKINS, Henry (2006a). *Fans, bloggers and gamers. Exploring participatory culture*. Nova Iorque e Londres: New York University Press
- KAYE, Barbara K. (2007). “Blog use motivations: an exploratory study”. In Mark Tremayne (ed.) *Bloggging, citizenship, and the future of media*. Nova Iorque: Routledge
- KEEN, Andrew (2007). *O culto do amadorismo*. Lisboa: Guerra e Paz
- PAPACHARISSI, Zizi (2007). “Audiences as media producers: content analysis of 260 blogs”. In Mark Tremayne (ed.) *Bloggging, citizenship, and the future of media*. Nova Iorque: Routledge
- PAULINO, Fernando (2008). *Responsabilidade social da mídia. Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha*. Tese de doutoramento defendida na Universidade de Brasília (http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3282, acessado em 4 de Fevereiro de 2009)
- RUTIGLIANO, Lou (2007). “Emergent communication network as civic journalism”. In Mark Tremayne (ed.) *Bloggging, citizenship, and the future of media*. Nova Iorque: Routledge
- SANTOS, Rogério (2007). “Blogues – de moda a ferramenta indispensável de comunicação”. *Conhecer a FCH – Conferências Multidisciplinares. Tecnologia e Sociedade. Tecnologia, Humano e Pós-Humano*. Lisboa: Universidade Católica Editora
- SANTOS, Rogério (2008). *Blogues, responsabilidade social e comunicação pública*. Comunicação apresentada em 3 de Novembro em Brasília
- SCOTT, D. Travers (2007). “Pundits in muckrakers’ clothing: political blogs and the 2004 U.S. presidential election”. In Mark Tremayne (ed.) *Bloggging, citizenship, and the future of media*. Nova Iorque: Routledge
- TREMAYNE, Mark (ed.) (2007). *Bloggging, citizenship, and the future of media*. Nova Iorque: Routledge

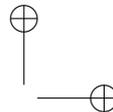
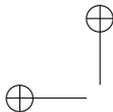


TREMAYNE, Mark (2007). “Introduction: examining the blog-media relationship”. In Mark Tremayne (ed.) *Blogging, citizenship, and the future of media*. Nova Iorque: Routledge

TREMAYNE, Mark (2007). “Harnessing the active audience: synthesizing blog research and lessons for the future of media”. In Mark Tremayne (ed.) *Blogging, citizenship, and the future of media*. Nova Iorque: Routledge







Novos jornalismo e vida cívica: limites e possibilidades do «jornalismo deliberativo»

João Carlos Correia

Universidade da Beira interior

E-mail: jcfcorreia@gmail.com

NAS últimas décadas verificou-se o surgimento de movimentos que se posicionam auto-criticamente em relação à forte pressão exercida pelo mercado e às dinâmicas que incentivaram a desregulação para, em alternativa, apresentarem propostas concretas de reforçar a ligação do jornalismo com a vida cívica.

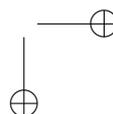
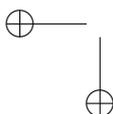
Tratam-se de experiências mediáticas abertas às pretensões de validade de movimentos sociais e de espaços públicos alternativos que repensam a relação entre o jornalismo e a vida democrática, propondo-se tratar os respectivos públicos como cidadãos que participam nos debates em torno das questões que interessam à vida comunitária.

A interpelação sobre os modos e termos em que se articulam o jornalismo e a participação cívica remonta longinquamente a Alexis de Tocqueville e, mais perto de nós, a John Dewey, ao pensamento sobre jornalismo e comunicação desenvolvido por uma corrente de filosofia pública influenciada pelo Pragmatismo.

Genericamente para Dewey (2004) os modernos meios de comunicação, principalmente o jornal diário, oferecem uma oportunidade sem precedentes aos jornalistas para ajudar a construir um público deliberativo. Dewey conclui mesmo que os meios de comunicação permitem criar uma “grande Comunidade” onde o público aprenda e participe activamente sobre a governação democrática (Haas, 2007: 7).

Nesta perspectiva, os jornalistas em vez de emergirem como disseminadores de informação devem encarar-se a si mesmos como facilitadores da conversação pública (Haas, 2007: 7). Um dos passos fulcrais mais recentes neste mesmo sentido terá sido dado pela escola de Jornalismo Público, a qual se apropriou de muitos dos pressupostos teóricos dos autores já aludidos.

Para esta linha de reflexão, contribuíram também, senão principalmente, as investigações sobre a esfera pública e a natureza da deliberação encetadas



por Habermas (Hass, 2007: 6-7) prosseguidas entre outros por Nancy Frazer (1991), James Bohman (1996), Seyla Benhabib (1996), Joshua Cohen (1997), John Dryzek (2000), Amy Gutmann e Dennis Thompson (2004), às quais se adicionam uma série de obras de natureza mais empírica das quais se destacam, entre outros, *Democracy and Deliberation* de Fishkin (1993), *Coming to Public Judgement* de Daniel Yankelovitch (1991).

Finalmente uma parte significativa das preocupações latentes foi retomada em novos termos com aparecimento dos novos *media* num contexto de alguma euforia tecnológica e, conseqüentemente, expressa através da questão retomada de forma recorrente numa literatura vasta sobre o tema: será que a Internet é uma esfera pública que contribui para o aprofundamento da democracia deliberativa?

Alguns dos pontos críticos da reflexão acerca do impacto do jornalismo na deliberação democrática, ressuscitada pela chegada dos meios digitais, foram debatidos com recurso a argumentos aduzidos por duas escolas de jornalismo recentes: jornalismo público e “jornalismo – cidadão”.

O jornalismo público desencadeou um fenómeno de reflexão crítica e autocrítica em relação à função social e política do jornalismo.

Por seu lado, outros movimentos, de inspiração e objectivos diferentes, mas com algumas preocupações de natureza comum, como sejam os protagonizados pelos *blogues* e pelos *sites* de jornalismo cooperativo e cidadão (Ohmynews, Agora-Vox, Indymedia, Current Television entre outros) trouxeram consigo novas perplexidades e interrogações em relação à participação democrática, largamente inspiradas pela crença nas possibilidades interactivas da tecnologia.

Este texto passa, pois, pelos seguintes eixos teóricos:

Primeiro, acentua-se a existência de relações muito estreitas entre o jornalismo e a vida cívica nas sociedades democráticas.

Desenvolve-se, seguidamente, uma apresentação dos fundamentos teóricos dos movimentos de reforma do jornalismo centrados na participação dos cidadãos, nomeadamente do jornalismo cívico, dando especial ênfase às teorias da democracia deliberativa.

Seguidamente, desenvolve-se uma apresentação do jornalismo cívico, como eixo principal de um movimento de reforma do jornalismo que apela à ideia de participação dos cidadãos, de debate das respectivas opções e, em última instância, à ideia de deliberação democrática.



Desenvolve-se depois uma abordagem das teses do jornalismo cidadão, jornalismo cooperativo e jornalismo participativo. Considera-se que, embora estes tipos de abordagem não conduzam necessariamente à participação dos cidadãos, podendo, até, ser objecto de uma apropriação populista e trivial, algumas das suas características desenvolvidas em ambiente digital podem conduzir ao aprofundamento de uma leitura cívica dos usos dos *media*.

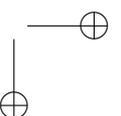
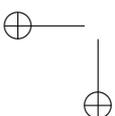
Aprofundam-se, de seguida, algumas das metodologias e práticas preferenciais desenvolvidas nestas instâncias de reflexão, desenhando prospectivamente o seu impacto nalgumas das patologias que impedem o jornalismo tradicional de exercer uma função de relacionamento activo com a dinamização da cidadania.

Finalmente identificam-se algumas debilidades sugerindo, como alternativa susceptível de ser pensada, a delimitação de uma forma de jornalismo que se poderia eventualmente classificar de “jornalismo deliberativo”.

1. Jornalismo e vida cívica: algumas considerações prévias

O desenvolvimento das democracias de massas no Ocidente coincidiu historicamente com a emergência dos *mass media* como instituição estruturante da esfera pública. A comunicação mediática afirmou-se como uma pré-condição essencial para a criação de sentido na esfera pública moderna. Por um lado, os *media* são o contributo tecnológico imprescindível para a realização do ideal político democrático nas actuais circunstâncias de comunidades superpovoadas, fragmentadas e complexas. Por outro lado, são um elemento de ordenação cultural que o ideal democrático exige para que o diálogo aberto a todos os componentes da comunidade política se realize e para que a prática democrática não se restrinja à participação de elites minoritárias. A existência de instâncias de mediação comunicacional que permitam a formação de uma esfera pública de debate e de participação cultural e cívica é um elemento decisivo para a compreensão da dinâmica cultural e política da nossa modernidade.

Os jornalistas (entre outros profissionais que intervêm na mediação pública) assumiram o poder ou a função de definir, valorizar e canalizar os assuntos e circunstâncias que possam merecer notoriedade para o conjunto da





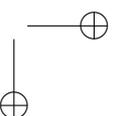
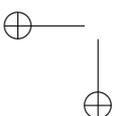
colectividade, tanto no plano individual como no da intervenção das instituições (Cfr. Dader, 1992: 18). Frequentemente, o acesso à participação política depende do controlo de recursos simbólicos: persuasão, credibilidade, imagem, etc.

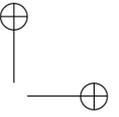
No contexto de uma democracia mediada, os jornalistas intervêm na configuração da política, através de manchetes, editoriais, notícias, entrevistas, reportagens, tertúlias radiofónicas e imagens, propondo e impondo uma agenda de questões socialmente controversas, sobre as quais decorrem não poucos dos debates e das controvérsias politicamente relevantes. Não é possível esquecer o papel do jornalismo na atracção da visibilidade sobre determinados temas, na definição e no fechamento da agenda de temas que polarizam a atenção dos receptores, no enquadramento dos temas de molde a confinar os limites dentro dos quais se definem as controvérsias consideradas legítimas, na disseminação dos debates que permitem a natureza conversacional das sociedades democráticas.

Assim, na moderna democracia mediática, políticos e jornalistas desempenham uma tarefa central: uma sociedade em que os jornalistas prescindissem totalmente do seu papel cívico, afirmando-se prioritariamente como meros notários ocupados no registo da actividade política, levantaria consideráveis dificuldades em relação à institucionalização das práticas modernas de afirmação e busca da legitimidade.

A comunicação é um elemento essencial chave para a manutenção de uma cultura política, na qual os debates políticos produzidos nas instâncias informais de deliberação produzam consequências na acção das instituições políticas. Quando se insiste em temas como a responsabilidade, a diminuição da distância entre governantes e governados, a prestação de contas perante os cidadãos, a obtenção de uma maior proximidade do público, da necessidade de o sistema político adquirir receptividade para pretensões sociais conflituais, deparamos perante realidades que são compreensíveis do ponto de vista da categoria da comunicação, nomeadamente, da comunicação mediática.

Esta avaliação do papel do jornalismo não significa o desconhecimento de patologias inerentes aos funcionamentos dos *media* que se tornam, elas próprias, obstáculos às aspirações de uma democracia plenamente participada. Graças aos desenvolvimentos teóricos protagonizados pela Teoria Crítica (Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin), pelos estudos culturais (Hall, entre muitos outros) e pelos pensadores cívicos que advogam a reforma do





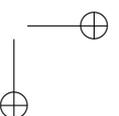
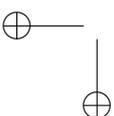
jornalismo conhecem-se muitas das dificuldades que os *media* traduzem para o aprofundamento da vivência democrática. Conhece-se o papel que a função de agendamento dos grandes *media* pode ter no fechamento do acesso a temas minoritários protagonizadas por franjas sociais dotadas de escassa visibilidade. Sabem-se as consequências que a fusão do entretenimento com a informação têm na espectacularização e trivialização da vida pública. Estão identificados, nomeadamente, os riscos que a linguagem mediática corre quanto à representação reificada e estereotipada das identidades. Reconhece-se a existência de mecanismos estruturais associadas à epistemologia dos *media* e do jornalismo que evidenciam a existência de dificuldades no que respeita à sensibilidade para com vozes minoritárias e periféricas.

Porém, este óbice não se traduz na ocultação do relacionamento entre as instituições cívicas e as instituições democráticas, apenas se limitando a assinalar que este relacionamento não tem que se traduzir necessariamente e forçosamente em simbioses virtuosas.

Neste sentido, reconhece-se a existência de uma ambiguidade estrutural que persegue os *media*: “a construção da agenda dos *media* está sujeita a um duplo princípio: eficácia e legitimidade – duas orientações que se deseja conjugadas segundo uma combinatória tanto quanto possível equilibrada em termos de abertura e de fechamento: abertura às vozes sociais, fechamento enquanto orientação das discussões num sentido deliberativo” (Pissarra Esteves, 2003: 18). Há uma crise de comunicação pública que resulta de um desequilíbrio quando prevalece um fechamento objectivo das agendas (dos *media* e de discussão pública) determinado pela primazia dos formatos mediáticos do género «infomercial» ou «infortainment» (*Idem*, 19). Outra não é a preocupação do jornalismo cívico quando, alertado pelo predomínio de uma informação consumista, propõe repensar o agendamento, escutando novas vozes na comunidade.

2. Deliberação e participação democrática: fundamentos teóricos

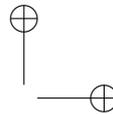
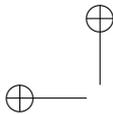
A relação entre o papel desempenhado pelos jornalistas e a realização do ideal democrático foi sempre objecto de um conjunto vasto de reflexões. Nesta análise do relacionamento dos *media* com a política pode detectar-se um corpo



de preocupações provenientes de várias latitudes filosóficas e teóricas que enfatizam a importância da comunicação mediática para os processos de deliberação que se exercem na comunidade política: registam – se, nomeadamente, elementos provenientes de um pensamento que se aglutina em torno de um núcleo de ideias afins às abordagens democrático-deliberativas, elementos provenientes da tradição do republicanismo cívico e do comunitarismo e, ainda, um corpo de preocupações cuja origem mais óbvia parece ser o legado filosófico do Pragmatismo, neste caso intimamente associado a John Dewey. Em qualquer destas perspectivas, a ideia de «público» encontra-se no cerne do conjunto de reflexões que procuram equacionar a relação do jornalismo com a vida cívica.

Na democracia deliberativa, a ênfase é colocada no pressuposto de que a democracia necessita de cidadãos informados e racionais, cuja influência no processo de tomada de decisão não se restringe às eleições, mas se estende à participação racional no debate público sobre as questões de interesse colectivo. Nesta perspectiva, uma norma só é considerada legítima se ela é fundada em razões públicas que resultem de um processo de deliberação inclusivo e igualitário. Para assegurar e garantir a legitimidade do processo deliberativo, os participantes devem estar de acordo sobre as regras e os princípios normativos que definem a natureza do vínculo entre os participantes na deliberação e a dinâmica das suas trocas comunicacionais. Entre estes princípios contam-se a) igualdade; b) publicidade; c) reciprocidade; d) reflexividade; e) *accountability*; f) autonomia; g) ausência de coerção; h) respeito mútuo (Cfr. Marques, 2009: 14).

O processo deliberativo força os cidadãos a justificar as suas decisões e opiniões, apelando ao uso de argumentos que todos possam aceitar nas circunstâncias de um debate público. Como resultado, a decisão colectiva deve ser, em larga medida, justificada através de um processo de decisão racional baseado na argumentação que seja convincente para todos os participantes no processo. Tal não significa que a decisão resultante do debate seja consensual ou vantajosa para todos os potenciais participantes. O que interessa é que os argumentos apresentados sejam considerados atendíveis que baste para serem objecto de um debate e que o resultado seja suficientemente legitimado por uma discussão considerada racional. Deste modo, há, nas considerações de natureza deliberativa, uma orientação normativa: “no horizonte da Democracia Deliberativa toma forma a possibilidade da constituição da opinião e von-

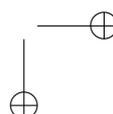
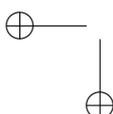


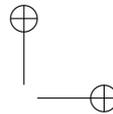
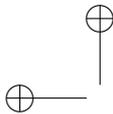
tade do público a partir da própria perspectiva deste, em oposição aquele tipo de acção que é dirigida ao público a partir do exterior e que visa «influenciá-lo exclusivamente como objecto de uma manutenção do poder público constituído, que pretende apenas extorquir do público a lealdade de uma população reduzida a massa» (Pissarra Esteves, 2003: 35).

Os primeiros estudos efectuados sobre a noção de deliberação pública têm a sua base conceptual marcada por Jürgen Habermas. Reflectindo sobre a realidade plural das sociedades complexas e diferenciadas este autor procura desenvolver um conceito procedimental da democracia baseado num modelo que enfatiza a “função epistémica do discurso e da negociação” (Cfr. Marques, 2009: 12).

A política democrática deliberativa tal como tem vindo a ser pensada por Habermas nas suas formulações mais recentes, tem por principal preocupação estabelecer princípios formais de interacção capazes de assegurar a legitimidade das normas e garantir alternativas capazes de articular os conflitos típicos das sociedades complexas pluralistas, marcadas pela presença de numerosas pretensões de validade contraditórias e pela diversificação de necessidades e de identidades (Cfr. Marques, 2009: 12). Para responder a este objectivo, a proposta habermasiana baseia-se num modelo dual, implicando não a apenas a vontade institucionalizada na instância parlamentar mas também a vontade formada no interior da esfera pública a qual reenvia, por seu lado, a um conjunto de arenas públicas informais, dialogicamente discursivas e democráticas. Configura-se desta forma uma tensão polarizada entre a dimensão formal e institucionalizada da democracia e os domínios informais de formação da opinião (Cfr. Silva, 2002: 148). A deliberação pública deve, assim, ser capaz de estabelecer formas de comunicação capazes de articular discursivamente o discurso institucional e as conversações cívicas informais, constituídas nos espaços públicos parciais que integram as redes periféricas do espaço público político.

Apesar das numerosas inflexões que se verificam quer na direcção da pesquisa quer nalgumas soluções apresentadas, é legítimo assinalar uma identidade de preocupações que se centraram em larga medida em torno das questões da justiça, da legitimidade das decisões políticas e da dimensão comunicacional da acção. Habermas começou por evidenciar as transformações sociais que conduziram à constituição de um espaço público intermediário entre a esfera política, domínio do Estado e as necessidades da sociedade ci-

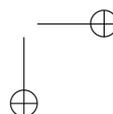
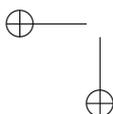


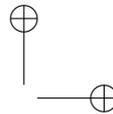
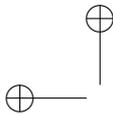


vil. As classes burguesas ascendentes na Europa Ocidental, lutando contra os poderes do Estado Absolutista, geraram um novo espaço social entre a sociedade civil e o Estado. Em contraste com o que Habermas refere como uma publicidade representativa do período medieval em que a nobreza reinante e o seu poder eram apresentadas perante a população, a nova esfera pública oferecia a possibilidade dos cidadãos se empenharem na discussão do exercício do poder pelo Estado. As pessoas privadas, usando a sua razão crítica, reúnem-se para criar um público. Tratava-se de um espaço entre o Governo e a sociedade em que os indivíduos exercem um controlo formal e informal sobre o Estado: controlo formal através da eleição dos governos e representantes e controlo informal através da pressão da opinião pública. Este conjunto de transformações traduzir-se-á no aparecimento de uma esfera pública literária, centrada na discussão argumentativa das questões artísticas e literárias e, finalmente, e numa esfera pública política aonde têm lugar o exercício da crítica sobre o poder.

A análise habermasiana inflectiu, mais tarde, desde a análise da esfera pública burguesa e das suas transformações para um conjunto de reflexões filosóficas e antropológicas que transcenderam a análise empírica das condições sociais, históricas e culturais concretas favoráveis à participação dos cidadãos. Não se trata já de descrever uma evolução segundo as características históricas e sociais, contingentes e mutáveis, mas de dar ao conceito uma dimensão normativa (Cfr. Correia, 2005: 39). Habermas operou uma relevante mudança de direcção na sua pesquisa, desenvolvendo uma reflexão de natureza antropológica centrada na reconstrução das condições universais de compreensão mútua. Os elementos essenciais da obra de Habermas passaram, assim, a insistir na força crítica da linguagem e na categoria do acordo como modelo de coordenação das interacções sociais, perspectivando a existência de uma racionalidade comunicacional enquanto modelo alternativo à racionalidade instrumental (cfr. Habermas, 1987:57-58).

O desenvolvimento das condições de possibilidade do agir justo aparece correlacionado com o desenvolvimento crescente das capacidades comunicativas. Afirmam-se como elementos estruturantes desta teoria o carácter dialógico da razão, a consideração dos actores sociais como agentes capazes de emitirem pretensões de validade referentes aos diferentes mundos com que se relacionam, e o consenso racionalmente fundado, de natureza normativa e contrafactual, obtido através da troca dialógica de argumentos entre actores



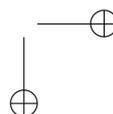
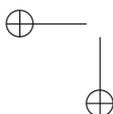


que suspendem os seus interesses pessoais e estatuto social, como forma de fundamentação da norma ética (cfr. Rehg in Habermas, 1996: xv).

O novo paradigma da racionalidade é, pois, acentuadamente, discursivo e procedimental: implica necessariamente uma tomada de posição relativa à forma dos procedimentos argumentativos e deliberativos. Esta orientação passa a decorrer num pano de fundo antropológico onde se adopta a diferença entre acção estratégica e acção comunicativa, a partir da dualidade entre trabalho e interacção (cfr. Habermas, 1987: 144).

Ao omitir as componentes sociológicas, históricas e culturais que caracterizavam o seu trabalho anterior (1982), Habermas estilizou o agir comunicacional de uma forma idealista articulando-o cada vez mais com a própria evolução da espécie e das suas específicas formas de sociabilidade, retomando sugestões provenientes, designadamente, de George Herbert Mead. Antes, o projecto inacabado da modernidade era descrito como uma falência do universalismo burguês no que respeita à ampliação da esfera pública num sentido crítico. Com a Teoria do Agir Comunicacional (1987) passa a ser relacionado com a obtenção de níveis superiores de competência comunicativa. Onde, dantes, a distorção dos padrões comunicacionais era localizada no devir social e histórico concreto de indivíduos e comunidades, nomeadamente no conjunto de transformações que conduziram à emergência e posterior refeudalização da esfera burguesa, passa a ser vista como estando enraizada na incapacidade dos indivíduos e das comunidades para adquirirem condições que lhe permitam alcançar um novo estágio (cfr. Benhabib, 1994).

Mais recentemente (1996), verificou-se a transposição das consequências destas opções filosóficas e antropológicas para o plano do funcionamento do Estado de Direito, regressando-se a uma análise das condições processuais de exercício do debate e deliberação pública (Cfr. Correia, 2005, p. 37 e seguintes). A esfera pública, entendida como uma rede de comunicação e de informação e de trocas de pontos de vista regressa à reflexão de Habermas enquanto esfera de identificação, detecção e tematização de problemas, cuja influência se deve continuar a reflectir no posterior tratamento das questões que, seguidamente, tem lugar no interior do sistema político (cfr. Habermas, 1996: 359). Assim, a democracia deliberativa nutre-se de uma formação de vontade articulada formalmente em termos democráticos e a formação informal de opinião no interior dos espaços públicos em que esta flui. Emerge assim a esfera pública como espaço intermediário entre as discussões polí-



ticas empreendidas pelos actores administrativos centrais e as conversações produzidos pelos actores cívicos periféricos. Esta divisão entre actividades de decisão empreendidas no centro do sistema político e as acções empreendidas na periferia civilista remete para uma distinção entre o poder comunicativo originário do debate empreendido na esfera pública e o poder administrativo, exercido pelos actores políticos que ocupam uma posição central. O poder comunicativo não institui regras ou normas mas orienta o uso do poder administrativo. As regras do jogo deliberativo assentam pois numa interdependência e combinação entre o poder administrativo e o poder comunicativo. Se o primeiro não se transforma directamente no segundo, este, todavia, é protagonizado por actores que estão dispostos a inserir as pretensões da opinião pública informal no processo de decisão (Cfr. Marques, 2008: 16-17).

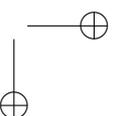
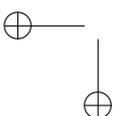
As questões levantadas por Habermas conduzem a uma concepção de democracia que releva os processos de formação da opinião e de expressão da vontade, processos estes publicamente mediados através da intervenção das várias formas de comunicação pública, entre as quais se podem incluir a comunicação mediatizada. Nas suas avaliações mais recentes, os *media* apresentam-se como um espaço limítrofe e poroso entre os espaços comunicativos que habitam respectivamente o centro (os quais são ocupados primordialmente pela elite política) e a periferia do sistema político, constituído essencialmente por movimentos associativos, associações cívicas e cidadãos comuns. Chama-se agora a atenção para o facto de que os *media* possuem a função de captar, organizar e de tornar públicas e disponíveis ao debate uma vasta gama de perspectivas e de opiniões. Os *media* são, assim, uma instituição fundamental da esfera pública. Contudo, a dimensão comunicacional não se esgota na perspectiva da necessária presença dos *media*, antes prolongando-se no facto de a prática interacção exigida pela deliberação implicar *um movimento em direcção a outrem*. Por isso, o entendimento sobre a deliberação exige uma latitude que implica que a mesma seja considerada como uma actividade discursiva que relaciona esferas comunicativas formais e informais.

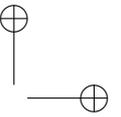
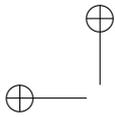
A recepção da obra de Habermas deu origem a uma vastíssima literatura embora não isenta de críticas e de debates em relação à excessiva idealização que acompanha alguns dos seus postulados teóricos. Para alguns autores de índole mais empírica que se propõem apresentar medidas concretas de reforma da democracia, como Fishkin (1995) a deliberação mantém uma relação



ideal e puramente regulativa com a situação ideal de fala. Nesta situação, todos os argumentos são considerados num contexto de discussão livre e igual. Todos os argumentos tidos por relevantes levantados pela discussão devem ser ponderados e escutados, tendo-se em consideração todos os seus méritos. No limite, deve prevalecer apenas a força do melhor argumento. Porém, na vida real, as pessoas não podem ignorar as dificuldades que se colocam aos processos de deliberação. Assim podemos colocar a situação ideal de fala no extremo de um contínuo imaginário e ponderar várias formas de situações menos completas quando comparadas com este padrão. Quando alguns dos argumentos oferecidos pelos participantes recebem menos respostas do que outros, quando a informação exigida para entender a força de uma pretensão estiver ausente, ou quando alguns dos cidadãos não têm vontade, capacidade ou possibilidade para sopesar alguns dos argumentos em debate, então o processo é menos deliberativo porque é incompleto. Nesse sentido, quando falamos de melhorar a deliberação, é uma questão de melhorar a plenitude do debate e do empenhamento público nele. Não existem reformas democráticas que possam conduzir-nos à situação ideal de fala mas há muitas mudanças que nos podem aproximar mais dela que do que nos encontramos neste momento

A questão da intervenção da comunicação mediada na construção de um público também foi objecto de uma influente reflexão por John Dewey para quem, se o público não puder dialogar sobre os seus problemas, a vida democrática não será possível. Dewey, em *The Public and its problems*, procede a uma análise da crise de legitimação que se verifica nas sociedades capitalistas emergentes, designadamente nos Estados Unidos da América, e, por isso, propõe uma defesa enérgica da participação democrática. Apesar de manifestar espírito crítico perante as circunstâncias históricas de surgimento das democracias de massa – que classifica de Grande Sociedade – designadamente as resultantes da urbanização e do rompimento do espírito comunitário, reafirma o espírito público e de revitalização da ideia de comunidade, em que a comunicação é vista como desempenhando um papel central: “(. . .) a era mecânica, ao desenvolver a Grande Sociedade, invadiu e desintegrou as pequenas comunidades das épocas anteriores sem gerar uma Grande Comunidade” (Dewey, 2004: 125). Assim, “o tamanho, a heterogeneidade e a mobilidade das populações urbanas, o imenso capital requerido e o carácter técnico dos problemas de engenharia que se colocam esgotam rapidamente a direcção do votante médio (. . .) A ramificação dos temas face ao público é tão intricada, as questões





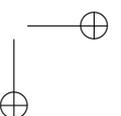
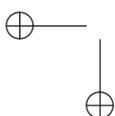
técnicas implicadas são tão especializadas, os detalhes são tão numerosos e variáveis que o público não se pode identificar nem manter como tal durante muito tempo.” (Dewey, 2004: 131).

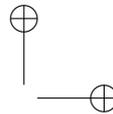
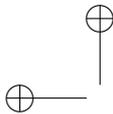
Uma preocupação central manifesta neste diagnóstico é a de que a política se tenda a converter em mais um negócio “um assunto particular dos patrões e gestores da maquinaria económica” (Dewey, 2004: 131). Outra preocupação é o isolamento e a alienação em relação à vida pública tornada possível pelo “poder do pão e circo para desviar a atenção dos assuntos públicos” (Dewey, 2004: 131).

A sua concepção de publicidade (*publicity*) identifica-se com um processo “de persuasão, discussão, convicção e intercâmbio de ideias” (Dewey, 2004: 30). A democracia funciona, assim, apenas com base na revitalização do espírito comunitário e público, para a qual contribui de modo decisivo a existência da comunicação, a qual se afirma como ideia chave não no sentido unidireccional de transmissão, mas antes no sentido de partilhar, de tomar parte, de participar num processo de intercâmbio comum mútuo: “Há mais do que um mero vínculo verbal entre as palavras comum, comunidade e comunicação. Os homens vivem em comunidade em virtude do que têm em comum; e a comunicação é o modo pelo qual põem coisas em comum” (Dewey, 1995: 15).

A democracia depende, pois, de uma vida pública activa, fruto de uma colaboração livre e voluntária, animada pelo desejo de partilhar e melhorar ideias. O processo de criação de uma comunidade regulada pelo interesse mútuo implica uma “arte da comunicação” que seja usada nos mecanismos e tecnologias de transmissão e de difusão. “Enquanto a Grande Sociedade não se converta em grande Comunidade o público continuará eclipsado. Só a comunicação pode criar uma grande comunidade” (Dewey, 2004: 134). Ou seja, “a clara consciência da vida comunitária, com todas as suas implicações, constitui a ideia de democracia” (Dewey, 2004: 138).

John Dewey considera que os jornais ajudam a formar o público: ajudam as comunidades a debater, a moldar e a formar os seus valores e a formarem um horizonte de significado em que os em que os actores cívicos tomam as suas decisões (Cfr. Friedland, 2000: 121-124). Aos olhos de Dewey, a um uso da Imprensa que ajudava a produzir um autêntico público organizado e articulado necessário para a democracia, desde que o mesmo uso esteja à altura da



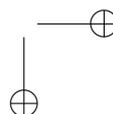
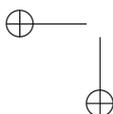


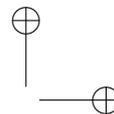
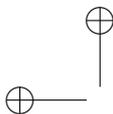
necessidade de revitalizar o diálogo, envolvendo-a na conversação e no debate (Dewey, 2004: 173).

Por fim, a delimitação teórica dos problemas do jornalismo na sua relação com a vida cívica também remete ocasionalmente para uma orientação comunitarista de reflexão centrada sobre a noção de bem comum. Quando se fala de jornalismo e da sua relação com a vida cívica não nos referimos apenas a um conjunto de técnicas para revitalizar a prática jornalística. Para os comunitaristas, é necessário fundar estas técnicas sobre uma filosofia que reconhece a existência de uma relação fundamental entre jornalismo e democracia (Cfr. Christians, 1999: 68).

Na tradição comunitarista, as identidades individuais não podem ser pensadas independentemente da história e da cultura e partilha de horizontes de significação comuns. Os comunitaristas demarcam-se dos liberais, acusando-os de ignorarem a importância dos bens partilhados em comum e de reduzirem a comunidade política a um sistema de cooperação entre indivíduos que não partilham interesses comuns. Christians (1997: 18-31) defende que os direitos individuais não podem existir independentemente das concepções de bem comunitariamente partilhadas. Esta perspectiva valoriza o compromisso com uma ideia de bem comum entendida no seu sentido mais elevado ou seja, uma ideia humana de bem comum (Cfr. Christians, 1997: 21). Na leitura de Christians, o comunitarismo implica, sob o ponto de vista antropológico, uma ênfase nas relações sociais dos indivíduos e num ponto de vista que dá realce à deliberação em comum. Assim valorizam-se princípios de bem comum que derivam de uma certa ideia partilhada de humanidade. Neste sentido, movimentos como os do jornalismo público ou cívico, também referido por alguns destes autores como comunitário postulam que a comunidade é sentida como axiologicamente e ontologicamente prioritária sobre os indivíduos (1997: 19). Adoptando uma ética comunitarista, o Jornalismo Público privilegiaria o “bem comum”, isto é, a formação da comunidade, em detrimento dos “direitos individuais”, o que implica encarar as notícias não como veículos de “informação” dos cidadãos, mas antes como “um agente de formação da comunidade” (Christians, 1997: 19).

Seguindo este tipo de orientação, a orientação filosófica do jornalismo não pode ser reduzida à ética profissional. O foco terá que se centrar na moral comunitária e não na ética profissional. O desafio para os jornalistas é não limitar a sua perspectiva moral ao código de ética mas perceber a ética





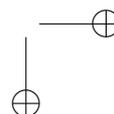
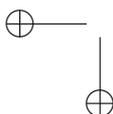
e os valores em termos de uma perspectiva ético-política mais vasta em que os relacionamentos humanos são especialmente valorizados. “Os objectivos do jornalismo público presumem um bem comum de algum tipo – disponibilizar um enquadramento para democracias saudáveis, ligação comunitária, envolvimento cívico” (Christians, 1999: 67)

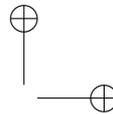
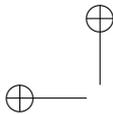
3. O jornalismo cívico

Como afirmou Tocqueville (1990), sem jornais não há actividade comum: o jornal, conseqüentemente, representa uma associação, mais ou menos restrita que é composta pelos seus leitores habituais. James Fishkin recorda (1995: p. 156 e seguintes) as palavras de Tocqueville em *Democracia na América* que ligam o jornal ao associativismo, considerada uma marca distintiva da cultura política país. Todavia, na perspectiva de Fishkin, os jornais têm vindo a perder progressivamente essa função. A agenda dos temas, por sua vez, é frequentemente estabelecida pelas necessidades do ciclo noticioso e não, em muitos casos, pelos interesses do povo. O retrato que Tocqueville traçou dos jornais discutindo a comunidade é algo que parece perder sentido na moderna sala de redacção. O movimento do jornalismo cívico ou público visa responder à consciência crítica que resulta do evanescimento do espírito público, pretendendo criar um público mais activo e empenhado e dando voz de uma forma mais consciente à agenda do povo.

De acordo com a perspectiva do jornalismo cívico, os instrumentos da imprensa devem ser utilizados pelos próprios jornalistas para alterar e melhorar o debate político. O lançamento de reuniões comunitárias, a feitura de sondagens dirigidas para a identificação dos temas efectivamente tidos em conta pelas pessoas, a cobertura extensiva dos mesmos temas, a criação de oportunidades para a sua discussão, o lançamento de painéis de cidadãos e de fóruns com a participação dos decisores foram alguns dos esforços desenvolvidos na sequência deste esforço para reconceptualizar o papel dos media.

Jay Rosen, um dos académicos que desenvolveu uma das reflexões mais estruturadas sobre o jornalismo público, considera que este deveria seguir uma sucessão de metas: a) “Servir os cidadãos, como potenciais participantes em assuntos públicos, em vez de tratá-los como vítimas ou espectadores; b) Ajudar a comunidade política a actuar de modo a resolver os seus problemas, em





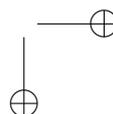
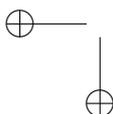
vez de se limitar a informar; c) Melhorar o clima em torno do debate político, em vez de observar como este se vai deteriorando; d) Ajudar a que a vida pública funcione bem” (Rosen, 1999: 262).

O jornalismo cívico surge assim como uma forma de jornalismo empenhado em se direccionar aos cidadãos como um público, isto é, um colectivo de membros empenhados na deliberação. Emergiu a partir da consciência crítica de académicos e jornalistas desperta pela falta de interesse das audiências na informação política jornalisticamente mediada e, também, pelas baixas percentagens de envolvimento dos cidadãos nos processos democráticos, evidenciadas pelo declínio da participação em eleições. Reagindo a estas circunstâncias, o jornalismo público assentou premissa de que o propósito da imprensa é promover e melhorar, e não apenas relatar ou criticar, a qualidade da vida cívica (Cfr. Glasser e Lee, 2002: 203).

Desde a sua origem, o jornalismo cívico foi influenciado pelas teorias da democracia deliberativa, tomando partido por técnicas de produção noticiosa que alimentassem a deliberação pública (Cfr. Gastil, 2008: 66). A filosofia inerente ao jornalismo público postula que os jornalistas devem assumir a responsabilidade pela constituição de públicos capazes de participar no processo deliberativo, comprometendo-se com a resolução dos problemas da comunidade. Tal não significa comprometer a sua objectividade pela prática de um jornalismo de causas ou pela adopção de determinadas soluções particulares. Antes significa promover o debate e análise de soluções possíveis para os problemas da comunidade ajudando os cidadãos a deliberar entre eles e em conjunto com aqueles que exercem poder autoridade, a fim de originar políticas que respondam aos problemas detectados.

Os jornalistas podem enquadrar a sua cobertura de modo a auxiliar os cidadãos a construir a base de informação e conhecimento necessária para um compromisso activo e produtivo. Nomeadamente, podem apresentar soluções que tenham funcionado noutras comunidades, de forma a expandir o conhecimento e informação dos cidadãos acerca de modelos úteis e eficazes, sem se resumirem a uma perspectiva meramente idealista e normativa mas vaga quanto aos objectivos.

Esta filosofia implica claramente: a) A percepção do público como cidadãos potencialmente interessados e activos; b) A conceitualização em novos termos do papel do jornalismo na vida pública nomeadamente através da substituição da imagem do “observador desinteressado”, afastado dos cidadãos e



das suas preocupações pela imagem de “actor político” e de “fair-minded participant” (Haas, 2007: 6).

No limite, podem mesmo, na perspectiva de alguns dos defensores do movimento, em condições de gritante “desigualdade social”, preocupar-se directamente em saber se os resultados e processos da deliberação servem os interesses dos grupos marginalizados; e apoiar políticos, propostas e candidatos que promovam esses interesses; e grupos de interesses que promovam esses interesses marginalizados (Haas, 2007: 6).

Têm surgido, da parte do jornalismo público e da sua colaboração com pensadores deliberativos, propostas que têm em vista ultrapassar as limitações deste tipo de relação com os públicos, adoptando novas metodologias para acompanhar a deliberação dos cidadãos:

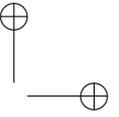
Entre estas destacam-se a “*consensus conference*”/conferência de consenso – um método que reúne peritos e leigos numa audiência pública . O método tem sido empregue para incluir os pontos de vista dos leigos (não – especialistas) na avaliação de assuntos de importância social e, nalguns casos, permitir que tais decisões possam influenciar a toma de decisão política.

Os participantes centrais da conferência para o consenso incluem uma comissão directiva, um painel de leigos, um painel de especialistas, um moderador e, possivelmente, um avaliador. A *consensus conference* embora possa mudar em diferentes contextos, têm características determinadas que definem este utensílio deliberativo.

Um painel seleccionado de leigos passa por um processo de aprendizagem na qual são informados sob o tema da conferência, acerca das principais questões em debate e sobre os aspectos conflituais que estão relacionados com o tema. Usando esta formação introdutória, o painel de leigos prepara um conjunto de questões que eles sentem que têm que ser dirigidas a afim de formularem uma opinião e recomendações sobre o assunto.

Um painel de peritos é seleccionado para ter em conta essas questões e apresentar as suas respostas sob a forma de uma apresentação ao painel de leigos durante uma conferência pública. O painel de leigos retira-se e aprecia o assunto. Finalmente apresenta as suas conclusões e recomendações num documento final que é apresentado ao público no último dia da conferência.

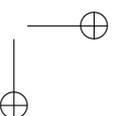
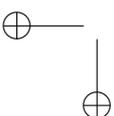
Geralmente, identifica-se um grupo de 10 a 15 indivíduos que são encarregues de examinar e formular soluções para um determinado problema, sendo apresentado um número relativamente idêntico de peritos. Os cidadãos são

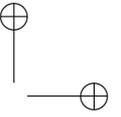


encontrados enviando convites a cidadãos aleatoriamente seleccionados entre cidadãos com mais de dezoito anos. Entre os que desejam participar são seleccionados alguns, tendo em conta critérios sócio-demográficos e, idealmente, ausência de conhecimento especializado sobre o tema. O painel de cidadãos, ao longo de várias reuniões preparatórias e da conferência final, recebe informação desenvolvida sobre o problema em questão, participa na selecção de peritos (podendo indicar apenas o tipo de peritos desejados ou compondo eles próprios o painel a partir de uma lista de convidados), formula as questões que irão ser apresentadas aos peritos, ouve testemunhos de peritos convidado, delibera (isto é raciocina criticamente) sobre as suas respostas e chega a uma recomendação sobre o modo como o problema deve ser resolvido ou abordado. O resultado final é um documento chamado relatório de consenso (Haas, 2007: 104).

Outra metodologia utilizada é a sondagem de opinião deliberativa em que se coloca a mesma questão a um painel de inquiridos antes e depois de assistirem a debates e conferências sobre o tema da pesquisa. Durante o evento, os participantes são sondados a propósito de uma série de questões sobre um tema, recebem documentação escrita sobre os problemas em relação aos quais são questionados, participam em pequenos grupos de deliberação e são novamente sondados no final do evento. Algumas experiências mostram que as opiniões da amostra mudam consideravelmente antes e depois do processo deliberativo.

Quanto ao júri de cidadãos, uma terceira metodologia frequentemente usada, é constituído por um determinado numero de cidadãos aleatoriamente seleccionados mas representativos da demografia os quais escutam a apresentação de várias soluções para um dado problema apresentado ao “painel de cidadãos”, escolhendo de entre as várias soluções a que parece mais adequada para o problema em questão: Os argumentos são apresentados contraditoriamente por peritos partidários e advogados de soluções opostas para um problema idêntico, seguindo a analogia do sistema de jurados. Os «testemunhos» de ambas as partes fazem uma declaração inicial e depois submetem-se às questões colocadas pelos membros do júri. Os temas típicos que podem ser colocados a um júri de cidadãos podem incluir o orçamento, a mudança climática global, questões de ocupação de território ou relacionadas com a reforma do sistema local (Cfr. Haas, 2007: 78; 104; 107-108; Gastil, 2008: 204-205).





4. O jornalismo cidadão

Comungando algumas das preocupações do jornalismo cívico, o jornalismo cidadão tem raízes no jornalismo público e em formas de jornalismo comunitário, mas ganhou especial realce com as formas de cidadania digital facilitadas pela Internet. Para alguns, integra-se no movimento de jornalismo público, do qual seria corolário lógico. Para outros justifica-se uma distinção que tem a ver com o grau de controlo exercido pela elite profissional:

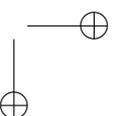
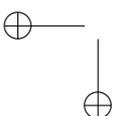
O jornalismo cidadão ocorre quando um cidadão, ou grupo de cidadãos, assume uma função activa no processo de recolha, reportagem, análise e divulgação de notícias e informações. O “jornalismo cívico”, por se lado, procura encorajar a participação, mas as organizações noticiosas mantêm um elevado nível de controlo.

Apesar da diversidade das suas manifestações em formulações similares ou afins do conceito – como sejam *wiki journalism*, jornalismo participativo ou *user-driven journalism*, *networked journalism*, *grassroots journalism*, jornalismo colaborativo ou [http://pt.wikipedia.org/wiki/Open_source journalism](http://pt.wikipedia.org/wiki/Open_source_journalism) – é possível discernir uma definição colectiva possível: actividade pelo qual o cidadão ou grupo de cidadãos desempenha um papel activo no processo de reunião, análise e disseminação de notícias e informação (Browman e Wiilis, 2003: 9).

Existem casos de estudo já clássicos de jornalismo colaborativo como os do site noticioso sul-coreano Ohmynews (Joyce, 2007:3), Agora.vox. em edição francesa e inglesa, iniciado em França, em 2005, a Current TV (2006), cujo *chairman* é o ex-vice-presidente americano Al Gore e o conjunto de *media* que são apresentados por Indymedia e que se conjugam em torno de uma rede chamada Independent Media Center criado por um conjunto de activistas queriam desenvolver uma cobertura alternativa da reunião de 1999 em Seattle da Organização Mundial do Comércio, seguindo uma lógica editorial de *grassroot journalism*.

Segundo os argumentos dos seus defensores, o jornalismo cidadão autoriza as seguintes vantagens:

- Permite o acesso de muitas pessoas à produção e divulgação pública de mensagens o que constitui uma óbvia vantagem comparativa por parte





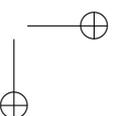
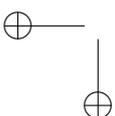
de grupos de cidadãos que queiram constituir-se como públicos e que se encontram numa situação periférica.

- Está menos dependente de dilemas éticos que são colocados aos *media* tradicionais confrontados com a necessidade de retrair as suas críticas pelo receio de perderem dinheiro da publicidade ou o acesso aos níveis mais elevados de decisão política.
- Permite a cobertura de notícias que os *media* tradicionais não acham rentáveis.
- Autoriza, graças às suas características interactivas (incluindo a possibilidade de adicionar comentários aos artigos), uma discussão mais substancial dos acontecimentos da actualidade de uma forma que os *media* tradicionais jamais poderiam permitir (Joyce, 2007: 3).

Conhecimento, Linguagem e Deliberação

Os novos modelos de relacionamento com a deliberação democrática surgidos do jornalismo levantam questões interessantes, nomeadamente questões de natureza epistemológica que se articulam com problemas políticos no sentido amplo que a palavra possa comportar: de que forma a representação da realidade construída pelos jornalistas intervêm nas possibilidades de deliberação?? Há formas de nomear a realidade mais exclusivas, menos adaptadas à sensibilidade periférica e conseqüentemente menos aptas à produção de um debate democrático rico e plural. Toda a problemática da “aniquilação simbólica”, da estigmatização ou da reificação implica a referência a patologias frequentemente presentes nas práticas jornalísticas que comportam dificuldades suplementares para a presença dos *media* jornalísticos na prática de uma mediação comprometida com um objectivo deliberativo.

De passagem, podemos referir como a escola de Frankfurt desenvolveu uma pesquisa sobre a relação entre a «cultura de massa» e a configuração da linguagem. A existência de uma espécie de dimensão censurante implícita que molda a linguagem, designadamente através da indústria cultural, constitui uma das explicações da razão pela qual a linguagem adere à conformidade com os factos. “Hoje”, diz Adorno, “quem for incapaz de falar da maneira prescrita, ou seja, reproduzindo sem esforço as fórmulas, convenções

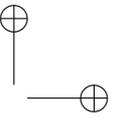
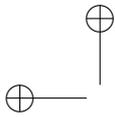


e julgamentos da cultura de massa como se fossem seus, é ameaçado na sua existência, suspeito de ser um idiota ou um intelectual.(Adorno, 1991: 79) Há um esquema rígido de normas que estrutura a positividade da linguagem mediática, pervertendo a possibilidade da inovação e da dissidência.

A Linguística Crítica, termo desenvolvido por Fowler e Gunther Kress, Rober Hodge e Tony Trew estabelece a correlação entre a estrutura linguística e a estrutura social e dedica uma parte significativa desta análise dos códigos linguísticos mediáticos destacando o modo como reflectem mundividências e ideologias (Fowler, 1994: 47). Fowler alerta como a linguagem quotidiana gera uma habituação que tem, a ver com a codificação convencional: “as categorias codificadas pela língua podem fossilizar-se e tornar-se inconscientes, assumindo-se como produtos e instrumentos de uma sociedade repressiva e injusta” (*Idem, Ibidem*, 59). Directamente relacionados com o jornalismo, autores com proveniências diversas como Hall e Tuchman identificam alguns elementos constituintes da relação entre as notícias e a realidade com repercussões directas na linguagem mediática.

Para Hall, o profissionalismo jornalístico – destinado a produzir um tipo de relato assente em pressupostos aceitáveis por todos – implica que os *media* só podem sobreviver operando dentro das fronteiras do que é admitido socialmente (Hall, 1982:87). Ao focalizarem-se em grupos de elite, o jornalismo permitiria, directa ou indirectamente, a um número limitado de vozes que funcionem como definidores primários da realidade. Os jornalistas estabelecem as suas codificações em termos de “códigos preferenciais” de modo a que os problemas sociais sejam abordados dentro do reportório de valores ideológicos dominante, a que dá o nome de «consenso nacional» (Hall, Chritcher, Jefferson, Clark e Roberts, 1993: 227). A codificação e a descodificação têm pois lugar dentro de um reportório limitado que faz as notícias significarem dentro da esfera da ideologia dominante (cf. Ericson, Baranek e Chen, 1987; 31).

Por sua vez Tuchman desenvolve uma análise detalhada das condições de produção dos jornalistas, a qual evidencia, na atitude do jornalista, a ausência de postura reflexiva: os jornalistas afirmam uma postura pragmática que opera, por razões profissionais, de acordo com algumas evidências adquiridas, práticas organizacionais burocratizadas, rotinas solidificadas pela experiência e necessidade de organizar o mundo de acordo com necessidades espaciais e temporais. Neste processo, ganha especial relevância um conceito relacionado



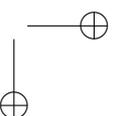
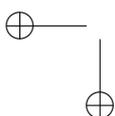
com a Sociologia do Conhecimento de orientação fenomenológica: “tipificação”.

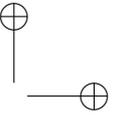
As tipificações funcionam como esquemas cognitivos que são parte de um acervo de conhecimento profissional: ser um repórter é ser capaz de lidar com ocorrências idiossincráticas usando a experiência. Tais esquemas agem de modo idêntico sobre situações similares, recorrendo a um conhecimento socialmente partilhado – um acervo de conhecimentos disponíveis – através da experiência quotidiana. Uma tipificação refere-se, assim, a determinadas características relevantes para a solução de problemas práticos encontrados na actividade quotidiana (cf. Tuchman, 1978:50).

Gaye Tuchman mostrou que, enquanto organização burocrática especializada na formulação de significados partilhados pela sociedade, o *medium* tem que instaurar rotinas, procedimentos burocráticos, mecanismos de tipificação e de organização do “real”. Como parte do processo de criação de rotinas, os jornalistas usam estes esquemas classificatórios de forma a reduzir a contingência intrínseca ao trabalho noticioso, transformando ocorrências idiossincráticas verificadas no dia-a-dia em materiais que podem facilmente processados e divulgados. Assim, a tipificação gera uma espécie de cristalização da experiência que assegura celeridade e eficácia ao desempenho profissional. Analisando a linguagem jornalística, detecta-se um conjunto de procedimentos, fórmulas discursivas, técnicas narrativas e descritivas que se repetem, parecendo, de certo modo, ser os acontecimentos que aderem a fórmulas narrativas pré-existentes e não o inverso.

Um dos problemas desta mecanização da linguagem dos *media* é o ser facilmente associada a fenómenos como sejam a simplificação arbitrária dos acontecimentos; a generalização de estereótipos; o exercício de um constrangimento oculto muitas vezes associado ao funcionamento anónimo da organização e do grupo sobre a criatividade individual e a capacidade iniciativa dos jornalistas.

Neste sentido, o jornalismo tradicional pode efectivamente desenvolver mecanismos que dificultam um pensamento crítico adoptado ao processo deliberativo, nos quais faz sentido detectar a existência de mecanismos associados à reificação e a ideologia. A criação de uma narrativa preferencial, hegemónica, onde as diferentes vozes que constituem a diversidade do tecido social só escassamente se fazem representar pode estar associada a dois fenómenos: a) a criação de uma rotina burocrática e organizacional que se adequa mais fa-

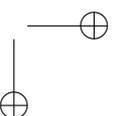
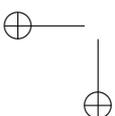


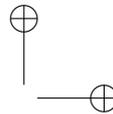
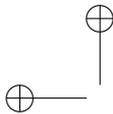


cialmente ao que já é expectável e que, por isso, tende a produzir narrativas da realidade esquemáticas e empobrecidas; b) a associação dessa narrativa a um consenso definido por acessos hierarquicamente determinados pela estrutura social e pelos acessos previamente facilitados pelo hábito associado à rotina da organização.

Contra estes riscos, jornalismo público e algumas formas de jornalismo cidadão caracterizados por um mais veemente impulso público podem dispor de dispositivos que tornem possível uma narrativa alternativa, propondo a adopção de práticas que confirmam ao jornalismo uma dimensão conversacional que lhe permita participar na deliberação pública. A deliberação é um processo que implica a uma participação diversificada e plural: a escuta de vozes que não pertencem necessariamente a um consenso pré-determinado; a possibilidade de pôr em causa pontos de vista rotineiros, através do exercício colectivo da racionalidade. O compromisso de algumas propostas jornalísticas com a deliberação implica a formulação de dispositivos que tornem a agenda mediática mais porosa e aberta à agenda dos cidadãos e, eventualmente, a agendas que não dependem mais de processos rotinizados de representação social da realidade, dependentes, em larga medida, da proximidade social de instituições poderosas. A deliberação é uma tentativa de reanimar uma postura crítica na apreciação dos problemas do mundo institucional e político e, inclusive, do mundo social e cultural. A proximidade dos projectos jornalísticos a uma sensibilidade deliberativa implica um desafio a que estes se afastem de uma postura burocratizada que reproduz sobretudo esquemas pré-existentes de narração e representação do real. Nesse sentido, constituem-se como um desafio à construção da notícia como mercadoria e à interpelação do leitor como puro consumidor.

Quando se apreciam algumas das componentes operativas destas propostas de aproximação entre o jornalismo e a democracia deliberativa, o jornalismo cívico surge como introdutor de elementos que contrariam, substancialmente, alguns dos traços que os pensadores críticos reconheceram e identificaram. Como já vimos anteriormente, tais elementos implicam um leque de práticas inovadoras nas redacções e nas comunidades entre as quais se contam, no plano eleitoral, o centramento da cobertura em problemas colocados por votantes em detrimento dos temas pré-agendados pelo gabinete do candidato; as iniciativas viradas para a deliberação local, focadas na cobertura de problemas relacionados com uma dada comunidade como sejam, entre outros,

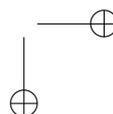
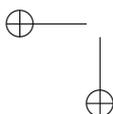


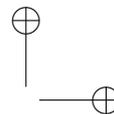
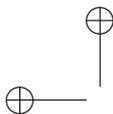


a pobreza, a desigualdade educacional, o racismo; e, ao nível da produção noticiosa, a existência de projectos de reestruturação das redacções com vista a permitir uma cobertura mais ágil dos processos de deliberação local ou a inclusão nas rotinas organizacionais de reuniões regulares com cidadãos com vista à identificação de assuntos para serem objecto da cobertura jornalística (Cfr. Haas, 2007: 4: 11-12).

De um modo esquemático, o processo deliberativo implica um certo percurso lógico, susceptível de ser delineado ainda de uma forma relativamente ideal. A deliberação exige uma sólida base de informação que assegure a compreensão do problema em análise. Prossegue com uma ponderação dos valores em causa no assunto em debate. Implica de seguida, uma identificação de uma panóplia de soluções que permitam lidar com o problema. Segue-se a avaliação dos prós e contras das várias alternativas que estão a ser ponderadas. Se for levada a efeito dentro de uma entidade decisora, a deliberação termina com os participantes formulando a melhor decisão possível, tendo em conta o que aprenderam no debate (Cfr. Gastil, 2008: 9). O jornalismo cívico, ao empenhar-se com a dinamização deste processo, abre possibilidades de debate que vão além do conhecimento socialmente determinado pelas práticas rotineiras de pesquisa institucionalmente constrangidas pela presença social dos mais poderosos.

Por seu lado, no plano de formas de jornalismo colaborativo alimentadas pelo recurso a novas tecnologias, admitir-se-á, por exemplo, que a possibilidade de a generalização da Internet acrescida de fenómenos como *self publishing* ou, mais recentemente a democratização das redes sociais, a introdução de mecanismos interactivos (nomeadamente mecanismos que possam comentar criticamente a notícia, interpelando enquadramentos seleccionados, questionando informações e convocando pontos de vista adicionais) permite pensar na possibilidade de conferir uma agilidade ao jornalismo que incrementa a sua sensibilidade para fenómenos periféricos, por vezes escassamente captáveis pelas práticas e fontes institucionalizadas. O problema da ideologia relacionado por muitos autores com o acesso burocratizado e rotineiro a um número restrito de definidores primários pode confrontar-se, neste caso, com possíveis contributos para a sua interpelação. O risco de um enquadramento rotineiramente estabelecido por uma mediação institucionalizada que contribua para uma estereotipização dos fenómenos e agentes pode, segundo esta perspectiva, ser desafiado pela possibilidade atribuída aos públicos para que,



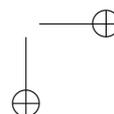
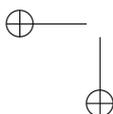


graças a estas possibilidades interactivas, interfirmam nas práticas e no processo de enquadramento e de agendamento. O jornalismo produzido em condições de interactividade disponibilizadas pelo digital permitiria uma nova forma de contexto: um contexto em que seria possível interpelar e debater os processos de agendamento, contestar os enquadramentos seleccionados e até sugerir novos enquadramentos.

5. Discussão e conclusões: limites e possibilidades das hipóteses apresentadas

Nem o jornalismo cidadão nem o jornalismo cívico oferecem sempre respostas plenas às necessidades de mediatização colocadas pelos projectos alimentados pelos ideais deliberativos.

Por um lado, ambos dependem muito de uma atitude intelectual ancorada num impulso cívico mas que, por vezes, ignora os aspectos relacionados com os constrangimentos sociais que atravessam o campo dos *media*. Os mecanismos de poder e as lógicas de mercado não se rendem, *tout court*, à formulação de palavras de incitamento ao espírito público. A estes problemas estruturais de fundo há que somar as próprias dificuldades resultantes de aspectos mais conjunturais como a ausência de uma sociedade civil forte e independente bem como a existência de uma relutância histórica face à participação cívica. Nesse sentido, qualquer movimento de reorientar o jornalismo comprometido com a deliberação terá que convocar uma atitude reflexiva sobre si mesmo no plano mais exigente da necessidade de reflectir sobre as suas práticas narrativas, deontológicas e de relacionamento com os públicos. Adicionalmente, terá que ir mais longe e perspectivar-se numa perspectiva mais ampla de reflexão e tematização sobre os grupos sociais com que se encontra envolvido, questionando as problemáticas da marginalidade e da exclusão no acesso a uma posição de fala mediática. O jornalismo cívico terá que reflectir criticamente em relação às próprias condições sociais de exercício da sua actividade, designadamente as desigualdades nos acessos aos *media* sentidas pelos próprios públicos. A questão central será, de certo modo, como tornar o jornalismo público? O jornalismo quanto à questão acesso terá que se interrogar sobre o que o restringe o seu processo de representação de vozes diversificadas. No que respeita à problemática do diálogo, terá que saber em que medida ajuda ao

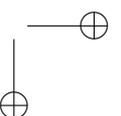
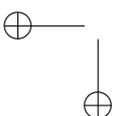




seu desenvolvimento. Quanto à deliberação, terá que se questionar sobre que tipo de reflexão cataliza e facilita e de que forma contribui para reforçar a participação no processo de definição de problemas e na formulação de respostas para os solucionar.

O jornalismo cívico parece muito escassamente sistematizado. Envolve um conjunto de práticas díspares e carece de uma reflexão que o identifique como sendo mais do que um conjunto de experiências unidas por um ideal comum. A sua crescente dispersão pelo mundo acentuou esta fluidez conceptual. Nesse sentido, há orientações mais direccionadas para um entendimento autenticamente deliberativo enquanto outras adoptam práticas que pouco mais representam do que uma sintonia mais direccionada para as respectivas audiências, esgotando-se na busca de um reforço da legitimidade dos jornalistas e do jornalismo. Daí algumas críticas que lhe foram formuladas evidenciam indiferença a propostas já testadas noutras circunstâncias como o Provedor do Leitor, Conselhos Editoriais, representações de públicos e de leitores enquanto outras acentuam o uso de metodologias tradicionais (como as tradicionais sondagens de opinião) que não constituem metodologias adequadas para uma visão compreensiva e dinâmica da opinião pública. As sondagens de opinião (não-deliberativas) são uma metodologia que se dirigem a um agregado de opinião individuais e não aos públicos empenhados numa deliberação colectiva.

Pelo seu lado, o jornalismo cidadão parece resumir a problemática da democracia à possibilidade de os cidadãos poderem escrever directamente as notícias, fazendo dos jornalistas o alvo da sua reflexão crítica e centrando o sentido das suas práticas na problemática do agendamento efectuado pelos jornalistas e esquecendo as componentes sociais e políticas do exercício do poder nos media. Age-se como se os jornalistas fossem os responsáveis únicos pela *gatekeeping* e pelo que a sua substituição por pessoas sem formação específica seria um passo – aliás, o passo essencial – para que a *democratização jornalística* se processasse. Por exemplo, a Current Television de Al Gore faz a defesa da participação do público: contra o “sistema”, em nome da ideia de “*do it yourself*”, bastando para tanto “*a smart pair of eyes with an honest point of view*”. O jornalismo cidadão parece fundar-se numa dicotomia entre os jornalistas e o público e a subsequente omissão de outros mecanismos de poder que intervêm no processo de produção noticioso e na relação entre este e a vida cívica. Subjaz a esta dicotomia um pressuposto de natureza filosófico



segundo o qual, no limite, a mediação jornalística é danosa para a deliberação democrática. Uma parte substancial da defesa e promoção do jornalismo cidadão ou participativo aponta um confronto entre “nós” (os cidadãos sensibilizados para a comunicação livre e sem restrições) e “eles” (os jornalistas enquanto adversários ou obstáculos a essa liberdade, descritos como confinados a procedimentos rígidos e ciosos da sua posição de “privilégio” como detentores da informação).

Seria, pois, interessante pensar numa especificação dos movimentos de renovação do jornalismo mais directamente associados à ideia de cidadania e de participação cívica, uma espécie de jornalismo deliberativo e que surgiria, aliás, na sequência destas formas de jornalismo, em especial do jornalismo cívico.

Tal jornalismo representaria um compromisso com as teorias e as práticas deliberativas. Este compromisso teria um acentuado pendor procedimental e não significaria a adopção de uma prática de jornalismo militante empenhado em causas particulares. Traduzir-se-ia, sim, na salvaguarda das condições de deliberação racional, através do aprofundamento daquelas práticas deliberativas, nomeadamente estudadas por Fishkin, que permitem uma identificação dos modos de pensar dos cidadãos em torno dos temas que os preocupam. Por outro lado, associar-se-ia a uma reflexão genérica sobre as condições de deliberação que ultrapasse a pura preocupação com a legitimidade do jornalismo. Tal implicaria, entre outras exigências, não se confinar apenas, a uma prática de identificação dos temas da sua própria iniciativa mas, também, a uma abertura à iniciativa externa de agendamento por parte de movimentos sociais e de grupos de cidadãos, ou seja o cultivo de uma sensibilidade periférica. Nessa medida, a variedade de vozes representadas no jornalismo é a medida da sua verdadeira natureza pública. Implicaria, ainda, a problematização das condições de desigualdade inerentes às possibilidades de representação e de afirmação dos vários grupos sociais. Em relação a esta discussão, há a destacar o papel destacado por Tanni Haas, o qual propõe demarcar-se da ideia de Habermas de uma única esfera pública unificadora na qual os cidadãos colocam entre parênteses as suas desigualdades para se aproximar de Nancy Fraser e da sua referência a múltiplos domínios discursivos nos quais os cidadãos tematizam as desigualdades sociais como um meio de articular as suas preocupações específicas (cfr. Tanni Hass, 2007: 26; 36). A visão de uma esfera pública global e unificada é problemática porque ignora que mesmo a menor

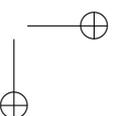
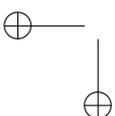


das comunidades tende a fragmentar-se em múltiplos grupos sociais que interagem em relações de dominação e de subordinação. Logo, o jornalismo pode tornar-se um meio através do qual os cidadãos podem reflectir sobre os seus interesses diferentes e conflituais, inclusive mostrando que alguns desses interesses necessitam de maior promoção e protecção. (*Idem, Ibidem*, 37: 128 e seguintes). Finalmente, tal jornalismo deliberativo traria consigo perspectivas de uso de recursos digitais numa lógica, não de pura substituição dos agentes produtores de mensagens, mas de aprofundamento da interactividade, uma «interactividade crítica» que permita a interpelação dos enquadramentos e ângulos e a propositura de outros novos, bem como o aprofundamento da sensibilidade periférica a novos protagonistas.

Tudo isto existe em menor ou maior grau nos múltiplos movimentos de reforma do jornalismo que colocaram no seu horizonte a questão da cidadania e da participação cívica. Algumas destas características já foram mais assumidas ou testadas enquanto outras foram manifestamente subvalorizadas ou mesmo relativamente ignoradas. Esta diversidade de circunstâncias mostra a natureza experimental e tendencial da aproximação do jornalismo em relação ao ideal da deliberação. Nesse sentido, a ideia de um «jornalismo deliberativo» é mais do que uma utopia ou pensamento generoso mas continua a ser um projecto incompleto, embora insistentemente retomado.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor (1991), «The schema of mass culture» in *Culture Industry*, London, Routledge.
- BENHABIB, Seyla (1996), “Toward a Deliberative Model of Democratic Legitimacy”, in Benhabib, Seyla, (ed.) (1996), *Democracy and Difference*. New Jersey: Princeton University Press.
- BOHMAN, James (1996), *Public Deliberation: Pluralism, Complexity, and Democracy*, Cambridge, MIT Press.
- BOWMAN, Sahayne and WILLIS, Chris (2003), «We Media: how audiences are shaping the future of news and information», The Media Center at the American Institute, 2003 . Texto acedido em 3 de Março de



2009 em http://www.hypergene.net/wemedia/download/we_media.pdf

- CHRISTIANS, Clifford G., (1997), "The Common Good and the Universal Values", in Jay Black, Editor, (1997) *Mixed News: the public /civic/ communitarian journalism debate*, Mahwah, New Jersey Lawrence Erlbaum Publishers.
- CHRISTIANS, Clifford G. (1999), "The Common Good as First Principle", in Theodore Glasser, (1999) *The ideia of public journalism*, New York, London, Gilford Press, 1
- COHEN, Joshua (1997), "Procedure and Substance in Deliberative Democracy," in *Deliberative Democracy*, Eds. James Bohman and William Rehg, 1997, MIT Press.
- DADER, José Luís Dader (1992), *El periodista en el espacio público*, Bosch, Barcelona.
- DEWYEY, John (2004), *La Opinión Pública y sus problemas*, Madrid, Ediciones Morata.
- DRYZEK, John S. (2000), *Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations*. Oxford: Oxford University Press.
- ERICSON, Richard, BARANEK, Patricia e CHAN, Janet (1987), *Visualising Deviance: A Study of Organization News*, University of Toronto Press.
- FRAZER, Nancy (1991), "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy," in *Habermas and the Public Sphere*, Ed. Craig Calhoun (M.I.T. Press, 1991).
- FISHKIN, James (1993), *Democracy and Deliberation: New Directions for Democratic Reform*, Yale University Press.
- FISHKIN, James (1995), *The Voice of The People: Public Opinion and Democracy*, New Haven and London, Yale University, 1995
- FIEDLAND, Lewis (2000), "Public Journalism and Community Change", in Anthony Esterowicz e Robert N. Roberts (2000), *Public Journalism and*

Political Knowledge, Lanham, Boulder, New York, Oxford, Rowman & Little Field Publishers.

FOWLER, Roger (1994), *Crítica linguística*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GLASSER, Theodor, e LEE, Francis, L.F. «Repositioning the Newsroom. The American experience with public journalism», in Raimon Kuhun and Érik Neveau (2002), *Political Journalism: New Challenges and Practices*, Routledge/ECPR Studies in European Political Science.

GASTIL, John (2008), *Political Communication and Deliberation*, Sage Publications.

GUTMANN, Amy & THOMPSON, Dennis (2004), *Why Deliberative Democracy?*, Princeton University Press.

HABERMAS, Jürgen (1982), *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

HABERMAS Jürgen (1987), *Théorie de l'agir communicationnel*, 2 vols., Paris, Fayard.

HABERMAS, Jürgen (1996), *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen (2002), *Racionalidade e Comunicação*, Lisboa, Edições 70.

HAAS, Tani (2007), *The Pursuit of public journalism: theory, practice and criticism*. Londres. Routledge.

HALL, Stuart (1982), «The rediscovery of ideology», in Gurevitch, Michael, Bennett, Tony, Curran, James and Woollacot, Janet, (Eds.), *Culture, society and the media*, London, Methuen.

HALL, Stuart, CHRICHTER, Chas, JEFFERSON, Tony, CLARCK, John e ROBERTS, Brian (1993), «A produção social das notícias: o mugging nos media» in Traquina, Nelson (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega.

- JOYCE, Mary (2007), «Citizen Journalism Web site “OhmyNews” and the 2002 South Korean Presidential Elections», Berkman Center Research Publication No. 15 December 2007 (consultado em 3 de Março de 2009 em http://papers.ssrn.com/sol3/cf_dev/AbsByAuth.cfm?per_id=920065).
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (2008), “As intersecções entre o processo comunicativo e a deliberação pública”, in Ângela Marques (Org.) *A Deliberação Política: Suas Dimensões Sociais, Políticas e Comunicacionais*, Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- PISSARRA ESTEVES, João (2003), *O Espaço Público e os Media: Sobre a Comunicação entre a Normatividade e a Efectividade*, Lisboa, Colibri.
- REHG William (1996), “Translator’s Introduction”, in Habermas, Jürgen (1996), *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press.
- ROSEN, Jay (1999), *What Are Journalists For?*, New Haven, CT, Yale University Press.
- SILVA, Filipe Carreira da (2002), *Espaço Público em Habermas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- TOCQUEVILLE, Alexis, (1990), *Democracy in America*. (Vol. 2). (P. Bradley, Ed.).New York: Vintage Books.
- TUCHMAN, Gaye (1978), *Making News: A Study in the Construction of Reality*, New York, Free Press.
- YANKELOVITCH, Daniel (1991), *Coming to Public Judgment: Making Democracy Work in a Complex World*, Syracuse University Press



Espaços discursivos on-line e democracia deliberativa: promessas e limites

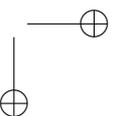
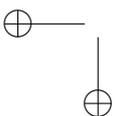
Gil Baptista Ferreira

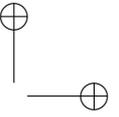
Instituto Politécnico de Coimbra

E-mail: gbatista@esec.pt

DESDE meados da década de 1990 que expressões como “democracia digital”, “democracia electrónica”, “ciberdemocracia” e outras que lhe estão associadas vêm sendo empregadas com cada vez maior frequência, por parte quer dos investigadores do domínio da comunicação política, quer dos próprios actores políticos, trazendo consigo enormes expectativas no que respeita à renovação das possibilidades de participação democrática. A dimensão plural, não hierárquica e rizomática, da internet distinguem-na de forma vinçada dos media que a precederam (televisão e imprensa), permitindo potenciar processos de deliberação democrática, nas suas várias manifestações. Por detrás de grande parte da discussão levada a cabo, encontra-se um interesse muito concreto pelas novas práticas que emergem das infra-estruturas tecnológicas proporcionadas pelos computadores em rede, associadas a um sem-número de dispositivos de comunicação, organização, armazenamento e oferta de informações on-line – procurando, a partir daqui, pensar as renovadas possibilidades que se oferecem ao exercício de práticas cívicas, ao conceito de democracia e às próprias instituições políticas. No essencial, procuram-se aferir as alternativas contemporâneas dos novos recursos para a participação civil na decisão política, atendendo a aspectos relacionados como o incremento de práticas discursivas fundadas numa nova noção de democracia – a democracia deliberativa.

Tomando como ponto fulcral o impacto dos chamados media digitais na participação política, são dois os principais temas em torno dos quais se centra a discussão desta problemática: em primeiro lugar, os novos media como factor de revigoração da esfera da discussão pública, ao constituírem-se como novo ambiente de comunicação política; depois, e a partir do tema anterior, as capacidades múltiplas que oferecem para superar o défice democrático dos meios tradicionais de comunicação. Neste texto iremos focar-nos no primeiro dos problemas enunciados: tomando como referência o modelo deliberativo,





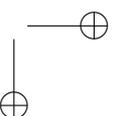
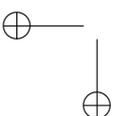
procuraremos a partir dele avaliar o potencial democrático dos espaços discursivos on-line (também designados como “fóruns de discussão electrónica”), para, simultaneamente, procedermos a uma caracterização da comunicação observada nesses mesmos espaços.

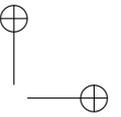
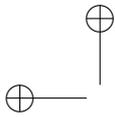
Os media e o ideal deliberativo

Tomamos pois como ponto de partida a ideia de democracia deliberativa – entendida como concepção de democracia que considera os indivíduos como agentes autónomos capazes de formar juízos razoáveis acerca da assimilação de diferentes pontos de vista, e que institucionaliza um conjunto de mecanismos para incorporar os juízos individuais num processo colectivo de tomada de decisão. Os indivíduos são chamados a considerar alternativas e diferentes pontos de vista, que avaliam criticamente, formando a partir deles juízos de valor, sendo que a legitimidade de uma decisão deriva do facto de ela ser o resultado de um processo de deliberação generalizada. Sinteticamente: a concepção deliberativa da democracia focaliza a atenção nos *processos* pelos quais os juízos são formados e as decisões são tomadas.

Ora, o processo de deliberação é necessariamente aberto. Quanto mais informação houver disponível e mais os indivíduos puderem considerar os argumentos e as reivindicações dos outros, tanto mais poderão gradualmente modificar os seus pontos de vista originais. Em termos práticos, as implicações da ideia de democracia deliberativa implicam a procura de novas formas de expandir e de institucionalizar os processos deliberativos, e novos mecanismos para alimentar esses mesmos processos e implementar os seus resultados, sendo que quanto mais os indivíduos forem capazes de participar na deliberação de questões que lhes dizem respeito, e quanto mais os resultados de tais deliberações forem alimentados com procedimentos que permitam a realização da decisão, mais elevados serão os padrões democráticos na organização política e social das suas vidas.

Assim, o desafio que se coloca é o de encontrar modos de aprofundar as práticas democráticas através do alargamento dos processos deliberativos. Um dos pensadores influentes da deliberação, James Fishkin (1992), refere três condições que tornam possíveis práticas de deliberação face a face: 1. Que as mensagens políticas possam ser trocadas em toda a sua extensão; 2.

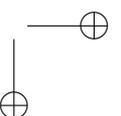
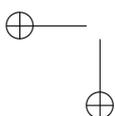




Que haja oportunidades para a reflexão sobre novas mensagens, e para o seu debate reflexivo; 3. Que as mensagens sejam testadas intersubjectivamente, em confronto com argumentos rivais. Nesta perspectiva, podemos ver que as instituições mediáticas possuem um potencial particularmente importante no desenvolvimento da democracia deliberativa. Por um lado, ao proporcionarem aos indivíduos formas de conhecimento e informação a que eles não teriam acesso de outro modo, ao fornecerem pontos de vista diferentes sobre os diversos assuntos, as formas de interacção através dos media podem estimular a deliberação “tanto quanto, se não mais do que, a interacção face a face em local compartilhado” (Thompson, 1995: 221). Por outro lado, fornecem mecanismos para que os indivíduos articulem pontos de vista que, de outro modo, seriam marginalizados ou excluídos da esfera da visibilidade mediática – o que potencia, desde logo, características como a igualdade ou a diversidade. Sem dúvida, pois, que o incentivo à igualdade e ao pluralismo nos media é uma condição essencial para o desenvolvimento da democracia deliberativa – e os seus novos desenvolvimentos tecnológicos parecem ir ao encontro dessa condição.

É neste contexto que verificamos o facto de, em termos históricos, o grosso da produção científica que mais incisivamente denuncia a crise da comunicação política, no final da década de 80 e na primeira metade dos anos 90, coincidir com a fase do maior deslumbramento com o advento dos novos meios de comunicação de massa. Os exageros da retórica da revolução tecnológica são por demais conhecidos, e encontram-se suficientemente enunciados (Gomes, 2005). Nos planos teórico e prático, germinava a esperança tão sincera quanto ingénua numa renovação da esfera pública e das práticas de democracia induzida pela internet. Nesta retórica, é central o conceito de ciberespaço, entendido enquanto espaço de partilha virtual, que permite a interacção pública e a partilha de informação, e assim fornece a base para a revitalização da esfera pública e da democracia – o que nos conduz à noção de esfera pública virtual, que constitui o conceito central a partir do qual se desenha todo o trabalho teórico e empírico em torno de um modelo de democracia deliberativa digital (cf. Dahlberg, 2001: 167).

A generalidade dos estudos levados a cabo sobre esta matéria discute desde os dispositivos e iniciativas para a extensão das oportunidades democráticas (governo electrónico, voto electrónico, transparência do Estado) até às novas oportunidades para a sociedade civil na era digital (cibermilitância,



formas electrónicas de comunicação alternativa, novos movimentos sociais). Quase todas as formas de participação política por parte da esfera civil poderiam a partir de então ser realizadas mediante o recurso aos novos meios de comunicação – desde o contacto e a pressão sobre os representantes eleitos à formação da opinião pública, à formação de movimentos da sociedade civil ou ainda à participação em fóruns electrónicos de deliberação e à intervenção em plebiscitos on-line. O apelo de Benjamin Barber, ainda nos anos 80, ao uso das novas tecnologias da informação como forma de estimular uma “democracia forte” terá sido dos primeiros exemplos da retórica associada à democracia electrónica, inspirada pelos ideais deliberativos. Escrevia então que as capacidades das novas tecnologias podem ser usadas a favor da educação cívica, do igual acesso à informação, e para unir os indivíduos e as instituições através de redes que tornem real a discussão participada e possibilitem o debate através de grandes distâncias. Pela primeira vez teríamos a oportunidade de criar artificialmente reuniões entre pessoas que de outro modo não se encontrariam. O desenvolvimento dos media estaria assim ao serviço da participação cívica no programa de uma *democracia forte*, suportada em “assembleias de vizinhança” que permitissem a discussão partilhada de assuntos de interesse comum (cf. Barber, 1984: 274).

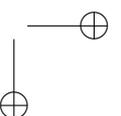
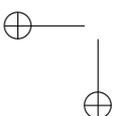
Tomando como referência muita da literatura sobre a problemática datada sobretudo da década de 90, é possível assumir que a internet se apresenta como fonte de inspiração para formas de participação política protagonizadas pela esfera civil, sendo ao mesmo tempo forma e meio para a participação popular na vida pública. Por exemplo, sabemos que a deliberação prospera com o encontro de visões conflitantes: “nada é mais destruidor do processo deliberativo do que um coro orquestrado de opiniões que não permite divergências” (Thompson, 1995: 222). Ora, a este propósito é sublinhado o uso que organizações civis e não governamentais fazem da internet como plataforma pública para discutir tópicos de interesse específico, de forma rápida e económica, e com uma relativa independência em relação aos constrangimentos procedimentais que condicionam os restantes media, como o *agenda setting* ou o *framing* (Gimmler, 2001: 33), aumentando a quantidade de pontos de vista divergentes ou concorrentes. A partir daqui, os processos de tomada de decisão são legitimados racionalmente não a partir da expressão de inclinações pré-existentes, mas a partir de um processo deliberativo, a partir do qual é formada cada uma das vontades (cf. Manin, 1987: 351-2). É nesta me-

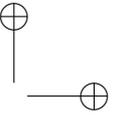


dida que as perspectivas mais entusiastas não têm reservas em afirmar que a internet reúne as condições necessárias para responder a “todos os requisitos básicos da teoria normativa de Habermas sobre a esfera pública democrática: é um meio universal, anti-hierárquico, complexo e exigente. Porque oferece acesso universal, comunicação não coerciva, liberdade de expressão, agenda sem restrições, comunicação fora das tradicionais instituições políticas e porque gera opinião pública mediante processos de discussão, a internet parece a mais ideal situação de comunicação. Na linha desta evolução, podemos hoje falar de uma esfera pública global, situada entre formas de governo transnacionais e de novas configurações de uma sociedade civil, construída através dos sistemas de comunicação mediáticos e das redes de internet, “particularmente nos espaços sociais da web 2.0, de que são exemplo o *YouTube*, *MySpace*, *Facebook*, e a crescente blogosfera. (...) É este espaço comunicativo multimodal que constitui a nova esfera pública global” (Castells, 2008: 90).

A internet é assim vista pelos proponentes da democracia deliberativa como o meio por excelência para a promoção dos espaços necessários à discussão racional – a partir da qual a deliberação se gera. Contudo, alguns avisos de ponderação foram sugeridos desde os primeiros momentos: como nota Barber, as décadas que antecederam o surgimento da internet, a rádio e a televisão terão conduzido já à desvalorização do valor cambial da moeda política – sem que a responsabilidade possa ser claramente atribuída aos meios em si (Barber, 1984: 270). Na mesma medida, as novas tecnologias não nos permitirão inverter esta tendência, a menos que seja testada e exercitada a sua competência deliberativa.

Chegamos assim a uma das etapas que sempre se colocam a cada desenvolvimento tecnológico com consequências no plano social, aqui numa vertente política. A questão sobre a qual nos iremos deter, relevante sobretudo do ponto de vista empírico, é a seguinte: qual a verdadeira utilidade dos espaços virtuais (de inegável potencial discursivo) na dinamização da deliberação na esfera pública? Se atendermos às três condições de possibilidade da deliberação assinaladas acima, a partir de Fishkin, seria de esperar, face ao celebrado potencial tecnológico, que tais condições se verificassem nas comunidades virtuais e nos fóruns que nela se geram, dado que toda a sua natureza e funcionamento parecem permitir – e estimular – a reflexão, a troca de argumentos e a participação (condições necessárias e centrais do discurso deliberativo).





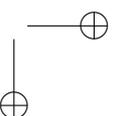
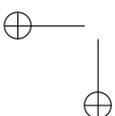
São pois os aspectos contraditórios desta realidade que iremos identificar de seguida.

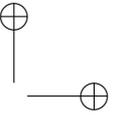
Ambientes discursivos on-line e deliberação

Com efeito, num mesmo tempo em que grande número de investigadores e profissionais dos media e da comunicação política se deixa embalar pela euforia que rodeia o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, seria de particular utilidade verificar o quanto são profícuos os espaços públicos virtuais em termos políticos na determinação de agendas, na tomada de decisão política, na negociação da diferença ou na obtenção de compromissos. Sem dúvida que, para responder à necessidade anterior se torna necessário explorar empiricamente a incidência de conversações crítico-rationais nos fóruns políticos situados on-line, articulando a sua incidência com o ambiente discursivo e interaccional off-line em que se situam – todo um trabalho já levado a cabo por um número significativo de investigadores, cujas conclusões tomaremos em conta. Sustentados na literatura interdisciplinar acerca dos efeitos da CMC (*Comunicação Mediada por Computador*), na evidência empírica de experiências levadas a cabo no âmbito da teledemocracia e na própria teorização normativa, encontramos-nos já perante um vasto conjunto de questões que urge explorar.

À partida, muitas das possibilidades proporcionadas pelos novos media à participação democrática não causam problemas teóricos, na medida em que adicionam as vantagens associadas à internet às práticas políticas já existentes – o que se traduzirá sempre num ganho. Importa-nos contudo examinar aqui estas mesmas possibilidades tomando como referência os ideais de esfera pública virtual e, nela, a aplicabilidade do modelo de democracia deliberativa, procurando identificar, passo a passo, o potencial existente, as promessas feitas, as verificações empíricas e os questionamentos críticos que daqui emergem. Em síntese: as questões que se seguem pretendem clarificar o grau em que a migração da discussão para os novos meios e ambientes de comunicação se aproxima das características de deliberação (ou mesmo as realiza), tal como estas são descritas em termos teóricos e práticos.

Começemos pelo facto inegável de a mera posse de um computador, associada a capital cultural que permita o seu uso no interior do jogo demo-

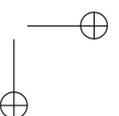
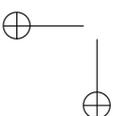


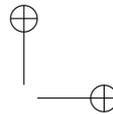
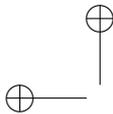


crático, constituir um recurso valioso para a participação política. Como foi já dito, a internet oferece meios para a expressão cívica, podendo constituir-se em “caixa de ressonância” capaz de afectar os agentes da esfera política. Estas novas possibilidades de expressão permitirão a um cidadão ou a um grupo da sociedade civil alcançar, sem mediações institucionais, outros cidadãos, assegurando aos interessados em entrar no jogo democrático, sob uma perspectiva deliberativa, dois dos seus requisitos fundamentais: informação política actualizada e oportunidade de interacção. A este propósito, a aquisição e a disseminação da informação política *on-line* tornou-se rápida, fácil, e frequentemente desprovida das coações dos meios industriais de comunicação – o que significa que, em princípio, não será distorcida ou alterada para servir interesses particulares, forças do campo político ou a própria indústria da informação. Numa perspectiva mais avançada, do ponto de vista utópico, a comunicação política mediada pela internet criará o espaço para a germinação de uma democracia de base (*grassroots*), que reunirá os povos do mundo numa comunidade política sem fronteiras (cf. Gomes, 2005: 220).

Passada, entretanto, a fase mais entusiasta da literatura que, de forma mais ou menos directa, sugeria que a internet resolveria os problemas da comunicação política e se assumiria como espaço por excelência para uma deliberação adequada, começam a destacar-se as insuficiências dessa mesma infraestrutura. Sabemos hoje que o acesso universal a espaços públicos virtuais não é condição suficiente para a realização de práticas deliberativas. Muito embora a generalidade dos proponentes das variantes de democracia digital antecipem a expansão do acesso à banda larga como condição decisiva para uma revigoração da democracia, a verdade é que este indicador não esclarece muito sobre a qualidade do discurso político, ou sobre a propensão dos participantes para deliberarem em acordo com os seus interesses e objectivos, de forma racional. Há alguns factores determinantes, de natureza distinta, que importa considerar pelas consequências que têm a este nível, e que passaremos a discutir de seguida.

Uma questão para a qual nos remete o modelo deliberativo refere-se ao grau – à extensão – da heterogeneidade de pontos de vista existente nos grupos de discussão on-line. É certo que, de um modo geral, os públicos da internet foram expandidos, passando agora a incluir diferentes classes sociais, minorias étnicas, de género, religiosas e outros grupos anteriormente com menor visibilidade e acesso aos media. No entanto, permitir uma diversidade

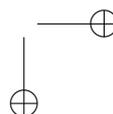
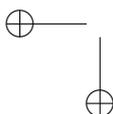


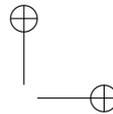
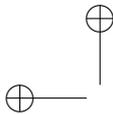


de vozes, ainda que seja um imperativo, não garante, por si só, deliberação, negociação e contestação de pontos de vista (Huckfeldt e Sprague, 1995). A realização da democracia deliberativa não diz apenas respeito aos meios e oportunidades de acesso – implica igualmente os usos dos recursos comunicativos existentes, e a sua qualidade. E, neste âmbito, se é verdade que a internet pode configurar um espaço onde a conversação política ocorre num contexto de diversidade, tanto em termos de participantes como pela variedade de opiniões que ali surgem, esta característica terá que ser articulada com um conjunto de factores condicionantes.

Desde logo: com a sensação de desconforto que as pessoas têm quando confrontadas com o conflito, o desacordo ou a diferença. Esta articulação pode ter consequências práticas de sinal diferente: se é verdade que os espaços públicos virtuais podem eliminar os factores de inibição relativos à diferença, e por isso estimulá-la, podem igualmente induzir a procura da conformidade e do acordo – e, por isso, levar os indivíduos a procurar interlocutores com os quais possuam pontos prévios de acordo. É isso que mostram Huckfeldt e Sprague: num estudo destinado a verificar até que ponto existe homogeneidade de opinião política nos newsgroups *UseNet*, observaram que as pessoas preferem formar grupos com aqueles com quem concordam, num fenómeno que designam como *homofilia dos grupos primários* – que caracteriza o facto de os indivíduos interagirem preferencialmente com outros que lhes são ideologicamente próximos. Os participantes em fóruns discursivos on-line demonstram uma forte homogeneidade grupal, que se manifesta na escolha dos fóruns e na actividade dentro deles. Se, em acordo com o ideal deliberativo, para realizar escolhas políticas informadas entre opções políticas é necessário o acesso a diferentes pontos de vista, que permitam gerenciar a informação e reavaliar a própria posição, a participação em fóruns marcados por forte identidade grupal limitará esse exercício. Os fóruns discursivos on-line definem-se em termos de comunidades de interesses, funcionando como pontos de encontro virtuais de pessoas que partilham interesses comuns, sem mudanças ou ajustamentos substanciais (cf. Wilhelm, 1999: 161) – um aspecto de que, no limite, os sites partidários serão a ilustração mais acabada.

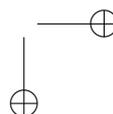
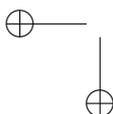
Esta questão remete-nos, pois, para a utilização que é feita dos recursos comunicativos disponíveis nos fóruns on-line, e chama a atenção para os níveis de intercâmbio discursivo ali existentes. De um ponto de vista deliberativo, importa averiguar em que medida os participantes dos grupos de discus-





são política virtuais fornecem ideias e informação à comunidade discursiva, ou apenas nela procuram informação, a partir dos outros membros. O que a pesquisa empírica revela é que, sendo elevado o número de mensagens diariamente colocadas nos fóruns, tal quantidade não garante nem uma participação equitativa nem uma troca de opiniões substancial. Como é conhecido desde bem antes (cf. Neuman, 1991: 94 e segs), ao procurarem informação as pessoas recolhem apenas aquilo que é necessário para obter níveis razoáveis de conhecimento sobre determinados temas do seu interesse. A observação empírica demonstra de forma precisa o número elevado de participações (*posts*) que começam e terminam associados à pesquisa de informações concretas (cf. Wilhelm, 1999:159). Chama-se assim a atenção para o risco de as novas tecnologias (internet, televisão digital) se transformarem em mecanismos galopantes de recolha de informação (sem comunicação), gerada por peritos e sofisticadas máquinas políticas concebidas para conduzir a opinião pública no sentido de objectivos cada vez mais paroquiais, enfocados ou privados. Ora, a formas de participação deste género é difícil associar a ocorrência de situações de interacção em que os participantes num debate político (o qual é igualmente emissão e recepção) articulem os seus interesses através do diálogo, da troca de ideias e da negociação de diferenças. Como demonstram as experiências da designada “teledemocracia”, surge a partir daqui a tendência para substituir a discussão política deliberativa por formas de democracia plebiscitária, “uma forma bastarda de consentimento manufacturado” (Wilhelm, 2000: 138), focalizadas no registo individual das preferências sobre determinado assunto, desvalorizando a troca interaccional e conversacional.

Por outro lado, um número significativo de estudos assinala uma tendência para as opiniões divergentes não serem bem acolhidas nos ambientes discursivos on-line. Os interlocutores dissidentes tendem a ser ignorados, progressivamente frustrando as suas próprias expectativas, acabando por desistir e abandonar os grupos de discussão. Um grande número de pesquisas demonstra que as discussões políticas on-line, embora permitam tecnicamente uma grande participação, são dominadas por poucos, do mesmo modo que as discussões políticas em geral. Esta prática encontra-se fortemente associada à representação de papéis, equivalentes aos da interacção face a face: tal como nas situações de interacção off-line, a discussão política na internet tende a favorecer os indivíduos mais “poderosos” (cf. Davis, 1999: 163) – o que remete para a questão da existência de igualdade dentro da discussão. Um outro



estudo importante, nesta matéria, foi levado a cabo por Schneider (1997), e demonstra como através de estratégias de monopolização abusiva do espaço e da atenção, de controlo da agenda e de recursos estilísticos de discurso, alguns participantes são capazes de tornar as suas vozes mais ouvidas do que outras. A partir da análise detalhada de um fórum discursivo (talk.abortion), Schneider concluiu ser a participação não igual, mas “dramaticamente desigual”. Mais de 80% dos posts são enviados por menos de cinco por cento dos participantes (Schneider, 1997: 85). Ora, esta realidade relaciona-se com um outro aspecto limitador, apontado há décadas por toda a literatura sobre a relação entre as indústrias da cultura e a política: tal como na indústria mediática, a maior parte da discussão on-line terá como fonte indivíduos – ou grupos – em muitos casos com interesses políticos – ou económicos – de natureza privada bem definidos, mas nem sempre assumidos ou do conhecimento da generalidade dos interlocutores, que acabam por distorcer os quadros da racionalidade comunicativa a favor de uma racionalidade muitas vezes puramente estratégica.

Quando um indivíduo assume a decisão de participar numa discussão (tal como em qualquer situação de interacção social), a sua mera participação pode ser rejeitada por *outros dominantes*, ou, por outro lado, a sua contribuição discursiva pode ser avaliada em função do seu *estatuto*. Ora, a internet é frequentemente elogiada pelas suas possibilidades de libertação dos indivíduos das hierarquias sociais e relações de poder existentes off-line. “Sugere-se que a cegueira do ciberespaço à identidade corporal permita que as pessoas interajam como sendo iguais. Os argumentos usados serão avaliados pelo seu valor intrínseco e não pela posição social de quem os coloca” (Dahlberg, 2001: 14). Contudo, *flaming* (acto de publicar mensagens deliberadamente ofensivas com a intenção de provocar reacções hostis dentro de determinado contexto de discussão), conflitos, fragmentação e outras formas bem distantes de qualquer debate racional são indicadas por um grande número de pesquisas sobre comunicação política através da internet como a natureza da discussão on-line (cf. Gomes, 2005: 221).

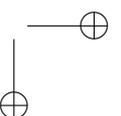
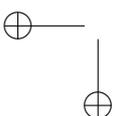
Outro aspecto contraditório refere-se ao facto de ser aceite por muitos investigadores que o anonimato, por diversas razões, pode ajudar a promover um debate mais seguro e aberto. Wallace (1999: 124-125) reconhece que “quando as pessoas acreditam que as suas acções não podem ser atribuídas a si pessoalmente, elas tendem a tornar-se menos inibidas pelas convenções e

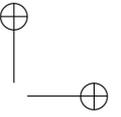


restrições sociais. Isto pode ser muito positivo, sobretudo quando lhes é oferecida a oportunidade de discutir questões pessoais difíceis.” A este propósito, Wallace (ibid: 82) resume uma série de estudos empíricos que consideram que os dissidentes se sentem mais livres para expressar as suas opiniões on-line do que off-line, o que poderia resultar do facto de o dissidente “não ter que suportar sobranceiras levantadas ou interrupções por parte dos membros da maioria, ou não se sentir desconfortável com o facto de não concordar com os outros.” No entanto, outras investigações revelam conclusões distintas. Streck compara os fóruns discursivos na internet a um "jogo de gritos", em resultado da sensação de liberdade sugerida pelo anonimato. Também Dahlberg (2001) atribui a prática do designado *flaming* ao efeito desinibidor da CMC – que motiva os indivíduos a sentirem-se livres para se expressarem como quiserem, devido à ausência de pistas socialmente identificadoras.

Em suma: por um lado, o anonimato parece não libertar de todos os medos relacionados com o confronto e o conflito – que continuam a ser preteridos pela afinidade e pela partilha. Por outro lado, parece resultar num aumento do número de ataques verbais de maior violência e em práticas de insulto e humilhação, entre outras formas de incivilidade. Não é pois linear que a ausência de pistas sociais conduza à igualdade discursiva prometida pela prática do anonimato. O anonimato e a falta de coacção social, características apresentadas por alguns como elementos promissores para a democracia, podem ser elementos contrários a um verdadeiro intercâmbio democrático, na medida em que a mesma possibilidade de anonimato que protege a liberdade política contra o controlo de governos tirânicos ou de corporações, pode constituir-se como salvaguarda de conteúdos e práticas discriminatórias, criminosas e antidemocráticas na internet. Algumas investigações não hesitam mesmo em considerar que o anonimato não apenas mina o potencial deliberativo da internet, como parece ser a causa de uma “generalizada falta de civismo” (Barber, Mattson e Peterson, 1997: 115).

Chegamos a uma percepção decisiva: nem toda a discussão política na internet é democrática, liberal ou promove a democracia – o que envolve um outro tipo de problema, que diz respeito ao tipo e qualidade de comunicação que temos hoje na rede. Afirmo Wilhelm que “se a discussão democrática é definida, pelo menos em parte, pela qualidade da conversação, então os newsgroups analisados [mais de 500 mensagens sobre política] não serão claramente deliberativos” (1999: 169). Desde logo devido ao facto de as mensa-



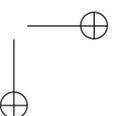
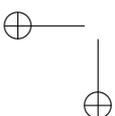


gens servirem sobretudo para amplificar pontos de vista próprios, e raramente para reflectir o confronto com argumentos diversos; depois, devido à escassez das mensagens de resposta, uma escassez própria de uma interacção frágil, fugaz, anónima (como notamos acima), sem espessura política, e por isso pouco consistente com as exigências racionais de uma esfera pública forte.

Considerações finais

É uma evidência a natureza difícil da “verdadeira” política. Difícil, porque a política real, como exigem os defensores da democracia deliberativa, envolve diferença e divergência, avaliação e revisão mútua de pontos de vista. Esta exigência da diversidade de opiniões e argumentos, assim como de participantes, é fundamental para a deliberação, pois só assim os seus objectivos podem ser alcançados, sejam estes a resolução de conflito ou a legitimação de escolhas políticas. Mas, como vimos, é exactamente essa diferença e desacordo que fazem as pessoas evitar a política deliberativa. Como os estudos empíricos mostram, existe uma propensão para procurar pessoas com afinidades de opinião para debater política, uma vez que uma relação deste tipo é menos ameaçadora e mais agradável. Neste artigo, discutimos algumas explicações para a apatia política e ausência de debate deliberativo nos fóruns *on-line*. Aspectos como medo da controvérsia, do isolamento, sentimentos de inadequação percebida, falta de conhecimento, falta de vontade de desafiar as normas do grupo, ou temor em contrariar a maioria, tudo contribui para uma contracção geral da discussão política.

Contudo, consideramos que uma avaliação feita nestes termos não pode servir de fundamentação para recusar liminarmente os espaços discursivos *on-line*. Desde logo porque consideramos improcedente e sem sentido comparar as discussões *on-line* com o ideal de deliberação. Em vez disso, para avaliar o potencial democrático das discussões *on-line*, será antes necessário tomar como referência as discussões *off-line*, também elas marcadas por constrangimentos e limitações em relação ao ideal deliberativo, procurando ver as relações de complementaridade e de continuidade que se estabelecem entre si. É verdade que, como foi enunciado acima, diversos estudos mostram que os fóruns de discussão *on-line* tendem a não cumprir as exigências do ideal da esfera pública – tal como não o cumprirão muitos fóruns discursivos *off-line*.





Não podemos todavia concluir, a partir daqui, que a *Internet* não constitui um reforço para a democracia: por menor que possa ser o contributo da discussão *on-line* para o processo político, a democracia beneficiará sempre dele. Precisamos examinar não só em que medida as discussões *on-line* atendem ou não (e em que medida) as exigências de um ideal normativo, mas também as vantagens e inconvenientes que esta modalidade de interação contém face às situações anteriores à sua existência.

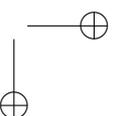
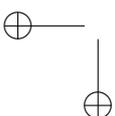
Face ao que foi referido, cremos que, enquanto pré-requisito para a realização do potencial democrático da internet, importa proteger e estimular os espaços de deliberação democrática aqui existentes, e conceder uma atenção especial aos impedimentos sistémicos envolvidos neste processo. Gimmler refere, a este propósito, que de modo a preservar o potencial que a *Internet* oferece à democracia deliberativa, será necessária a existência de regulação legal e administrativa – uma consequência decorrente da própria concepção de uma esfera pública normativa. No futuro, a regulação da internet dependerá cada vez mais das limitações impostas pelos interesses comerciais, o que evidencia a importância da existência de organizações não lucrativas que complementem a oferta dos fornecedores comerciais e mantenham as disponibilidades de acesso que hoje se apresentam – um aspecto hoje particularmente relevante nos países ou regiões em via de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os agentes políticos deverão assumir de forma clara o facto de o acesso à comunicação e à interação sem restrições ser, para além de um direito fundamental de cidadania, um elemento básico e essencial ao funcionamento da democracia (cf. Gimmler, 2001: 34).

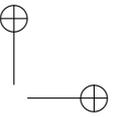
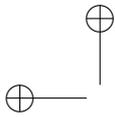
Bibliografia

BARBER, B. (1984), *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*, Berkeley, University of California Press.

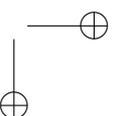
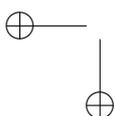
BARBER, B., Mattson, K. e Peterson, J. (1997), *The State of Electronically Enhanced democracy: a survey of the internet*, New Jersey, Walt Whitman Center.

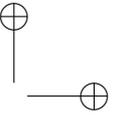
CASTELLS, M. (2008), “The New Public Sphere: Global Civil Society, Com-





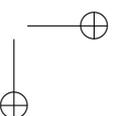
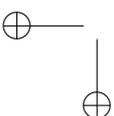
- munication Networks, and Global Governance”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616, 78.
- DAHLBERG, L. (2001), “Computer-Mediated Communication and the Public Sphere: a critical analysis”, *Journal of Computer-Mediated Communication*, 7.
- DAVIS, R. (1999), *The Web of Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- FISHKIN, J. (1991), *Democracy and Deliberation*. New Haven, Yale University Press.
- HUCKFELDT, R. e Sprague, J., Citizens (1995), *Politics, and Social Communications: Information and influence in an election campaign*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GIMMLER, A. (2001), “Deliberative democracy, the public sphere and internet”, *Philosophy and Social Criticism*, 27, 4.
- GOMES, W. (2005), “A democracia digital e o problema da participação civil da decisão política”, *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 7, 3.
- SCHNEIDER, S. M. (1997), *Expanding the Public Sphere through Computer-Mediated Communication: Political Discussion about Abortion in a Usenet Newsgroup*, Massachusetts, MIT.
- THOMPSON, J. B. (1998), *A Mídia e a Modernidade, uma teoria social da mídia*, Petrópolis, Vozes.
- MANIN, B. (1987), “On Legitimacy and Political Deliberation”, *Political Theory*, 15, 3.
- NEUMAN, W. Russell (1991), *The Future of the Mass Audience*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WALLACE, P. (1999), *The Psychology of the Internet*, Cambridge, Cambridge University Press.

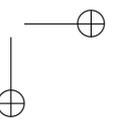
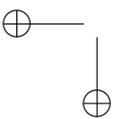
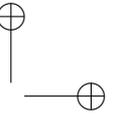
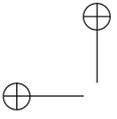


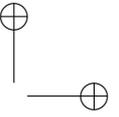
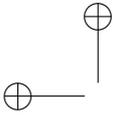


WILHELM, A. G. (1999), “Virtual sounding boards: how deliberative is online political discussion?” in Hague, B. N. e Loader, B. D., *Digital Democracy: discourse and decision making in the Information Age*, London, Routledge.

WILHELM, A. G. (2000), *Democracy in the Digital Age: challenges to political life in cyberspace*, New York, Routledge.







O Virtual é o Real Finalmente Materializado: A Internet e os Novos Micro-Espaços Públicos Democráticos

António Rosas

Universidade Aberta, LabCom/UBI

E-mail: anjoserosas@gmail.com

The historical concept of a bourgeois public sphere has been widely criticized and revised? the normative concept has also been criticized but stands not clearly revised. Scholars still use it as an appropriate standard of judgment for measuring our political and cultural institutions. The trouble with doing so is that there *is* no ideal public sphere. I do not mean that there has never been a fully realized public sphere, although this is true. I mean that there never can be, and not just because human social institutions are imperfect. There never can be because the ideal of a public sphere is unitary but the institutions of actual living democracies are plural without being arrangeable in a simple hierarchy of “better” and “worse.”

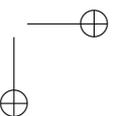
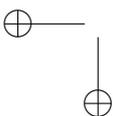
M. Schudson

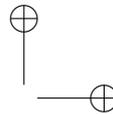
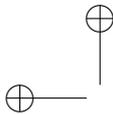
UMA das frases mais lapidares e porventura uma das menos contestáveis do grande sociólogo americano Charles Tilly era a de que os conceitos de sociedade civil e de espaço público até podiam ser “moralmente admiráveis”, todavia eram empírica e analiticamente intratáveis. As mesmas conclusões poderão ser inferidas da noção, tão veterana quanto solicitada, de opinião pública. Com efeito, embora toda a gente saiba ou faça uma ideia do que é a opinião pública, ou não duvide da sua importância nas democracias – o que, vendo bem, até nem desabona quanto à sua saliência política – poucos estarão conscientes da desajusteza normativa e analítica de um conceito cujos antepassados foram forjados há mais de duzentos anos em realidades político-sociais muito diferentes das que vigoram nas chamadas sociedades de massas.

Este artigo não pretende retomar essa noção da opinião pública, ou a sua interpretação corrente, contrastando-a com as suas manifestações históricas ou com a sua significação original no contexto das guerras religiosas e da ascensão social e económica da burguesia. Usaremos principalmente este espaço para defendermos a ideia de que a difusão e a utilização da W.W.W. e da

Cidadania Digital, 117-142

Junho de 2010

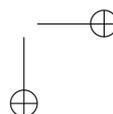
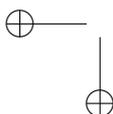




Internet, numa primeira fase, assim como a do seu sucessor mais provável, a *Grid* (ou, melhor, a versão modificada e pública do *Worldwide LHC Computing Grid*, o sistema de computação em grelha que está a ser desenvolvido pelo CERN, *European Organization for Nuclear Research*)¹, não deixarão de provocar dois fenómenos cujas consequências culturais, sociais e políticas serão enormes para as nossas sociedades.

Por um lado, é de esperar que a disseminação e a utilização crescente dos novos meios de comunicação confrontem e alterem tanto as bases epistémicas como éticas das nossas compreensões e interpretações sobre os espaços públicos e sobre aquilo a que chamamos opinião pública. Diremos mesmo que esses factores tecnológicos provocarão um questionamento radical do nosso entendimento sobre esta, precipitando não apenas novas interpretações e modos de acção, como reestruturando todo o saber com ela relacionado. Por outro lado, e indissociavelmente, os mesmos factores facilitarão a re-materialização, sob novas formas e modos, de uma multiplicidade de micro-espacos públicos mais próximos da formulação original da opinião pública como *public meeting*. Se é muito provável que os poderes sociais, nas democracias do século XXI, não venham a cair de novo nas ruas, como sucedeu na Europa e na América durante as fases cruciais em que foram constituídos os espaços públicos burgueses, dificilmente se negará que estes não deixarão de andar muito pela *Web* (ou pela *Grid*), com as duas características gerais a que aludimos: a aceleração da relativização crítica das nossas percepções sobre o que é o social e o político, incluindo o que é e para que serve a opinião pública; e a constituição, igualmente acelerada, de novas práticas e rotinas sociais, a par da institucionalização de novos modos de inclusão e de oposição democráticas recentrados numa multiplicidade de espaços públicos localizáveis e concretos. Enquanto que a segunda dimensão é já detectável, levantando novas questões do foro tanto empírico-analítico como normativo, a primeira é ainda incipiente e em

¹A filosofia da *Grid* é a mesma da *Net* ou da geração *Web 2.0*. A ideia é a partilha de recursos entre computadores distribuídos geograficamente. Mas ao invés da *Web*, a computação em rede não se limita a partilhar informação; também partilha capacidade de processamento e de armazenamento de dados. Um das experimentações agendadas, por exemplo, permitirá “poupar” os 500 anos que seriam necessários para atingirem-se os mesmos objectivos num único computador.





fase de maturação, devido, em larga medida, à extraordinária resiliência dos fenómenos culturais, mesmo durante as fases transformativas.²

Este artigo está organizado em duas partes. A primeira, que abrange três sub-títulos, é dedicada a apresentar dois exemplos da incontroabilidade da Net e a desenvolver, ainda que de forma sucinta, as duas teses informais a que aludimos; na segunda, utilizaremos os métodos do paradigma atitudinal para averiguarmos, através de uma análise aos resultados de um inquérito transversal, qual o estado do acesso e da utilização políticas da *Internet* em Portugal. Para esse fim, isolaremos algumas variáveis relacionando os principais meios de comunicação (incluindo obviamente a *Internet*) não apenas com os níveis de instrução/formação dos portugueses, como com a sua participação política, quer convencional quer não convencional.

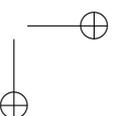
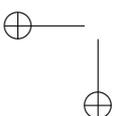
Dois casos de incontroabilidade da Net

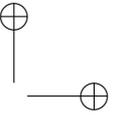
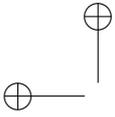
Embora não seja incontroável, a Internet é o primeiro meio de comunicação e de informação da História cuja controabilidade é extremamente custosa, difícil, e com resultados garantidos. O que significa que enquanto houver Internet, haverá sempre formas de contornar qualquer tipo de censura, de bloqueio ou de proibição, por muito inteligentes e poderosas que sejam.³ Uma

Uma das ilustrações mais vivas e recentes desta aparente incontroabilidade da *Net* foram as últimas eleições iranianas. Durante meses, o governo iraniano tentou bloquear as comunicações *online* entre os apoiantes do líder da oposição, Hossein Moussavi, e o exterior. Foi, como se sabe, um exercício fútil, patético, e impotente. Os activistas, que usaram, entre outros recursos, um *software* de código aberto para encriptarem a meta-informação e o conteúdo das mensagens, não só nunca deixaram de comunicar entre si e com o

²Se tivermos em conta o facto de que os meios de comunicação tradicionais como a Televisão e a Rádio ainda continuam a serem nódulos poderosos e praticamente auto-referenciados da reprodução social dos fenómenos culturais, melhor se compreenderá a resiliência de que falamos. Convém no entanto não esquecer que nenhum sistema cultural é imutável e que os seus pontos de ruptura e de transformação não são unicamente endógenos ou semióticos.

³A defesa da liberdade na Internet é obviamente política, produzindo-se desta feita à escala mundial. Prevê-se que seja cada vez mais exigente e difícil, à medida que mais Governos venham a adoptar os novos métodos de filtragem (*filtering*), também chamados de segunda geração.

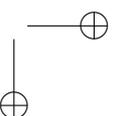
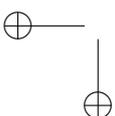




exterior – por exemplo, com um aliado exterior importante como a CNN –, como o fizeram em segurança. Podemos obviamente perguntar-nos se esses activistas eram engenheiros informáticos brilhantes ou se pertenciam a organizações com enormes recursos. De modo algum. Eram cidadãos comuns que usavam *softwares* de segurança e privacidade com menos de 1000 *quilobytes* de tamanho e que sabiam aproveitar ao máximo as tecnologias das redes sociais. O resultado foi conseguirem, durante meses, tornear os obstáculos de um Governo autoritário auxiliado por poderosas empresas informáticas estrangeiras.⁴

Um outro caso, tão recente como ilustrativo, ocorreu na China, por ocasião do 60º aniversário da Revolução. Como se sabe, os chineses estão na vanguarda da era da informação, ao mesmo tempo que o seu Governo é um dos mais autoritários do planeta. Não espanta pois que, nesta área, o aparato estatal chinês mobilize enormíssimos recursos, tanto não humanos como humanos. Quinze dias antes do 1º de Outubro, o “Dia Nacional”, o Governo voltou a apertar a *firewall* (já nomeada pelos especialistas como a *Great Firewall of China*) à volta das comunicações *online*, para atacar em força uma das tecnologias livres mais usadas pelos chineses nas suas comunicações com o exterior. O *Tor* fora um dos *softwares* usados pelos iranianos durante os incidentes contestatários às últimas eleições e, à semelhança da própria Net, assim como de muito *software* não proprietário, começou por ser uma peça secreta de código criada por uma organização poderosa, neste caso pela Marinha dos EUA, antes de ser um *software* livre que tanto pode ser usado por uma dona de casa entre duas idas ao supermercado como por um repórter ou por uma ONG numa zona de conflito. Basicamente, o *Tor* é um programa

⁴O próprio líder da oposição nunca deixou de actualizar a sua página no *Facebook* (<http://www.facebook.com/mousavi?ref=nf>). As novas tecnologias serão ainda mais eficazes, imediatistas e globais nas próximas vagas da contestação ao regime. O verdadeiro saldo político da primeira vaga consistiu num endurecimento e num isolamento do regime sem precedentes desde a Revolução, com a vantagem estratégica a ir para o campo dos reformistas. Confrontado com uma oposição interior fortíssima, o Governo neofundamentalista não tem muitas margens de manobra fora da sua base estreita de sustentação. Num artigo recente da *Foreign Affairs*, aquele é descrito como uma clique que opera num ambiente cada vez mais confuso e imprevisível, usando a religião para enriquecer-se com os chorudos negócios do petróleo e explorando os trabalhadores para obter vantagens competitivas. Veja-se <http://www.foreignaffairs.com/features/letters-from/letter-from-tehran-irans-new-hard-liners>





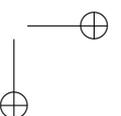
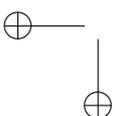
que flanqueia os chamados sistemas de análise de tráfego, abrindo uma rede de túneis virtuais a partir de *proxies* e encriptando o IP (*Internet Protocol*) da fonte em cada um dos nós ou *relays* do processo.

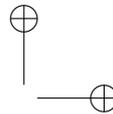
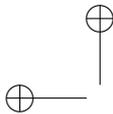
O resultado da operação na China foi, aparentemente, dramático, e podemos avaliar o seu impacto através do primeiro gráfico da Figura 1 do Anexo. Apesar do bloqueio do Governo ter sido preparado com bastantes dias de antecedência, só começou a produzir resultados a partir de 23 de Setembro. A uma semana do dia das comemorações, o Governo parecia ter conseguido finalmente reduzir significativamente – apesar de nunca ter conseguido bloquear, mesmo no dia 1 de Outubro – os pedidos de directórios (ou de ligações) recebidos diariamente num dos *proxies* do *Tor*.

Esta ideia é, porém, falsa. Se olharmos para o segundo gráfico da mesma Figura 1, veremos que o tráfego no *Tor* nunca foi interrompido ou diminuído. O que houve, isso sim, foi uma mudança táctica no uso da tecnologia. À semelhança dos seus homólogos iranianos, os dissidentes chineses responderam ao bloqueio do Governo substituindo em massa os seus pedidos de ligação no directório listado do *Tor* por pedidos no directório não listado, ou de *bridges*. Em apenas uma semana, como se vê pelo gráfico inferior da Figura 1, os pedidos de *bridges* cresceram 70 vezes, tendo como base o dia 6 de Setembro, para atingirem o pico, a *pièce de résistance*, precisamente no dia 1 de Outubro, no momento em que o Governo tencionava controlar todas as comunicações com o objectivo de projectar em exclusivo a sua imagem tanto no interior como no mundo. Nesse dia, a procura tinha, com efeito, atingido novamente os cerca de 10.000 pedidos diários de ligações, só nessa tecnologia (valores extrapolados a partir do crescimento observado e tendo como referência o dia 6 de Setembro). A lição a tirar é a de que o Governo chinês nunca conseguiu controlar verdadeiramente as comunicações *online* numa das tecnologias mais conhecidas de anonimato da *Internet* até que, por fim, foi vencido. No dia do Aniversário, deixara definitivamente de saber não só quantos comunicavam com o exterior através do *Tor*, como o que escreviam, diziam ou mostravam.

Mutações interpretativas

Face a esta evolução sem precedentes das novas tecnologias *online* e da sua capacidade para alterarem as relações de poder entre os cidadãos e as autori-

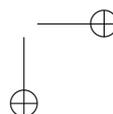
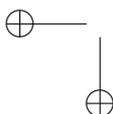


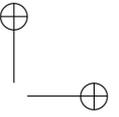


dades, não é de admirar que as compreensões e as interpretações dos cidadãos e dos cientistas sociais sobre o que é e para que serve a opinião pública estejam a ser profundamente actualizadas, para não dizer alteradas. Num mundo cada vez mais global e, simultaneamente, particularista e local, qualquer cidadão ou grupo *pode* defender os seus interesses, agendá-los na esfera pública, ou accioná-los politicamente, sem que seja condicionado, como até aqui, por barreiras nacionais, agendas mediáticas, climas de opinião, Governos ou cliques. Este processo, que equivale a uma verdadeira revolução civilizacional pela via das transformações tecnológicas do capitalismo avançado, não resulta de quaisquer leis externas ou internas dos regimes democráticos, nem é previsível no contexto de uma teoria evolutiva da democracia, como o prova, por exemplo, o declínio da importância da chamada teoria da democracia deliberativa a favor de modelos alternativos. Baseia-se num processo que é, em larga medida, contingente, mas que se caracteriza por possibilidades de agência, ou de acção, que apesar de não serem ilimitadas ou descontextualizáveis, não têm precedentes na história dos *media* e da comunicação.⁵

Convém no entanto ter em conta que esta disseminação das infra-estruturas tecnológicas e a consequente fragmentação e individualização dos canais, dos produtos e dos públicos, não é, um fenómeno exterior ou inocente do ponto de vista social e político. É um fenómeno iminente cultural e, como tal, indissociável dos processos pelos quais são constituídos socialmente os indivíduos e os grupos. Como tal, está já a suscitar alterações tanto nas preferências e nos interesses dos cidadãos, como nos seus valores e modos de pensar, ao mesmo tempo que está a provocar ao seu recentramento em processos de participação e de oposição caracterizados pela autonomia e pela consciência crítica – eventualmente sob o efeito de processos deliberativos ou com o apoio de especialistas nos temas que os afectam –, especialmente em certas circunstâncias e sob certas condições. Será pois possível conjecturar que os cidadãos das democracias do futuro ver-se-ão cada vez mais a si mesmos, em cada

⁵O meu argumento assenta em pressupostos estritamente liberais segundo os quais o dilema platónico das patologias dos grandes públicos não é menos falso do que aquele que é identificado pela solução deliberativa dos mini-públicos. No meu entender, os espaços deliberativos só são justificáveis a partir dos pressupostos normativos de uma teoria democrática baseada nas relações de poder e assente na defesa de interesses básicos. Os cidadãos devem ser livres de optar pelas modalidades dessa defesa, sem ficarem sujeitos a quaisquer exigências normativas que extravasem esse princípio.

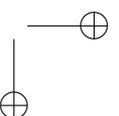
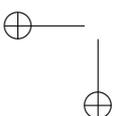


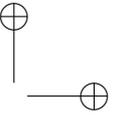


contexto, e, em especial, nas situações da defesa dos seus interesses básicos, *como sendo a própria opinião pública*. A uma opinião pública não referenciada, hierárquica, reificada e amplamente instrumentalizada do ponto de vista ideológico, constituída historicamente durante a era da televisão, da rádio e dos jornais de grande tiragem, opor-se-ão na esfera pública, cada vez mais, uma multiplicidade de opiniões públicas concretas que serão não apenas mais objectivas, como mais genuínas, autónomas, críticas, exigentes e actuanes.

É preciso que se diga que o nosso argumento informal sobre os efeitos dos factores tecnológicos sobre as interpretações e as práticas dos cidadãos relacionadas com a comunicação e a opinião pública não é, de modo algum, estranho aos autores behavioristas, para encontrar mesmo eco nalguns dos seus representantes. Apesar desses autores do paradigma da centralidade e dos efeitos poderosos dos media não escaparem às suas malhas ao serem confrontados com as novas realidades, o seu diagnóstico é, basicamente, o mesmo. A era das comunicações de massas está em declínio, e no novo mundo da comunicação política, as comunicações serão cada vez mais globais e simultaneamente locais, com a fragmentação dos canais, dos produtos e dos públicos, a serem já uma realidade. Estes autores não ultrapassam, porém, os limites do paradigma dominante, ao não preverem mais do que uma readaptação deste, por forma a explicar os novos fenómenos de fuga aos espaços públicos tradicionais à luz de “uma nova era de efeitos limitados”, ou um retorno aos MCS e aos públicos estudados por Lazarsfeld, apesar desse retorno não excluir qualificações importantes.

Não nos parece que seja inquestionável, porém, o argumento de que os efeitos das novas práticas sociais e culturais relacionados com as transformações sociais e tecnológicas se limitem a forçarem um recentramento empírico da teoria *behaviorista* sobre a comunicação e a política, ou a retoques nas suas premissas teóricas ou normativas. O mais provável é que os seus efeitos sejam muito mais vastos e profundos. Atendendo à importância da esfera institucional das comunicações nas democracias, é de supôr que as novas práticas associadas às estruturas mais centrais e determinantes dos processos de reprodução social, propulsionadas pelas alterações tecnológicas, façam emergir uma nova era de criatividade esquemático-simbólica e de remobilização de recursos que não é meramente alternativa, mas sim alterativa. Capaz mesmo de acelerar o fim ou pelo menos o crescente questionamento da dominação estruturo-institucional e simbólica do modelo hierárquico, vertical e reificado

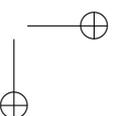
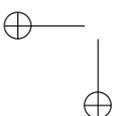




da comunicação política e da opinião pública, abrindo as portas a um modelo geral de comunicação mais pluralista e democrático. Para pôr as coisas de uma forma mais simples e directa, os cientistas sociais e os políticos terão que estar cada vez mais atentos não aos cidadãos desinteressados e pouco informados das nossas sociedades, mas ao número crescente daqueles que adquirirão uma nova visão sobre a política e sobre a democracia nos espaços públicos tanto informais como formais da Net. Esses cidadãos não serão os líderes de opinião de Lazarsfeld de um mundo comunicacional baseado sobretudo nas relações interpessoais e na interação de proximidade. Para além de influenciarem milhões de pessoas, separadas em muitos casos por centenas, senão milhares de quilómetros, esses cidadãos questionarão o modo como até aqui têm participado nas democracias, assim como explorarão novas formas tanto de acção política na defesa dos seus interesses básicos. Neste contexto, podemos questionar-nos se o paradigma atitudinal e as teorias da opinião pública centradas, sobretudo, no Governo e nos media tradicionais, nos processos lineares e popularizados de *framing* e de *agenda-setting*, continuarão a ser explicativos sobre a formação e os processos relacionados com o que até aqui temos designado por opinião pública. Num futuro que já começou, serão cada vez mais os próprios públicos a escolherem as suas fontes de informação e a condicionarem os canais e produtos informativos, podendo mesmo assumir o papel que até aqui tem sido reservado por aqueles.

A re-materialização da esfera pública mediatizada

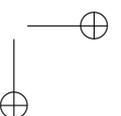
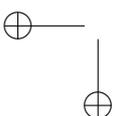
A par dos fenómenos que descrevemos, relativos à alteração das interpretações e das compreensões dos cidadãos sobre a opinião pública (indissociáveis de novas práticas), ou à aceleração dos seus ritmos da aprendizagem, competências e recursos, nomeadamente críticas, é de esperar que se venha a assistir a uma re-materialização das realidades tradicionalmente relacionadas com a noção burguesa dos espaços públicos como *public meetings*, só que desta vez na forma de uma miríade de espaços públicos, ou de micro-espaços públicos, como *locus* de afirmação dos novos particularismos, das novas autonomias e das novas capacidades de influência dos cidadãos. Particularismos de motivações, de preferências e de interesses; autonomias nos modos da acção, nomeadamente política, assim como no questionamento, tendencialmente auto-

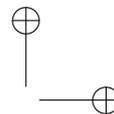
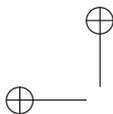




consciente, por parte dos agentes, da sua posição reintegrada, ou recentrada, nos processos políticos de que sempre fizeram parte, embora de uma forma que era, em larga medida, passiva e subalternizada; acrescidas capacidades de influência, pelo modo como a sua multiplicação tenderá a produzir *locus* de participação e de interacção que serão não apenas maioritários como não assimiláveis pelos ambientes mediáticos tradicionais. É pois lícito supor que esses novos micro-espacos públicos, observáveis sobretudo na sua forma reticular, ou de redes, e usando uma multiplicidade de tecnologias, não só influenciarão os ambientes mediáticos do passado, o que já está a acontecer, como impulsionarão novos modos de estruturação e de institucionalização das relações de poder entre os agentes. A tal acontecer, talvez não estejamos a ser demasiadamente audazes ao concluirmos que a frustração Tilliana a propósito da ideia da sociedade civil, à qual aludimos e à qual adicionamos a da opinião pública, tenderá a ser paulatinamente superada, à medida que os avanços tecnológicos permitirem a materialização dos novos espacos públicos.

Ora observar e estudar os micro-espacos públicos dos novos ambientes comunicacionais e informacionais exigirão teorias e métodos que serão muito diferentes daqueles que têm sido utilizados até aqui para estudar a opinião pública do modelo hierárquico da era das comunicações de massas. Compreender as potencialidades ou os efeitos políticos de uma rede cibernauta de activistas ambientais, ou os *blogs* de futuros líderes partidários, ou um fórum de discussão diaspórico, não é o mesmo que estudar estatisticamente uma amostra de respondentes com ferramentas e questões previamente estruturadas. Se é verdade que uma das grandes vantagens da Net e dos seus sucessores será a de tornarem as componentes tanto formais como substantivas das comunicações muito mais "observáveis" e "investigáveis" do que as dos seus antepassados da opinião pública burguesa, ou do que as dos objectos que foram até aqui estudados no âmbito das comunicações tradicionais, também é verdade que acarretarão novas exigências, tanto teóricas como metodológicas, para os estudiosos e para os investigadores. E talvez não seja mesmo demasiado arriscado se dissermos que os novos objectos exigirão uma mudança de paradigma científico, ou uma forma diferente de serem compreendidos e explicados. Dado o peso que terão nas democracias, os novos micro-espacos públicos terão outras potencialidades para nos mostrarem como os fenómenos comunicativos não são exógenos nem aos indivíduos nem às sociedades



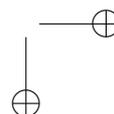
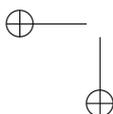


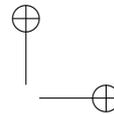
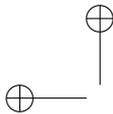
e de que modo, pelo contrário, estão profundamente imbricados na produção social e política da realidade.

Por outro lado, a par dessa aproximação previsível entre os domínios da observação e da experimentação, associados à crescente visibilidade e importância analítico-normativa dos novos objectos (SNS's, ou redes sociais, *wikis*, *blogs*, fóruns, *moodles*, *websites*), é também de prever que venhamos a assistir a uma alteração substancial nos modos como a disciplina é ensinada e aplicada. O esqueleto teórico e os métodos tradicionais para o rastreio e para a análise da opinião pública (a enigmática e fugidia variável latente de que falamos) serão necessariamente reavaliados tendo em conta os novos fenómenos. É um trabalho que já começou, impulsionado em larga medida pela incontornabilidade dos novos espécimes e pela novas interpretações a eles associadas. Como tal, serão um desafio que para quem acredita num conhecimento objectivo menos falso, não apenas dos fenómenos ditos factuais, como dos valores, poderá traduzir-se na crença de que essas novas teorias e métodos revolucionarão o estudo da comunicação, aproximando-nos dos factos subjacentes às estruturas sociais e das suas leis de funcionamento.

Como dissemos, as novas práticas impulsionarão, também, novos conceitos, inseridos num novo paradigma teórico. As fronteiras "naturalizadas" entre a comunicação política, a informação e a comunicação, tenderão a ser amplamente debatidas e reformuladas, sob o risco de se transformarem em construções explicativas obsoletas e politicamente incorrectas.

Do ponto de vista da teoria democrática, a Internet e os seus sucessores continuarão a ser elementos decisivos para a democratização e para o desenvolvimento, ao suscitarem novas consciências de cidadania, associadas aos novos modos de acção, tanto individuais como colectivos, assim como novas capacidades e competências políticas. É uma hipótese que embora tenha os seus críticos, não deve ser relegada para o firmamento da utopia ou das esperanças. Apesar dos novos *media* ou as novas tecnologias não serem fáceis de utilizar, ou não estarem à disposição da maioria, 1) é de esperar que venham a ser cada vez mais simples de utilizar e mais baratos e 2) que venham a ser utilizados por uma percentagem crescente da população. No limite, qualquer cidadão minimamente interessado pela política poderá informar-se, comunicar, e agir, particularmente nas situações em que a defesa de bens públicos é compatível com a defesa de interesses básicos tais como a liberdade, a igualdade e a equidade. Os novos micro-espacos materializados estarão disponíveis



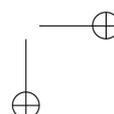
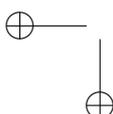


e abertos a todos, e serão incontrolláveis por quem quer que seja, seja ele um indivíduo, um grupo ou um governo.

A Internet e a política em Portugal

Nesta segunda parte, utilizaremos os dados mais recentes da *European Social Survey*⁶ para analisarmos algumas variáveis relacionando os principais meios de comunicação (incluindo a Internet) com os níveis de educação e da participação política convencional e não convencional dos portugueses. Para o efeito, isolamos um grupo de variáveis medindo tanto os níveis de educação dos entrevistados e o seu interesse pela aquisição de novos conhecimentos e competências, como o modo como usam os jornais, a televisão, a rádio e a *internet* para se informarem acerca do mundo, da política e dos temas que eventualmente mais os interessam ou afectam. Pesquisamos ainda duas variáveis registando, grosso modo, o grau do interesse e da compreensão dos cidadãos pela política, quer nas suas vertentes convencionais, através do voto, quer nas não convencionais, expressas em modos de acção política alternativos, como a participação em movimentos sociais ou em outras acções colectivas de oposição ou de defesa de interesses. Os nossos resultados, que não são, em muitos casos, irrelevantes do ponto de vista estatístico, apontam para algumas conclusões pouco animadoras no que diz respeito à trindade das variáveis educação/comunicação/participação. Por um lado, apenas os portugueses com um nível de instrução igual ou superior ao Terceiro Ciclo é que continuam a utilizar mais frequentemente a *Internet* (enquanto que a aquisição de novas competências parece continuar a favorecer especialmente esses grupos); por outro, os meios de comunicação não parecem ter efeitos muito

⁶*Study Description, ESS3 – European Social Survey Round 3 2006/2007*, R. Jowell and the Central Co-ordinating Team, *European Social Survey 2006/2007: Technical Report*, London: Centre for Comparative Social Surveys, City University (2007). A entidade distribuidora e responsável pelo arquivo das bases de dados da ESS é a *Norwegian Social Science Data Services* (NSD). Website: <http://ess.nsd.uib.no/index.jsp?year=2007&module=main&country=>. A *European Social Survey* é uma sondagem realizada de dois em dois anos em mais de 30 países. A primeira ronda (ESS1) realizou-se em 2002/2003, a segunda (ESS2) em 2004/2005 e a terceira (ESS3) em 2006/2007. A sondagem em Portugal foi coordenada pelo Prof. Jorge Vala, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, e teve o apoio da FCT, Fundação para a Ciência e Tecnologia. Os dados utilizados neste artigo referem-se à edição 3.1, publicada em Abril de 2008.



significativos na participação política (à excepção da imprensa generalista sobre a decisão de voto), embora os mais instruídos já prefiram a *Internet* para fazerem participação/oposição não convencionais.

Neste artigo não pretendemos abarcar um número excessivo de questões ou sondarmos relações demasiado complexas entre variáveis. O nosso objectivo é mais modesto, ao centrar-se apenas num número restrito de associações relacionadas com cinco tipos de variáveis dizendo directamente respeito à educação, aos meios de comunicação e à participação política dos cidadãos: as que medem os diferentes usos mediáticos, a relação entre estes e o nível geral de educação e de actualização de competências; e o modo como estes factores estão a influenciar as diferentes formas da acção política – a convencional, centrada sobretudo no voto, e a não convencional, associada geralmente a modos alternativos de mobilização e de acção colectiva.

Para atingirmos estes objectivos, isolamos algumas variáveis que consideramos pertinentes em cada um dos grupos de interesse: sete relacionadas com os usos mediáticos (Grupo 1), duas tendo a ver com o grau de interesse e de compreensão pela política em geral (Grupo 2), duas relacionadas com os dois tipos de participação mencionados (Grupos 3 e 4) e duas referentes aos níveis de educação e da aquisição de competências (Grupo 5). O *Code sheet* resultante é o que apresentamos a seguir. É de salientar, desde já, que na nossa análise não tomamos em linha de conta algumas variáveis demográficas e sócio-económicas importantes, como o sexo dos inquiridos, os níveis de rendimento, ou factores de ordem cultural ou religiosa.

Para investigarmos o modo como os diferentes níveis de educação estão associados com diferentes tipos de utilização dos media, usamos uma *logit* ordinal regredindo o modo como os cidadãos acedem à *Internet* (NETUSE) sobre os diferentes níveis de educação (EDLVAPT) e sobre uma variável medindo o interesse dos entrevistados pela aquisição e melhoria de competências (ATNCRSE). A essa regressão, acrescentamos uma segunda vaga de *logits* ordinais regredindo os mesmos tipos de acesso sobre dez *dummies* criadas para cada um dos níveis de educação (do *niveduc1* ao *niveduc10*). Os resultados, que na sua esmagadora maioria são extremamente significativos do ponto de vista estatístico (níveis de significância de .001), podem ser consultados nas Tabelas 1 e 2 do Anexo apresentado no final do artigo.⁷

⁷Tendo em conta o número elevado de casos omissos nas variáveis RDPOL e NWSPPOL,

Code sheet⁸

Variável	Grupo	“Label”	“Variable label”
TVTOT	1	TVTOT	TV watching, total time on average weekday
TVPOL	1	TVPOL	TV watching, news/politics/current affairs on average weekday
RDTOT	1	RDTOT	Radio listening, total time on average weekday
RDPOL	1	RDPOL	Radio listening, news/politics/current affairs on average weekday
NWSPTOT	1	NWSPTOT	Newspaper reading, total time on average weekday
NWSPPOL	1	NWSPPOL	Newspaper reading, politics/current affairs on average weekday
NETUSE	1	NETUSE	Personal use of internet/e-mail/www
POLINTR	2.1	POLINTR	How interested in politics
POLCMPL	2.2	POLCMPL	Politics too complicated to understand
VOTE	3	VOTE	Voted last national election
PBLDMN	4	PBLDMN	Taken part in lawful public demonstration last 12 months
EDLVAPT	5.1	EDLVAPT	Highest level of education, Portugal
ATNCRSE	5.2	ATNCRSE	Improve knowledge/skills: course/lecture/conference, last 12 months

Começamos pela Tabela 1. A primeira coluna, que regride as variáveis em bruto, ou seja, sem qualquer decomposição das categorias em *dummies*, revela desde logo uma associação bastante forte entre os níveis de educação e os diferentes tipos de utilização da *Internet*. As hipóteses ou chances (*odds*

utilizamos diversos procedimentos de imputação múltipla (o algoritmo EMB e o procedimento conhecido por *Switching Regression*) para avaliarmos o seu efeito nas estimativas e nas inferências propostas. A nossa conclusão é a de que os resultados obtidos pelos dois procedimentos com a modelização combinada de 10 novas bases completas não se afastam significativamente dos valores nem das inferências apresentadas. Os resultados de uma *Listwise Deletion* (a opção oposta, que reduziu o número de observações para n=792, ou seja, em quase dois terços do total) não foram tidos em conta.

⁸Por razões de espaço, apresentamos aqui os códigos das variáveis mais importantes. As oito categorias da variável NETUSE (Uso pessoal da Internet/e-mail/www) são: 1=No access at home or work, 2=Never use, 3=Less than once a month, 4=Once a month, 5=Several times a month, 6=Once a week, 7=Several times a week, 8=Every day. As dez categorias da variável EDLVAPT (O nível mais alto de educação/instrução) são: 1=Nenhum, 2=1º ciclo, 3=2º ciclo, 4=3º ciclo, 5=Secundário, 6=Superior Politécnico, 7=Superior Universitário, 8=Pós-graduação, 9=Mestrado, 10=Doutoramento. A partir da variável ATNCRSE (frequentou algum curso de melhoria ou de actualização de competências nos últimos 12 meses?) criamos uma *dummy*, *atnrcse*, assumindo o valor 1 para “Sim” e 0 para “Não”. O mesmo sucedeu para as variáveis VOTE e PBLDMN, que originaram duas dicotómicas com o valor 1 para o caso dos entrevistados terem votado na últimas eleições ou terem participado em acções colectivas legais (nos últimos 12 meses anteriores à sondagem) e com o valor 0 no caso negativo.

ratios) dos que têm mais instrução acederem à Internet ou usarem mais este meio são 2.11 maiores (ou seja, têm 111% mais chances; $b = .7471$, $e^b = 2.11$, $\% = 111.1$) do que entre os que não têm qualquer nível de educação, controlando para as demais variáveis constantes.⁹

A imagem de um *Educational Divide* nos usos da Internet entre os que têm instrução e os que não a têm é ainda mais pertinente se descermos do geral para o particular e atendermos às associações entre os vários níveis da educação/instrução e esses acessos e usos. As estimativas dos coeficientes dos indicadores criados para cada um dos 10 níveis de educação/instrução são as que constam nas colunas 2 a 11 da Tabela 1. As desigualdades entre esses indicadores e os modos da utilização da Internet sugerem uma divisão tripartida, com o quociente do regressor a tornar-se positivo apenas a partir da quinta coluna, ou seja, a partir de um nível de instrução equivalente ao Terceiro Ciclo (niveduc4). O forte coeficiente referente ao Terceiro Ciclo (com 90% mais chances de usarem a *Internet* contra 73% de menos chances para o nível imediatamente anterior) inicia um grupo de variáveis que qualificaríamos de intermediário (composto pelo Terceiro Ciclo, pelo Secundário e pelo Superior Politécnico) por se destacar quer do primeiro grupo, quer do grupo seguinte, formado pelos níveis 7, 8, 10 e 9 (por ordem decrescente: Superior Universitário, Pós-Graduação, Doutorado e Mestrado; ver as colunas 8, 9, 11 e 10 da Tabela 1). De um modo geral, poderá dizer-se que se o primeiro grupo revela um padrão monotónico cada vez menos desincentivador (as variações percentuais das chances respectivas são de -78%, -75.8%, -26.7%), os restantes mostram evoluções que embora sendo positivas não são monotónicas, sendo, mesmo, bastante irregulares (repare-se, por exemplo, no pico referente ao Ensino Secundário, no segundo grupo, $b = 1.598$ /OR = 4.945, e o pico inicial apresentado pelo niveduc7, o nível Superior Universitário, ou seja, o nível dos estudantes de licenciatura, no caso do terceiro grupo, $b = 2.508$ /OR = 12.28).¹⁰ Os indivíduos com um nível de formação de Secundário

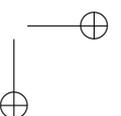
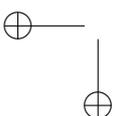
⁹Os cálculos dos coeficientes exponenciais e das variações percentuais das chances de ocorrências serão oportunamente apresentados no *site* do autor, <http://antoniorosas.wordpress.com>

¹⁰As diferenças entre estes dois níveis e os restantes do mesmo grupo, apesar de serem relativamente grandes, devem no entanto ser relativizadas. Por comodidade de exposição não inserimos nas tabelas do Anexo 1 os valores dos *Odds Ratios* (OR). Estão disponíveis no *site* referido na nota anterior.



são aqueles que mais acedem e mais utilizam a Internet de entre os primeiros 6 níveis de instrução, superando mesmo aqueles que frequentam ou possuem um nível superior politécnico e sendo apenas ultrapassados (em pouco) pelos de nível de mestrado e (em muito) pelas pós-graduações, doutoramentos, e obviamente, pelos licenciados.

Se passarmos agora da Tabela 1 para a Tabela 2 do mesmo Anexo, que controla para o caso dos inquiridos terem, ou não, frequentado acções de actualização ou de melhoria das competências nos 12 meses que antecederam a sondagem, verificamos que os resultados também são reveladores. Os efeitos induzidos pela nova variável, quer sobre a variável não decomposta da educação, quer sobre os indicadores criados a partir desta, além de serem quase todos muito significativos do ponto de vista estatístico e de serem substancialmente fortes, parecem apontar mais para um efeito de substituição do que de reforço da componente principal da instrução/educação (exceptuando os casos referentes ao já citado nível do Terceiro Ciclo e aos quatro níveis mais altos). Uma interpretação possível é a de que essas formas de actualização de competências não estão a ser suficientemente inclusivas e democráticas para produzirem efeitos positivos ao longo de todos os níveis de instrução e a de que a interligação entre essas novas competências e as competências mais tradicionais não produz efeitos sinérgicos no que toca aos acessos e usos da *Internet*. Por outras palavras, é possível que as desigualdades que já existiam no acesso (recursos) e nos modos de utilização (hábitos) continuem a existir, assistindo-se mais a uma catadupa de efeitos de substituição do que de reforço, mesmo nos casos pontuais. Se o efeito negativo da nova variável sobre a categórica não decomposta é relativamente fraco (mas significativo), só os primeiros 3 níveis, e especialmente os doutorados, é que não sofrem com a sua canibalização aparente, os primeiros com a atenuação das suas fraquezas, e os últimos com o reforço significativo da sua posição no último grupo, que passa a ser de primeiro plano. O efeito autónomo da nova variável também é aí o maior ($b=2.010$, $p<0.001$), secundado pelo efeito no já citado nível 4 (a coluna cinco da Tabela 2) referente ao Terceiro Ciclo do Ensino Básico. À primeira vista, parecem ser estes dois grupos, e em especial os doutorados, aqueles que mais beneficiam com as mais variadas formas de actualização e de melhoria das competências, no que toca ao acesso e aos usos da *Internet*. Os efeitos paliativos verificados nos escalões mais baixos são no entanto inofismáveis e merecem ser mencionados.



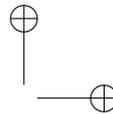
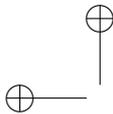
Os *media* e a participação política

Se em vez de analisarmos apenas a *Internet*, agregarmos todas as variáveis referentes aos *media* para avaliarmos o seu impacto nas duas formas de acção política que mencionamos no início deste artigo, chegamos aos resultados das colunas 1 e 4 da Tabela 3 (também incluída no Anexo). No primeiro caso, que se refere ao impacto dos factores mediáticos sobre o voto (uma *dummy* tendo o valor 1 para o caso do inquirido ter votado nas eleições imediatamente anteriores à sondagem e o valor 0 no caso negativo), verifica-se que só a leitura dos jornais não especializados, ou, pelo menos, não incluindo apenas informações sobre a política, parece ter um efeito estatisticamente significativo ($p = .007$) e até relativamente forte ($b = .392$; $OR = 1.480$) sobre a participação política convencional.¹¹ Independentemente de qualquer avaliação teórica prévia, parece razoável pensar-se que a Imprensa ainda continua a ser um factor contextual importante da competição partidária e das opções e motivações que estão na base das decisões dos eleitores. Os leitores dos jornais generalistas parecem revelar 48% de maiores chances na propensão de votar do que os não leitores

Se atendermos agora ao que se passa em relação à participação não convencional (coluna 4), constata-se que a leitura dos jornais (generalistas) deixa de estar associada informalmente à mobilização, para ser substituída pela Televisão (programas generalistas) e pela Rádio (programas generalistas), embora os efeitos destes dois factores não sejam incentivadores.¹² Uma leitura possível é a de que estes dois meios de comunicação não são os preferidos pelos activistas para se informarem sobre a política ou para agirem politicamente. A quase aversão dos activistas, especialmente daqueles que estão mais associados às novas políticas ou à defesa de interesses básicos pós-modernos, pelos canais convencionais de comunicação é bem conhecida, não sendo pois de estranhar que as duas variáveis se dissociem. Aqueles que mais usam as políticas não convencionais preferem cada vez mais outros meios, como a *Internet*, para comunicarem temas, forjarem redes sociais ou apelarem à mobilização. O valor não significativo do factor *Internet* na mesma coluna é, de

¹¹Os indicadores de *Goodness of Fit* (GOF) ou Qualidade de Ajuste do Modelo são F -adjusted test statistic = 4.7250594 e p -value = 3.876e-06.

¹²Neste caso, as estimativas da Qualidade de Ajuste são ainda mais expressivas: F -adjusted test statistic = 14.696641; p -value = 2.950e-22.

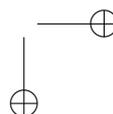
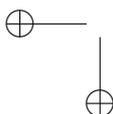


facto, e a nosso ver, extremamente elucidativo, já que nos mostra que o efeito da Internet sobre as acções colectivas não é, só por si, automático ou olocrático. Necessita, como veremos, do concurso de outros factores para assumir significância estatística e profundidade substantiva.

Nas quatro colunas restantes da Tabela 3 (colunas 2, 3, 5, 6), testamos para os efeitos dos mesmos factores após controlarmos para os níveis da instrução/educação e para uma dicotómica dando conta dos inquiridos terem participado ou não em acções/cursos de actualização/melhoria de competências.¹³ Os resultados da segunda e da quinta colunas mostram que se controlarmos apenas para o nível de educação, os efeitos desta variável são maiores nas acções políticas convencionais do que nas mobilizações alternativas ($b = 0.196$, $p < .001$) havendo, no entanto, a registar algumas alterações significativas ao nível dos factores mediáticos. A inclusão da Educação (variável em bloco) faz diminuir substancialmente o peso da Imprensa generalista como um factor na decisão de voto. Possuir um nível de instrução diminui em cerca de 12% as chances da propensão de voto. Com efeito, os nossos resultados revelam que o nível de educação está muito mais associado ao uso da *Internet* como factores nos processos de mobilização não convencionais do que nos homólogos convencionais (o valor do quociente passa de $-.0314$ para $.177$, sendo ambos significativos ao nível $.01$). Os efeitos da instrução/educação sobre a mobilização não convencional são autonomamente desincentivadores, embora sejam indirectamente relevantes e poderosos, ao fazerem da Internet um factor não apenas positivo como razoavelmente forte. Mesmo no caso português, que é um país ainda relativamente pouco desenvolvido em termos da difusão e do uso das novas tecnologias da informação na acção política, constata-se que a Internet já parece ser o meio mais usado para a mobilização não convencional, se tivermos em conta os níveis de educação. No reverso da medalha, parece estar o fraco desempenho dessa ferramenta por parte dos partidos políticos. Mesmo controlando para o nível de educação, a *Internet* parece não ter efeitos para além da insignificância sobre a decisão de voto ($b = -0.0771$).

As colunas 3 e 6 aprofundam ainda mais o que dissemos, ao controlarem adicionalmente para os efeitos de uma dicotómica medindo o facto dos inqui-

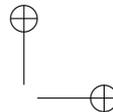
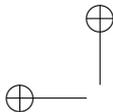
¹³Os respectivos GOF são F -adjusted test statistic = 2.1606319, p -value = .02279199; F -adjusted test statistic = 2.4915866, p -value = .00823495, para o controlo com EDLVAPT; F -adjusted test statistic = 10.219013, p -value = 5.002e-15; F -adjusted test statistic = 6.0423036, p -value = 3.073e-08 para o controlo com EDLVAPT e a dicotómica *atncrse*.



ridos terem participado ou não em acções de aquisição/melhoria de competências nos últimos doze meses. Com a introdução desta variável, as publicações generalistas reforçam marginalmente o seu peso como factores da mobilização convencional mas é principalmente ao nível dos seus efeitos directos e substitutivos sobre a mobilização não convencional que os seus efeitos mais se fazem sentir. Com efeito, em vez de reforçar o papel da instrução/educação como factor positivo de mobilização (maior consciência política, etc.), a aquisição de novas competências reforça o valor desincentivador daquela (de $b = -.407$ para $b = -.495$, ambos extremamente significativos, $p < .001$) e assume um papel de liderança absoluta nos factores modelizados (atenuando mesmo os efeitos directos dos usos da Net). O valor do coeficiente respectivo é bastante forte ($b = 1.373$, significativo ao nível $p < .001$). Aqueles que usam essas novas ferramentas informativas e cognitivas têm quase três vezes mais chances ($\% = 294.8$) de participarem ou de comunicarem em acções não convencionais do que os restantes. Estes resultados não são contraditórios com o que dissemos atrás sobre os efeitos muito selectivos desta variável sobre os níveis de educação.

Por fim, usamos as variáveis POLINTR (“Interesse na Política” – “How interested in politics”) e POLCMPL (“Compreensão da Política” – “Politics too complicated to understand”) para calcular as respectivas médias nacionais e por região a partir dos valores da amostra (uso descritivo). Os resultados são os que constam das Figuras 2 e 3 do Anexo.

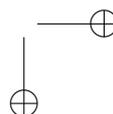
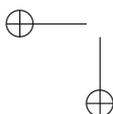
O interesse em apresentarmos estes resultados radica principalmente no modo como nos poderão ajudar a compreender as dificuldades e os problemas já apresentados. Tudo leva a crer, com efeito, que se os portugueses não são completamente desinteressados pela política, ou particularmente inaptos para compreender as suas complexidades, também não parecem ser particularmente fortes nesses dois importantes factores da inclusão e da oposição democráticas. Interrogados a esse respeito, 876 dos 2215 inquiridos na sondagem (num total de 2222), disseram-se nada interessados pela política (“Not At All Interested”), 704 disseram-se muito pouco interessados (“Hardly Interested”), e 694 de entre 2174 reconheciam ser esta por vezes difícil de entender (com apenas 130 afirmando nunca ser complicada). Sumariando, e tendo em conta as médias extrapoladas ao nível nacional e por regiões (ver as Figuras 2 e 3), talvez não seja incorrecto dizer que os portugueses não são nem muito nem pouco entendidos na política, apenas que esta é problemática por vezes; que a

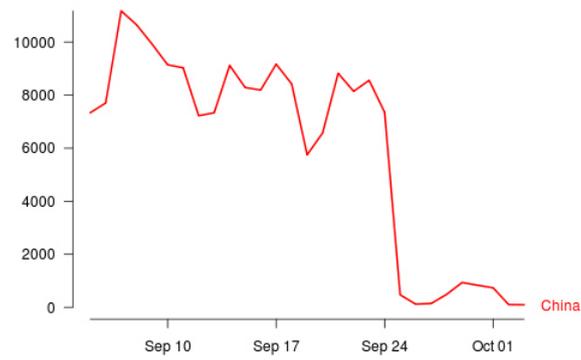


sua compreensão dos temas e da complexidade da política varia muito pouco conforme as regiões do país (à exceção do Algarve) e que o seu interesse pela política parece reproduzir, em linhas gerais, o mapa dessas dificuldades (o Algarve apresenta o nível mais baixo ao nível da compreensão da política e é a região portuguesa menos interessada pela política).¹⁴ É na região de Lisboa e do Vale do Tejo onde se registam os maiores índices de compreensão e de interesse pela política, enquanto que o Norte ocupa o terceiro lugar.

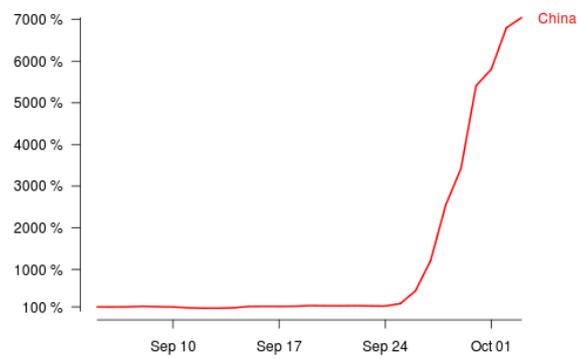
A reprodução dos padrões nacionais e regionais das duas variáveis levamos a crer que o interesse pela política continua a estar mais relacionado com as assimetrias estruturais e regionais referentes à educação, por exemplo, do que com factores estritamente políticos, como a defesa de interesses em situações de precariedade ou de dominação. A maioria dos portugueses parece continuar demasiado fragilizada por assimetrias de poder e de recursos para conseguir compreender e utilizar a política como um meio legítimo de inclusão e de oposição democráticas. Os nossos resultados relativos à instrução, às competências e à utilização da Internet e dos restantes meios de comunicação, como potenciais factores de informação e da correspondente consciencialização política, também parecem demonstrá-lo. De um ponto de vista normativo, a consciência política não deve ser apenas gerada na "luta política" – cremos que é esta que em larga medida explica os níveis mais elevados de interesse e de compreensão política na região de Lisboa e do Vale do Tejo. Deve resultar de factores democráticos de inclusão, como a educação ou o acesso à informação, que lhe permitam compreender e superar quaisquer formas de dominação ou de interferência ilegítima de interesses básicos.

¹⁴As correlações entre as duas variáveis são bastante expressivas e positivas: o valor *rho* do Coeficiente de Spearman é $\approx .4725$, para $p < .001$.



Anexos**Figura 1**

(a) Real time requests from within China



(b) Number of bridge users compared to September 6

Fonte: Tor Project, <http://www.torproject.org>

Tabela 1: Logits Ordinais Regredindo Vários Tipos de Utilização da Internet por Níveis de Educação (Categórica e Dummies)

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
NETUSE	0.747 ^{***}	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDLVAPT	(0.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mveduc1	-	-1.550 ^{***}	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		(0.000)									
mveduc2	-	-	-1.418 ^{***}	-	-	-	-	-	-	-	-
			(0.000)								
mveduc3	-	-	-	-0.311 ^{**}	-	-	-	-	-	-	-
				(0.010)							
mveduc4	-	-	-	-	0.643 ^{***}	-	-	-	-	-	-
					(0.000)						
mveduc5	-	-	-	-	-	1.598 ^{***}	-	-	-	-	-
						(0.000)					
mveduc6	-	-	-	-	-	-	1.170 ^{**}	-	-	-	-
							(0.002)				
mveduc7	-	-	-	-	-	-	-	2.508 ^{***}	-	-	-
								(0.000)			
mveduc8	-	-	-	-	-	-	-	-	2.258 ^{***}	-	-
									(0.000)		
mveduc9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.646 ^{***}	-
										(0.001)	
mveduc10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.874 ^{***}
											(0.000)
cut1	1.793 ^{***}	-0.561 ^{***}	-0.969 ^{***}	-0.415 ^{***}	-0.282 ^{***}	-0.178 ^{***}	-0.358 ^{***}	-0.251 ^{***}	-0.366 ^{***}	-0.369 ^{***}	-0.369 ^{***}
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
_cons	3.564 ^{***}	0.771 ^{***}	0.446 ^{***}	0.864 ^{***}	1.015 ^{***}	1.210 ^{***}	0.924 ^{***}	1.143 ^{***}	0.917 ^{***}	0.914 ^{***}	0.909 ^{***}
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
cut3	3.696 ^{***}	0.856 ^{***}	0.540 ^{***}	0.946 ^{***}	1.098 ^{***}	1.302 ^{***}	1.007 ^{***}	1.238 ^{***}	0.999 ^{***}	0.996 ^{***}	0.991 ^{***}
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
_cons	3.786 ^{***}	0.915 ^{***}	0.604 ^{***}	1.003 ^{***}	1.156 ^{***}	1.366 ^{***}	1.064 ^{***}	1.304 ^{***}	1.056 ^{***}	1.052 ^{***}	1.048 ^{***}
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
cut5	3.947 ^{***}	1.021 ^{***}	0.720 ^{***}	1.106 ^{***}	1.260 ^{***}	1.481 ^{***}	1.167 ^{***}	1.424 ^{***}	1.160 ^{***}	1.156 ^{***}	1.151 ^{***}
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
_cons	4.174 ^{***}	1.177 ^{***}	0.889 ^{***}	1.259 ^{***}	1.415 ^{***}	1.649 ^{***}	1.320 ^{***}	1.600 ^{***}	1.314 ^{***}	1.308 ^{***}	1.304 ^{***}
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
cut7	4.822 ^{***}	1.658 ^{***}	1.397 ^{***}	1.730 ^{***}	1.889 ^{***}	2.158 ^{***}	1.793 ^{***}	2.142 ^{***}	1.788 ^{***}	1.786 ^{***}	1.775 ^{***}
	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)	(0.000)
_cons	2216	2216	2216	2216	2216	2216	2216	2216	2216	2216	2216
n	2216	2216	2216	2216	2216	2216	2216	2216	2216	2216	2216

p-values in parentheses $p < 0.05$, $** p < 0.01$, $*** p < 0.001$.

Fonte: ESS Round 3, *European Social Survey*, Ed. 3. 1. Nota: Dados relativos a Portugal. Valores corrigidos pelo desenho da amostra.

Tabela 2: Logits Ordinais Regredindo Tipos de Utilização da Internet sobre Níveis de Educação (Categórica e Dummies) e a Aquisição/Melhoria de Competências

NETUSE	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
EDLVAPT	0.698 ^{***} (0.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
altarse	0.810 ^{***} (0.000)	1.874 ^{***} (0.000)	1.671 ^{***} (0.000)	1.983 ^{***} (0.000)	1.989 ^{***} (0.000)	1.931 ^{***} (0.000)	1.976 ^{***} (0.000)	1.626 ^{***} (0.000)	1.969 ^{***} (0.000)	1.983 ^{***} (0.000)	2.010 ^{***} (0.000)
niveduc1	-	-1.362 ^{***} (0.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
niveduc2	-	-	-1.229 ^{***} (0.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
niveduc3	-	-	-	-0.220 (0.094)	-	-	-	-	-	-	-
niveduc4	-	-	-	-	0.584 ^{***} (0.000)	-	-	-	-	-	-
niveduc5	-	-	-	-	-	1.521 ^{***} (0.000)	-	-	-	-	-
niveduc6	-	-	-	-	-	-	0.692 (0.113)	-	-	-	-
niveduc7	-	-	-	-	-	-	-	2.138 ^{***} (0.000)	-	-	-
niveduc8	-	-	-	-	-	-	-	-	1.112 [*] (0.013)	-	-
niveduc9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0.780 [*] (0.014)	-
niveduc10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.237 ^{***} (0.000)
cut1	1.708 ^{***} (0.000)	-0.388 ^{***} (0.000)	-0.757 ^{***} (0.000)	-0.241 ^{***} (0.000)	-0.134 ^{**} (0.008)	-0.0430 (0.397)	-0.204 ^{***} (0.000)	-0.146 [*] (0.003)	-0.210 ^{***} (0.000)	-0.208 ^{***} (0.000)	-0.207 ^{***} (0.000)
_cons	3.492 ^{***} (0.000)	1.046 ^{***} (0.000)	0.738 ^{***} (0.000)	1.149 ^{***} (0.000)	1.274 ^{***} (0.000)	1.450 ^{***} (0.000)	1.187 ^{***} (0.000)	1.316 ^{***} (0.000)	1.181 ^{***} (0.000)	1.182 ^{***} (0.000)	1.186 ^{***} (0.000)
cut2	3.626 ^{***} (0.000)	1.143 ^{***} (0.000)	0.842 ^{***} (0.000)	1.244 ^{***} (0.000)	1.370 ^{***} (0.000)	1.554 ^{***} (0.000)	1.282 ^{***} (0.000)	1.420 ^{***} (0.000)	1.275 ^{***} (0.000)	1.276 ^{***} (0.000)	1.281 ^{***} (0.000)
cut3	3.720 ^{***} (0.000)	1.210 ^{***} (0.000)	0.914 ^{***} (0.000)	1.309 ^{***} (0.000)	1.436 ^{***} (0.000)	1.627 ^{***} (0.000)	1.348 ^{***} (0.000)	1.492 ^{***} (0.000)	1.341 ^{***} (0.000)	1.342 ^{***} (0.000)	1.347 ^{***} (0.000)
_cons	3.885 ^{***} (0.000)	1.331 ^{***} (0.000)	1.043 ^{***} (0.000)	1.429 ^{***} (0.000)	1.557 ^{***} (0.000)	1.757 ^{***} (0.000)	1.467 ^{***} (0.000)	1.622 ^{***} (0.000)	1.460 ^{***} (0.000)	1.461 ^{***} (0.000)	1.467 ^{***} (0.000)
cut4	4.120 ^{***} (0.000)	1.511 ^{***} (0.000)	1.232 ^{***} (0.000)	1.605 ^{***} (0.000)	1.735 ^{***} (0.000)	1.948 ^{***} (0.000)	1.643 ^{***} (0.000)	1.815 ^{***} (0.000)	1.657 ^{***} (0.000)	1.657 ^{***} (0.000)	1.644 ^{***} (0.000)
_cons	4.786 ^{***} (0.000)	2.050 ^{***} (0.000)	1.792 ^{***} (0.000)	2.140 ^{***} (0.000)	2.270 ^{***} (0.000)	2.517 ^{***} (0.000)	2.178 ^{***} (0.000)	2.397 ^{***} (0.000)	2.172 ^{***} (0.000)	2.171 ^{***} (0.000)	2.179 ^{***} (0.000)
cut7	4.786 ^{***} (0.000)	2.050 ^{***} (0.000)	1.792 ^{***} (0.000)	2.140 ^{***} (0.000)	2.270 ^{***} (0.000)	2.517 ^{***} (0.000)	2.178 ^{***} (0.000)	2.397 ^{***} (0.000)	2.172 ^{***} (0.000)	2.171 ^{***} (0.000)	2.179 ^{***} (0.000)
_cons	2210	2210	2210	2210	2210	2210	2210	2210	2210	2210	2210

p-values in parentheses * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$.
 Fonte: ESS Round 3, European Social Survey, Ed. 3.1. Nota: Valores corrigidos pelo desenho da amostra.

Tabela 3: Logísticas Binomiais de Coeficientes Associando a Dicotómica Voto (vote) e a Participação em Acções Colectivas Legais (pbldmn) com os Factores Mediáticos, os Níveis de Educação e as Acções de Actualização/Melhoria de Competências

	(1) vote	(2) vote	(3) vote	(4) pbldmn	(5) pbldmn	(6) pbldmn
TVTOT	0.0341 (0.540)	-0.00334 (0.952)	-0.00395 (0.944)	-0.387** (0.003)	-0.317** (0.007)	-0.303** (0.006)
TVPOL	0.0993 (0.279)	0.0829 (0.338)	0.0826 (0.341)	0.0263 (0.884)	0.0945 (0.549)	0.116 (0.455)
RDTOT	-0.00473 (0.929)	-0.0255 (0.634)	-0.0253 (0.638)	-0.273** (0.003)	-0.206* (0.038)	-0.211* (0.041)
RDPOL	-0.00527 (0.963)	-0.0105 (0.923)	-0.0102 (0.925)	-0.383 (0.106)	-0.257 (0.216)	-0.282 (0.157)
NWSPTOT	0.392** (0.007)	0.312* (0.021)	0.313* (0.021)	0.159 (0.537)	0.278 (0.223)	0.284 (0.199)
NWSPPOL	-0.00514 (0.975)	-0.0421 (0.791)	-0.0427 (0.788)	-0.280 (0.351)	-0.273 (0.314)	-0.266 (0.315)
NETUSE	0.0210 (0.497)	-0.0771 (0.070)	-0.0760 (0.079)	-0.0314 (0.518)	0.177** (0.001)	0.147** (0.008)
EDLVAPT	-	0.196** (0.000)	0.197** (0.000)	-	-0.407*** (0.000)	-0.495*** (0.000)
atncrse	-	-	-0.0432 (0.877)	-	-	1.373*** (0.000)
<i>n</i>	807	807	807	839	839	838

p-values in parentheses * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Fonte: ESS Round 3, European Social Survey, Ed. 3.1.

Nota: a) Dados relativos a Portugal. Valores corrigidos pelo desenho de amostra; b) Modelos sem constante.

Figura 2: Dificuldades na Compreensão da Política, Regiões (Estimativas Nacionais). Média: 3.35

	Linearized			
	Mean	Std. Err.	[95% Conf. Interval]	
POLCMPL	3.347361	.0263072	3.295771	3.398951

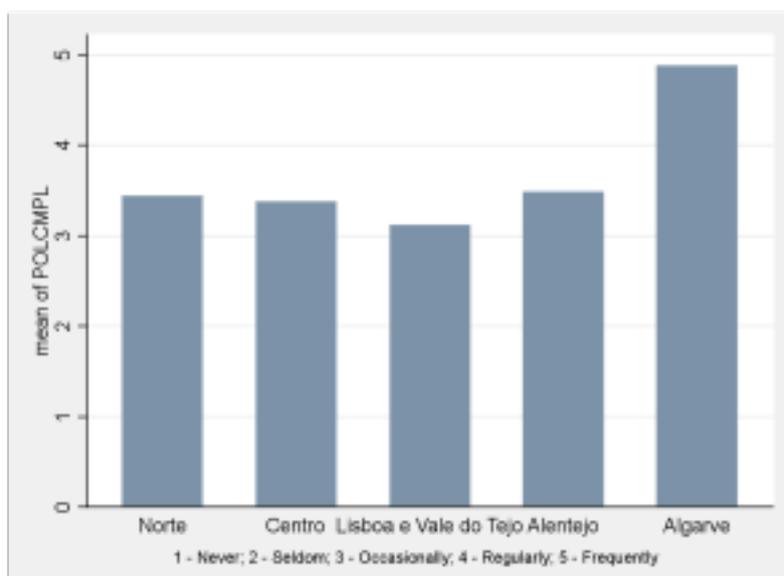
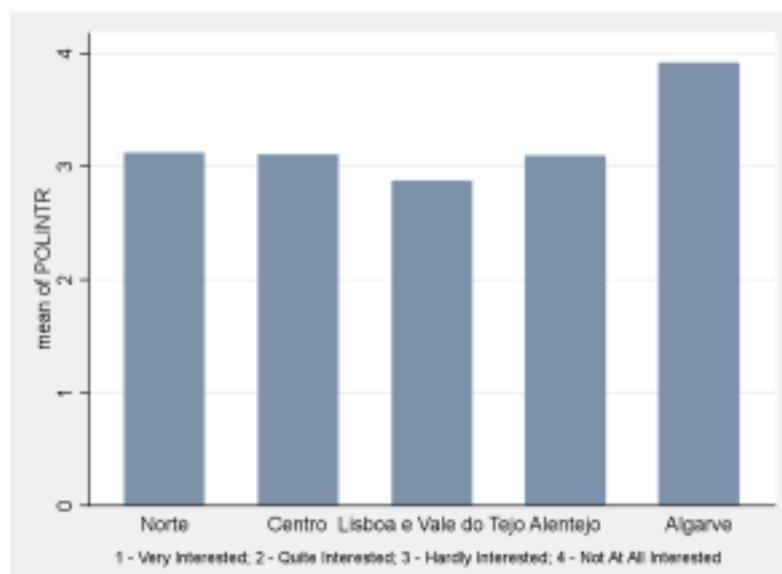
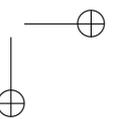
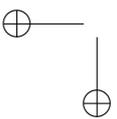
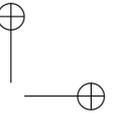
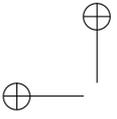
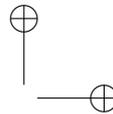
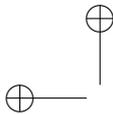


Figura 3: Interesse pela Política, Regiões (Estimativas Nacionais). Média: 3.05

	Linearized			
	Mean	Std. Err.	[95% Conf. Interval]	
POLINTR	3.04766	.0204949	3.007468	3.087851







Cidadania Digital? Das cidades digitais a Barack Obama. Uma abordagem crítica

Bárbara Barbosa Neves

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (CAPP, ISCSP) , FCT

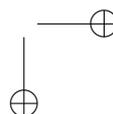
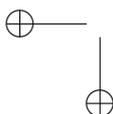
E-mail: barbara.neves@iscsp.utl.pt

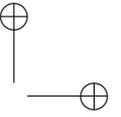
A “cidadania digital” é um conceito que parece sofrer da mesma ubiquidade que é atribuída à Internet: é uma expressão largamente utilizada pelos vários quadrantes da sociedade, sobretudo incessantemente pelo quadrante político. Mas, o que significa realmente a “cidadania digital”? E como se materializa? Embora estas tenham sido as primeiras questões de partida para esta reflexão, logo surgiram outras interrogações: Não se tratará de um conceito redutor e até tecnocrata? Será que existe efectivamente uma cidadania digital ou a “cidadania” apenas se socorre agora de novas ferramentas, as digitais? E se consideramos o termo na sua plenitude, será que alguma vez iremos mergulhar num mundo totalmente digital? Será que podemos ser apenas cidadãos digitais?

Para alimentar esta reflexão utilizamos dois estudos de caso: as cidades e regiões digitais Portuguesas e a candidatura e primeiros meses de governação de Barack Obama. O primeiro caso baseia-se num estudo que conduzimos entre 2005 e 2007, sobre duas cidades digitais Portuguesas: o Gaia Global e o Aveiro Digital¹. O objectivo principal deste estudo era perceber se estas cidades digitais poderiam reforçar o exercício da cidadania. Para realizar esta análise, monitorizamos os sites e iniciativas das duas cidades digitais; aplicamos um inquérito on-line aos utilizadores do Gaia Global e conduzimos entrevistas semi-estruturadas aos responsáveis por estas duas cidades digitais, mas também a especialistas nacionais e internacionais na área das cidades digitais.

O segundo caso analisa a estratégia da campanha política de Barack Obama, uma estratégia baseada na mobilização e participação dos cidadãos (num “grassroots movement”) e na utilização intensiva das TIC, sobretudo da Internet.

¹“As Cidades Digitais e o Reforço da Cidadania: Uma Abordagem Sociológica do Gaia Global e do Aveiro Digital”, CAPP/FCT, 2005-2007.





Obama é caracterizado por vários especialistas como o candidato que revolucionou o panorama político norte-americano com a sua “Internet campaign” (Miller, 2008) e “citizencampaigning” (Gibson, 2008). Pelo interesse desta abordagem de Obama, realizamos um estudo que se baseou no acompanhamento da sua presença on-line e na avaliação do seu impacto na participação dos cidadãos. Assim, monitorizamos todas as iniciativas on-line do candidato a Presidente dos Estados Unidos da América, mas também os primeiros meses da sua governação, já como Presidente (até Abril de 2009).

Começamos este artigo com uma abordagem conceptual de cidadania e cidadania digital, passando em seguida, para a análise da sua possível materialização nos dois estudos que mencionamos anteriormente.

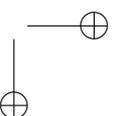
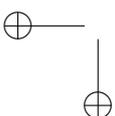
I. Da cidadania à cidadania digital?

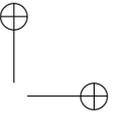
A. Cidadania

A concepção vulgarmente aceite de cidadania, oriunda da teoria política, refere-se aos direitos e deveres de um membro de um Estado-nação ou de uma cidade (Marshall, 1998). A ideia de cidadania surgiu na Grécia antiga: o trabalho de Aristóteles representou a primeira tentativa sistemática de desenvolver uma teoria da cidadania, enquanto a sua prática encontrou a sua primeira expressão institucional na Polis grega, em Atenas (do século V ao IV a.C.). Desde então, a evolução e implicação do conceito tem sido notória. Na Grécia clássica, a cidadania estava limitada aos homens livres, excluindo-se mulheres, metecos e escravos. Os homens livres tinham o direito de participar no debate político, porque contribuía com serviço militar para a subsistência directa da cidade-estado (Marshall, 1998).

Embora a acepção moderna de cidadania seja indubitavelmente diferente da originária grega, é necessário entender que o conceito moderno de cidadania não emergiu isoladamente. Os valores de universalidade e igualdade, fulcrais para a cidadania moderna, tiveram as suas raízes nos estudos dos filósofos estóicos gregos, enquanto o discurso liberal dos direitos naturais inspirou-se na tradição universalista das leis naturais romanas (Faulks, 2000).

Assim, embora a acepção moderna pretenda ser igualitária, tem sido um elemento de criação de igualdade e desigualdade. Igualdade, porque, na sua tradição liberal, todos os que são incluídos num estatuto similar, usufruem





de uma igual posição, apesar de diferenças individuais na riqueza, capacidades e posicionamento social. Desigualdades, porque o processo de definição dos cidadãos engloba a delimitação de distinções que criam a categoria de “não-cidadãos”, ou seja, aqueles que não gozam dos mesmos direitos (Glenn, 2000).

A cidadania engloba elementos individualistas e colectivos, ou seja, reconhece a dignidade do indivíduo, mas simultaneamente, reafirma o contexto social onde o indivíduo actua. Mas, será que existem direitos e deveres completamente individuais? Pode haver comunidade sem membros ou um indivíduo sem um colectivo? Assim, a cidadania é um bom exemplo da “dualidade da estrutura” enunciada por Anthony Giddens (Faulks, 2000). Para Giddens, o indivíduo e a comunidade não podem coerentemente ser entendidos como ideias antagónicas, pelo contrário, são mutuamente dependentes (Giddens, 1984).

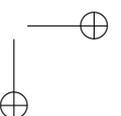
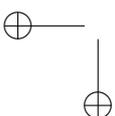
Desta forma, a cidadania implica legitimidade e igual integração na sociedade, ou seja, inclusão, mas também participação. Há subjacente uma “ética da participação”, uma vez que, a cidadania é um estatuto activo e não passivo. O apelo à cidadania pressupõe reciprocamente deveres e obrigações e não apenas direitos. Estando a cidadania sempre ligada a uma ideia social, os direitos exigem um enquadramento para o seu reconhecimento. Este enquadramento social inclui tribunais, escolas, hospitais e parlamentos, requerendo que todos os cidadãos façam o seu papel para o manter (Faulks, 2000).

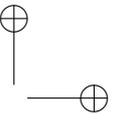
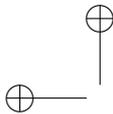
Para enfatizar claramente a participação como componente fundamental da cidadania, subscrevemos uma perspectiva ontológica de cidadania. Esta perspectiva posiciona o ser humano como o ser gregário que realmente é, incluindo de modo holístico todas as suas vertentes: a política, a social e a cívica. Neste entendimento, como evidencia Joaquim Coelho Rosa, “a cidadania apela ao empowerment de cada indivíduo enquanto ser social, independentemente do seu estatuto social de governante ou de governado, de pertencer ou não a uma maioria censitária” (cit. por Patrocínio, 2003). A cidadania implica, então, interacção social e participação na vida da comunidade.

B. Cidadania Digital?

Com o crescimento exponencial do uso da Internet e de outras TIC², como

² Embora fosse usual distinguir “tecnologias de informação” de “tecnologias de comunica-



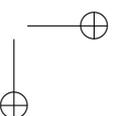
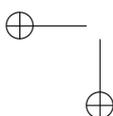


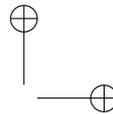
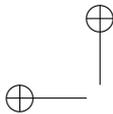
telemóveis e dispositivos móveis, novos conceitos emergiram: ciberespaço, cidade digital, cidadania digital, etc. Para muitos autores, estamos na Era da cidadania digital (Mossberger et al., 2008), mas retomando as nossas interrogações, não se tratará de um conceito redutor, exclusivo e de certa forma tecnocrata? Será que existe efectivamente uma cidadania digital ou a “cidadania” apenas se socorre agora de novas ferramentas, as digitais? E se consideramos o termo na sua plenitude, será que alguma vez iremos mergulhar num mundo totalmente digital? Será que podemos ser apenas cidadãos digitais?

Se pensarmos no termo cidadania como pertença a um grupo sem constrangimentos físicos, podem haver, de facto, cidadãos digitais, como por exemplo, no caso do *Second life*³. O *Second life* é um mundo virtual em 3D, onde se cria uma personagem, denominado avatar, e onde se socializa e vive. É um mundo imaginado e criado pelos próprios cidadãos. Porém, como estamos a tratar de cidadania, numa concepção mais tradicional, ligada a um Estado-nação ou cidade física, o conceito em análise suscita-nos algumas dúvidas. E estas dúvidas adensam-se, se considerarmos que a rígida distinção entre o digital e o físico deixa progressivamente de fazer sentido, na medida em que, a Internet faz já parte da vida diária de milhões de pessoas em todo o mundo: o digital está agora incorporado no físico. Aliás, mesmo quando abordamos as comunidades digitais, verificamos que o estado da arte aponta para uma fisicalidade: a maioria dos laços online são também laços off-line (Xie, 2008; Carter, 2005; Wellman & Gulia, 1999). Se por um lado, interações sociais criam a necessidade dos indivíduos se encontrarem face a face, sobretudo dos indivíduos que partilham interesses e backgrounds comuns; por outro lado, interações no mundo físico fortalecem as relações mais fracas (Xie, 2008). Voltando para a discussão em torno do conceito “cidadania digital”, apesar das nossas interrogações, não temos nenhuma resposta, nem solução. De facto, nem a complexa realidade o permite. No entanto, à luz dos argumentos que apresentamos e por entendermos que faz mais sentido uma cidadania que utiliza, entre outras ferramentas para o seu exercício, as digitais, optamos por nos referir à cidadania na era digital ou na Sociedade da Informação e do Conhecimento. Portanto, ao contextualizar-se a cidadania na presente era, já se alude a usos e aplicações digitais.

ção”, a incorporação multimédia de quase todas as tecnologias de comunicação via computador tornou esta diferença redundante.

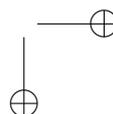
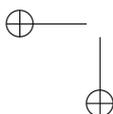
³www.secondlife.com/

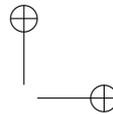
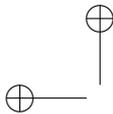




A Internet permitiu o acesso a um extenso manancial de informação e facilitou uma rápida comunicação (assíncrona e síncrona) a baixo custo. É o símbolo de uma nova Era, a Sociedade da Informação e do Conhecimento, a Sociedade em Rede, entre outras nomenclaturas. Novas dimensões e apropriações de espaço e tempo surgem, pois a mobilidade e a ubiquidade das TIC fazem diminuir constrangimentos espaço/temporais. Assim, usufruindo destas características, os movimentos sociais e os agentes políticos utilizaram progressivamente a Internet como instrumento privilegiado para agir, informar, recrutar, organizar, dominar e contra dominar (Castells, 2001). A partir dos anos 80 e até finais dos 90, várias comunidades locais ligaram-se em rede, sobretudo através de instituições locais e governos municipais. De acordo com Castells, formaram-se três grupos diferentes, nomeadamente, os movimentos de base pré-Internet que procuravam novas formas de se organizarem e consciencializarem; o movimento hacker na sua vertente política e ideológica; e os governos municipais que pretendiam reforçar a sua legitimidade com novos canais de participação dos cidadãos (Castells, 2001).

Actualmente, com a expansão exponencial da utilização da Internet, a sua influência e impacto tornam-se mais prementes. Com a evolução da rede, a ubiquidade, a convergência de diferentes media, a portabilidade, a conectividade globalizada, o imediatismo e a personalização tornaram-se características fundamentais desta nova Era. Deste modo, uma das tendências sociais da presente sociedade é o individualismo em rede: transitou-se de comunidades geograficamente definidas como padrão de sociabilidade (pequenas caixas que ligam pessoas porta-a-porta) para redes glocalizadas (geograficamente dispersas, mas com núcleos, ligando agregados familiares localmente e globalmente). E destas redes glocalizadas para o individualismo em rede, ou seja, comunidades dispersas que ligam indivíduos, sem atender a noções de espaço (Wellman, 2001). A Internet contribui fortemente para este novo sistema de relações sociais centrado no indivíduo, embora evidentemente outros factores tenham concorrido para o individualismo em rede, tais como, a individualização entre o capital e o trabalho; a fragmentação da vida urbana; a perda de poder das instituições tradicionais; a crescente dissolução da família nuclear tradicional; etc. (Wellman, 2001). O indivíduo tem, agora, o poder de escolher as redes em que quer participar e qual o grau de participação e de investimento que pretende. Esta mudança de conectividade local para local





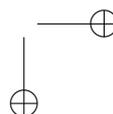
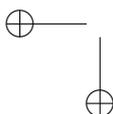
para uma conectividade pessoa para pessoa é fundamental para a discussão em torno da cidadania.

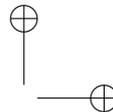
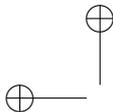
C. Cidadão digital, global e glocal

No seio desta discussão, surgem diversos conceitos, como o do cidadão digital, global ou até glocal (agindo localmente, mas num contexto global). O termo comum entre os anglo-saxónicos é o “netizen” (que literalmente significa cidadão da Internet). Esta designação emergiu das comunidades on-line e embora, vulgarmente corresponda a qualquer pessoa que utiliza a Internet, diversos autores apresentam uma definição diferente. Com efeito, os Hauben (1996) investigaram intensivamente a forma como a Internet era utilizada, concluindo que os netizens não eram todos os utilizadores da rede (no caso desta investigação tratava-se da Usenet), mas somente aqueles que discutiam os problemas construtivamente. Neste sentido, são os indivíduos que participam activamente no desenvolvimento e aperfeiçoamento da Internet: “Two general uses of the term Netizen have developed. The first is a broad usage to refer to anyone who uses the Net, for whatever purpose. Thus, the term netizen has been prefixed in some uses with the adjectives good or bad. The second usage is closer to my understanding. This definition is used to describe people who care about Usenet and the bigger Net and work towards building the cooperative and collective nature, which benefits the larger world. These are people who work towards developing the Net. In this second case, Netizens represents positive activity, and no adjective need to be used” (Hauben & Hauben, 1996). Retoma-se, então, a questão da componente participativa da cidadania.

Complementarmente, Mark Poster afirma inclusivamente que o netizen é o sujeito político formado no ciberespaço, “(..) o netcidadão poderia ser a figura formadora de um tipo novo de relação política que partilha a fidelidade à acção com a fidelidade à net e aos espaços políticos planetários por ele inaugurados. Alguns traços estruturais da Internet, encorajam, promovem, ou pelo menos, permitem trocas através de fronteiras nacionais” (Poster cit. por Patrocínio, 2003). Sublinha também uma ideia chave, ou seja, que ninguém vive na rede a tempo inteiro (Poster cit. por Patrocínio, 2003).

Tendo em consideração algumas características da Internet, como o seu carácter descentralizado, aberto e colectivo, observa-se a sua potencialidade



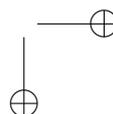
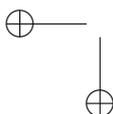


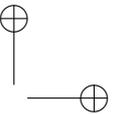
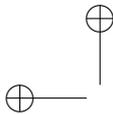
como ferramenta ou tecnologia cívica. Com o advento de wikis (caso da Wikipédia, a enciclopédia on-line que todos podem editar) e de sites de redes sociais (como o facebook, o myspace ou o hi5), nota-se uma colaboração e interacção mais alargada⁴, que parece corroborar a potencialidade cívica da Internet. É, no entanto, importante não esquecer que a Internet é um modelo sócio-técnico (Castells, 2001), é uma rede que pode ser utilizada de modo positivo ou negativo. Portanto, torna-se crucial superar a dualidade utópica-distópica a respeito dos efeitos da utilização Internet, desvalorizando-se uma perspectiva maniqueísta e reconhecendo simultaneamente os seus aspectos bons e maus. Desta forma, a Internet mostra-se potencial para contribuir para o exercício da cidadania, uma vez que, permite partilha, colaboração e acção colectiva.

Neste sentido, Gordon Smith frisa que a sociedade civil tem vindo a ampliar o seu poder político, uma vez que, “A revolução da informação aumenta drasticamente a possibilidade de acesso à informação mais actualizada. Os cidadãos comuns (pelo menos aqueles que pertencem à parcela do mundo que está interligada por uma rede de infra-estruturas de comunicação) estarão conscientes de tudo o que se passa no mundo e terão uma maior capacidade para trabalhar com outros cidadãos que partilhem com eles as mesmas preocupações. Esta disponibilidade catalisa a própria difusão da democracia no mundo e, no sentido mais básico do termo, estamos envolvidos nas decisões que nos afectam” (Smith, 2000, pp. 46-47). Esta é efectivamente uma perspectiva extremamente optimista, e é importante, como sublinhado anteriormente, adoptar-se uma abordagem mais equilibrada. A Internet, é um admirável mundo novo, mas tal como a criação de Aldous Huxley (1932) tem problemas e falhas, por exemplo, a info-exclusão é um dos grandes desafios da presente sociedade.

Após esta reflexão sobre a cidadania e as ferramentas digitais, avançamos para um exemplo concreto da sua materialização. Começamos com o caso das cidades e regiões digitais, nomeadamente com o programa Português. Em seguida, passamos para a análise da utilização das TIC pela candidatura de

⁴Esta nova fase é denominado por muitos como 2.0, que conota uma rede mais bidireccional, colaborativa e interactiva. No entanto, consideramos o termo redundante, uma vez que, a génese da rede e o seu crescimento assentam já na colaboração e interacção. Aliás, Sir Tim Berners-Lee, referia num artigo de 1989, que uma das características da Internet era precisamente a colaboração, para a propagação de conteúdo (Berners-Lee, 1989).





Barack Obama e durante os primeiros meses da sua governação (até Abril de 2009).

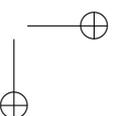
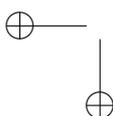
II. As cidades e regiões digitais: O caso do Gaia Global e do Aveiro Digital

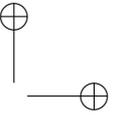
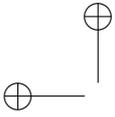
A. Aproximação Conceptual: O que é uma cidade digital?

A expressão “cidade digital” foi pela primeira vez utilizada em 1994, quando a DDS (De Digitale Stad – que significa em holandês cidade digital) foi criada por activistas da área dos media e hackers holandeses. O objectivo do projecto era melhorar a comunicação entre os cidadãos e os políticos locais. Começaram por colocar computadores e modems em espaços públicos, como bibliotecas, permitindo aos cidadãos enviar mensagens para o município. Nas primeiras dez semanas, cerca de 10.000 pessoas tinham-se registado e 100.000 pessoas tinham acedido aos conteúdos desta cidade digital. Rapidamente se tornou um portal de informação local, um sítio de experimentação on-line e uma plataforma de suporte a uma variedade de comunidades (Besselaar & Beckers, 2005). Desde então, o conceito começou a ser utilizado para descrever uma diversidade de projectos e sistemas. Paralelamente, o conceito evoluiu significativamente, passando de uma percepção meramente digital para uma aproximação territorial específica que se focaliza na relação entre o digital e o físico (Barbosa Neves, 2009).

A definição de cidade digital está longe de ser consensual entre os vários especialistas. Além de uma grande diversidade de projectos, há ainda um uso indiferenciado de vários termos, nomeadamente, cibercidade, cidade virtual, etc., o que dificulta um entendimento unívoco do que é uma cidade digital. Tendo em consideração esta dificuldade, no âmbito da investigação que conduzimos sobre as cidades digitais entrevistamos dez especialistas/investigadores de destaque da área.⁵ O objectivo era recolher diferentes

⁵Professor Alessandro Aurigi, Newcastle upon Tyne University; Dr. Sílvio Zancheti e Mestre Julieta Leite, CECI and Pernambuco University; Professor Risto Linturi, Virtual Helsinki; Professor Joaquim Borges Gouveia, Gaia Global and Aveiro University; Professor Luís Borges Gouveia, University Fernando Pessoa; Luiz Moutinho, Center for Innovation, Technology and Policy Research, IST; Dr. Flávio Nunes, Minho University; Ângelo Estrela, Gaia Global; Professor José Rafael, Aveiro Digital and Aveiro University; Lusitana Fonseca, Aveiro Digital.





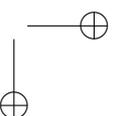
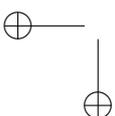
e/ou similares entendimentos conceptuais do que constitui uma cidade digital, não especificando nenhum projecto em particular. Esta recolha em bruto permitiu-nos desenvolver uma definição abrangente. Assim, a cidade digital é representada por um sítio electrónico ou um conjunto de sítios electrónicos que pretendem ser um paralelo digital da cidade física. Deste modo, não só agrupam informação e serviços locais, mas também promovem a interacção entre os diversos actores locais (cidadãos, empresas, município, entidades e associações). Contudo, a definição destes projectos é indubitavelmente mais complexa, pois com recurso às TIC englobam ainda:

- modernização autárquica;
- dinamização e inovação regional;
- infra-estruturas e acessibilidades digitais;
- formação e a mobilização para a Sociedade da Informação.

Embora possa parecer um paradoxo digital (Borges Gouveia, 2003), o espaço físico é central para uma cidade digital. Não é só nos espaços físicos que efectivamente vivemos, mas é também à volta deles que desenvolvemos um sentido de identidade. Os indivíduos vivem, trabalham e constroem o seu significado à volta dos espaços, dos locais, das suas casas, dos seus bairros, das suas cidades, dos seus países, etc. Portanto, é num determinado território que a identidade, interacção e cultura local são estabelecidas e se pretendemos uma ligação entre um habitante de uma cidade ou região com a sua vertente digital, estes aspectos tem que ser considerados. A nossa abordagem das cidades digitais assenta na complementaridade do digital e do físico; ou o que Castells (2000) domina como “space of flows” e “space of places”. Não subcrevemos a perspectiva de Paul Virilio (2000), que considera que estamos a mergulhar num mundo imaterial, arriscando a desintegração das cidades físicas, à medida que se processa a desmaterialização em benefício das cidades digitais.

B. O Caso Português

Os projectos pioneiros, como a cidade digital de Amesterdão (DDS), Quioto e Helsínquia Digital, cessaram em 2000-2001. No entanto, outros projectos



evoluíram, como as cidades digitais portuguesas. As cidades digitais Portuguesas foram desenvolvidas através de planos de acção financiados ou geridos pelo governo. As primeiras experiências nacionais iniciaram-se em Fevereiro de 1998, sob o programa “Cidades Digitais”, contemplando cinco pequenas e médias cidades, nomeadamente, Aveiro, Bragança, Guarda, Marinha Grande e Castelo Branco, e duas áreas rurais, Trás-os-Montes e Alentejo. Os objectivos do Programa eram melhorar a qualidade de vida nas cidades; contribuir para o desenvolvimento de áreas periféricas; melhorar a economia local e o emprego; combater a info-exclusão e integrar cidadãos com necessidades especiais (POSI, 1998; Moutinho & Heitor, 2005).

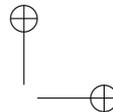
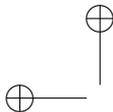
Após o sucesso desta fase embrionária, o Programa Operacional para a Sociedade da Informação (POSI) lançou, em 2001, o concurso público para a generalização do Programa Cidades e Regiões Digitais. O projecto Cidades e Regiões Digitais tem como principal meta “desenvolver a Sociedade de Informação ao nível regional de forma a criar competências regionais aplicadas que criem valor económico para a região, aumentem a qualidade de vida dos seus cidadãos e promovam a competitividade das suas empresas e o seu desenvolvimento sustentado” (POSI, 2001).

A iniciativa, que agora contabiliza 33 projectos, integrou o re-nomeado “Programa Operacional para Sociedade do Conhecimento” (POSC). As cidades e regiões digitais cobrem 95% do território nacional, que se traduz em 278 dos 308 municípios em Portugal (UMIC, 2007). No entanto, é pertinente referir que o co-financiamento do POSC terminou maioritariamente em 2007. Consequentemente, será interessante acompanhar a sustentabilidade dos projectos.

Embora os projectos portugueses assentem num enquadramento de governo electrónico local, e como tal, um site de um câmara municipal e um site de uma cidade digital possam parecer idênticos, as cidades digitais pretendem ser mais abrangentes e englobar não só a governação local, mas todos os actores da comunidade.

C. Caso de Estudo Múltiplo: Gaia Global e Aveiro Digital

No âmbito da investigação que conduzimos sobre as cidades digitais (2005-2007), analisamos dois projectos: o Gaia Global e o Aveiro Digital. Selecionamos estes dois casos de estudo, por constituírem abordagens diferentes do



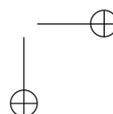
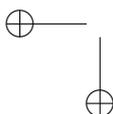
que pode ser uma cidade digital. O objectivo principal do estudo era perceber se as cidades digitais poderiam reforçar o exercício da cidadania. Assim, a hipótese central da nossa investigação era que as cidades digitais satisfazem complementarmente a cidadania, facultando elementos essenciais para o seu exercício, como a disponibilidade da informação e de serviços, a simplicidade na interacção, a promoção da participação e interacção dos seus cidadãos e a formação dos indivíduos para a Sociedade da Informação.

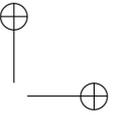
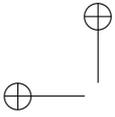
Para esta análise, baseamo-nos numa triangulação metodológica, assente na observação e monitorização dos sites e actividades das cidades digitais em análise e em entrevistas semi-estruturadas a especialistas na área e aos gestores dos projectos em questão. Entre Setembro e Outubro de 2005, tivemos ainda a oportunidade, de aplicar um inquérito online aos utilizadores do portal do cidadão de Gaia⁶. Não o aplicamos no site do Aveiro Digital, uma vez que, este portal funciona mais como uma plataforma interna dos beneficiários do projecto, como iremos demonstrar em seguida. Embora os dados do e-inquérito se refiram a 2005 e estejam portanto já desactualizados, sobretudo se considerarmos a constante modificação da Internet e da sua utilização, é importante introduzi-los neste artigo, uma vez que, servem para ilustrar algumas das considerações que tecemos.

1. Gaia Global

Evidenciando a necessidade da ligação entre o virtual e o real, começamos por uma sintética apresentação da cidade física. Assim, Vila Nova de Gaia insere-se no distrito e na área metropolitana do Porto, situando-se na margem esquerda do rio Douro, em frente à cidade do Porto. De acordo com os últimos dados do INE (2001), Vila Nova de Gaia é actualmente o concelho mais populoso de toda a região norte, com uma população residente de 288 749 mil pessoas e com uma área aproximada de 168,7 km². Agrupa ainda 24 freguesias. Vila Nova de Gaia está ligada à história do Vinho do Porto e aos seus tradicionais Barcos Rabelos, utilizados para o transporte do vinho ao longo do Rio Douro. Possui um património reconhecido, salientando-se a Serra do Pilar, classificada como património mundial, a zona ribeirinha e as caves do Vinho do Porto. Vila Nova de Gaia é cada vez menos uma "cidade dormitório-

⁶www.gaiaglobal.pt/





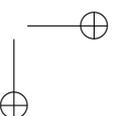
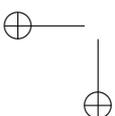
rio" do Porto, como é inúmeras vezes designada, tendo criado uma dinâmica própria de crescimento e identidade (Infopédia, 2007).

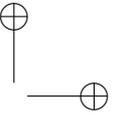
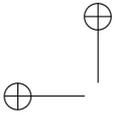
Passando para o nível digital, o *Gaia Global*⁷ é o projecto de *Cidade Digital* de Vila Nova de Gaia. A cidade digital de Vila Nova de Gaia conjuga um conjunto de sítios electrónico:

- Câmara Municipal de Gaia,
- Águas de Gaia,
- Gaianima,
- Gaia Social,
- Gaiaurb,
- Parque biológico de Gaia,
- Energia,
- Portal do cidadão de Gaia (sítio que analisamos e portal central desta cidade digital),
- Portal da juventude de Gaia,
- Mapa Interactivo de Gaia.

A opção pelo termo “Global” em detrimento do “Digital” demonstra a preocupação do Gaia Global em não se associar apenas à tecnologia, mas à comunicação com os cidadãos, pois “O Gaia Global assume-se como uma infra-estrutura de informação social orientada para os cidadãos e agentes económicos do território” (POSI, 2005a). Evidencia igualmente a estratégia multi-canal adoptada. Mais do que o recurso a computadores e redes e mesmo à Internet, o que se pretende, segundo os responsáveis, é proporcionar a todos, uma infra-estrutura digital que reúna informação e esforços para o desenvolvimento de competências para a Sociedade da Informação. Portanto, um dos

⁷ *Idem.*





objectivos é precisamente colocar a tecnologia ao serviço das pessoas, promover a inovação e a partilha de informação e conhecimento (POSI, 2005a; Borges Gouveia, 2003; Xavier et al., 2003).

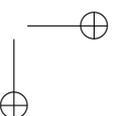
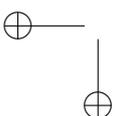
Complementarmente, disponibilizam-se TIC para fomentar o exercício da cidadania. Deste modo, as grandes opções do Gaia Global são a estratégia multi-canal (que contrapõe uma iniciativa centrada na Web, recorrendo a outros canais, incluindo os tradicionais); baseado no território (que visa o desenvolvimento e a criação de uma nova centralidade digital em Gaia); inclusão e cidadania (busca a inclusão e cidadania procurando a criação e fomento de um mercado digital) e criar um espaço de comunicação que ligue todos com todos (POSI, 2005a).

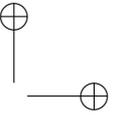
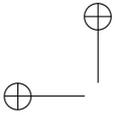
O Gaia Global foi homologado pelo “Programa Operacional para a Sociedade da Informação” em Maio de 2002, com uma duração prevista de três anos. Limitação temporal que acabou por se alargar. O projecto obteve um financiamento de 5.909.049€, num investimento total de 8.441.499€ (POSI, 2005a). O Gaia Global inicia a fase de implementação, um ano após ter completado uma fase de análise e especificação do modelo, nomeadamente, da sua infra-estrutura digital e do Plano Director Digital (Borges Gouveia & Borges Gouveia, 2005). Assim, o portal do cidadão de Gaia⁸ entra em funcionamento em 2004. A partir daqui se desenvolvem os restantes sites das entidades municipais, estabelecendo-se a infra-estrutura pretendida.

Pelo seu cariz central, analisamos o portal do cidadão de Gaia, que funciona como a porta principal da cidade digital (ver figura 1). Este site, disponibiliza informação local, nomeadamente:

- Classificados;
- Notícias;
- Eventos;
- Utilidades (farmácias de serviço, contactos úteis e alterações de trânsito);
- Directórios de pesquisa;

⁸www.gaiaglobal.pt/





- Acesso à TV Gaia Global.

Possui ainda um espaço de serviços on-line, um espaço reservado à Área Pessoal de cada utilizador e um espaço para participação e sugestões dos cidadãos. O Gaia Global disponibiliza também uma linha verde de apoio. Quanto aos serviços on-line, podemos enumerar:

- Consulta de processos urbanísticos;
- Acesso a plantas de localização;
- Descarregamento de formulários, reclamações, sugestões e pedidos de informação ou serviços ao Município de Gaia, ao Gaiurb e ao Parque Biológico E.M.;
- Acesso ao balcão virtual das Águas de Gaia;
- Pedido do cartão do cidadão de Gaia;
- Pedido do passaporte cultural;
- Newsletters semanais enviada para os registados. Actualmente o utilizador pode seleccionar cinco categorias: Gaia Global Extra; Notícias do Município; Eventos do Município; Juventude em Gaia e Alterações de Trânsito.

Relativamente aos resultados desta cidade digital, os gestores do Gaia Global que entrevistamos em 2006-2007, reportavam:

- Mapeamento digital do território;
- construção de sítios electrónicos para todas as entidades municipais;
- estabelecimento de parcerias com empresas locais;
- 49 espaços de acesso gratuito à Internet (quiosques multimédia, redes wireless e dois Espaços Internet; espaços com acesso livre e gratuito a computadores e Internet, onde se realizam periodicamente cursos básicos de TIC);

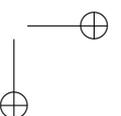
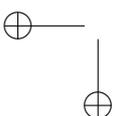
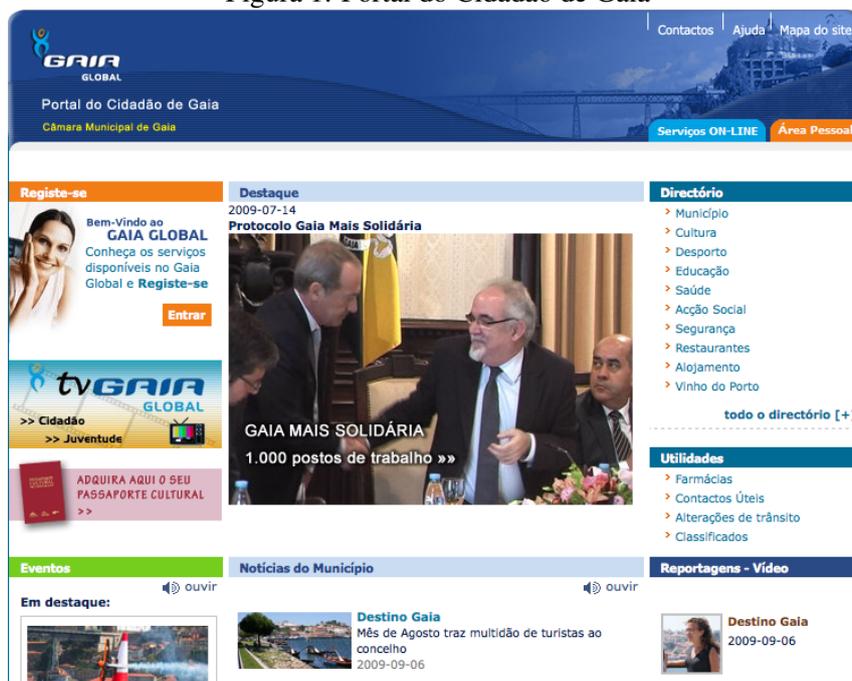


Figura 1: Portal do Cidadão de Gaia

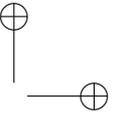


www.gaiaglobal.pt/

- campanhas regulares de sensibilização e promoção;
- optimização dos procedimentos internos das entidades municipais, através do desenvolvimento de uma intranet, de e-procurement, etc.;
- partilha municipal da plataforma Gaia Global (ferramentas CRM, gestão de conteúdos, informação municipal, SIG, segurança, etc).

O *Gaia Global* divulgou ainda nas entrevistas, que estavam a desenvolver uma assembleia municipal digital, aberta a todos os cidadãos. Até ao momento, o projecto não foi ainda realizado.

Um dos projectos do Gaia Global, o eGaiaanima, foi finalista do European e-Government awards de 2007. Trata-se de uma plataforma e ferramenta digi-

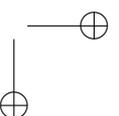
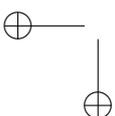


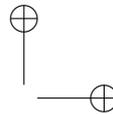
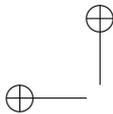
tal desenvolvida para facilitar a cooperação no sector educativo. O objectivo é fornecer às escolas uma ferramenta de gestão curricular, envolvendo os pais no processo educativo. A plataforma disponibiliza vários serviços on-line:

- Informações;
- Candidaturas de professores;
- Gestão de candidaturas;
- Criação/consulta de horários de professores e alunos;
- Registo/consulta de livro de ponto;
- Consulta de relatórios diversos;
- Feedbacks;
- Forúns;
- eLearning.

O projecto foi implementado nas 103 escolas básicas públicas de Vila Nova de Gaia, envolvendo cerca de 10.400 estudantes entre os seis e os dez anos de idades e cerca de 430 professores (epractise, 2007a).

Uma vez que o co-financiamento já terminou, é interessante verificar que o projecto continua em funcionamento. Contudo, quando realizamos uma busca pelo nome “Gaia Global” nos dois principais motores de pesquisa (Google e bing) a primeira entrada que aparece já não é o www.gaiaglobal.pt/ (Portal central e portal do cidadão de Gaia), mas sim o site da Câmara Municipal. Isto parece ser sintomático desta nova fase, uma vez que, a cidade digital passou a ser directamente gerida pela Câmara Municipal. Até aqui, a cidade digital tinha uma equipa própria coordenada pela Energia, Agência de Energia de Gaia. Analisar longitudinalmente o impacto e a continuidade do Gaia Global é, sem dúvida, uma interessante temática de investigação futura.

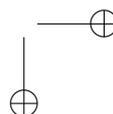
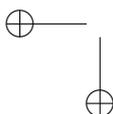


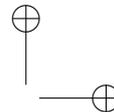
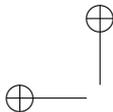
**a. e-Inquérito aos utilizadores do www.gaiaglobal.pt/**

Como a cidadania era o foco principal da nossa investigação, pretendíamos abordar os utilizadores destas cidades para perceber quem eram, como utilizavam a cidade digital e qual era a sua percepção destes projectos. No entanto, apenas conseguimos colocar um inquérito no portal do Gaia Global⁹. Este é claramente o portal do cidadão de Gaia, onde este tem acesso a um conjunto de informações e serviços. Um dos objectivos principais do Gaia Global é estabelecer uma infra-estrutura pública de comunicação entre os diversos actores locais e daí a importância do portal. Por sua vez, o objectivo do Aveiro Digital é qualificar pessoas e instituições na região de Aveiro. Assim, o sítio electrónico do Aveiro Digital é essencialmente um portal que agrega a informação da região, do projecto e dos seus beneficiários (instituições e empresas), sendo ainda uma plataforma de interacção interna entre esses beneficiários. Portanto, esses beneficiários (colectivos) não se incluem na categoria do utilizador individual do site. Adicionalmente, não nos foi possível aceder a estes beneficiários no período que tínhamos para a análise, já que, o Aveiro Digital estava a conduzir uma avaliação interna por uma entidade externa.

O inquérito on-line, colocado no portal do cidadão do Gaia, foi respondido por quarenta usuários (80% homens, 20% mulheres), trinta e sete registados no sítio electrónico. Foi colocado no portal de 15 de Setembro a 15 de Outubro de 2005, período em que o sítio contabilizava 628 registados. É fundamental tecer um conjunto de considerações metodológicas sobre estes questionários: em primeiro lugar, sabemos o número de registados, mas não sabemos definir o número de utilizadores; em segundo lugar, não possuímos quaisquer dados sócio-demográficos sobre estes registados, uma vez que, para efectuar registo no portal é apenas solicitado o nome e o endereço físico e virtual; em terceiro lugar, é pertinente evidenciar os limites de resposta/retorno de um inquérito colocado on-line; em quarto lugar, que o portal foi lançado publicamente em 2004, ou seja, um ano antes deste inquérito o que reitera o seu nível iniciático; por fim, resta evidenciar que mesmo se tratando de uma amostra por conveniência, não representativa do universo (que aliás não conhecemos), os resultados obtidos permitem-nos observar o que poderão ser as opiniões dos utilizadores sobre o portal e os serviços disponibilizados pelo Gaia Global e sobre questões relacionadas com cidadania (Barbosa Neves, 2007).

⁹www.gaiaglobal.pt/





Introduzindo algumas questões gerais, 50% dos inquiridos usava o portal mais do que uma vez por mês e conhecia o portal desde os últimos seis meses. Na sua maioria, os inquiridos tiveram conhecimento do projecto através de amigos, o que parece reforçar a importância das redes sociais na Internet. O mais utilizado no portal era o página inicial, o mapa interactivo, as newsletters e os serviços online. A avaliação geral do site por estes utilizadores inquiridos foi “bom”.

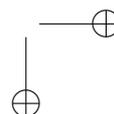
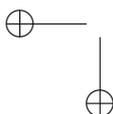
Considerando os serviços disponibilizados,

- 77,5% indica que o GG permite estar mais perto do seu governo local,
- 75% indica que o GG permite estar mais perto das instituições e empresas locais,
- 47,5% que lhes permite resolver assuntos com o município mais rapidamente,
- 50% que lhes permite clarificar dúvidas com o município mais rapidamente,
- 92,5% usam o site para a aceder a informação e serviços de Gaia.

Relativamente à participação,

- 53% dos inquiridos considera que o GG lhes permite intervir activamente na sua cidade,
- 63% concorda que lhes permite exercer a sua cidadania,
- 70% indica que o GG lhes permite ter uma melhor qualidade de vida.

Concluindo, os utilizadores demonstram que a cidade digital está a alcançar os seus objectivos, sendo uma plataforma de informação e serviços locais, que facilitam o dia-a-dia do cidadão. É também um espaço de interacção e cidadania. No entanto, é fundamental reiterar novamente, que estes resultados não podem ser generalizados, apesar de serem interessantes para esta problematização.





2. Aveiro Digital

Começando pelo espaço físico, numa primeira fase (1998-2000), o projecto cingia-se apenas à cidade de Aveiro. Numa segunda fase (2003-2006), Aveiro Digital tornou-se uma região digital. A região digital de Aveiro congrega os onze municípios localizados na área envolvente da ria. Esta área corresponde geograficamente a 1647 Km² e a cerca de 350.000 habitantes. Administrativamente, integra a AMRia, a Associação de Municípios da Ria (AMRia, 2005). Para estas cidades a Ria sempre representou uma riqueza económica, social, ambiental e cultural.

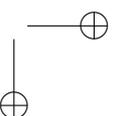
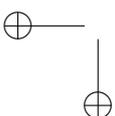
Considerando o projecto digital, o programa Aveiro Digital 2003-2006¹⁰ assume-se como um motor do desenvolvimento local, focado na qualificação das instituições e pessoas da região da Associação de Municípios da Ria (CEAD, 2003). Este projecto foi um dos pioneiros no programa Português, começando como cidade digital de 1998 a 2000. O projecto re-iniciou-se em 2003, então como região digital. Esta nova etapa foi homologada em Fevereiro de 2003, contando com um custo total aprovado de 22.007.993€ e uma comparticipação comunitária de 9.458.866,44€ (POSI, 2005b).

O Aveiro Digital é gerido pela AAD, Associação Aveiro Digital e pela AMRIA, Associação de Municípios da Ria. A execução e supervisão do projecto cabe à CEAD, Comissão de Execução Aveiro Digital (CEAD, 2003). Assim, o Aveiro Digital identificou oito áreas de intervenção (AI) na região e abriu concursos públicos para financiar projectos de instituições/empresas em cada uma das áreas. À excepção da AI1, executada inteiramente pela CEAD, as restantes áreas são executadas por entidades/associações da região que tenham concorrido com projectos para qualificar pessoas e organizações através das TIC. Portanto, os beneficiários aprovados executam a maioria do Programa Aveiro Digital, o que correspondeu a 71 projectos (CEAD, 2006):

AI1: Comunidade Digital – 6 projectos. Um dos projectos são os “Espaços Internet”, salas com acesso livre a computadores e Internet, onde se realizam cursos básicos de TIC.

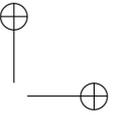
AI2: Autarquias e Serviços Concelhios – 10 projectos. Um dos projectos é “Sistemas de Informação Geográfica para os municípios da AMRia”.

¹⁰www.aveiro-digital.pt/



- AI3:** Escolas e Comunidades Educativas – 5 projectos. Um dos projectos é o “Serviços de Formação à Distância e Portal do Professor”.
- AI4:** Universidade e Comunidade Universitária – 6 projectos. Um dos projectos é o “Sistema Integrado de Tele-Trabalho da Universidade de Aveiro”.
- AI5:** Serviços de Saúde – 2 projectos. O projecto “Rede Digital de Saúde da Ria” e o “Rede telemática da Saúde” permitiram o desenvolvimento de uma rede regional de serviços de tele-diagnóstico (entre os hospitais e os centros de saúde locais) e o estabelecimento de um portal regional da Saúde com serviços para o utente e profissionais da saúde.
- AI6:** Solidariedade Social – 6 projectos. Um dos projectos “Serviços de apoio domiciliário SOS”, possibilitou o desenvolvimento de uma linha 24 horas com equipa especializada disponível para apoio a idosos em situação de risco.
- AI7:** Tecido Produtivo – 31 projectos. Um dos projectos é “As TIC e o Melhoramento Genético dos Bovinos Leiteiros”, que permitiu desenvolver serviços de BackOffice de Gestão e de Produção da EABL, Estação de Apoio à Bovinicultura Leiteira.
- AI8:** Informação, Cultura e Lazer – 11 projectos. Um dos projectos “Biblioteca Digital dos Municípios da Ria” possibilitou a disponibilização de serviços on-line e de arquivo digital das bibliotecas da região.

A essência dos projectos de cada AI está particularmente direccionada para o desenvolvimento de BackOffice e digitalização de serviços, contribuindo para a eficiência e modernização das organizações. No entanto, a AI1, Comunidade Digital, e AI6, Solidariedade Social, afectam investimentos que possibilitam qualificar a comunidade na utilização de TIC. Com efeito, a AI1 oferece, serviços básicos como contas de email e páginas pessoais, tal como, os actuais 95 Espaços Internet, onde se desenvolvem cursos para diferentes grupos, como idosos, imigrantes, mulheres, etc. Em 2005, o Aveiro Digital contava com 77 projectos distribuídos pelas oito áreas de intervenção, envolvendo 303 entidades beneficiárias (CEAD, 2006). No final do Programa, esta região digital contabilizava 78 projectos e 326 entidades beneficiárias (CEAD, 2007).



O portal do Aveiro Digital (ver figura 2):

- apresenta e divulga todos os projectos e actividades desenvolvidas pelo Aveiro Digital;
- agrega informação local;
- permite acesso a sistemas de gestão e coordenação interna (GEIAD, GCAD, SAVAD), ou seja, para os beneficiários do Aveiro Digital;
- possui serviços de chat onde se debatem as Áreas de Intervenção do Programa;
- possibilita o acesso ao serviço “O que a Internet tem para si”, que permite aceder a um lista de sites de acordo com diferentes categorias, como comunidade judicial ou imigrante;
- disponibiliza todos os documentos do projecto;
- tem uma extranet que oferece páginas pessoais e contas de email com 10MB.

O Aveiro Digital não só documentou exaustivamente todas as suas actividades e resultados, como os disponibilizou on-line. Adicionalmente, todos os relatórios e avaliações oficiais estão também on-line, o que demonstra a transparência do projecto e facilita a sua análise. Assim, concluindo, podemos destacar os seguintes resultados:

I. Qualificação de pessoas na região de Aveiro:

- 95 Espaços Internet com mais de 500 computadores. Estes espaços contaram, em 2006, com 805.906 utilizadores anuais e 31.082 utilizadores registados.
- 23,686 certificações em competências básicas em TIC, o que representou, qualificar 6.8% da população da região (CEAD, 2007).

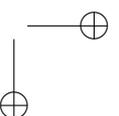
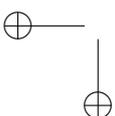


Figura 2: Portal do Aveiro Digital

Programa Aveiro Digital Segunda-feira, 7 de Setembro de 2009 www.aveiro-digital.pt

VÍDEO Aveiro Digital 2003-2006

DESTAQUES

- Vídeo Aveiro Digital 2007-2008 : Agir para Ligar
- Projecto Aveiro Digital - Agir para Ligar
- Relatório Final Aveiro Digital 2003-2006

AGENDA DA SEMANA

Não existem eventos agendados para esta semana, até ao presente momento. [Ver todos os eventos]

NOTÍCIAS DE IMPRENSA

- Serviços municipais já estão "on-line" (26-06-2008)
- Prémio de Boas Práticas no Sector Público | Deloitte/Diário Económico (18-05-2008)
- Projecto Sal-online vai ser apresentado em encontro europeu sobre E-Gov (03-12-2007)
- Rede Telemática da Saúde marcou presença nas 3ª Jornadas de Inovação (20-11-2007)
- II.º Encontro de Cibernéticos de Cacia (27-08-2007)

[Notícias Anteriores]

Sistemas de Gestão

SAVAD »

GEIAD »

SAL » Agir para Ligar

Espaços Internet Aveiro Digital » GEO

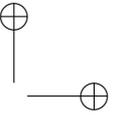
Águeda
Albergaria-a-Velha
Aveiro
Estarreja
Ílhavo
Mira
Murtoza
Oliveira do Bairro
Ovar
Sever do Vouga
Vagos

Atalhos de acesso ao menu: ALT + Letra sublinhada

www.aveiro-digital.pt/

II. Qualificação de instituições na região de Aveiro:

- As parcerias com a Universidade e empresas locais originaram um cluster inovador na região, observável pelo número de novos projectos empresariais.
- O Aveiro Digital financiou a modernização de 31 empresas locais.
- A modernização das autarquias locais foi visível pelo desenvolvimento de sistemas informáticos (como SIG e segurança) para os vários municípios e pela criação de websites, e-serviços, front e back offices para sete municípios Sever, Vagos, Aveiro, Ovar, Murtoza, Mira e Albergaria-a-Velha (CEAD, 2007). Um site regional para a AMRia e para outras entidades municipais, como bibliotecas, foram igualmente criados.
- A comunidade académica, as escolas locais e a Universidade de Aveiro também beneficiaram do projecto, o que lhes permitiu, por exemplo,



desenvolver serviços de ensino à distância, o portal do Professor e e-procurement para a Universidade de Aveiro.

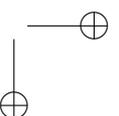
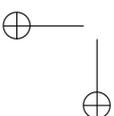
- No que concerne outras comunidades, é de salientar os serviços de tele-diagnóstico médico e o “incluinet”, projecto desenvolvido no âmbito da AI solidariedade social para lidar especificamente com grupos info-excluídos, como os idosos, jovens delinquentes e desempregados. Uma sala multimédia, com acesso grátis a computadores, Internet e cursos desenvolvidos especialmente para estes grupos, foi colocada em cada Instituição de Solidariedade Social local. Foi ainda criado um portal para as Instituições de Solidariedade Social da região, que disponibiliza ferramentas web e serviços direccionados para estes grupos.

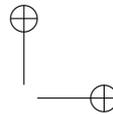
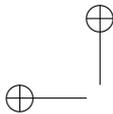
Apesar do Aveiro Digital (e respectivo financiamento) ter terminado em 2006, os beneficiários tiraram partido do apoio financeiro para modernizar os seus back e front offices e/ou treinar os seus empregados. Todos os sites e redes digitais desenvolvidas no âmbito do Aveiro Digital estão, até este momento, activas. A sua continuidade depende inteiramente de cada beneficiário. Contudo, o dinamismo dos projectos das várias áreas parece ter criado uma forte rede comunitária. Assim, este é indubitavelmente, um dos mais emblemáticos casos de sucesso do “Programa Cidades e Regiões Digitais”. Pelo seu impacto, foi eleito como uma marca de boas e-práticas pela União Europeia em 2007 (epractise, 2007b).

Em 2007-2008, o Aveiro Digital apresentou um projecto piloto, “Agir para ligar” que aproveita a rede Espaços Internet da região para desenvolver planos de formação com uso das TIC particularmente para grupos com necessidade de especial integração social (Aveiro Digital, 2006).

D. Cidades Digitais e o Reforço da Cidadania?

Este caso de estudo múltiplo permitiu demonstrar duas abordagens de cidade digital. Embora, hajam semelhanças nos projectos, nomeadamente na sua missão para promover a dinâmica local e as diversas iniciativas para mobilizar os cidadãos para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, existem algumas diferenças estruturais. O Gaia Global criou a pretendida infra-estrutura de comunicação, ou seja, um conjunto de sites e uma rede digital da cidade



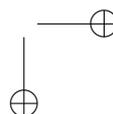
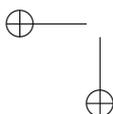


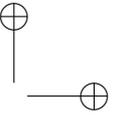
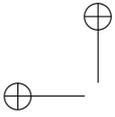
que permite aos cidadãos aceder a informação e serviços locais. A cidade digital possibilita ainda a ligação entre os cidadãos, o governo local e as organizações do território. Os cidadãos e organizações locais podem participar directamente na definição da cidade digital, enviando sugestões, informações, reclamações, etc. A criação da assembleia digital será certamente potencial para uma mais alargada participação da comunidade. Claro que acesso não significa participação, pelo que será necessário motivar a participação dos cidadãos. Por sua vez, o Aveiro Digital baseou-se essencialmente em projectos apresentados por entidades locais e tinha como principal meta a qualificação das pessoas e das instituições locais. Assim, os beneficiários executaram a maioria do projecto, ou seja, esta região digital foi praticamente desenvolvida pelos cidadãos, embora se tratando de empresas e outras organizações e portanto de cidadãos colectivos.¹¹

A nossa investigação permitiu concluir que a cidade e a região digital analisada facultam elementos essenciais para o exercício da cidadania, como a disponibilidade da informação e de serviços, a simplicidade na interacção, a promoção da participação e interacção dos seus cidadãos e a formação dos indivíduos para a Sociedade da Informação. Não conseguimos, no entanto, avaliar se todos os esforços se materializaram em verdadeira participação e intervenção pública dos cidadãos. Os projectos necessitam incontestavelmente de uma continuidade e sustentação para um impacto real na comunidade. Portanto, as cidades digitais são potenciais para o complemento da cidadania, apresentando as ferramentas, mas necessitando de ininterruptas acções para alcançar todos os cidadãos. Ter acesso não significa participação (embora, o acesso e o estar informado permita per si uma abertura de horizontes). É imprescindível que se crie os instrumentos e se eduque as pessoas, mas que igualmente se desenvolva a apetência e a vontade para os utilizar.

Desta forma, é importante que as cidades e regiões digitais não passem de espaço público a um modesto fornecedor de serviços, sendo capital que se tornem um verdadeiro espaço de “citizenry”, o conceito que Verba criou para acentuar uma cidadania em acção, diferenciando-se do termo “citizenship” (Verba cit. por Alfredo Mela, 1999). É fundamental que as TIC possam ser integradas como mais-valia no dia-a-dia das pessoas e que os próprios pro-

¹¹Para uma análise comparativa mais pormenorizada consultar Barbosa Neves, 2006; Barbosa Neves, 2007; Barbosa Neves, 2009.





jectos de cidades digitais sejam desenvolvidos com a directa participação dos cidadãos (Barbosa Neves, 2009).

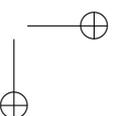
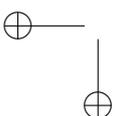
II. Barack Obama: Cidadania e Internet

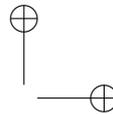
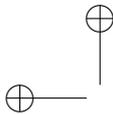
A. *Citizen-campaigning e a Internet*

Um outro estudo de interesse no âmbito desta discussão sobre cidadania na era digital é a análise da estratégia de participação popular e a utilização intensiva das TIC, sobretudo da Internet, pelo candidato e agora Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama. A Internet é utilizada, como nunca antes numa campanha eleitoral, para angariar e mobilizar eleitores. Muitos analistas afirmam que o sucesso da campanha de Obama se baseou na utilização da Internet para transmitir uma mensagem social (Greengard, 2009). Presenciamos vivamente uma “citizen-campaigning”, ou seja, “a new mode of mass involvement in politics that is more self-directing, spontaneous and socially-embedded, occurring largely outside of the formal structures at the local level” (Gibson, 2008).

Há, no entanto, já um contexto favorável para esta utilização e impacto da Internet:

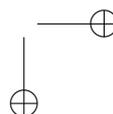
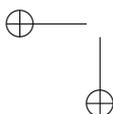
1. Em primeiro lugar, os seus antecessores já tinham integrado a Internet como ferramenta de marketing político:
 - (a) Howard Dean foi o primeiro democrata, nas primárias de 2004, a utilizar a Internet para mobilizar apoiantes, através do seu “Blog for America”. Dean foi ainda pioneiro na recolha de doações pela Internet. O financiamento da sua campanha resultou de pequenas doações feitas on-line, que per fez uma média de menos de 80 dólares por pessoa. Numa entrevista à Wired, Howard Dean refere que “Dick Cheney was holding a \$2,000-a-plate fundraising lunch, so we asked Americans all over the country to join me the same day for a lunch in front of their computers. It sparked a huge response, and, amazingly, the online contributions from that day matched what Cheney made from his fundraiser. It showed that

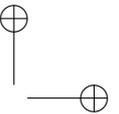
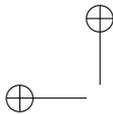




our campaign, and that of other Democrats, could remain competitive thanks to a growing base of people donating small amounts. A lot of people talked about how our campaign revolutionized the use of the Internet to raise money. But the Internet isn't magic, it's just a tool that can be used to do things differently. We treated it as a community, and we grew the community into something that has lasted long after the campaign ended. The Internet let us build that community in real time, on a massive scale, and that lunch helped us do that. The turkey sandwich wasn't bad either" (Dean, 2005). O candidato conseguiu recolher mais de 40 milhões de dólares de contribuições, mas falhou na ligação com os eleitores de Iowa (Shachtman, 2004). Vários comentadores políticos sublinharam que a angariação de fundos de Obama, com ênfase em pequenos doadores e na utilização da Internet, partiu de um refinamento do modelo da campanha de Howard Dean (Berman, 2008).

- (b) George W. Bush também se socorreu da Internet para mobilizar os seus apoiantes. A sua estratégia assentava numa combinação de listas de email e "data mining" (que consiste na extracção de padrões de um grupo de dados). Como explicou Michael Turk, director da e-campanha de Bush e Cheney, identificaram os potenciais apoiantes Republicanos em cada município, usando tecnologia que prevê as preferências de voto através de dados comerciais de posse de carro, subscrição de revistas, etc. Depois de reunida esta informação, eram enviadas para os voluntários da campanha instruções detalhadas com quem falar, incluindo mapas locais e itinerários, tal como, assuntos que mais preocupavam os potenciais eleitores. Barack Obama utilizou técnicas semelhantes para definir eleitores, através de chamadas de telefone realizados pelos seus voluntários e contactos pessoais (Schifferes, 2008).
2. Em segundo lugar, a utilização diária da Internet pelos norte-americanos aumentou exponencialmente nos últimos quatro anos, tornando-a uma ferramenta e canal de larga difusão. O número de utilizadores também aumentou: em 2004 contabilizavam-se cerca de 202 milhões utilizadores de Internet, o que corresponde a 68.8% da população norte-americana; em 2008, contabilizavam-se cerca de 223 milhões, ou seja,





aproximadamente 73.5% da população norte-americana (CIA, 2008; IWS, 2009). Os media social (YouTube, Twitter, etc) e os sites de redes sociais (facebook, myspace, etc) estavam no seu auge, sobretudo usados por jovens: 65% dos jovens norte-americanos que estão on-line tinham perfil num site de redes sociais (Lenhart, 2009a). Mas, os utilizadores de Internet adultos também têm adoptado os sites de redes sociais, a percentagem de adultos com perfis nestes sites passou de 8% em 2005 para 35% em 2008 (Lenhart, 2009b). É ainda interessante verificar que 74% de utilizadores de Internet norte-americanos acedeu à Internet para participar ou procurar informações/notícias sobre a campanha de 2008. O que representa 55% da população adulta total norte-americana. Segundo o Pew Internet & American Life Project, é a primeira vez que mais de metade dos eleitores utilizaram a Internet, para se ligar ao processo político (Smith, 2009).

Claro que John McCain, opositor de Barack Obama, também se socorreu das potencialidades da Internet. No entanto, a presença praticamente omnipresente da campanha de Obama nos novos media foi esmagadora. A tabela seguinte (ver tabela 1) permite-nos comparar as páginas dos dois candidatos em alguns dos mais populares novos media a 5 de Novembro de 2008, ou seja, um dia após a eleição presidencial. Além da sua presença, mostra ainda a actividade realizada pelos candidatos em cada um dos sites referidos.

Mas Barack Obama estava ainda presente noutros sites de redes sociais/novos media, nomeadamente:

- BlackPlanet,
- Faithbase,
- Eons,
- Glee,
- Digg,
- MiGente,
- MyBatanga,

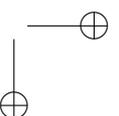
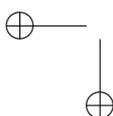


Tabela 1: Comparação da Presença e Actividade dos Candidatos nos Novos Media

Novos media	Barack Obama	John McCain
Facebook (Apoiantes)	2,444,384	627,459
Facebook (<i>Wall Posts</i>)	495,320	132,802
Facebook (Notas)	1,669	125
MySpace (Amigos)	844,781	219,463
MySpace (Comentários)	147,630	Nenhum listado
Twitter (Seguidores)	115,623	4911
Twitter (Actualizações)	262	25
Youtube (Vídeos)	1,819	330
Youtube (Subscritores)	117,873	29,202
Youtube (Amigos)	25,226	0
Flickr (<i>Photostream</i>)	50,218	Sem perfil
Flickr (Contactos)	7,148	Sem perfil

Fonte: Adaptado de Pete Quily. adultaddstrengths.com/2008/11/05/obama-vs-mccain-social-media/

- Eventful,
- AsianAve,
- LinkedIn,
- DNC Partybuilder.

Fez, sem dúvida, justiça ao seu slogan “Obama Everywhere”. Mas, o candidato não estava apenas presente nestes novos media, estava verdadeiramente activo (como se pode verificar na Tabela 1): a sua actividade e interacção com os seus seguidores on-line foram notáveis. E, por exemplo, os utilizadores do facebook votaram de facto - a página do facebook das eleições de 2008, mostra que mais de 5.4 milhões de utilizadores seleccionaram o botão “Eu votei”, para mostrar aos seus amigos que o tinham realizado.¹²

¹²www.facebook.com/note.php?note_id=66888777216

Além da presença nos sites de redes sociais e novos medias, o site de Barack Obama¹³ funcionou como um portal central da candidatura (ver figura 3). O seu site também inovou, pois assentou numa plataforma colaborativa, desenvolvida em open source, onde se apela à participação de cada apoiante.

Figura 3: Site oficial da candidatura de Barack Obama



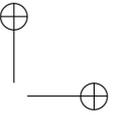
www.barackobama.com/

Podemos dividir a utilização das TIC, pelo candidato, em duas partes: 1. Recrutamento/Mobilização de apoiantes, e, 2. Financiamento da Campanha.

1. Começando pelo recrutamento e mobilização de apoiantes, a forte presença de Obama em vários “nichos” da Internet foi fundamental. O seu site¹⁴ foi precisamente desenvolvido numa abordagem colaborativa. Aliás, toda a estrutura da campanha é desenhada para envolver cidadãos: “This year’s presidential election is a real chance for Americans to create change and build solidarity. This campaign has been about people like you making a difference.

¹³www.barackobama.com/

¹⁴www.barackobama.com/



With Obama '08, you have the information and tools necessary to help deliver the change we need come this November”.¹⁵ O site disponibiliza ferramentas para a organização de eventos pelos apoiantes (“Organize locally with our online tools”), que incluem:

- encontrar um grupo local de apoiantes, onde se podiam voluntariar para recrutar voluntários, registar eleitores, etc.;
- organizar eventos;
- criar uma página de angariação de fundos;
- criar um blog da campanha;
- reencaminhar para a sua rede social uma mensagem definida publicitando as posições de Obama.

O site disponibiliza também a sua própria rede social on-line, MyBo¹⁶, que permitia aos utilizadores registados falar com outros apoiantes; encontrar eventos da campanha e organizar grupos locais. Era o portal da comunidade on-line dos organizadores/apoiantes de Obama. Nesta rede social, dois milhões de perfis foram criados; 200,000 eventos off-line foram planeados; 400.000 entradas de blogs foram escritas e mais 35.000 grupos de voluntários foram formados. O MyBO dispunha de uma plataforma para chamadas de telefone, onde mais de 3 milhões de chamadas foram realizadas nos últimos quatro dias da campanha (Vargas, 2008).

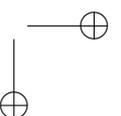
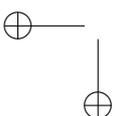
O site oferece ainda uma página wap móvel, onde os registados recebiam no seu telemóvel notícias da campanha.¹⁷ Um milhão de pessoas registaram-se neste serviço, recebendo cerca de 20 sms por mês. Estes sms eram também personalizados, de acordo com os dados registados (por estado, por idade, por escola, etc.) (Vargas, 2008).

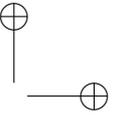
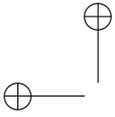
A aplicação oficial para o i-phone foi também largamente difundida. Esta aplicação grátis permitia estar em ligação directa com a campanha (notícias, vídeos e imagens diárias), oferecendo ainda ferramentas que promoviam a participação. Entre estas ferramentas destaca-se:

¹⁵www.barackobama.com/

¹⁶www.mybarackobama.com/

¹⁷www.barackobama.com/

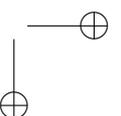
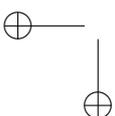




- encontrar o grupo local da campanha/ apoiantes, com mapas e poder partilha-lo com amigos,
- eventos da campanha,
- posições do candidato sobre os mais diversos temas,
- a opção “Call a friend”, liga a um amigo. Esta opção, desenvolvida por voluntários, tornou-se uma importante ferramenta pessoal de mobilização, possibilitando ao utilizador falar com os seus contactos sobre a candidatura de Obama, assegurando que todos se registam e votam. O “Call stats” deriva do “Liga a um amigo” e permitia ver os totais nacionais das chamadas efectuadas pelos registados, incentivando-se a uma espécie de competição com os líderes da tabela.¹⁸

Para coordenar os seus voluntários, a campanha de Obama socorreu-se de aplicações externas, como o Central Desktop, um software colaborativo wiki, que permite gerir reuniões, documentos e projectos em grupo e em tempo real. Este software foi usado para organizar e gerir milhares de “precinct captains”, voluntários que apelam ao voto e disseminam a mensagem da campanha em cada município e salas de voto. O programa permite aos voluntários enviar mensagens e colaborar directamente sem a necessidade de passar por um webmaster. Interessante verificar que a campanha também usou, embora em menor escala, um produto concorrente, o Basecamp, que funciona de forma semelhante (Catone, 2008). Como afirma Catone (2008) a propósito da utilização destas plataformas colaborativas, “That the Obama campaign is so tech savvy and so open to using social software is unsurprising. They have run one of the most comprehensive online campaigns in recent memory – perhaps ever – generally outperforming opponents on nearly every social network or social media site.” Howard Dean já tinha utilizado em 2004 o Meetup.com para mobilizar apoiantes, mas apenas para os reunir e partilharem experiências. Obama vai muito mais longe, utilizando a ferramenta para organizar a própria campanha e os seus voluntários. Patrick DeTemple, gestor de dados e sistemas para a campanha de Obama na Califórnia, refere com entusiasmo que “The Web-based collaboration platform combined with a strong

¹⁸my.barackobama.com/page/content/iphone



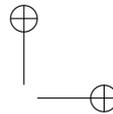
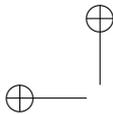
organized grass-roots effort, created unprecedented public involvement that is revitalizing politics in America” (Catone, 2008).

Toda esta estratégica utilização das TIC e novos media foi decisiva para sensibilizar e encorajar a participação dos cidadãos. David Plouffe, director da campanha de Obama, esteve presente numa conferência em Lisboa¹⁹ e frisou que toda a estratégia de Obama partiu de uma análise profunda dos comportamentos dos cidadãos norte-americanos. A campanha estudou os motivos da abstenção dos cidadãos; porque não se recenseavam; que tipo de informação preferiam, etc. Concluindo que as pessoas vêm cada vez menos televisão e lêem cada vez menos jornais, preferindo procurar a sua própria informação, a campanha de Obama apostou num “grassroots movement”: um movimento em rede baseado nas comunidades e no voluntariado a partir da Internet. Obama conseguiu atrair 10 milhões de voluntários, que dedicaram à campanha, em média, 20 horas por semana. Cada voluntário conseguiu falar com cerca de 20 a 25 pessoas e eram os “informadores” locais da campanha de Barack Obama. Mas, a equipa de Obama não só recrutou voluntários, como os treinou em “Camp Obama”, uma espécie de “campos de férias” para adultos. Hans Rimer, mandatário jovem da campanha de Obama, sublinha que “Barack Obama is inspiring a new generation of people to come in, and a lot of people have not been involved in the political process before (...)” “We are training them, teaching them how to be effective, showing them what their role is in our strategy to win the election ... We’re taking people from raw enthusiasm to capable organizers.” (Rimer, 2008).²⁰

A Internet emergiu, assim, como uma importante ferramenta para revitalizar a cidadania. Os novos media, por se basearem numa abordagem colaborativa, onde os consumidores podem também ser produtores, parecem trazer novas oportunidades para o activismo cívico. Barack Obama soube alimentar uma campanha baseada neste activismo, na motivação da participação dos cidadãos. Cidadãos estes que produziram, partilharam ou distribuíram conteúdos, em blogs, sites, redes sociais, etc. e que organizaram voluntariamente eventos locais, criando as suas próprias formas de apoio e mobilização. E embora Howard Dean, em 2004, durante as primárias das eleições presidenciais,

¹⁹David Plouffe, Conferência na Universidade Católica de Lisboa, Lisboa, 30 de Março, 2009.

²⁰Um blog interessante sobre experiências no “Camp Obama” está disponível em campobama.blogspot.com/



tenha já inovado com uma estratégia web para construir uma rede baseada no “citizen campaign”, a equipa de Obama conseguiu levá-lo muito mais longe (Gibson, 2008).

2. As TIC foram ainda usadas estrategicamente para promover o financiamento da campanha. Foi desenvolvido um sistema de recolha de doações pela Internet (centralizado no seu site), mas também toda uma estrutura que incentivava à contribuição com pequenas quantias. No primeiro trimestre de 2008, quase metade dos donativos recebidos por Obama correspondiam a valores de 200 dólares e menos, perfazendo uma média de 96 dólares por pessoa (Jacoby, 2008). A meio de 2008, recibos oficiais mostraram que cerca de um quarto do total angariado por Obama (17.2 milhões de 52 milhões de dólares) veio de doações on-line. Embora o montante seja notável, a forma como os fundos estão a ser recolhidos é um dos mais significativos indicadores das mudanças que a “citizen campaigning” operou no sistema político (Gibson, 2008). Em Outubro de 2008, a campanha tinha recebido mais de 600 milhões de dólares, quase igualando o que os candidatos dos dois maiores partidos tinham reunido em donativos privados em 2004 (Luo, 2008). No final da campanha, Obama recolheu mais de 656 milhões de dólares, enquanto o seu candidato McCain recolheu mais de 199 milhões de dólares (ver Tabela 2). Obama recebeu mais de 334 milhões de dólares em doações de 200 (e menos) dólares, mas como podemos verificar na tabela 2, também teve grandes doadores, uma vez que contabilizou mais de 111 milhões de dólares através de contribuições de 2000 e mais dólares. Através da Internet, 3 milhões de pessoas doaram 6.5 milhões de dólares on-line. Dessas doações, 6 milhões eram de 100 dólares e menos. A média do donativo on-line foi de 80 dólares e o doador médio contribuiu mais do que uma vez (Vargas, 2008).

Mas, além de recolher doações, esta estrutura permitiu ao candidato criar uma pormenorizada base de dados dos seus apoiantes. A campanha de Obama definiu inúmeros perfis, o que permitiu estabelecer uma interação personalizada com os seus apoiantes. A lista de emails de Obama continha mais de 13 milhões de endereços electrónicos. Durante o curso da campanha, mais de 7000 mensagens diferentes foram enviadas, a maioria direccionada a níveis de doações específicos: pessoas que tinham contribuído com menos de 200 dólares e a pessoas que tinham contribuído com mais. No total, mais de 1 mil

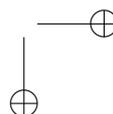
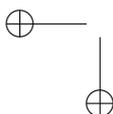


Tabela 2: Financiamento das campanhas de Obama e McCain

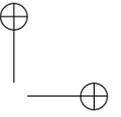
Contribuições	Barack Obama	John McCain
Individual	\$656.357,601	\$199,404,373
PAC*	\$1.830	\$1,406,879
Partido	\$850	\$15,997
Candidato	\$0	\$0
Fundos Federais	\$0	\$84,103,800
Tamanho das doações		
\$200 and Under	\$334,636,346	\$63,947,312
\$200.01 - \$499	\$71,669,117	\$13,136,320
\$500 - \$999	\$55,726,781	\$21,232,221
\$1000 - \$1999	\$72,178,584	\$32,013,400
\$2000 and Over	\$111,514,236	\$61,343,559

* PAC é um “Political Action Committee”, um grupo privado organizado para eleger candidatos políticos. Fonte: Relatório Financeiro da Campanha Presidencial, Federal Election Commission. www.fec.gov/DisclosureSearch/mapApp.do?cand_id=P80002801&searchType=&searchSQLType=&searchKeyword

milhão de emails foram enviados pela campanha de Obama (Vargas, 2008). Obama contactava os seus doadores com prestações de contas, mostrando o que estava a ser realizado com o dinheiro recebido e possibilitando aos seus seguidores verificar o resultado concreto da sua contribuição. Exemplo do email que recebemos a 30 de Outubro de 2008:

“It’s in your hands, Barbara,
 The next six days are going to be the toughest we’ve seen, and I need your support to reach as many voters as possible.
 Donate \$5 or more today to strengthen this movement for the final push
 This campaign is in your hands,
 Thank you for everything you’re doing,
 Barack.”

Além da personalização do email, toda a mecânica do texto parece denotar um relacionamento, onde o destinatário assume um papel essencial. Para mui-



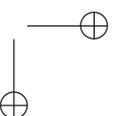
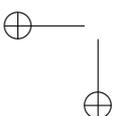
tos autores, isto representou uma nova legitimidade política: são os cidadãos que alimentam a campanha e o próprio processo político (Gibson, 2008).

B. O Primeiro “Internet President”

A 4 de Novembro de 2008, Barack Obama ganhou as eleições presidenciais com 52.92% dos votos populares contra os 45.66% de McCain e 365 votos do colégio eleitoral contra 173 de McCain (Federal Elections Commission, 2008; US House of Representatives, 2009). Barack Obama, tornou-se assim, o primeiro Presidente Afro-Americano dos Estados Unidos da América (Nagourney, 2008), ou como, frisa Greengard (2009) o primeiro “Internet President”. Na noite das eleições, quando se tornou claro a vitória de Barack Obama e antes do seu discurso, os seus milhões de apoiantes/registados receberam nas suas caixas de correio electrónico um email personalizado do Presidente:

“Barbara,
I’m about to head to Grant Park to talk to everyone gathered there, but I wanted to write to you first. We just made history. And I don’t want you to forget how we did it.
You made history every single day during this campaign – every day you knocked on doors, made a donation, or talked to your family, friends, and neighbors about why you believe it’s time for change.
I want to thank all of you who gave your time, talent, and passion to this campaign. We have a lot of work to do to get our country back on track, and I’ll be in touch soon about what comes next.
But I want to be very clear about one thing...
All of this happened because of you.
Thank you,
Barack”

É interessante verificar novamente não só a personalização do email, mas também a “construção” de uma relação de proximidade entre o remetente e o destinatário: toda a mecânica semiótica do discurso conota esta proximidade, mas atribuí, ao mesmo tempo, um papel central ao destinatário. Uma rápida análise do texto permite contar nove “you” (tu), três “we” (nós) e um “our” (nosso) . Esta técnica foi aliás, empregue durante toda a campanha e independentemente do canal. O “you” e o “we” foram sempre basilares em



qualquer tipo de comunicação do candidato. Há uma busca constante por uma identidade colectiva, por um, esforço e motivação colectivo.

Após a eleição de Barack Obama, a grande questão dos analistas políticos era: como é que a sua energia on-line se iria transferir para a sua governação (Vargas, 2008). Dois dias depois da sua eleição, o novo presidente lança o site Change.gov, através do qual o público podia seguir a sua transição para a Casa Branca. No site, o Presidente pede a todos os cidadãos uma lista de recomendações para uma directiva de Governação Aberta²¹. Parece haver, assim, uma aposta contínua nas TIC e num “grassroots movement”. No mesmo mês, o Change.gov possibilita o OpenId, o que permite aos usuários utilizarem uma conta OpenID para deixarem comentários no site. O site modifica ainda a sua política de privacidade e adiciona uma licença Creative Commons. Esta licença possibilita aos utilizadores incluir e partilhar conteúdos livremente, sem necessidade de uma licença²². Graças à licença Creative Commons, em Dezembro de 2008, a aplicação Change.gov é criada para o iphone²³. Quanto ao seu site, usado durante a sua candidatura, este está ainda activo, sendo actualizado com os planos/acções de Obama e solicitando aos cidadãos a sua discussão e apoio²⁴.

Ainda em Novembro de 2008, a equipa de Obama anuncia que discurso semanal do Presidente à nação vai ser não só transmitido via rádio, como filmado e disponível no YouTube. Estes discursos, espécie de “fireside chats”, à moda de Roosevelt, ou das “Conversas em Família” de Marcello Caetano, são colocados no canal do Presidente no YouTube²⁵.

A 20 de Janeiro de 2009, conhecido como o “Inauguration Day”, Obama e a sua família mudam-se para a Casa Branca²⁶. Após a transição de Obama para a Casa Branca, o site Change.gov passou a mostrar uma nota agradecendo a todos os apoiantes e a re-direccionar para o site da Casa Branca²⁷. No entanto, todos os conteúdos do Change.gov estão ainda activos. O seu

²¹ change.gov/page/s/yourstory

²² change.gov/about/copyright_policy

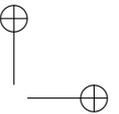
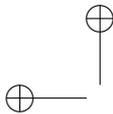
²³ www.apple.com/webapps/news/changegov.html

²⁴ www.barackobama.com/

²⁵ www.youtube.com/user/ChangeDotGov

²⁶ inaugurationday2009.com/

²⁷ www.whitehouse.gov/



perfil no Twitter²⁸, que não foi actualizado durante a sua transição, volta a ser utilizado pelo Presidente. No início de Março de 2009, a Casa Branca deixa também de utilizar o YouTube para publicar os vídeos semanais do Presidente, socorrendo-se agora de um player próprio. Esta alteração fez nascer um burburinho na blogosfera acerca das razões desta mudança (Soghoian, 2009). A resposta oficial da Casa Branca refere, no entanto, que se trata apenas de uma experiência e de testar opções próprias “This decision is more about better understanding our internal capabilities than it is a position on third-party solutions or a policy”. Muitos analistas, continuam no entanto, a acreditar que esta mudança se deveu a questões de privacidade e segurança, tal como, a não querer associar a Casa Branca com empresas, caso do Google, proprietário do YouTube (Helft, 2009).

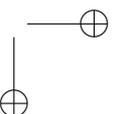
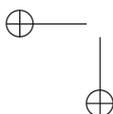
No mesmo dia que ocupa a Casa Branca, a equipa de Obama, nomeadamente Phillips Macon, Director dos Novos Media da Casa Branca, publica uma entrada no blog da Casa Branca intitulada “Change has come to whitehouse.com”²⁹. Neste texto, a nova administração quer reforçar o seu compromisso com os cidadãos e a sua participação: “Citizen participation will be a priority for the Administration, and the internet will play an important role in that”. Desta forma, a entrada indica que uma das primeiras alterações do Presidente é o novo site da Casa Branca, que servirá de plataforma de comunicação, transparência e participação entre os norte-americanos e Obama. O site disponibiliza RSS feeds; newsletters e conteúdos sobre a governação de Obama: todas as ordens executivas do Presidente estarão disponíveis, tal como, legislação não-urgente. Esta legislação estará disponível no site durante cinco dias, permitindo aos cidadãos rever e comentar os documentos, antes de estes serem assinados (Macon, 2009).

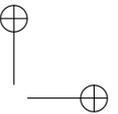
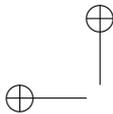
No dia 21 de Janeiro de 2009, o Presidente Obama assina um conjunto de documentos sublinhando o seu compromisso com a transparência:

- num memorando direccionado às agências federais, refere que a abordagem do “Freedom of Information Act” (que representa a implementação de liberdade de informação relativa à legislação nos EUA) deve ser, em caso de dúvida, sempre de abertura . Esta medida é recebida com

²⁸twitter.com/barackobama

²⁹www.whitehouse.gov/blog/change_has_come_to_whitehouse-gov/





grande entusiasmo pela “Electronic Frontier Foundation”, que já tinha emitido vários pareceres relativos a este assunto (Hofmann, 2009);

- numa ordem executiva, reverte a mudança realizada por George W. Bush ao “Presidential Records Act”, liberando o seu acesso (Obama, 2009a);
- num segundo memorando, para os chefes executivos dos departamentos e agências federais, Obama informa da sua política geral relativa à transparência e abertura da sua governação, “Government should be transparent, participatory and collaborative” (Obama, 2009b).

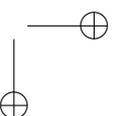
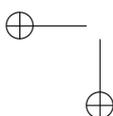
Porém, apesar de todas estas iniciativas e da promessa de uma governação aberta, um estudo conduzido por Jim Harper do Cato Institute, que monitorizou os projectos de lei e as datas que foram colocados on-line, concluí que dos onze projectos de lei assinados por Obama, apenas seis foram disponibilizados no site da Casa Branca. E nenhum esteve disponível cinco dias depois de apresentado no Parlamento, como definido pela administração de Barack Obama. Contudo, várias vezes, a Casa Branca colocou o projecto de lei on-line, enquanto este ainda se mantinha no Parlamento, tentando satisfazer a regra dos cinco dias. No entanto, isto não permitiu ao público rever a legislação, sobretudo emendas de última hora (Harper, 2009).

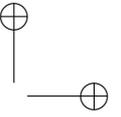
De qualquer modo e até ao momento desta nossa análise, Barack Obama parece continuar a apostar na sua estratégia de cidadania e utilização das TIC. Contudo, apenas um acompanhamento longitudinal das suas actividades poderá verificar a sua continuidade e o seu real impacto.

Conclusão

Esta reflexão permitiu-nos realizar uma aproximação conceptual crítica ao termo “cidadania digital”. Pelas várias razões aforadas neste artigo, nomeadamente para combater uma visão puramente tecnocrata, simplista ou que ignora a ligação entre o físico e o digital, consideramos que faz mais sentido aludir apenas à cidadania: cidadania que na presente Era utiliza, entre outras ferramentas para o seu exercício, as digitais.

Para ilustrar esta reflexão, introduzimos dois casos que se baseiam na promoção da cidadania através de ferramentas digitais: as cidades digitais

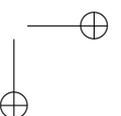
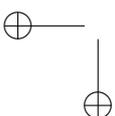


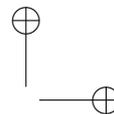
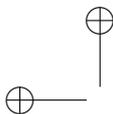


Portuguesas e o movimento cívico assente na Internet impulsionado por Barack Obama. Ambos os casos mostram que as TIC têm potencialidade no campo da cidadania. O Gaia Global e o Aveiro digital disponibilizam informação e serviços on-line que facilitarão o exercício da cidadania e qualificaram pessoas e empresas locais. Barack Obama revitalizou o panorama político norte-americano, incentivando a larga participação dos cidadãos no desenvolvimento da sua campanha. Se esta abordagem de abertura e de participação cívica se vai manter durante a sua governação, somente um estudo longitudinal o poderá demonstrar.

Contudo, os dois estudos, também corroboram a nossa premissa de que as TIC são ferramentas, não criam democracia, nem participação. Aliás, acesso, não é participação. A título exemplificativo, segundo o recente estudo do Pew Internet & American Life Project, devido a diferenças demográficas entre os dois partidos, era mais provável que os eleitores de McCain acedessem primeiro à Internet do que os eleitores de Obama. No entanto, os apoiantes on-line de Obama estavam mais envolvidos no processo político do que os apoiantes on-line de McCain. Entre os utilizadores de Internet, os eleitores de Obama estavam mais predispostos para: partilhar conteúdo on-line; receber notícias da campanha; doar dinheiro on-line e se voluntariar on-line. Os eleitores de Obama estavam também na linha da frente quando se tratava de colocar o seu próprio conteúdo on-line - 26% dos apoiantes de Obama o fizeram, comparando com 15% dos apoiantes on-line de McCain (Smith A., 2009). Portanto, não basta ter um site e esperar que as pessoas participem: é necessário motivar e valorizar essa participação. Assim, no caso das cidades digitais, é necessário envolver mais a comunidade e integrá-la na definição dos próprios projectos. No caso de Barack Obama, a sua aposta numa governação aberta tem que continuar a motivar a participação dos cidadãos e não cair no erro de apenas disponibilizar documentos on-line para discussão pública, esquecendo-se que cerca de 30% dos norte-americanos ainda são info-excluídos (cf. IWS, 2009). É fundamental ter uma visão holística que considere o digital e o físico.

As eleições presidenciais norte-americanas trouxeram uma nova problematização da cidadania e participação. Por exemplo, os nativos digitais, jovens que nasceram com a Internet e que até agora eram acusados de uma certa apatia política, mostraram o seu envolvimento político. Nestas eleições, estes jovens evidenciaram a forma criativa como se envolvem civicamente on-line





– forma usualmente não contemplada nas definições clássicas de “participação política”. Adicionalmente, o estudo do Pew Internet & American Life Project mostra que os jovens eleitores norte-americanos estavam fortemente envolvidos no debate político nos sites de redes sociais: 83% dos jovens norte-americanos, entre os 18 e os 24 anos de idade, possuem um perfil num destes sites e dois terços destes jovens realizaram alguma forma de actividade política nestes sites em 2008 (Smith, A., 2009). Surge, então, a necessidade de se repensar e alargar conceitos, até para se possa medir com rigor o impacto da Internet neste processo.

A final contagem dos votos das eleições norte-americanas apontou para uma considerável subida no número de eleitores, nomeadamente 131.2 milhões em 2008, comparando com os 122.3 milhões em 2004 (FEC, 2008). Tudo parece indicar que a Internet tenha tido algum impacto neste aumento (basta ver os resultados do estudo do Pew Internet & American Life Project referentes ao envolvimento político dos cidadãos, Smith, A., 2009). No entanto, apenas um estudo mais aprofundado poderá clarificar se houve alguma correlação significativa entre a utilização da Internet e a participação eleitoral.

Esta reflexão começou com questões e termina com questões: Estarão a Internet e as TIC a contribuir para uma nova cultura participativa? Será que as noções de cidadania e de participação no processo democrático estão a redefenir-se?

Que este artigo possa servir de base exploratória para outros estudos e interrogações.

Bibliografia

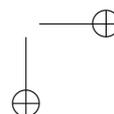
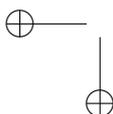
AMRia (2005), obtido em 28 de Março de 2008: www.amria.pt/

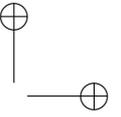
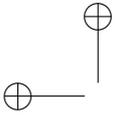
AVEIRO DIGITAL, obtido em 1 de Setembro de 2009:

www.aveiro-digital.pt/

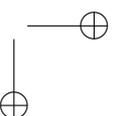
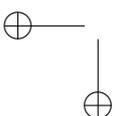
BERMAN, A. (28 de Fevereiro de 2008), The Dean Legacy. *The Nation* (March 17, 2008).

BERNERS-LEE, T. (1989), *Information Management: A proposal*. CERN.





- BESSELAAR, P.V.D. and Beckers, D. (2005), Life and death of great Amsterdam Digital City. In Besselaar, Peter van den and Satoshi Koizumi, Digital Cities III Information Technologies for Social Capital: Cross-cultural Perspectives (pp.66–96). Berlin: Springer.
- CARTER, D. (2005), Living in virtual communities: an ethnography of human relationships in cyberspace. *Information, Communication & Society*, 8 (2), 148-167.
- CASTELLS, M. (2001), *A Galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, M. (2000), Grassrooting the Space of Flows. In James Wheeler, Yuko Aoyama e Barey Warf, *Cities in the Telecommunication Age, The Fracturing of Geographies*, Routledge.
- CATONE, J. (4 de Março de 2008), *How the Barack Obama Campaign Uses Wikis to Organize Volunteers*. Obtido em 23 de Fevereiro de 2009, de ReadWriteWeb: www.readriteweb.com/archives/barack_obama_campaign_central_desktop.php#more
- CEAD, Comissão de Execução Aveiro Digital (2003), Programa Aveiro Digital 2003–2006, Aveiro: CEAD.
- CEAD, Comissão de Execução Aveiro Digital (2006), Programa Aveiro Digital 2003–2006, Aveiro: CEAD.
- CEAD, Comissão de Execução Aveiro Digital (2007), Programa Aveiro Digital 2003–2006, Aveiro: CEAD.
- CIA. (2008), *The World Factbook*. (CIA, Ed.) CIA.
- DEAN, H. (Agosto de 2005), The candidate: Howard Dean. (J. Howe, Entrevistador) Wired.
- ePRACTISE (2007a). Obtido em 23 de Outubro de 2008: www.epractice.eu/cases/egaianima
- ePRACTISE (2007b), Obtido em 23 de Outubro de 2008: www.epractice.eu/cases/2100



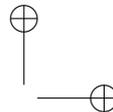
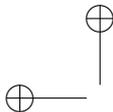
- FAULKS, K. (2000), *Citizenship*. Routledge.
- FEC, Federal Elections Commission (22 de Janeiro de 2008), *Official President General Election Results*. Obtido em 4 de Março de 2009, de FEC: www.fec.gov/pubrec/fe2008/2008presgeresults.pdf
- GAIA GLOBAL. Obtido em 1 de Setembro de 2008: www.gaiaglobal.pt
- GIBSON, R. (5 de Junho de 2008), *New Media and Revitalization of Politics*. Obtido de revitalisingpolitics.files.wordpress.com/2008/10/rp_gibson.pdf
- GIDDENS, A. (1984), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity.
- GLENN, E. (2000), Citizenship and Inequality: Historical and Global Perspectives. *Social Problems*, 47 (1), 1-20.
- GOUVEIA, Luís Borges & Joaquim Borges Gouveia (2003), Autarquias Digitais promessas e desafios. In Luís Borges Gouveia, *Cidades e Regiões Digitais. Impacte nas cidades e nas pessoas* (pp.192-193) Porto: Fundação Fernando Pessoa.
- GOUVEIA, L.B. (2003), Agregar o digital, o virtual e o real: reinventar o espaço e o tempo. Paper presented at Experimental Design, Bienal de Lisboa.
- GREENGARD, S. (2009), The first Internet President. *Communications of the ACM*, 52 (2), 16-18.
- HARPER, J. (9 de Abril de 2009), *A Flagging Obama Transparency Effort*. Obtido em 9 de Abril de 2009, de Cato Institute: www.cato-at-liberty.org/2009/04/09/a-flagging-obama-transparency-effort/
- HAUBEN, M. & Hauben, R. (1996), *Netizens: On the History and Impact of Usenet and the Internet*. Obtido em 5 de Dezembro de 2008, de www.columbia.edu/~hauben/netbook/

- HELFT, M. (2 de Março de 2009), *White House Denies Shunning YouTube*. Obtido em 2 de Março de 2009, de The New York Times: bits.blogs.nytimes.com/2009/03/02/white-house-denies-it-is-shunning-youtube/
- HOFMANN, M. (21 de Janeiro de 2009), *On Day One, Obama Demands Open Government*. Obtido em 5 de Março de 2009, de Electronic Frontier Foundation: www.eff.org/deeplinks/2009/01/on-day-one-obama-demands-open-government
- HUXLEY, Aldous (1932), *Admirável Mundo Novo*. Traduzido por Lino Valandro e Vidal Serrano. Editora Globo.
- INE (2001). Obtido em 2 de Março de 2005: www.ine.pt/prodserv/censos_definit/censos_definit.asp?quadro=1&R1=V1&x_nut=1_1_4_13_17&importar=0
- INFOPEdia (2005), Obtido em 22 de Janeiro de 2005, Porto Editora: www.infopedia.pt/E1.jsp?id=93912
- IWS, Internet World Stats. (2009), *Internet World Stats USA*. Obtido em 10 de March de 2009, de Internet World Stats: www.internetworldstats.com/am/us.htm
- JACOBY, M. (4 de Abril de 2008), *Obama Raised Twice as Much as Clinton in March*. Obtido em 3 de Dezembro de 2008, de Jacoby The Wall Street Journal Online: online.wsj.com/public/article_print/SB120723253625786483.html
- LENHART, A. (2009a), *Adults and Social Network Websites*. Pew Internet & American Life Project. Pew Internet & American Life Project.
- LENHART, A. (2009b), *It's Personal: Similarities and Differences in Online Social Network Use Between Teens and Adults*. Pew Internet & American Life Project. Pew Internet & American Life Project.
- LUO, M. (20 de Outubro de 2008), *Obama Recasts the Fund-Raising Landscape*. Obtido em 15 de March de 2009, de New York Times Online: www.nytimes.com/2008/10/20/us/politics/20donate.html?_r=1&hp=&pagewanted=print&oref=slogin

- MACON, P. (20 de Janeiro de 2009), *Change has come to WhiteHouse.gov*. Obtido em 15 de Fevereiro de 2009, de WhiteHouse.com: www.whitehouse.gov/blog/change_has_come_to_whitehouse-gov/
- MARSHALL, G. (1998), *Oxford Dictionary of Sociology*. Oxford University Press.
- MELA, Alfredo (1999), *A Sociologia das Cidades*, Editorial Estampa.
- MILLER, C. C. (7 de Novembro de 2008), *How Obama's Internet Campaign Changed Politics*. Obtido em 19 de Fevereiro de 2009, de The New York Times : bits.blogs.nytimes.com/2008/11/07/how-obamas-internet-campaign-changed-politics/
- MOSSBERGER, Karen et al. (2008), *Digital Citizenship: the Internet, Society, and Participation*. Cambridge: MIT Press.
- MOUTINHO, J.L. and Heitor, M. (2005), Digital cities and the opportunities for mobilizing the information society: case studies from Portugal. In Besselaar Peter van den and Satoshi Koizumi, *Digital Cities III Information Technologies for Social Capital: Cross-Cultural Perspectives* (pp.417–436). Berlin: Springer.
- NAGOURNEY, A. (5 de Novembro de 2008), *Obama Elected President as Racial Barrier Falls*. Obtido em 4 de Março de 2009, de The New York Times: www.nytimes.com/2008/11/05/us/politics/05elect.html?pagewanted=all
- NEVES, B. Barbosa (2006), *Digital cities: preliminary findings*. Working paper CAPP, N. 5/6. Lisboa: ISCSP.
- NEVES, B. Barbosa (2007), *As cidades e regiões digitais: governação e comunidade na sociedade da informação e do conhecimento*. Paper presented at CLAD Conference, Santo Domingo, Dominican Republic.
- NEVES, B. Barbosa (2009), *Are digital cities intelligent? The Portuguese case*. *International Journal of Innovation and Regional Development*, Vol. 1, N. 4, pp.443–463.

- OBAMA, B. (21 de Janeiro de 2009), *Executive Order on Presidential Records*. Obtido em 5 de Março de 2009, de frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getpage.cgi?dbname=2009_register&position=all&page=4669
- OBAMA, B. (21 de Janeiro de 2009), *Transparency and Open Government*. Obtido em 5 de Março de 2009, de [whitehouse.gov: www.whitehouse.gov/the_press_office/Transparency_and_Open_Government/](http://whitehouse.gov/the_press_office/Transparency_and_Open_Government/)
- PATROCINIO, T. (2003), Educação e Cidadania glocal. In L. B. Gouveia, *Cidades e Regiões Digitais: Impacte nas cidades e nas pessoas* (pp. 15-40). Porto: Fundação Fernando Pessoa.
- POSI (1998), Programa Cidades Digitais. Lisboa: POSI.
- POSI (2001), Programa Cidades e Regiões Digitais. Lisboa: POSI.
- POSI (2005a), Obtido em 10 de Janeiro de 2005, Programa Cidades e Regiões Digitais: www.cidadesdigitais.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=49&Itemid=240
- POSI (2005b), Obtido em 10 de Janeiro de 2005, Programa Cidades e Regiões Digitais: www.cidadesdigitais.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=50&Itemid=261
- RIMER, H. (2007 de Junho de 2008), 'Camp Obama' Trains Campaign Volunteers. *npr*. (D. Schaper, Entrevistador)
- SCHIFFERES, S. (12 de Junho de 2008), *Internet key to Obama victories*. Obtido em 20 de February de 2009, de BBC News: news.bbc.co.uk/2/hi/technology/7412045.stm
- SHACHTMAN, N. (2 de October de 2004), Trippi: Net Politics here to Stay. *Wired*.
- SMITH, A. (2009), *The Internet's Role in Campaign 2008*. Pew Internet & American Life Project. Pew Internet & American Life Project.
- SMITH, G. (2000), Governação na ausência de governos. In A. S. al., & F. C. Gulbenkian (Ed.), *Cidadania e Novos Poderes numa Sociedade Global*. Lisboa: Dom Quixote.

- SOGHOIAN, C. (2 de Março de 2009), *Is the White House changing its YouTube tune?* Obtido em 4 de Março de 2009, de Cnet News: news.cnet.com/8301-13739_3-10184578-46.html
- UMIC (2007). Obtido em 9 de Agosto de 2008: www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=12
- US House of Representatives (8 de Janeiro de 2009). *US House of Representatives floor summary for 8 Jan 2009*. Obtido em 4 de Março de 2009, de US House of Representatives: clerk.house.gov/floorsummary/floor.html?day=20090108
- VARGAS, J. A. (20 de Novembro de 2008), *Obama raised half a billion online*. Obtido em 3 de Março de 2009, de The Washington Post Online: voices.washingtonpost.com/44/2008/11/20/obama_raised_half_a_billion_on.html
- VIRILIO, P. (2000), *Cibermundo: A Política do Pior*. Lisboa: Teorema.
- WELLMAN, B. & Guilia (1999), Virtual communities as communities: net surfers don't ride alone. In M. S. Kollock, *Communities in cyberspace* (pp. 167-195). London: Routledge.
- WELLMAN, B. (2001), Physical Place and Cyber Place: The Rise of Networked Individualism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 25 (2), 227-252.
- XAVIER, J., Gouveia, L.B. e Gouveia, J. (2003), Gaia Global – O cidadão como umbigo da cidade digital. In Gouveia, L.B. *Cidades e Regiões Digitais: Impacte nas Cidades e nas Pessoas* (pp.135-156). Porto: Fundação Fernando Pessoa.
- XIE, B. (2008), The mutual shaping of online and offline social relationships. *Information Research*, 13 (3).



A Soberania do utilizador de serviços de saúde na era digital

Ana Paula Harfouche

Instituto Português de Oncologia de Lisboa

E-mail: aharfouche1@gmail.com

Ao falar da Era Digital no Sector da Saúde tem obrigatoriamente de se falar numa revolução silenciosa que está a acontecer, há vários anos, dentro do Sector e que se prende com o “*empowerment*” do cidadão enquanto utilizador dos serviços de saúde, em linguagem económica “*W*A Soberania do Consumidor”.

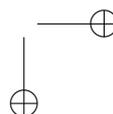
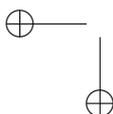
Estamos provavelmente a assistir ao maior processo de transformação económico, social, político e cultural nas nossas vidas, com impacto nas famílias, nas organizações, nos negócios, nos Governos e nos valores.

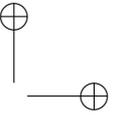
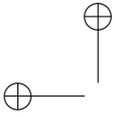
Este século XXI não pode ser entendido com base na mesma abordagem económica da Era Industrial. Esta transição de uma economia industrial para uma economia de tecnologias avançadas, baseada no conhecimento, encontra-se apenas numa fase embrionária e não imaginamos qual o impacto desta mudança sobre os Continentes, sobre as nações e sobre todos nós.

Muitos autores consideram que esta mudança consiste numa transformação semelhante, mas ainda mais extensa, à que ocorreu com a Revolução Industrial altura em que se verificaram milhares de mudanças aparentemente não relacionadas, criando um novo sistema económico, acompanhado por uma nova forma de vida, uma nova civilização chamada “modernidade”.

De repente surgiu um sistema totalmente diferente com mudanças radicais nas nossas relações com o tempo e o espaço, mas também com um terceiro princípio fundamental: o Conhecimento. Só que o conhecimento é um activo intangível e a tentativa de o definir conduz-nos com frequência a um labirinto do qual não há uma saída fácil. E não tem uma saída fácil, porque o conhecimento é um bem com especificidades muito próprias e diferentes dos bens ou activos com que habitualmente lidamos: - só o facto de ser intangível, algo que não podemos tocar, intensifica as suas especificidades.

Desde logo o conhecimento é intrinsecamente não concorrencial, ou seja milhões de pessoas podem usar a mesma quantidade de conhecimento sem o





diminuir, pelo contrário, quanto maior número de pessoas o utilizam, maior a probabilidade de alguém gerar mais conhecimento a partir daquele de que dispõe.

Outra grande especificidade tem a ver com o carácter intrínseco de qualquer conhecimento, que é essencialmente inesgotável, o oposto da premissa económica tradicional da alocação de recursos escassos, o caso do petróleo, quanto mais petróleo utilizamos, menos fica disponível, em contraste, quanto mais conhecimento utilizamos, mais criamos “conhecimento gera conhecimento”, por analogia à frase “dinheiro gera dinheiro”.

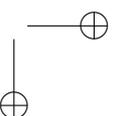
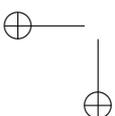
O conhecimento é também relacional, isto é, o conhecimento individual só ganha sentido quando se justapõe a outros componentes que o contextualizam e esse contexto pode ser transmitido através de um sorriso ou olhar carrancudo, sem que sejam necessárias palavras.

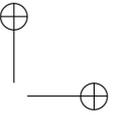
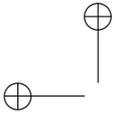
O conhecimento tem, ainda, três importantes características: ser o mais portátil de todos os bens, pode ser transmitido quer à pessoa que está ao nosso lado, ou a milhões de pessoas a km de distância; pode ser armazenado em espaços cada vez mais reduzidos (A *Toshiba* entrou para o *Guinness* com um disco rígido mais pequeno que um selo postal); e tem, também, uma característica muito diferente do que até aqui estávamos habituados, é difícil de confinar porque se espalha. Focando-me agora no sector da saúde, os doentes de hoje são inundados com informação médica através da Internet e de programas televisivos, muitos dos quais com a presença de um médico convidado.

É muitas vezes fornecido algum conhecimento de fundo e milhões de telespectadores podem aprender alguma coisa sobre o assunto, e quebrar tabus antigos, nomeadamente os relacionados com as doenças sexualmente transmissíveis (caso de papilomavírus humano) e também o caso da SIDA. Informação que no passado estava indisponível.

Esta disponibilidade de informação, ao aumentar o conhecimento vai, também, alterar a estrutura dos papéis da sociedade e mudar a forma como todos pensamos sobre a saúde, transformando o próprio futuro do sector da saúde.

Os Cuidados de Saúde são a área onde as mais fantásticas novas tecnologias se combinam com as mais obsoletas, desorganizadas, contraproducentes instituições hospitalares, diria mesmo fatais não só a nível das infecções nosocomiais específicas do seu *habitat*, mas pelo cada vez mais divulgado erro cometido nos hospitais, em que *papers* americanos estimam que a possibili-





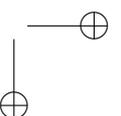
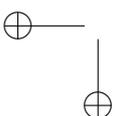
dade de morrer num hospital devido a erro ou nova infecção é mais elevada do que a possibilidade de morrermos em acidentes rodoviários. Isto sem contabilizar o número de pessoas que morrem por falta de cuidados de saúde, mesmo nas nações mais ricas, por ser um número desconhecido.

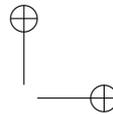
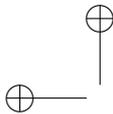
No entanto, sabemos que em todas as nações abastadas, desde o Japão aos EUA passando pelos países da Europa Ocidental, os custos com os cuidados de saúde estão a assumir uma espiral descontrolada, as populações estão a envelhecer rapidamente, as inovações tecnológicas multiplicam-se, e as políticas de saúde não têm a velocidade desejável para acomodar todos estes acontecimentos.

Estamos, com efeito, a vivenciar a mais profunda transformação no sistema do conhecimento mundial desde que a nossa espécie começou a pensar. Esta avalanche de informação, alguma má informação ou até informação lixo que é destinada aos indivíduos, varia em termos de objectividade e credibilidade, mas sem dúvida que direcciona cada vez mais a atenção do público para os assuntos relacionados com a saúde, alterando a tradicional relação entre médicos e doentes (relação de agência), promovendo uma atitude de maior iniciativa por parte dos doentes.

De acordo com a FDA, os sistemas de cuidados em casa são já o segmento de mais rápido crescimento da indústria de aparelhos médicos, o que confere mais poderes a quem utiliza esta tecnologia de auto-ajuda, que ainda é primitiva face ao que está para vir. No caso da diabetes, os doentes são detentores de 99% das responsabilidades de gestão da sua doença e prevê-se que este leque de tecnologia da saúde de cuidados domésticos seja alargado com o intuito dos utilizadores poderem cuidar de si mesmos e dos seus entes queridos. A mesma instituição, diz que a lista de aparelhos médicos planeados e imaginados parece um filme de ficção científica, como lavar os dentes e a escova incorporar um *chip* biosensor que verifica a quantidade de açúcar no sangue, óculos computadorizados que ajudam as pessoas a lembrar-se de pessoas e de coisas, uma ligadura inteligente capaz de determinar as bactérias e vírus numa ferida e dizer ao seu portador qual o antibiótico a usar, análise automática à urina de cada vez que puxar o autoclismo, entre muitas outras inovações.

Temos, assim, em paralelo uma economia de cuidados remunerados e uma economia dos cuidados pessoais que não é contabilizada nos orçamentos dos gastos públicos com a saúde, dos diferentes países, mas que interage com a economia monetária.





Os cidadãos bem informados investem dinheiro na compra de bens importantes e serviços, que os ajudarão a ter um melhor desempenho no seu dia-a-dia e que acabará por reduzir os custos na economia monetária (menos absentismo, menor utilização dos serviços de saúde).

Para que o resultado global do sector da saúde seja melhorado, tem que ser reconhecido e incentivado o rácio de participação do doente e também do cidadão, para que esta participação comece antes da doença, isto é, quando alteramos hábitos de vida e adoptamos estilos de vida mais saudáveis. Se com isso a nossa saúde melhorar, que parte deve ser atribuída ao médico e que parte deriva dos nossos próprios esforços? Como deve ser contabilizado?

Desta forma, o conceito tradicional de economia já não é aplicável e este papel do consumidor informado/profissional de cuidados de saúde forçará a transformação da tecnologia do futuro.

Assim, haverá pressão nos dois sentidos: do lado da oferta com inovações que prolongam a vida, mas com qualidade e do lado da procura pressão para que o doente seja um activo participante capaz de dar um contributo cada vez maior para a produção de bem – estar ou saúde, uma externalidade positiva para a própria economia.

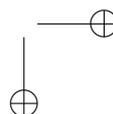
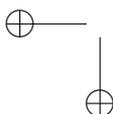
Esta Nova Economia deve incorporar de forma legitimada o conceito de economia não monetária, porque ambas as economias se alimentam uma à outra, integrando-as de maneira a formar um sistema entrecruzado de criação da riqueza, mas também, uma renovada forma de saúde e bem estar.

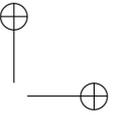
Bibliografia

DENHARDT, Janet V. and DENHARDT, Robert B. (2003). *The New Public Service: Serving, not Steering*. M.E. Sharpe, Armonk 2003.

DRUCKER, Peter F. (1990). *As organizações sem fins lucrativos*, Lisboa: Difusão Cultural.

HARFOUCHE, Ana (2008) *Hospitais Transformados em Empresas – Análise do Impacto na Eficiência: Estudo Comparativo* (available in Portuguese and Spanish language). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.

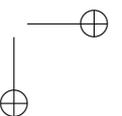
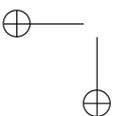


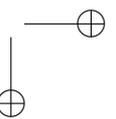
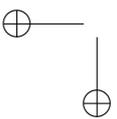
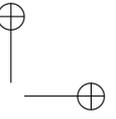
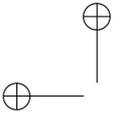


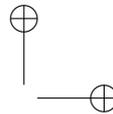
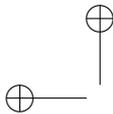
MAJONE, Giandomenico. (1997). *From the Positive to the Regulatory State: Causes and Consequences of Change in the Mode of Governance*. Journal of Public Policy, 17, 2: 139-167.

PORTER, M. and TEISBERG, E. (2006). *Redefining Health Care*. Harvard Business School Press.

TOFFLER, H. (2007) *A Revolução da Riqueza*. Actual Editora.







E-reacção às políticas de educação da XVIIª Legislatura (2005-2009)

Isabel Salema Morgado

*Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa
(ISCSP (CAPP/CES) - FCT*

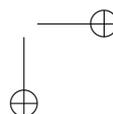
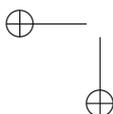
E-mail: imorgado@netcabo.pt, imorgado@iscsp.utl.pt

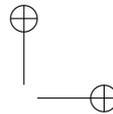
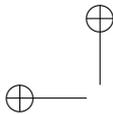
O governo da XVIIª Legislatura escolheu uma socióloga das organizações para a pasta do Ministério da Educação. No programa do Partido Socialista, sufragado em 2005 com maioria absoluta, não se descreve ou apresenta uma concepção sobre a teoria das organizações, todavia, o objectivo de redução do défice público, que é transversal a todo o documento, implicaria talvez que se explicasse quais as formas políticas/administrativas que legitimassem a selecção dos objectivos escolhidos e com as quais se iria proceder à aplicação de mecanismos de controlo económico. Não foi o caso. A breve trecho, os funcionários públicos compreenderam que os diferentes ministérios que os tutelavam estavam empenhados numa política de contenção de custos e de reorganização dos sistemas. Mas não se impunha de facto um projecto nesse sentido? Isto é, não cabe a um governo de uma sociedade democrática no contexto do denominado modelo social europeu fazer com que os interesses dos agentes envolvidos nas diferentes prestações de serviços, ou produção de bens, não se sobreponham aos das pessoas que suportam (financeiramente) os seus custos? Mas então como fazê-lo? Com que estratégias? Como encontrar o equilíbrio entre os interesses dos indivíduos, das instituições e da sociedade?

No que ao sistema de Ensino diz respeito, o PS, que demandava o governo, quando procura definir as suas políticas para a educação estabelece-as em termos de “uma política de verdade e coragem que volte a colocar todas as energias ao serviço dos beneficiários do sistema educativo: os alunos.”¹ O

¹“(…)a agenda do PS preconiza uma viragem no sistema educativo, de modo a melhorar a eficiência do ensino, elevando o nível de aptidões dos estudantes e reduzindo o abandono escolar; acelerar e qualificar as acções de formação e de reconversão.

(…) Mudar a maneira de conceber e organizar o sistema e os recursos educativos, colocando-nos do ponto de vista do interesse público geral e, especificamente, dos alunos e famílias. O que determina que questões tão importantes como o recrutamento e colocação dos





mote estava dado. O partido que almejava o poder afirmava explicitamente que só uma virtude como a da coragem era capaz de repor a verdade, e qual era esta? A saber, que o sistema de educação deveria voltar (o verbo utilizado é “voltar”) a ter os alunos como o foco de concentração das sinergias do sistema.

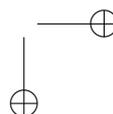
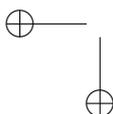
Quer isso dizer que o partido que mais tarde formaria governo considerava que de algum modo os beneficiários do ensino, os alunos, não estavam a ser o centro de interesse do sistema (não explicam as causas, nem indicam os culpados), e acrescentava que iria restaurar essa situação (voltando-se a que paradigma e de que tempo? Também não diz), afirmando ainda ser essa uma atitude que resultaria do exercício do poder com coragem. Pergunta-se, uma grande coragem para enfrentar quem ou o quê? Só se pode entender a expressão como, na verdade, estar a ser preciso uma grande coragem para se vir a opor e fazer submeter quem estivesse a impedir que os alunos fossem os sujeitos principais do sistema. Mas quem eram esses agentes? Os Sindicatos? As direcções das escolas públicas, ou as das privadas? Os encarregados de educação? Os professores?

É um facto que o documento não indica serem os professores inculcados por este desperdiço dos recursos, mas também não é declarado em lado nenhum que se estará a contar com eles para concretizar este projecto político que terá como principal escopo reformar o sistema em prol dos principais interessados, alunos e Encarregados de Educação.

Então, o PS enquanto partido que concorre ao poder em 2005 considera que os alunos portugueses precisam de uma nova política (de um novo poder) que os recoloca no centro das atenções, assumindo-se que há falhas de todos os agentes do sistema, pois considera-se que o principal interessado do sistema, o aluno, não está a ser beneficiado de facto. Ora os principais agentes em campo deste sistema são de facto os professores. Então são estes que não estão ao serviço dos seus alunos? E porquê? Porque o número de abandono escolar e de certificação de competências ou de conhecimentos é baixo

docentes, os tempos de funcionamento dos jardins de infância e das escolas ou a estruturação dos seus serviços, sejam abordadas da perspectiva dos destinatários últimos do serviço público da educação, as populações.

Enraizar em todas as dimensões do sistema de educação e formação a cultura e a prática da avaliação e da prestação de contas. Avaliação do desempenho dos alunos e do currículo nacional, avaliação dos educadores e professores, avaliação, segundo critérios de resultados, eficiência e equidade, das escolas e dos serviços técnicos que as apoiam. (...)”, in inet.sitepac.pt/PSPProgramaEleitoral2005.pdf



no quadro de referência da OCDE, e independentemente do que se progrediu nas últimas três décadas? De facto são indicadores inquietantes, porque revelam não só a baixa qualificação da população activa, como revelam uma inércia das instituições da sociedade em procurarem reverter esta situação. Mas dependerão estes indicadores dos professores? São estes que se caracterizam por uma cultura pedagógica e científica que os torna impedimentos a uma abertura da escola ao mundo? Mas fruto do quê, essa cultura? De reformas políticas constantes no sistema, ou fruto dos modelos interiorizados nas faculdades onde se formaram, que não os habilita aceleradamente a responderem aos desafios de uma Europa que reclama por novas exigências relativas a matérias de competências, para se tornar a tal economia de conhecimento que o Conselho de Lisboa de 2000 proponha e que o *Relatório do Conselho "Educação", de 14 de Fevereiro de 2001, ao Conselho Europeu, sobre "Os objectivos futuros concretos dos sistemas educativos"*² vem a definir como tal? Também sobre isto nada nos diz o programa. Não ficamos a saber o que impede concretamente o sucesso. Ali se indica que para tornar exequível o seu objectivo de salvaguardar os interesses dos alunos, seria preciso proceder a uma alteração da organização de todo o sistema de educação e dos seus recursos, no que a selecção, recrutamento e avaliação diz respeito. Ora o partido assume que, quando no poder, será ele a definir que tipo de selecção, recrutamento e avaliação fará, para reformar o sistema tendo em vista o seu objectivo: aumentar a qualidade, exigindo quantidade e baixando a despesa pública com a educação. Um investimento não financeiro portanto.

O Partido Socialista defende que ao tornar-se poder saberá assumir o que convém ao sistema de educação público, e o que melhor convier ao sistema, simplifica ele, é tudo o que servir para promover os interesses dos alunos sobre os de quaisquer outros agentes. Mas permanece a interrogação: como sabe o partido que a autoridade dos professores não é superior, na defesa dos interesses dos alunos e dos encarregados de educação, do que quaisquer das próprias políticas centralizadoras que o PS, quando governo, poderá almejar? Em que teoria da administração, portanto, se baseia o autor destas ideias do programa socialista, para contrariar a ideia que advoga como sensata a possibilidade de ouvir os professores como parceiros? E, sobretudo, em que

²“Objectivos futuros concretos dos sistemas de ensino”. Ler em: europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c11049_pt.htm

paradigma de negociação e discussão de interesses públicos se baseia para alcançar estes objectivos um ministério que conta com milhares de interesses cruzados, entre docentes, administrativos, direcções, auxiliares, encarregados de educação e alunos, acrescentando-se agora as autarquias, para as quais se propõe transferir muitas das competências na área educativa?

Um dos aspectos da construção dos Estados, como Francis Fukuyama³ nos demonstra, centra-se na questão da administração de bens públicos. Ora esta depende das teorias económicas das administrações que são escolhidas para proceder à execução de políticas. Assim, as escolhas das teorias económicas que orientarão as teorias administrativas não deixam de ser escolhas políticas. O que Fukuyama nos diz é que entre as várias tradições de que dispomos sobre as teorias das organizações, há uma que tem sobressaído e que denota a seguinte visão: os conflitos entre os interesses das pessoas a quem se destinam os serviços e os daqueles a quem é suposto assegurarem-no, pode vir a ser muito positiva para o bem comum. Imaginemos o interesse dos professores – corporativo no sentido literal do termo – como grupo que possui um conhecimento e uma experiência específica, visto por uma administração central como estando verdadeiramente em conflito com os dos alunos e dos seus Encarregados de educação. Mas será só isto que resulta do conflito? Ou este pode estar a revelar incertezas cognitivas genuínas por parte dos professores sobre o que é melhor para os seus alunos. Isto é, no momento do conflito pode parecer que a classe profissional está só a agir para proteger os seus interesses, mas como cada organização encerra uma vertente de ambiguidade bastante para que aquilo que pejorativamente encaramos como defesa de interesses individuais, o tal “corporativismo” execrado, pode de facto ser uma interpretação diferente, e legítima, de analisar o que é do interesse dos potenciais beneficiários. Subestimar essa reacção é subestimar os agentes que formam o próprio sistema, e desta atitude resulta benefício directo ou indirecto para o sistema? Quem estaria a defender melhor os alunos? O Ministério da Educação por força de pertencer a um governo eleito com maioria, ou os seus professores, não eleitos para os seus cargos de potenciais representantes dos interesses dos alunos? Assim, se os objectivos para a educação são determinados politicamente, como optimizá-los quantitativamente, já que dependermos

³FUKUYAMA, Francis (2004), *A Construção de Estados*, trad. F. J. A. Gonçalves, Lisboa, Gradiva, 2006.

de agentes que não só possam ter outra interpretação (pela sua experiência, função ou mesmo por escolha também ela política) sobre esses objectivos ou sob os métodos a utilizar para os alcançarem?

Acrescentemos ainda o fenómeno da real dificuldade de vir a monitorizar e a responsabilizar indivíduos num sistema como o da educação que, como diz Fukuyama⁴, se manifesta numa actividade de difícil mensurabilidade por se revelar de natureza eminentemente pouco específica (não se conseguem medir com exactidão a actividade por envolver um cruzamento de resultados que não dependem de um só indivíduo) e com um lato volume de transacção, de acordo com o modelo de Woolcock e Pritchett coadjuvado pelas categorias de divisão do economista Arturo Israel. Diz-nos Fukuyama: “O ensino público básico e secundário são claros exemplos (...). Os resultados educacionais são difíceis de medir, e é praticamente impossível responsabilizar individualmente os professores. O ensino público é uma actividade de elevado volume de transacção que pode ser muito visível em grandes cidades mas que fica escondida nas áreas rurais”.⁵ Para além das consequências no tempo.

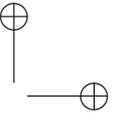
A aprendizagem implica um conjunto de processos cognitivos, normativos, científicos e pedagógicos, cujos efeitos na vida do aluno não se medem de forma imediata e inequívoca. Quer-se com isso afirmar que não há possibilidade de perceber, ou o direito a exigir, e avaliar, o que é um trabalho bem realizado ou mal realizado de um professor? Certamente que não. Há formas de realizar este trabalho de avaliação, mas com metodologias próprias. O que o autor sublinha é que este serviço público terá sempre que ser entendido em perspectiva, pelo tipo de enquadramento organizacional em que se tem que atender às especificidades da actividade em questão, e que nunca poderá ser abordado do ponto de vista avaliativo-administrativo formal de outras organizações mais passíveis de terem actividades monitorizadas de forma eficiente e realista. Fukuyama propõe no entanto soluções para os conflitos organizacionais a existir no quadro dos serviços públicos.

As soluções para as três dificuldades que F. Fukuyama identificou⁶ surgirem sempre entre os políticos e os sistemas públicos, a saber, pouca racionalidade na definição de objectivos organizacionais, abordagens alternativas aos comportamentos dos agentes e incerteza quanto ao poder a delegar, pode-

⁴ *Idem*, p.68.

⁵ *Idem*, 70

⁶ *Idem*, p. 86.

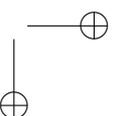
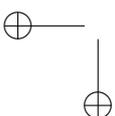


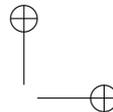
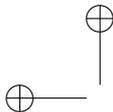
rão de facto vir a ter solução se, acrescenta o autor, se procurar promover o comportamento de cooperação dos indivíduos numa organização; aquilo que ele denomina o capital social e que ele estudou ser um sistema de incentivo superior até a qualquer outro incentivo formal, tal como o estímulo monetário, por exemplo. Ao mesmo tempo haverá que identificar e favorecer todas as normas que criem esse espírito de cooperação, e que resultam da educação e da formação mas também como fazendo parte de um processo de socialização atento à identidade profissional e laboral, procurando descentralizar o exercício do governo, delegando o poder das tomadas de decisão, para desse modo se poder colocar o agente, e os seus beneficiários, mais perto da fonte de informação, facilitando o auto-fiscalização. Acrescentando no entanto que é necessário desbloquear efectivamente essa delegação de poder, já que o grau de controlo desses decisões não deverá ser burocrático e impeditivo da criatividade, tal como vem acontecendo na maior parte dos Estados modernos, apenas por se querer limitar o exercício do poder delegado, com medo dos eventuais riscos (generalização do abuso de poder, dos subornos e tráfico de influência, por exemplo).

Finalmente, Fukuyama destaca como parte da solução, a importância do papel das lideranças nas instituições e, na esteira dos trabalhos de Edgar H. Schein e, mais recentemente, do economista Gary Miller, o autor conclui que as lideranças são fundamentais como forma de dinamizarem as relações com vista à cooperação, para prossecução de objectivos comuns e de serviço público, que se sobrepusessem aos interesses privados. E isso far-se-ia recorrendo a métodos como a comunicação, o estímulo e o assumir de posições simbólicas. Notadamente actividades que Fukuyama considera mais políticas e menos económicas.

Ora a mim interessa-me precisamente este ponto, pois não sendo economista ou gestora, nem sendo minha a preocupação com questões políticas estratégicas ou partidárias, importa-me reflectir sobre a relação de comunicação que se estabeleceu entre os professores portugueses e a sua tutela, durante a XVIIª Legislatura, e isto tomando por base o registo das declarações comunicacionais que surgiram com principal destaque durante todo este período na internet, sobretudo na blogosfera.

Através dos movimentos independentes dos professores criados na *internet* ou de alguns dos mais destacados *bloggers*, apreciar-se-á a força de um fenómeno que não só reuniu mais de cem mil professores, numa das maio-



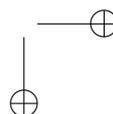
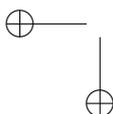


res manifestações de uma classe profissional que houve em Portugal, como revelou a uma classe a sua capacidade de cooperar numa reacção a uma política, e também as limitações, da influência do espaço digital, no modo como o cidadão pode exercer o seu direito à participação nas deliberações sobre as causas públicas e, em especial, sobre as que dizem respeito à sua área laboral. O que procurarei saber foi se a blogosfera foi apenas um canal de informação ou de facto houve um efeito de interacção na comunicação que potenciase a acção/reacção às políticas do sector da educação.

O XVII governo iniciou as suas actividades a 12 de Março de 2005, com o objectivo de consolidar as finanças públicas⁷. Tendo um apoio parlamentar maioritário, o governo propôs-se desde logo proceder a reformas profundas nos sectores públicos que mais dificuldades demonstravam em assegurar um *ratio* satisfatório segundo parâmetros das sociedades mais desenvolvidas entre investimento financeiro e rendimento. Procurou aplicar teorias que conduzissem a práticas mais consistentes com a procura da consolidação orçamental. No caso da Educação do ensino básico e secundário, a prática política assumiu uma linha discursiva que se direccionou para, logo que os sindicatos dos professores começaram a exigir negociações e a quererem reivindicar parceria na tomada de deliberações, afastar todos os opositores às suas orientações política/administrativas: num primeiro nível os sindicatos e outras organizações suas representativas, num segundo nível, excluindo simbolicamente os próprios professores como corpo, não valorizando ou considerando de reduzido efeito as suas comunicações, que começaram com alguns desabafos em jornais e em fóruns públicos e se transformaram em mega manifestações entretanto organizadas.

A estratégia comunicacional assentava em fazer identificar os agentes do sistema educativo que manifestassem contrariedade às directivas como meros defensores de privilégios pejorativamente denominados de corporativos, opondo-os aos interesses dos Encarregados de Educação dos alunos e de todas as crianças e jovens do país, que eles estariam a representar e a defender, e cujos direitos estariam a ser sonogados pela luta da classe pelos docentes em perda de direitos adquiridos. Explorando este recurso comunicacional baseado no agudizar do confronto de interesses, e potenciando a imagem do

⁷Ler: www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/ProgramaGoverno/Pages/programa_p005.aspx



professor como uma autoridade a ser desconsiderada numa discussão válida, o Ministério deixou que se instalasse a ideia do professor como um adversário dos seus alunos e encarregados de educação, a precisar não só de ser fiscalizado e vigiado pelos mais interessados directamente no seu trabalho, mas também a ter que entrar num processo de modelação como subordinado à autoridade emanada do poder central, num formalismo administrativo total. A tutela não estabeleceu canais de comunicação com a grande mole dos seus agentes, não os estimulou à cooperação no que à sua política diz respeito nem assumiu posições simbólicas que denotasse um tipo de compreensão com aquilo que muitos economistas já conceberam: que as normas e os laços sociais afectam as escolhas dos indivíduos dentro de uma organização.⁸

A mudança na organização do sistema educativo dos Ensinos Básicos e Secundário e dos Educadores de Infância deu-se com o início de uma reestruturação organizacional do sistema educativo assente num novo Estatuto da Carreira Docente e num novo Modelo de Avaliação, mas também com a aplicação de um novo Estatuto do Aluno e a introdução de um sistema unipessoal na direcção das Escolas. Numa catadupa imparável de diplomas legais a chegarem às escolas⁹, os docentes viram alteradas não só algumas das suas práticas pedagógicas, mas também enquadramentos laborais, como ainda, e sobretudo, a imagem que tinham do seu estatuto e também o do seu papel na sociedade.

Na realidade, o que este governo se propôs para a área da educação foi actuar na esfera da gestão dos recursos humanos, em que se seriase e restringisse o acesso ao topo da carreira, numa linha do controlo do défice público que obrigava a restrições no número de funcionários públicos, limitando o pagamento de vencimentos a um número de professores que estavam em grande número a atingir os últimos níveis da tabela salarial. Fê-lo dividindo a carreira em professores titulares e não titulares, contrariando com esta selecção a sua própria vontade de seriar pela qualidade e não pela mera progressão baseada no tempo de serviço, pois de facto só os professores dos últimos escalões podiam concorrer à titularidade, os mesmos que tinham atingido esse lugar pelo tempo de serviço e pelo exercício de certas funções de gestão. A sociedade portuguesa descobria assim um motivo para execrar os seus professores,

⁸FUKUYAMA, Francis (2004), *A Construção de Estados*, trad. F. J. A. Gonçalves, Lisboa, Gradiva, 2006, p.102.

⁹Só no ano de 2008 contabilizou-se a publicação de 107 documentos legais.

baseados na descoberta da ideia da irrelevância, arbitrariedade e leviandade com que se dizia, a nível governamental, serem realizadas as progressões na carreira docente. Num país em crise financeira, em contenção até na aplicação de fundos europeus, os professores rapidamente foram tomados não como legítimos, ainda que passíveis de serem controversos, adversários da política educacional do XVII governo, mas antes como elementos usurpadores dos parques recursos do erário público.

Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação procedia a uma mudança no sistema educativo. Fê-lo, aumentando não só o tempo de escolaridade obrigatória, mas também propondo novas formas de escolarização/formação à sociedade portuguesa, certificando milhares de adultos e jovens em programas criados para o efeito, cumprindo assim os propósitos europeus para a certificação mais rápida e mais generalista dos cidadãos.

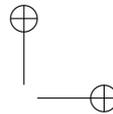
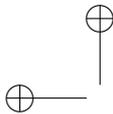
Procurava-se fazer diminuir o abandono escolar e o número de retenções. Uma política ministerial que teria por mote: menos dinheiro com o sistema, mais e melhor educação. Seria o prodígio da administração portuguesa e das reformas de um sistema público se o tivesse conseguido. E, durante um período, muitos agentes do próprio sistema de ensino pareceram convencidos do mérito da reforma que introduziria alterações profundas no Estatuto da carreira docente, mas também na do aluno, nos programas, nos processos de selecção e modelo das gestões das escolas, nos currícula e nas horas de permanência na escola. Muitas das directivas eram exigidas em Comunidade Europeia, tal como a de se pensar uma política da educação que se baseasse no conceito de aprendizagem ao longo da vida, e na oferta de formação para adultos e jovens que ampliasse a oferta curricular, mas também a simplificasse para a tornar mais acessíveis os currículum a um maior número de indivíduos, criando, entre outros o programa das Novas Oportunidades, propiciando-lhes uma certificação escolar. Mas outras directivas relevavam da necessidade de uma sociedade pobre e sem apoios familiares e sociais, de deixar os seus filhos o mais tempo possível na Escola enquanto trabalhavam, ou de aprender o inglês desde cedo, como forma de desenvolver o fluxo de comunicação-fluxo comercial através da língua franca do mundo, e ainda de controlar os gastos no sistema.

Onde começou esta ideia de perfeição administrativa-política a demonstrar a sua inconsistência? Para muitos não foi propriamente no dia em que as figuras do Estado ligadas à educação começaram por discursar tomando

os professores como agentes responsáveis pela situação do estado da educação, fazendo sair a espaços nos jornais diários as notícias relacionadas com o número elevado de professores pagos pelo erário público mas que se encontravam a exercer funções em centrais sindicais, mas também em centros de investigação universitários ou em funções administrativas de outras instituições públicas, também não foi quando se fez publicar o número de faltas dadas pelos docentes portugueses no exercício das funções, ou, ainda, quando se fez divulgar um conjunto de notícias que davam conta dos índices de vencimentos dos docentes portugueses que se encontravam nos últimos escalões, relativamente ao número de horas de leccionação/trabalho, coadjuvados por um número de férias ou de suspensão de aulas que consideravam excessivo em termos relativos se comparadas aos seus pares europeus. Nem ainda quando começaram a dizer que os docentes portugueses nunca tinham sido avaliados nos últimos trinta anos, e que a sua entrada na carreira se fazia de forma pouco escrutinada. Uma distorção da verdade sobre a política de educação em Portugal, aliás, mas que serviu os propósitos de anúncio das novas reformas.

A reacção às políticas generaliza-se à classe em 2008, quando finalmente se tem que fazer aplicar na prática as teorias desenvolvidas sobre a avaliação de professores e se descobre, em todas as escolas e ao mesmo tempo, que essas directivas eram inexequíveis e ineficazes quanto ao real objectivo proposto de avaliação.

As notícias saíam sobre o ensino e, todas elas, insistindo em sublinhar o elevado número de abandono escolar e de retenções do ensino português, fazendo tábua rasa das circunstâncias históricas que fizeram o ensino básico e secundário ter uma população que nesse período de tempo teve uma aumento exponencial. Por outro lado, as universidades e centros de formação, responsáveis pelas licenciaturas, estágios e formação em exercício dos docentes, remetiam-se a um silêncio cúmplice, e aqui e ali apenas uma ou outra voz surgia de discórdia sobre o tema, como foi o caso do Prof. Santana Castilho que no jornal *Público* procurou sempre distanciar-se dos ataques à classe docente e procurar compreender também a irrelevância ou inoportunidade de muitas das medidas anunciadas. Porém, o tom das notícias, em geral, deixou que se formasse a ideia de que os docentes portugueses eram na sua generalidade profissionais com elevado défice de formação, que teriam sido sujeitos a um apuramento dúbio para o exercício de funções, por este assentar exclusivamente nas classificações obtidas durante a licenciatura e nos estágios,

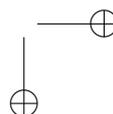
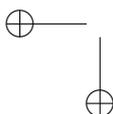


seleccionados por concursos nacionais. Na altura, comentadores afirmavam mesmo ser necessário “partir a espinha” aos sindicalistas e aos maus professores, e falavam das reacções dos professores que defendiam o incumprimento de muitas das directivas ministeriais como agentes em desobediência civil.

Criando com essa tática de comunicação um movimento da opinião publicada, no início, a favor das suas reformas, o Ministério da Educação conseguiu que houvesse um momento de paralisação da reacção dos professores que, perante muitos dos seus concidadãos, eram agora entendidos como os agentes responsáveis pelo estado deficitário do sistema de educação, ou como agentes que faziam sobrepor, há décadas, os seus interesses laborais sobre os interesses dos seus alunos.

Todos os acontecimentos que ocorreram no sistema de educação em Portugal entre 2004 e 2009, e que coincidiram com os quatro anos e meio da XVII legislatura, podem ser lidos de várias perspectivas, mas as áreas de gestão política no que à definição de um objectivo racional e de uma metodologia de aplicação, assim bem como as questões relacionadas com forma de assumir, indicar e comunicar valores da liderança terão preponderância no futuro dos estudos sobre administração pública. Aquilo que começou por ser uma questão de gestão de recursos humanos e económicos tornou-se, por inabilidade de política dos titulares da pasta, uma questão de comunicação. As reformas a que foram sendo sujeitos os docentes, os alunos e as gestões das escolas, primaram pelo confronto com a classe de profissionais com uma quase absoluta indiferença pelas técnicas ou pelos métodos que permitiriam levar à aceitação e à cooperação para com as novas propostas por parte dos sujeitos a quem elas se dirigiam.

O governo tinha dois problemas na educação e uma exigência europeia: os problemas eram o dinheiro gasto em salários (que ajudava a agravar o défice das contas públicas) e o baixo nível de certificação. A exigência provinha da normativa europeia que apelava a uma cultura de aprendizagem ao longo da vida. Ao invés de investir no espírito de cooperação dos docentes para realizarem este fim, procurou-se a sua divisão. O novo Estatuto da Carreira Docente dividiu a classe docente nas categorias de "professor" e "titular" e estabeleceu quotas máximas para as avaliações de "muito bom" e "excelente", acabando assim com uma carreira única numa área de actividade em que todos os profissionais realizam na realidade o mesmíssimo serviço. Isto aconteceu em Janeiro de 2007. Esta nova estrutura de carreira exigia um novo modelo de



avaliação para progressão de carreira. Os professores passaram a ter que ler, e adequar as suas actividades docentes, a um elevado número de exigências administrativas que se prendiam com as suas avaliações. Entre instrumentos de registo (como as fichas de registo de observação de aulas e as fichas de objectivos individuais) e as discussões sobre a natureza do estatuto dos professores avaliadores, entra-se no ano de 2008.

Nesse ano de 2008, à excepção do blogue “A educação do meu umbigo” de Paulo Guinote¹⁰, que já existia desde 30 de Novembro de 2005, assiste-se à criação de uma multiplicidade de blogues de professores dedicados às questões da educação, de entre os quais destaco, por serem dos blogues mais visitados e/ou com mais *links*, o aparecimento de: *PROMOVA* – Professores Movimento de Valorização – coordenado por Mário Gonçalves, a 16 Fevereiro¹¹; *MEP* – Movimento Escola Pública, 18 de Fevereiro (grupo de professores e cidadãos)¹²; *Profavaliação*, de Ramiro Marques, a 19 de Fevereiro¹³; *MUP* – Movimento Mobilização e Unidade dos Professores, Coordenação de Ilídio Trindade, a 10 de Março¹⁴; *APEDE* – Associação de Professores e Educadores em Defesa do Ensino, coordenação de Mário Machaqueiro, a 7 de Outubro¹⁵. Esse foi também o ano em que se realizaram as duas maiores manifestações de professores.

Na blogosfera, no qual “A educação do meu umbigo” se tomava como referência, constitui-se então um espaço dedicado a este grupo temático, pela citação que cada um fazia do outro, constituindo-se assim uma rede de ligações entre blogues que permitia a todos os leitores um acompanhamento dos assuntos de forma mais personalizada. Estes assumiram um papel que os diferenciava dos media tradicionais, quer na forma como comunicavam (a que a ferramenta e as normas disponíveis dos “weblogs” potenciam em interacção e proximidade comunicacional entre leitor-escritor-leitor) quer nos conteúdos.

Pela primeira vez, os docentes portugueses tinham acesso imediato e directo a comentários de profissionais com as mesmas dificuldades e motivações passíveis de serem as suas. A relevância dos temas para uma larga classe pro-

¹⁰educar.wordpress.com/

¹¹www.profblog.org/

¹²movimentoescolapublica.blogspot.com/

¹³www.profblog.org/

¹⁴mobilizacaoeunidadedosprofessores.blogspot.com/

¹⁵apede08.wordpress.com/

fissional, assim bem como a oportunidade de se acompanhar em tempo real os comentários aos documentos provenientes da tutela, com o poder de entrar em diálogo com os autores dos mesmos, tal como a possibilidade de nesse espaço os professores poderem expressar os seus sentimentos e ideias sobre as matérias a que estavam a ser sujeitos, permitindo-lhes acordar em atitudes ou coordenarem acções, alargava o espaço sala de professores à escala do país, reforçando o espírito de cooperação e autoridade dos docentes, só que desta feita contra as políticas da sua tutela.¹⁶

Estes blogues apresentaram-se com as mesmas características que João Canavilhas, citando o trabalho de Wilson Gomes, identificou nos seus estudos e que define como específicos deste tipo de *media*, pois de facto eles constituíram uma fonte de informação alternativa e obedeceram na generalidade aos quatro momentos de produção/edição definidos para os blogues em geral, a saber: “1. Selecção dos acontecimentos a partir dos media; 2. Interpretação

¹⁶ Ilídio Trindade do blogue MUP, faz assim a 10 de Março de 2009, um ano depois da criação do blogue, o seguinte "relatório de actividades": “Actualização diária do blogue, num total de 2.307 entradas, com 56 seguidores e, apenas desde Abril passado, 375.335 visitas efectivas (ignorando os *reloads*, que ultrapassam um milhão); Mais de 3.216 comentários recebidos; 273 documentos publicados no "Scribd", com 286.443 visitas, tendo sido feitos, de um só documento sobre os OI, 57.777 "downloads"; Envio de milhares de *e-mails*, contendo informação relevante e apelos à mobilização dos professores; Recepção de inúmeros *e-mails* solicitando esclarecimento e/ou opinião sobre diversas matérias, a que foram dadas as respectivas respostas; Contributo na mobilização e participação efectiva em todas as iniciativas sindicais (manifestações, concentrações, greves e cordão humano); Apelo e incentivo à iniciativa do parecer jurídico do Dr. Garcia Pereira; Promoção de um encontro entre movimentos independentes de professores, que decorreu em Maio de 2008 e que foi determinante para a colaboração com a Apede.; Solicitação, participação e intervenção em audiências com os grupos parlamentares do PSD, CDS, BE (por duas vezes) e PCP, em colaboração com a Apede; Solicitação, participação e intervenção em duas audiências na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, a última em 4 de Março de 2009; Solicitação, participação e intervenção em audiência na Presidência da República (24 de Janeiro de 2009); Organização e dinamização de dois encontros de professores da zona de Loures/Odivelas; Participação em esclarecimentos nalgumas escolas e em encontros de outras iniciativas; Participação em duas reuniões com as estruturas sindicais; Organização da Manifestação Nacional de Professores, no dia 15 de Novembro de 2008, em Lisboa (do Marquês de Pombal ao São Bento), em colaboração com a Apede; Organização do Encontro Nacional de Escolas em Luta, no dia 6 de Dezembro de 2008, em Leiria, em colaboração com a Apede; Organização da Concentração Nacional de Professores, em frente do Palácio de Belém, no dia 24 de Janeiro de 2009, em colaboração com os outros movimentos de professores; Organização do Encontro Nacional de Professores em Luta, em colaboração com os demais movimentos de professores, que decorrerá no dia 14 de Março, em Leiria.”

do acontecimento e publicação dessa opinião sem qualquer tipo de constrangimento; 3. Interação – possibilidade dos receptores/leitores comentarem o texto; 4. Regresso desse texto, ou parte dele, aos *media* tradicionais.”¹⁷

Porém, há algo que caracterizou estes blogues em especial e que os diferencia dos demais blogues de comentário político existentes, pois: 1. Seleccionaram acontecimentos a partir da fonte política (com a publicação e comentário acerca dos documentos enviados pelo Ministério) ou baseando-se em experiências próprias ou relatadas de vivência laboral. 2. Procuraram mobilizar os colegas através da rede social para formas de expressão tradicionais (reuniões gerais, abaixo-assinados, comícios e manifestações). 3. Funcionaram como banco para memória futura de testemunhos da comunidade que desejam representar. 4. Puseram à disposição dos seus leitores instrumentos de trabalho (minutas, requerimentos, etc.) permitindo o acesso a documentos, propondo soluções para resolução de problemas, procurando dar exemplos e apresentando modelos sobre o que ia acontecendo nas escolas do país. 5. Apresentaram e puseram em discussão aos seus leitores as várias formas de resistência e/ou de iniciativas colectivas de repúdio (o caso da decisão da não entrega dos Objectivos Individuais foi um desses momentos chave de discussão e apreciação pela comunidade de *bloggers* e seus leitores/comentadores sobre uma das formas de agir contra o processo de avaliação). 6. Possibilitaram a representação /criação de uma identidade de classe ou de reacção de classe a partir de um espaço de testemunho alargado a sujeitos que pertencendo a níveis diferentes e a diferentes escolas, ali encontraram um lugar de reunião e partilha de preocupações, mas também de reflexão e procura de soluções para a crise sentida no ensino. 7. Identificaram bem o seu adversário, fazendo recurso do seu vocabulário sempre que sentiam necessidade de reafirmar o seu estatuto social de classe profissional perante as suas audiências. As deficiências do sistema comunicativo do Ministério estão patentes na lista que os blogues fizeram de algumas das suas expressões tomadas como mais acintosas, sem perder de vista um contraponto discursivo de auto-referenciação como partes da discussão a considerar.¹⁸

¹⁷CANAVILHAS, João, “Blogues Políticos em Portugal: O Dispositivo Criou Novos Actores?”, p. 26, in www.labcom.ubi.pt/agoranet/06/canavilhas_bloguespoliticosportugal.pdf

¹⁸“Admito que perdi os professores, mas ganhei a opinião pública” (Maria de Lurdes Rodrigues, Junho/2006) “Vocês estão a dar ouvidos a esses professorzecos” (Valter Lemos, As-

Estes blogues não surgiam só como contraponto comunicacional ao Ministério mas também aos Sindicatos que discorriam de forma mais convencional no discurso e na forma de interagir.

Os *bloggers* funcionavam assim num sistema de comunicação em rede, aberto, cujo fluxo de informação era multidireccional. Por sua vez, a política de comunicação do Ministério com os seus docentes mantinha-se rigidamente hierarquizada, assente em discursos jurídico-técnico, vindo a manifestar-se a espaços na imprensa escrita e audiovisual. Como contraponto ao sistema de comunicação desenvolvido através das ferramentas da Web 2.0 pelos movimentos de professores, o Ministério optava por fazer publicar anúncios publicitários, muitos sob a forma de notícias, nas páginas de jornais diários como o *Jornal de Notícias*¹⁹, ou em dar entrevistas, num esforço evidente de tomar por interlocutores todos os portugueses, não seleccionando os professores de entre todos. De facto, não se questionando sobre o que aconteceria ao sistema mesmo que ganhasse toda a opinião pública e perdesse os professores na sua maioria.

Ao êxito dos blogues sucedeu a formação de movimentos que surgiram então para facilitar as redes sociais de mobilização e reacção às políticas públicas da educação. Ao informarem, ao apresentarem soluções práticas de exercício da actividade profissional mas também com soluções a fim de resolver o conflito entre ME e os professores, estavam pela primeira vez a representar uma classe fora das instituições convencionais e tradicionais. Sendo certo que não tendo sido estes movimentos a conseguirem concentrar nas actividades de rua por eles organizadas o maior número de manifestantes (na realidade foram sempre as centrais sindicais que com a sua experiência e apoio logístico propiciaram a organização das maiores manifestações de professores jamais vistas), mesmo assim conseguiam pressionar a agenda das organizações sindicais e juntar nas suas acções de rua vários milhares de docentes. Estes

sembleia da República, 24/01/2008) "Caso haja grande número de professores a abandonar o ensino, sempre se poderiam recrutar novos no Brasil" (Jorge Pedreira, Novembro/2008)

"Quando se dá uma bolacha a um rato, ele a seguir quer um copo de leite!" (Jorge Pedreira, auditório da Estalagem do Sado, 16/11/2008) " [os professores são] arruaceiros, covardes, são como o esparquite (depois de esticados partem), só são valentes quando estão em grupo!" (Margarida Moreira – DREN, Viana do Castelo, 28/11/2008)

¹⁹Ler: aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex.stories/413529

movimentos, que utilizavam as ferramentas da WEB 2.0 à sua disposição, não provocaram por si a mudança na forma de tomada de decisões da sua tutela (esta não transitou de autocrática para a consulta e discussão *inter pares*, em nenhum momento do seu processo), mas permitiram a criação de um novo espaço de identificação de uma classe profissional.

É verdade que as notícias sobre as manifestações, as concentrações, as greves ou cordões humanos chegaram à maioria da opinião pública através dos *media* tradicionais. A promoção de encontros, a convocação de presença em manifestações, o apelo às greves, os pedidos de audiências parlamentares e à presidência da República, as entrevistas dadas, enfim, eram dadas aos *media* tradicionais. A imprensa rapidamente considerou como interlocutores estes novos intérpretes da realidade e deu-lhes espaço para exprimirem as suas ideias e publicitarem as suas acções.²⁰

A Assembleia da República, pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, recebeu por duas vezes os movimentos dos professores. Momentos de legitimidade confirmada pelos *media* tradicionais e pelo poder institucionalizado.

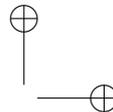
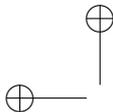
Estes movimentos, porém, tinham ganho acesso a essa forma de legitimidade em darem a sua opinião, porque esta fora reconhecida antes por milhares de leitores em plataforma Web, os quais lhes concederam credibilidade e pertinência nas suas tomadas de posição e sustentaram, com o seu interesse, essa nova forma de organização e participação dos cidadãos. O número de entradas publicadas, de seguidores, de comentários aos *posts*, de documentos editados em *scribd* para acesso da classe, de “downloads” de documentos, de e-mails recebidos e enviados, fizeram dos blogues uma ferramenta de participação e reacção dos professores às políticas do seu sector.

Sherry R. Arnstein²¹ é uma autora americana que trabalhou, conheceu e investigou as políticas da administração pública e os seus programas. Em 1969 publica um texto onde expõe a sua concepção de benefícios *versus* custos do poder. Chega à conclusão que a ideia da democracia que programati-

²⁰O jornal *Público* chega mesmo a convidar o blogue “A educação do meu umbigo” para fazer parte do seu “blogroll”, e o seu autor, Paulo Guinote, escreveu alguns artigos especificamente para o jornal.

²¹Arnstein, Sherry R. "A Ladder of Citizen Participation," *JAIP*, Vol. 35, No. 4, juillet 1969, pp. 216-224.

‘A ladder of citizen participation’, *Journal of the Royal Town Planning Institute*, April 1971.



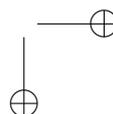
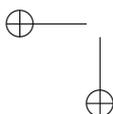
camente defende uma ideia de cidadania participativa como pedra basilar da sua existência, é, na realidade, usada como um subterfúgio discurso utilizado pelos detentores do poder que, sabendo que por cidadania se entende comumente o direito de um indivíduo, na qualidade de cidadão, de participar na vida política do Estado de que é membro,²² a mantêm num patamar de entendimento do conceito de participação muito restrito. As razões, entende, são de ordem da ponderação da consequente perda de benefícios do detentor de poder se tiver que partilhá-lo. Nesse sentido, o poder instituído nas sociedades democráticas impede, com todos os meios legais que tem ao seu alcance, que movimentos de cidadãos ou de instituições da sociedade civil, que desejam de facto participar directamente no processo de tomada de decisões políticas ou sociais a fim de terem influência sob as formas de governação, o possam fazer. Isso implica redistribuição do poder: uma ideia clássica como sustentação do ideal democrático, mas de difícil execução. Sobretudo quando não se trabalha realmente com esse objectivo e não se potencia uma cultura normativa/política diferente nos processos de socialização.

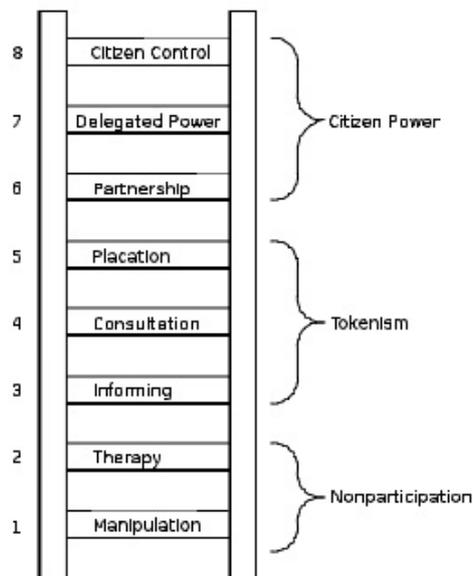
A autora S. Arnstein, apresenta um gráfico através do qual explica como as sociedades podem na realidade entender o seu papel de cidadãos.

Da base para o topo, podemos verificar que há três fases distintas que classificam a nossa capacidade/possibilidade de participação e de não/participação enquanto cidadãos. Imaginemos pois um órgão de poder central, ou de poder local, que concebe um determinado programa para uma comunidade. O tipo de investimento que se faça num modelo de comunicação e de procura de participação efectiva dos cidadãos está muito distanciado do daqueles que não tenham essa concepção de cidadania participativa. Assim, começando com o nível mais baixo de não participação do cidadão, o da sua manipulação (1) no sentido de agir ou de decidir de acordo com princípios que desconhece, passando pelo fenómeno da “prescrição” da terapia (2) por parte de quem se julga autorizado a decidir por outrem sob o seu percurso, podemos compreender então como a realidade se cola a estes modelos de exercício do poder, e como estes estão imbuídos de atavismos cívicos.

Avancemos nos exemplos de Arnstein. Ela considera que há uma fase, a do “tokenismo”, na qual o poder político institui práticas de aparência de

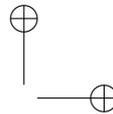
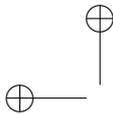
²²Ver o artigo “Cidadania”, da minha autoria, publicado no livro *Comunicação Política*, ed. LabCom, 2009.





participação, ou de inclusão de cidadãos nas suas práticas discursivas e decisórias, quando na realidade continua a manter sobre controlo o poder real, limitando de forma pragmática o seu acesso, ficando ainda com a imagem de se estar a interessar pelo reforço da participação dos cidadãos. Assim, os momentos políticos, por muitos considerado uma dádiva à participação pública, e que passa por informar (3) os cidadãos de regras, procedimentos e escolhas, até a esse outro momento que assenta na consulta popular (4), não vinculativa, e ainda às tentativas de conciliação (5) de conflitos ou de crises, chamando a si representantes seleccionados dos adversários, tudo isto são estratégias de uma política do mínimo esforço no que à procura da participação dos cidadãos diz respeito.

O poder do cidadão só se institui, segundo Arnstein, através de três práticas políticas de partilha de responsabilidades e dos benefícios que dessa partilha decorram para a vida pública, a saber: quando se aceita ou procura uma parceria (6) para a resolução de conflitos, quando o poder estabelecido e ins-

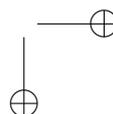
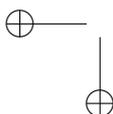


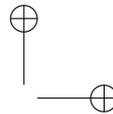
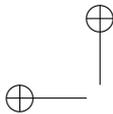
titucional delega poder (7) nos seus cidadãos, e, finalmente, quando são os cidadãos quem passa a controlar, (8) isto é, quando entre eles e os fundos que sustentam as escolhas públicas não houver intermediários. Tomemos o caso do orçamento participativo com que algumas Câmaras Municipais se dispuseram a abrir à democracia participativa. À excepção da cidade de Lisboa, onde os projectos mais votados são vinculativos e têm que ser realizados, todas as outras autarquias com orçamentos participativos, usam estes instrumentos como pouco mais que gestos simbólicos de participação dos seus cidadãos. Mesmo na cidade de Lisboa, não há senão uma consulta vinculativa, pois na verdade os fundos não são entregues aos cidadãos para serem geridos como entendessem.

A questão da cidadania, e a sua formalização política, não se adequa de facto ao tipo de administração dos Estados moderna e contemporânea. Mais do que leis económicas e políticas, estão em questão as leis e os procedimentos administrativos, assim bem como os regimes políticos e os seus sistemas de organização que constituem a cultura do nosso sistema público de administrar o bem público.

O problema que aqui me trouxe, a de reflectir sobre a hipótese da participação dos cidadãos, a partir do caso da reforma pública do ensino da XVIIª Legislatura, não fica solucionado pelo acesso dos cidadãos ao universo digital que de forma económica, célere e instantânea os põe em contacto directo com que tiver interesse ou vontade de com eles partilhar informação e tomar decisões políticas. Os detentores do poder continuam a chamar a si, legitimamente no que ao formalismo democrático diz respeito, a virtude de serem os únicos representantes dos cidadãos. Ademais, o modo como se estrutura ainda a nossa sociedade no que ao trabalho diz respeito pode permitir ao poder político advogar que os cidadãos que defendem interesses corporativos não estão habilitados a falar senão de si e para si, sendo que caberá aos governantes assegurarem o bem de todos, cujos actos podem ser avaliados posteriormente em sufrágio. Claro que se pode contra-interrogar questionando: porque razão tantos milhares de cidadãos estão desapontados com as democracias, e porque razão tantos cidadãos se afastam da política? Suponho que a resposta dada fosse dessas politicamente correctas e de acordo com as variáveis culturais e sociológicas do momento.

Todavia, se a intervenção dos cidadãos através dos meios digitais não é solução para o problema, faz já parte dela. Não que a forma de participação





digital se sobreponha ou escuse a ter que recorrer às manifestações tradicionais de representação do conflito como formas de apresentação de si e dos seus movimentos (comunicação estratégica, greves, comícios, manifestações, etc.). Estes movimentos de massas e de rua continuam a ter um peso de intervenção simbólica junto do poder dos restantes cidadãos que nenhum *blogue* por mais leitores ou comentários que tenha poderá ainda exercer. Ao mesmo tempo, é compreensível, para quem seguiu todo este processo, que o recurso aos media tradicionais é constante – muitas vezes tomados como fonte, outras tantas como forma de legitimar a existência dos próprios *blogues* e dos seus autores junto de um público mais alargado e fora da blogosfera. A imprensa surge ainda como definidora do jogo político para todos os cidadãos que desejam ser escutados e atendidos numa esfera mais alargada da opinião pública. No caso vertente, os professores foram ganhando direito a uma opinião, à medida que os editores da imprensa foram reconhecendo os movimentos dos professores manifestos na Web, e lhes foram concedendo espaço de intervenção.

Julgo que os *blogues*, enquanto diários digitais, são formas complementares aos meios tradicionais de se manifestar opinião política e de participar na vida pública, pese embora continuam a ser dependentes dos *media* tradicionais, os quais permanecem como prioritários como referência e divulgação de notícias ou publicitação de acontecimentos. Todavia, através do meio digital, e na criação de espaços individualizados de informação/comunicação, os professores portugueses puderam liderar, efectivamente, um processo de reacção política.

Os Sindicatos não terão sido percebidos como estruturas suficientes de mediação com o poder. Enfraquecidos pela percepção pública da partidização das suas estruturas, com que a agenda de comunicação do governo os colou, e com que a sua história os enlaça, e ainda pela incompreensão de reencontrar uma voz diferente perante uma tutela altamente auto-consciente e promotora de uma forma exclusiva de entender o uso do poder, estes ficaram sem o espaço clássico que lhes era atribuído para o processo negocial, ou lhes permitisse representar, ainda que simbolicamente, toda uma classe de cidadãos.

A participação em meio digital de alguns professores que utilizaram uma plataforma aberta de comunicação, foi relevante, pois através dela a classe profissional procurou definir-se, ao invés de se limitar a ser descrita pelos interesses de outrem.

